JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 4
Câmara Municipal de Nova Guarita 4
Camara Municipal de Poconé 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 9
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 20
Prefeitura Municipal de Apiacás 21
Prefeitura Municipal de Araguaiana 21
Prefeitura Municipal de Araputanga 22
Prefeitura Municipal de Arenápolis 23
Prefeitura Municipal de Aripuanã 33
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 34
Prefeitura Municipal de Cáceres 44
Prefeitura Municipal de Campinápolis 50
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 50
Prefeitura Municipal de Campo Verde 51
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 80
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 82
Prefeitura Municipal de Canarana 89
Prefeitura Municipal de Carlinda 91
Prefeitura Municipal de Castanheira 93
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 94
Prefeitura Municipal de Cláudia 95
Prefeitura Municipal de Colíder 95
Prefeitura Municipal de Colniza 100
Prefeitura Municipal de Comodoro 102
Prefeitura Municipal de Confresa 103
Prefeitura Municipal de Cuiabá 110
Prefeitura Municipal de Curvelândia 110
Prefeitura Municipal de Diamantino 110
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 111
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 114
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 114
Prefeitura Municipal de General Carneiro 119
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 120
Prefeitura Municipal de Indiavaí 121
Prefeitura Municipal de Itanhangá 121
Prefeitura Municipal de Itiquira 122
Prefeitura Municipal de Jauru 128
Prefeitura Municipal de Juara 129
Prefeitura Municipal de Juruena 129
Prefeitura Municipal de Juscimeira 132
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 133
Prefeitura Municipal de Matupá 133
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 134
Prefeitura Municipal de Nobres 134
Prefeitura Municipal de Nortelândia 136
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 137

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 149
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 158
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 159
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 159
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 160
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 166
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 166
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 167
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 168
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 169
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 175
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 175
Prefeitura Municipal de Paranatinga 176
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 176
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 181
Prefeitura Municipal de Poconé 189
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 189
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 190
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 190
Prefeitura Municipal de Poxoréu 191
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 194
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 195
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 199
Prefeitura Municipal de Rondolândia 222
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 223
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 227
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 229
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 235
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 237
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 293
Prefeitura Municipal de São José do Povo 295
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 295
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 297
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 297
Prefeitura Municipal de Tabaporã 301
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 304
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 306
Prefeitura Municipal de Tesouro 314
Prefeitura Municipal de União do Sul 314
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 315
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 315
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 327
Prefeitura Municipal de Vila Rica 331

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CONVOCAÇÃO SUPLENTE DE VEREADOR.

Of. N. 180/19/CM

Canarana, 22 de outubro de 2019.

Ao Exmo. Senhor Mauro de Souza Vieira

Suplente de Vereador

Nesta Cidade

Assunto: Convocação Suplente de Vereador.

Senhor;

Servimo-nos do presente para convocar Vossa Senhoria, para que forneça a este Legislativo, Declaração de Desincompatibilidade, Declaração Pública de Bens, para estar tomando posse como Vereador desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos nossas expressões de estima e apreço. Atenciosamente, Gilmar Miranda de Almeida Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE SETEMBRO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019

EDITAL Nº. 009/2019 Confresa/MT, 16 de outubro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 31, INCISO III E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 208.

T O R N A – S E P Ú B L I C O

A Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna-se público o BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE SETEMBRO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Balancete Financeiro de SETEMBRO de 2019 ficará à disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar a sua legitimidade nos termos da Lei.

Para os devidos fins de direitos e conhecimentos de qualquer interessado, expediu-se o presente Edital.

P U B L I Q U E – S E

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA

Presidente

RG 2434203-3 SSP/MT – CPF – 041.722.831-79

Rua Helena Barcelos da Cunha, 133 – Jardim Planalto

Telefone (66) 8439-2826 – Cep: 78.652-000

Confresa - MT

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCACAO

Reunião Ordinária

Processo de Avaliação de Desenvolvimento de Categoria Funcional

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE CATEGORIA FUNCIONAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D' OESTE, vereador Edílson Dutra Pereira no uso das atribuições que lhe são conferidas, **CONVOCA** a Comissão de avaliação instituída pela Portaria nº 008/2019 para em Reunião Ordinária, que ocorrerá no próximo dia 22 outubro do corrente ano às 18:00 horas na sala de reuniões da Câmara Municipal para proceder a Avaliação dos requerimentos de progressão funcional vertical requerida e protocolada por funcionários dessa Casa.

Conquista D' Oeste, 21 de outubro de 2019.

Edilson Dutra Pereira

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019.

Ementa: DISCIPLINA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA -MT.

A Exmª. Srª. **KARINE GRUNEVALD**, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando *o quanto disposto no Art. 7, XIV da Constituição Federal;*

Considerando *o quanto disposto no Art. 26, I da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando *o quanto disposto no Art. 61 e Art. 62 e da Lei do Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal;*

Considerando *os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;*

Considerando *que o horário estabelecido para o funcionamento do Legislativo Municipal de Nova Guarita – MT, não trará qualquer prejuízo ao atendimento público do cidadão;*

Considerando *a necessidade de regulamentar o funcionamento e horário de expediente da Câmara Municipal;*

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente da Câmara Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, que passa a ser das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, a partir de 23 de outubro de 2019.

I – O horário correspondente para atendimento ao público será das 07h00min às 12h00min.

II - O horário correspondente das 12h00min às 13h00min, será para Expediente Interno.

Art. 2º - Fica mantida a jornada de trabalho de 6 (seis) horas ininterruptas, com intervalo de quinze minutos para os cargos de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º - Fica estabelecido o horário de expediente das 07h00 às 11h00 para os cargos com jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - Os servidores efetivos e comissionados, quando convocados, deverão participar das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, sem prejuízo das horas excedentes realizadas pelos efetivos.

§ 2º - Os vencimentos dos servidores não sofrerão qualquer alteração em razão da instituição da nova jornada de trabalho.

Art. 4º - As modificações constantes do presente decreto, não poderão implicar em prejuízo na qualidade dos serviços públicos prestados.

Art. 5º - Fica expressamente vedada a realização de expediente de trabalho em desacordo com as disposições deste Decreto.

Art. 6º - O presente Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Ato nº 16 de 02 de agosto de 2019, convalidando-se os atos praticados sob a sua égide.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove.

KARINE GRUNEVALD

PRESIDENTE

REGISTRE-SE

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 041/2019

P O R T A R I A No 041/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **RENATO LÚCIO DA CONCEIÇÃO E SILVA,** funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2018/2019, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 21 de outubro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO

Resolução n. 100/2019 - São Félix do Araguaia, 02 de Outubro de 2019.

Designa Servidor para exercer a função de fiscal dos Contratos de nºs. 019/2019; 020/2019 e 021/2019 E 22/2019 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidora, o Srº. **IVANA DE MORAES VIEIRA**,inscrita no CPF: 720.999.251-00 e RG: 1467309-6 SSP/MT, residente a rua Severiano Neves, 473 – centro, nesta cidade, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto dos seguintes Contratos nºs. 019/2019; 020/2019 e 021/2019 E 22/2019, firmados com as empresas:

1)- M QUEIROZ FARIA EIRELI,com sede a Av. Dom Pedro Casaldaliga, nº 930, JD Pindorama nesta cidade, representada neste ato pelo Srº **EVALDO MARTINS DE FARIAS**, portador do RG: 587.402/SSP/MT e CPF:350.095.941-53, devidamente inscrita no CNPJ: **30.385.408/000190**; Contrato de nº 19/2019.

2)- JOSE RILDO DE OLIVEIRA SILVA 04113444129, sediado a rua Severiano Neves, 426 - centro – São Félix do Araguaia/MT. Representada pelo Srº **JOSE RILDO DE OLIVEIRA SILVA CPF de nº** 04.113.444.129 e RG: 216.544-76SSP/MT, devidamente inscrita no CNPJ: **20.964.988/0001-16; Contrato de nº 20/2019.**

3)- CLAUDIO P. DO REGO-ME,sediada na rua dezenove Nº50, bairro Vila Santo Antônio – CEP: 78.670-000. Representada neste ato pelo Srº **CLAUDIO P. DO REGO** portador do RG: 151767/SSP/MT e CPF: 202. 353.721-53, Contrato de nº 21/2019

4)- J P LIMA & CIA LTDA-ME - INSC. No CNPJ: 04.806.882/0001-13 com sede na rua 05- S/Nº - centro Vila Santo Antônio, neste ato representada pelo senhor **ROBSON DE CARVALHO LIMA**, portador do RG sob nº 1783821-5 e CPF: 002.115.231-43, Contrato de nº 22/2019. **C**uja objeto dos referidos contratos é o fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpesa, utensílios domensticos e gás de cozinha, para entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA sediado no Município de SÃO FELIX DO ARAGUAIA /MT, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório e no edital de licitação Processo 008/2019 e Pregão Presencial de nº.008/2019.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia/MT, 02 de outubro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LEI Nº 1488, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 022/2019

De 16 de Setembro de 2019.

AUTORIA: Luís Cesar de Lara Pinto Filho (PL) – Em Coautoria com o Vereador Renato Beraldo da Silva (PSD)

"INSTITUÍ A 'SEMANA MUNICIPAL DA ACESSIBILIDADE E VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA' E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 07 de outubro de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a "Semana Municipal da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência", a ser comemorada anualmente na terceira semana do mes de Setembro.

Parágrafo único. As comemorações da "Semana Municipal da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência" terão cunho informativo-cultural, visando promover em toda a sociedade aguaboensse debate da inclusão e ampliação da cidadania da Pessoa com Deficiência, e favorecer o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção.

Art. 2º A Semana ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município de Água Boa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, 09 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1449, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

(Projeto de Lei nº. 1462, de 29 de novembro de 2018 – do Executivo)

Altera Art. 1º e o Art. 3º da Lei Municipal 1389/2017, e da outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 07 de março de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Os Artigos 1º e 3º da Lei Municipal 1389/2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Exe0cutivo autorizado a doar um imóvel urbano, a ser desmembrado de uma área maior, localizado na Quadra 17 com área de 500m2 (quinhentos) metros quadrados, denominado lote 02, com as seguintes confrontações um lote de terras com frente para a Rua 13 (antiga rua 4) com 20 (vinte) metros; lado direito com o Lote 02-A medindo 25 (vinte cinco) metros, Lado esquerdo com a Rua 04 (antiga rua 08) medindo 25 (vinte cinco) metros.*

Fundos com o Lote 01 remanescente, medindo 20 (vinte) metros.

***Art. 3º** - Fica determinado o prazo de 2 (dois) meses a partir da entrada em vigor desta Lei, para o Município de Água Boa proceder a lavratura e registro de escritura de doação do imóvel, ficando obrigado a satisfazer todas as despesas decorrentes da presente doação.*

***§1º.** Fica determinado o prazo de 6 (seis) meses, após a lavratura e registro da escritura de doação do imóvel, para o início das obras, em consonância com a planta previamente aprovada pelo setor de engenharia para Prefeita Municipal.*

***§2º.** Fica estipulado o prazo de 18 (dezoito) meses a partir do registro da escritura, para a conclusão das obras. (EMENDA MODIFICATIVA Nº 003/2019).*

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 017/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de uma ponte de concreto denominada 7 de Setembro, localizada na zona Rural, no município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia.

REALIZAÇÃO: 08/11/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 22 de outubro de 2019.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 029/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRONICO Nº. 029/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 03/10/2019, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 029/2019 que teve como vencedores as empresas: **ALFA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ: **13.731.784/0001-70**.

Água Boa, 22 de outubro de 2019.

Marcos da Silva

Pregoeiro

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 AO CONTRATO Nº. 178/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 ao Contrato n°. 178/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e LUCIENE DE JESUS PARREIRA REZENDE, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 199/2018

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 092/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação da Vigência do contrato.

VIGÊNCIA CONTRATO: 21/10/2020.

DATA: 22/10/2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LEI Nº 1486, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 016/2019

De 16 de setembro de 2019.

AUTORIA: Vereador Luís Cesar de Lara Pinto Filho (Partido Liberal)

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO, A TÍTULO ONEROSO, MEDIANTE LICITAÇÃO, A EMPRESAS OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS, A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS DOS CAMPOS DE FUTEBOL, ESTÁDIOS, QUADRAS E GINÁSIOS POLIESPORTIVOS DO MUNÍCIPIO DE ÁGUA BOA, MATO GROSSO."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária do dia 07 de outubro de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão, a título oneroso, mediante licitação, a empresas ou consórcio de empresas, a exploração comercial dos espaços publicitários dos campos de futebol, estádios, quadras e ginásios poliesportivos do Munícipio de Água Boa, Mato Grosso, atendendo ao disposto na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 2º A concessão de que trata o Art. 1.º desta Lei terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada, se houver concordância expressa de ambas as partes, limitada a duração a sessenta meses, firmada em aditivo ao termo contratual a ser celebrado.

§ 1º Até o primeiro dia útil seguinte ao vencimento do prazo da exploração, estabelecida no caput, deverá o contratado retirar todas as placas e outros materiais publicitários afixados no interior da área esportiva explorada.

§ 2º Em caso de descumprimento do disposto no § 1.º do presente artigo, a Administração Pública adotará as providencias cabíveis para a retirada da publicação, ficando os custos dos serviços, multas e demais emolumentos à custa da empresa ou profissional responsável.

Art. 3º A publicidade poderá ser feita através de placas, painel, faixa, plotagem direta sobre a superfície, com as letras adesivadas por meio de plotagem de impressão digital ou adesivo monomérico sobre lona vinílica ou polietileno e afixada nos muros, paredes internas das áreas delimitadas, colocação de placas móveis ou pintura no chão ou ainda por meio de placares eletrônicos, de forma que o espaço publicitário seja utilizado racionalmente, não prejudicando a prática esportiva no local, nem comprometendo a visão do público.

§ 1° Será nomeada por decreto municipal do Poder Executivo a Comissão Especial para detalhamento e avaliação dos espaços disponíveis, definindo o objeto e o preço mínimo de locação para realização do procedimento licitatório.

§ 2° Ao proceder a escolha dos membros para a formação da Comissão Especial, exige-se a nomeação de um vereador.

Art. 4º O valor arrecadado com a alienação dos espaços publicitários, será depositado em conta específica, devendo ser aplicado no custeio e incentivo ao esporte amador, promoção e realização de eventos desportivos e de lazer em todos os segmentos da sociedade, através da Secretaria Municipal responsável.

Art. 5º Os custos com a exploração dos espaços publicitários dos campos de futebol, estádio, quadras e ginásios poliesportivos serão suportados pelo próprio contratado, na forma estabelecida no termo a ser firmado.

Art. 6º Fica vedada toda e qualquer publicidade que não possua conotação comercial quando da utilização dos espaços alienados pelo presente programa.

Art. 7º A concessão de uso de que trata a presente Lei será realizada mediante processo licitatório, observados os termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Art. 8º Serão vedadas às concessionárias vencedoras dos processos licitatórios, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a outro patrocinador o objeto licitado, sem a devida permissão do Município.

Art. 9º O Município, quando proceder a licitação, deverá apresentar planta de localização das áreas onde as publicidades serão instaladas, estabelecendo o número máximo disponível a cada modalidade de exploração de propaganda.

Art. 10 Após a realização do Processo Licitatório para concessão de uso de que trata a presente Lei, o Município deverá, nos termos da Lei nº. 8. 666/93 e suas alterações, expedir o Termo de Concessão de Uso, devendo a licitante vencedora apresentar e prestar garantias do cumprimento das obrigações previstas nos respectivos editais.

Art. 11 O Município deverá, através da Secretaria Municipal responsável, fiscalizar o cumprimento por parte das Empresas permissionárias, notificando-as por escrito, de quaisquer irregularidades de uso das placas de propaganda.

Art. 12 O Município de Água Boa não se responsabiliza por quaisquer danos e ou indenizações que eventualmente venham a ocorrer a terceiros, decorrentes de atos da concessionária, de seus representantes, empregados, prepostos ou de seus equipamentos.

Art. 13 Caberá à concessionária, a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, da implantação e manutenção da permissão de que trata a presente Lei.

Art. 14 O desatendimento do disposto nesta Lei e no termo contratual implicará na imediata cessação da exploração concedida, ficando o contratado obrigado a promover a retirada das placas e outros materiais publicitários afixados nos campos de futebol, estádio, quadras e ginásios poliesportivos explorados, respondendo, integralmente, por eventuais prejuízos causados a terceiros.

Art. 15 Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as normas da Lei Orgânica Municipal, em especial, as sobre concessão de bem municipal para particular.

Art. 16 Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias após a sua promulgação.

Art. 17 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, 09 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1487, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 019/2019

De 02 de setembro de 2019.

AUTORIA: Vereador Renato Beraldo da Silva (PSD) – Em Coautoria com os Vereadores Adelar Fusinato (DEM); Fernando de Melo Quintanilha (PRB); Joaquim dos Anjos Ferreira da Paixão (MDB); Jonathan Silveira Roberto (PL); José Ari Zandoná (DEM); Leonardo Leite Ribeiro (MDB); Luís Cesar de Lara Pinto Filho (PL); Marilene Teresinha Estefano (MDB) e Sandro Lúcio Aleixo (PP)

"DENOMINA DE JANDIRA MARIA DA SILVA (DONA JANDIRA) 'INMEMORIAN' O PARQUE DOS IPÊS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 07 de outubro de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Parque dos Ipês localizado ao lado da Avenida Planalto com a Travessa M-3 no bairro Centro, passa denominar-se de "DONA JANDIRA" (Jandira Maria da Silva '*inmemorian*'). **(EMENDA MODIFICATIVA Nº 051/2019).**

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, 09 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1488, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 022/2019

De 16 de Setembro de 2019.

AUTORIA: Luís Cesar de Lara Pinto Filho (PL) – Em Coautoria com o Vereador Renato Beraldo da Silva (PSD)

"INSTITUÍ A 'SEMANA MUNICIPAL DA ACESSIBILIDADE E VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA' E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 07 de outubro de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a "Semana Municipal da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência", a ser comemorada anualmente na terceira semana do mes de Setembro.

Parágrafo único. As comemorações da "Semana Municipal da Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência" terão cunho informativo-cultural, visando promover em toda a sociedade aguaboensse debate da inclusão e ampliação da cidadania da Pessoa com Deficiência, e favorecer o aprimoramento das políticas públicas que apontem nessa direção.

Art. 2º A Semana ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município de Água Boa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, 09 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1468, DE 24 DE JUNHO DE 2019.

(Projeto de Lei nº. 1484, de 14 de junho de 2019 – do Executivo)

Autoriza a abertura de crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 4.292.965,19 na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 17 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente autorizada a abrir na Contabilidade um crédito especial, por excesso de arrecadação no valor de R$ 4.292.965,19 (quatro milhões duzentos e noventa e dois mil novecentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos), para atender à finalidade abaixo especificada:

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE E MEIO AMBIENTE UNIDADE: 001 SERVIÇOS URBANOS FUNÇÃO: 17 SANEAMENTO SUBFUNÇÃO:448 SANEAMENTO GERAL PROGRAMA: 0039 SANEAMENTO BÁSICO AÇÃO: 10082 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESIDUOS SÓLIDOS.
OBJETIVO DO PROGRAMA: A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS.

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do excesso de arrecadação resultante do Convênio n° 796734/2013 firmado com o Governo Federal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, aos 24 de Junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 063/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, Lei 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 063/2019.

OBJETO: Contratação de Empresa para serviços de análise de água.

INICIO DO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 07/11/2019 dás 08h00-min ás 8h30min. (horário de Brasília).

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/11/2019 ás 8h30min. (horário de Brasília).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 22 de outubro de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 004/2019 AO CONTRATO Nº. 085/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 004/2019 ao Contrato n°. 085/2018 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **CONSTRUTORA REZENDE LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 078/2018

LICITAÇÃO: TP 008/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo da Execução e da Vigência do Contrato.

VIGÊNCIA EXECUÇÃO: 08/01/2020.

VIGÊNCIA CONTRATO: 27/02/2020.

DATA: 10/10/2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 12 de novembro de 2019, às 13h00min (horário de MT)**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA AMPLIAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA E UMA SALA COM BANHEIRO PARA O ADMINISTRATIVO NA ESCOLA MUNICIPAL CÉZAR BORGES, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 22 de outubro de 2019. Edi Batista Ribeiro de Miranda - Presidente da CPL.

RESOLUÇÃO Nº 006/CMAS/2019 –DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre Plano de Ação para Co-Financiamento Estadual ANO 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alto Garças - CMAS, no uso das competências que lhe confere a lei municipal nº 892 de 03 de maio de 2012 e suas alterações, e, em conformidade com as deliberações em reunião extraordinária, realizada 21 de Outubro de 2019.

Considerando os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social "LOAS", promulgados em dezembro de 1993;

Considerando a Lei Federal Nº 12.435 de 2011 "Lei SUAS" que altera e integra plenamente o escopo da LOAS, dispondo sobre a organização da Assistência Social em todo território nacional;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 "PNAS" orienta-se pela lógica do direito conforme prescrito na Constituição Federal de 1988 no Capítulo da Seguridade Social artigos 194 a 203 e no campo da Proteção Social nos artigos 203 e 204 e;

Considerando as Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012 instrumentos fundamentais para a Tipificação dos Serviços, expansão dos equipamentos públicos de assistência social Centro de Referência de Assistência Social "CRAS" e Centro de Referência Especializado de Assistência Social "CREAS" e integração das entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS/Alto Garças- MT;

Resolve:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação para o Co-financiamento Estadual Ano 2019 e dá outras providências.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças, 21 de Outubro de 2019.

Silvio Kiyoshi Tiyoda

Presidente do CMAS/Alto Garças

ALTO GARÇAS-MT, 21 de Outubro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA Nº 233/2019 / RETIFICADA

PORTARIA Nº 233/2019 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 233/2019 - RETIFICADA

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **EDVALDO BATISTA DOS SANTOS, portador (o) do CPF N°. 241.432.601-82,** portaria Nº. 179/2018, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento para exercer **a função de FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

***Art.1.*CONTRATO N.058/2019 referente ao Pregão Presencial Nº.007/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa** COMERCIO DE COMBUSTÍVEL ALTO PARAGUAI-MT LTDA **CNPJ: 86.806.395/0001-30, tendo por objeto Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI - MT,conforme PREGÃO PRESENCIAL N.011/2019 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.020/2019.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 16 de Julho de 2019

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 339/2019

PORTARIA 339/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR o Sr. **CLARINDO BARBOSA MESSIAS** portador do **RG Nº 03618633 SSP/MT e do CPF Nº 384.625.401.00**, do cargo em comissão – **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIARIA- DAÍ – ENCARREGADO DE ZELO E MANUTENÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL,** junto a Secretaria Municipal de Cultura e Desporto**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 21 de Outubro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº024 2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **OSVALDO ALVES DA COSTA 65225929168** , CNPJ sob n. 13.537.400/0001-82 sede na RUA 02 nº23, Cohab Brilho do Sol, Alto Paraguai-MT, vencedora do lote Nº02 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 024/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **itens**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8. 666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.**

1.2. Os mesmos cartuchos retirados deverão ser os mesmos entregues.

1.3 A falta de quaisquer produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso na sua entrega

1.4 Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

1.5. A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica na obrigatoriedade da aquisição da totalidade dos itens registrados, tendo em vista que o registro de preços serve para assegurar uma futura aquisição, dentro do prazo de vigência;

1.6. Na falta de qualquer outro produto cotado pela licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro produto similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

1.7. Substituir o produto, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem.Neste caso, caberá ao CONTRATANTE,rejeitar o produto, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo.

1.8. No momento do desembarque dos produtos, os responsáveis da CONTRATADA deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, conforme orientação do servidor designado do produto e/ou prazo de validade.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.2. Comparecer o vencedor quando convocado no prazo Maximo de 05(cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da ATA de registro de preços, sob pena de multa de 2%(dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada a regra seguinte:quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na lei8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

2.4. Nos termos do §4º do artigo 15 da Lei Federal nº8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO PARAGUAI-MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo ultilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie a empresa detentora.

2.5. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº012/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumentos de compromisso, independente de transcrição por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 012/2019.**

SEQ	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL

02	SOM VOLANTE	UND	80	R$60,00	R$4.800,00

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **7(Sete) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **7 (Sete) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **05 (Cinco) dias corridos** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

10.2. Comunicar antecipadamente o horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

10.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

10.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

10.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

10.6. Os produtos/serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até **1 (uma) horas** a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

10.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

10.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos/materiais ou em conexão com ele;

10.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

10.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

10.11. Os serviços ora contratados deverão ser executados no Município, em datas a ser confirmadas pelas Secretarias solicitantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas.

10.12. Os materiais deverão estar em perfeitas condições de uso, limpos, em perfeito estado de conservação e sem peças tortas.

10.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.1.5.Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas a CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para o levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do ***SERVIÇO*** ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.2.3. Considera-se incluso no preço dos itens para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: Tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

III. Todas as despesas com alimentação, transporte, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do produto, objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

13.5. O fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.5.1 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

13.5.2 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:

SEC.MUN. ASSISTENCIA SOCIAL (340/100)08.00.08.122.0003.2061
SEC. DE DESEN. ECONOMICO (429/100)09.001.20.122.0003.2069-339039

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 012/2019** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **DIANE IZIDORO DE MORAIS CHAVES**, brasileira, Servidora Pública na função de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, EVENTOS E PATRIMONIO HISTÓRICO, portador da cédula de identidade RG Nº 1972498-5SSP/MT e inscrito no CPF sob o Nº 024.321.041.88, residente e domiciliada a Av. Joaquim Murtinha, s/n, bairro Bela Vista, Alto Paraguai – MT.

17.2 A Contratante deverá monitorar **constantemente** o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

17.3 A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais;

17.4 O fiscal/gestor do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 18 de Outubro de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**OSVALDO ALVES DA COSTA 65225929168**
	Contratado
Testemunhas:	
CPF:	CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº025 2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MIGUEL ANTONIO DA SILVA 48805211168**, CNPJ sob n. **27.782.893/0001-20** sede na RUA 07 QUADRA 08 CASA Nº93, vencedora do ITEM 01 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **itens**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21. 06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.**

1.2. Os mesmos cartuchos retirados deverão ser os mesmos entregues.

1.3 A falta de quaisquer produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso na sua entrega

1.4 Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

1.5. A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica na obrigatoriedade da aquisição da totalidade dos itens registrados, tendo em vista que o registro de preços serve para assegurar uma futura aquisição, dentro do prazo de vigência;

1.6. Na falta de qualquer outro produto cotado pela licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro produto similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

1.7. Substituir o produto, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem.Neste caso, caberá ao CONTRATANTE,rejeitar o produto, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo.

1.8. No momento do desembarque dos produtos, os responsáveis da CONTRATADA deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, conforme orientação do servidor designado do produto e/ou prazo de validade.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.2. Comparecer o vencedor quando convocado no prazo Maximo de 05(cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da ATA de registro de preços, sob pena de multa de 2%(dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada a regra seguinte:quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na lei8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

2.4. Nos termos do §4º do artigo 15 da Lei Federal nº8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO PARAGUAI-MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo ultilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie a empresa detentora.

2.5. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº012/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumentos de compromisso, independente de transcrição por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 012/2019.**

SEQ	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	SOM ESTACIONARIO PARA ATENDER ATÉ 500 PESSOAS	SER	150	R$200,00	R$30.000,00

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **7(Sete) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **7 (Sete) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **05 (Cinco) dias corridos** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

10.2. Comunicar antecipadamente o horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

10.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

10.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

10.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

10.6. Os produtos/serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até **1 (uma) horas** a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

10.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

10.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos/materiais ou em conexão com ele;

10.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

10.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

10.11. Os serviços ora contratados deverão ser executados no Município, em datas a ser confirmadas pelas Secretarias solicitantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas.

10.12. Os materiais deverão estar em perfeitas condições de uso, limpos, em perfeito estado de conservação e sem peças tortas.

10.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.1.5.Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas a CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para o levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do ***produto*** ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.2.3. Considera-se incluso no preço dos itens para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: Tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

III. Todas as despesas com alimentação, transporte, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do produto, objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

13.5. O fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.5.1 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

13.5.2 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:

SEC.MUN. ASSISTENCIA SOCIAL (340/100)08.00.08.122.0003.2061
SEC. DE DESEN. ECONOMICO (429/100)09.001.20.122.0003.2069-339039

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 012/2019** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **DIANE IZIDORO DE MORAIS CHAVES**, brasileira, Servidora Pública na função de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, EVENTOS E PATRIMONIO HISTÓRICO, portador da cédula de identidade RG Nº 1972498-5SSP/MT e inscrito no CPF sob o Nº 024.321.041.88, residente e domiciliada a Av. Joaquim Murtinha, s/n, bairro Bela Vista, Alto Paraguai – MT.

17.2 A Contratante deverá monitorar **constantemente** o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

17.3 A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais;

17.4 O fiscal/gestor do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 18 de Outubro de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**MIGUEL ANTONIO DA SILVA 48805211168**
	Contratado
Testemunhas:	
CPF:	CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 331/2019

DECRETO Nº 331/2019

"Dispõe sobre a nomeação do cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Indústria, Comércio e Turismo** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.. .

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Indústria, Comércio e Turismo**, Código CC-7. 050, oSenhor **Lucas Menezes da Silveira**, CPF/MF – 046.164.526-28, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de Outubro de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 333/2019

DECRETO Nº 333/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenador de Gerência de Cidade** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.. .

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Gerência de Cidade**, Código- 8.050 o Senhor **MIGUEL ANGELO FROES**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 789.973.481-91, nos termos da Lei Municipal n° n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de outubro de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 332/2019

DECRETO Nº 332/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Superintendente de Fiscalização e Tributos** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.. .

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Superintendente de Fiscalização e Tributos**, o Senhor ***LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA BORGES***, CPF/MF – 947.173.468-15, nos termos da Lei Municipal n° Lei n.° 1015/2019.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de Outubro de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2019

O Departamento de Licitações, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 8.666/93 e 10.520/2002, informa a quem interessar possa que foi PRORROGADA a licitação referente ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de pneus, câmaras e protetores, em atendimento a diversas secretarias do município de Alto Taquari, para o dia 04/11/2019 as 07h00 (horário de Mato Grosso). Alto Taquari – MT, 22 de outubro de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 334/2019

DECRETO Nº 334/2019

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Assessor Jurídico** e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.. .

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor Jurídico**, aSenhora **MARY MÁGDA QUEIROZ DIAS**, CPF/MF – 008.143.451-07, nos termos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de outubro de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 335/2019

DECRETO Nº 335/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Trânsito** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fabio Mauri Garbugio, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.. .

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Trânsito**, o**Senhor CLAUDECI VIEIRA,** CPF/MF – 798.936.511-15, nos termos da Lei Municipal n° 407-2005.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de outubro de 2019.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

CONTRATO N° 078/2018

OBJETO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA EFETUAR A LEITURA E IMPRESSÃO DAS CONTAS DE ÁGUA

VALOR GLOBAL - R$ 10.320,00 (dez mil quinhentos e vinte reais).

PRAZO VIGENCIA – 12 meses

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 814 DE 2019 - CRIA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 814 DE 2019

Araguaiana - MT, 16 de outubro de 2019.

"Cria Gratificação de Função para cargo ocupante de cargo efetivo que desempenhe atividades de natureza especial e dá outras providências"

O Exmº Sr. GETULIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado gratificação de função –FG, ao cargo que se especifica para ocupante de cargos efetivo que desempenhe atividades de natureza especial, em conformidade com está Lei:

Denominação	Nº Cargos	GF
Agente de Gestão Ambiental	01	R$ 500,00

Art. 2º O servidor somente fará jus a gratificação por função, desde designado para exercer a atividade respectiva e este detenha conhecimento especifico para os cargos do art. 1º, sendo que os valores percebidos a este título não serão considerados para cálculo de hora extra e/ou qualquer outra vantagem pecuniária, bem como não incorporarão os vencimentos, para qualquer efeito.

Parágrafo Único - A designação formal do servidor para executar as atribuições da gratificação por função criada por esta Lei, se dará através de portaria subscrita pelo Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, aos 17 de outubro de 2019.

_____

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 23/2019

CONTRATO Nº 23/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA

CONTRATADO: DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para Futura e Eventual Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica, para atender o Convênio n.º 882438/2018, celebrado com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA".

VALOR: R$ 528.300,00 (quinhentos e vinte e oito mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2019

DATA: 09/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 376/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 104, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CORTINAS BLACKOUT E VARÃO, PARA SER UTILIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2019 – STAR PRIME LTDA, CNPJ 31.395.164/0001-99.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Fiscal Titular: Fábia Utsch Matos - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Fiscal Suplente: Isaias Soares de Sousa - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004-2019

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, aos interessados, que o julgamento do certame supracitado, com abertura de proposta no dia 02/10/2019 para Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Obra de Reforma e Ampliação do Centro de Educação Infantil Morada dos Pequeninos, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resultou vencedora a empresa VALE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI, que apresentou a proposta no valor global de R$ 140.480,08 (cento e quarenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oito centavos) para execução dos serviços.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga-MT, 22 de outubro de 2019.

LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA

Presidente da CPL

LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 375-2019

PORTARIA N.º 375/2019

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 103/2019, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES NOVO E USADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães como fiscal titular e Sr. Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103-2019, com a empresa M.DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ: 07.811.058/0001-64.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 034/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 034/2019, cujo Objeto é o registro de preços para AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO USADO (pipa), para atender às secretarias municipais. Dia: 06/11/2019. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e os Documentos do Credenciamento deverão ser entregues à Pregoeira até o dia 06/11/2019 às 07h30min (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes, n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 e no site www.araputanga.mt.gov.br, (quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan3@araputanga.mt.gov.br); Abertura do envelope Nº 01 dia: 06/11/2019, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações, pelos Decretos Municipais nº 029/2010 e nº 28/2019.

Araputanga/ MT, 22 de outubro de 2019.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 377/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, EM ATENDIMENTO AOS DIVERSOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.RESOLVE:Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2019 oriundas do Pregão Nº 038-2018, com a empresa a seguir:ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2019 – empresa COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO BALDUINO LTDA, CNPJ n° 26.582.684/0001-70.Art. 2° - Fica nomeado o servidor abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:Fiscal Titular: Fábia Utsch Matos - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.Fiscal Suplente: Isaias Soares de Sousa - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito ao dia 10/10/2019 e disposições em contrário. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).JOEL MARINS DE CARVALHOPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE LEILÃO 001/2019

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVIVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

A **Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Presidente Costa e Silva, S/Nº, Bairro Vila Nova - MT – CEP: 78.420-000, inscrita no CNPJ 24.977.654/0001-38, através de sua leiloeira, torna público para a todos os interessados, que realizará **às 09:00 horas do dia 25 de novembro de 2019, leilão, do tipo maior lance, para venda, ao preço mínimo abaixo constante, dos bens que especifica:**

BENS MÓVEIS INSERVIVEIS PARA ADM. PÚBLICA			
LOTE	**QTDE**	**DESCRIMINAÇÃO**	**LANCE MINIMO VALOR R$**
01	01	MOTONIVELADORA, MARCA CARTERPILLAR, (ESTADO: PÉSSIMO), PATRIMÔNIO Nº 550	5. 000,00
02	01	CAMINHONETE MARCA FORD, MODELO F 4.000, ANO 2001/2002, (ESTADO: MOTOR FUNDIDO), PATRIMÔNIO Nº 5128	10. 000,00
03	01	TRATOR CASE, Nº 95, ANO 2010, (ESTADO: FUNCIONANDO, SEM BATERIA, PONTA DE EIXO QUEBRADA, FALTANDO DOIS PNEUS DIANTEIROS), PATRIMÔNIO Nº 4837	25. 000,00
04	01	SERRA CIRCULAR, (ESTADO: BOM) PATRIMÔNIO Nº 45	600,00
05	01	PLANTADEIRA MARCA JUMIL, (ESTADO: BOM), 04 LINHAS, FALTANDO DISCO, SEMENTE, REVISÃO MANGUEIRA PATRIMÔNIO N º 4797	1. 400,00
06	01	TRATOR ESTEIRA D6, CATERPILLER, (ESTADO: BOM, RODADO NOVO, MOTOR FUNDIDO)	35. 000,00
07	01	MÁQUINA DE MEIO FIO, (ESTADO: SEM MOTOR) PATRIMÔNIO Nº 1191	500,00
08	01	MATERIAIS, OBJETOS E SUCATAS INSERSIVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PORTAS, CADEIRAS E MESA DE MADEIRA, AR CONDICIONADO, SUCATA DE COMPUTADORES, MOVEIS HOSPITALARES, PORTAS E JANELAS DE FERRO E ALUMINIO, GRADES DE FERRO, ARMARIOS, PEDRAS DE DIVISORÍA DE BANHEIROS, SUCATAS DE MOTOR BOMBA, MOTOR SERRA, PULVERIZADOR COSTAL MOTORIZADO, VIDROS TEMPERADOS E ETC.)	3. 000,00
09	01	PLANTADEIRA DA MARCA LAVRALE, 03 LINHAS, N 381000049, ANO 2007, FALTA REVISÃO (ESTADO: BOM) PATRIMÔNIO Nº 4796	1. 100,00
10	01	ENSILADEIRA, MARCA NOGUEIRA, PECUS 9004, GERAÇÃO 4, FALTANDO FACA, ROLAMENTO, EMBUCHAMENTO (ESTADO: BOM), PATRIMÔNIO Nº 5699	4. 000,00
11	01	VINCON AGRÍCOLA (ESTADO: BOM)	1. 000,00
12	01	TANQUE DE ABASTECIMENTO COM BOMBA (ESTADO: BOM), PATRIMÔNIO Nº 5697	3. 500,00
13	01	MÁQUINA DE BLOQUETE, (ESTADO: SEM MOTOR E SEM COMPREENSOR), PATRIMÔNIO Nº 630	1. 200,00

Os **bens móveis inservíveis** encontram-se a disposição para exame no pátio da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes de **ARENAPOLIS,** situada na Avenida Castelo Branco, s/nº- Vila Nova – CEP: 78.420-000 de **segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas**. O edital completo e informações mais detalhadas poderão ser obtidos junto à leiloeira na sede da Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS/MT, no endereço supracitado.

ARENAPOLIS/MT, 22 de Outubro de 2019.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

Leiloeira | **Portaria 199/2019**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA Nº 047 ATÉ 049.2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 047/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS : Nº 035/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 053/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ SOB Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA MURILO GOLIN DOS SANTOS-ME-PAPELARIA PINOQUIO**, situada na Avenida Prefeito João Macaúba, 110, Bairro Centro, na cidade de Nortelândia/MT, CEP. 78.430-000, inscrita no CNPJ 06.329.574/0001-94, neste ato representada pelo SR. **MURILO GOLIN**, inscrito no CPF sob n º 879.171.811-20 e RG Nº 1287402-7/ SSP/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT,** para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido por cada Secretaria, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade das Secretarias o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **17/10/2019.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada de cada da Secretária.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de **cada Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos/materiais ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o funcionário designado da Secretaria julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2. Na hipótese de o produto/material não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Em caso de troca do produto/material, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.4. A avaliação da qualidade do produto/material efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0144- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0246- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0341- 06.021.10.301.0013.2067.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0349- 06.021.10.301.0013.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 17 de outurbro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA MURILO GOLIN DOS SANTOS-ME

PAPELARIA PINOQUIO MURILO GOLIN

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO	VLR UNT	SUB-TOTAL	MARCA
10	10	UNID	CARTUCHO PARA IMPRESSORA ELGIN PB211 P2500W/M6650WN	97,00	970,00	ELGIN
5	10	UNID	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 662 PRETO	41,00	410,00	HP
7	193	UNID	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP CB435 / 436 / CE285-A	15,90	3.068,70	MASTERPRINT
12	8	UNID	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA OKI MB491 PRETO	50,00	400,00	RHB
18	30	UNID	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D203/ COMPATIVEL	59,00	1.770,00	MASTERPRINT
				T O T A L	6.618,70	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 048/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS : Nº 035/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 053/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ SOB Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA MATCHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI**, situada na Rua Umutina, Lot. Residencial Itapajé, 26, Ant. 10, Quadra 13, Lote 26, Bairro Residencial Coxipó, Cuiabá/MT, CEP. 78.090-466, inscrita no CNPJ 33.955.893./0001-88 insc. est. 13.774.783-7, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **ANTONIO NELES MONTEIRO DE SOUZA**, inscrito no CPF sob n º 048.571.021-88 e RG Nº 22691928/SSP/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido por cada Secretaria, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade das Secretarias o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **17/10/2019.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada de cada da Secretária.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de **cada Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos/materiais ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o funcionário designado da Secretaria julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2. Na hipótese de o produto/material não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Em caso de troca do produto/material, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.4. A avaliação da qualidade do produto/material efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0144- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0246- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0341- 06.021.10.301.0013.2067.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0349- 06.021.10.301.0013.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 17 de outurbro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA MATCHIC DISTRIBUIDORA DE

MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO

EIRELI ANTONIO NELES MONTEIRO DE SOUZA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO

Item	Descrição Completa	marca	Unid. Medida	Quant.	valor uni.	valor total
2	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3550/ COMPATIVEL	MASTERPRINT	UN	8	R$ 78.95	R$ 631.60
3	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 60 COLORIDO	MASTERPRINT	UN	20	R$ 58.00	R$ 1,160.00
4	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 60 PRETO	MASTERPRINT	UN	20	R$ 40.00	R$ 800.00
8	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP CF217A/ COMPATIVEL	MASTERPRINT	UN	70	R$ 40.50	R$ 2,835.00
11	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 664 PRETO	MASTERPRINT	UN	15	R$ 42.00	R$ 630.00
15	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER TN 1060 / 1000	MASTERPRINT	UN	10	R$ 15.00	R$ 150.00
16	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA BROTHER TN580 / 8060 / 65 / 70 / 8085/ COMPATIVEL	MASTERPRINT	UN	28	R$ 21.50	R$ 602.00
17	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG D104 ML 1660 / 1665 BK COMPATVEL	MASTERPRINT	UN	20	R$ 28.50	R$ 570.00
19	CARTUCHO TONER PARA IMPESSORA SAMSUNG D204/ COMPATIVEL	MASTERPRINT	UN	43	R$ 39.50	R$ 1,698.50
20	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA MODELO CF218A/ COMPATIVEL	MASTERPRINT	UN	20	R$ 35.00	R$ 700.00
					VALOR TOTAL	R$ 9,777.10

VALOR GLOBAL : R$ 9.777,10 (NOVE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 049/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS : Nº 035/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 053/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, s/nº, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ SOB Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA MARCOS S BIUDES – ME**, situada na Rua Dom Pedro I, 224, CEP 78.030-020, Jardim Independência, Cuiabá, MT CEP. 78.090-466, inscrita no CNPJ 08.257.279/0001-03, Inscrição Estadual: 13329559-1, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. **MARCOS SACARDI BIUDES**, inscrito no CPF sob n º 995.129.981-49 e RG Nº 12821730/SSP/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido por cada Secretaria, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade das Secretarias o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **17/10/2019.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada de cada da Secretária.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de **cada Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos/materiais ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o funcionário designado da Secretaria julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2. Na hipótese de o produto/material não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Em caso de troca do produto/material, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.4. A avaliação da qualidade do produto/material efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 035/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0045- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0116- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0144- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0157- 05.002.12.365.0008.2081.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0165- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0246- 05.006.12.364.0031.2051.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0277- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0341- 06.021.10.301.0013.2067.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0349- 06.021.10.301.0013.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0376- 07.021.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0424- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 17 de outurbro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA MARCOS S BIUDES – ME

MARCOS SACARDI BIUDES

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ANEXO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUA	UNIDADE	MARCA	MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR MINIMO
1	CARTUCHO 662 PARA IMPRESSORA HP COLORIDO	10	UNIDADE	BYQUALY	662 COLOR	R$ 45,00	R$ 450,00
6	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 664 COLORIDO	20	UNIDADE	BYQUALY	664 COLOR	R$ 44,00	R$ 880,00
9	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP CF283A/ COMPATIVEL	187	UNIDADE	M.S.B.	CF283-A	R$ 15,30	R$ 2.861,10
13	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA HP 2612 A	38	UNIDADE	M.S.B.	Q2612-A	R$ 15,50	R$ 589,00
14	CARTUCHO TONER PARA IMPRESSORA XEROX 4510/ COMPATIVEL	3	UNIDADE	BYQUALY	XEROX 4510	R$ 299,60	R$ 898,80
VALOR TOTAL	**CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS**					**R$ 5.678,90**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.312/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por 35 (trinta e cinco) dias por motivo de doença em pessoa da família, para a funcionária Sr.ª **ANA CRISTINA DA SILVA,**portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0306108 SSP/AC e inscrita no CPF sob o n°. 002.679.891-30, ocupante do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisor de Indústria e Comercio** – **SUINC**, Nível **DAS-03**, *lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio,* SEM REMUNERAÇÃO, tendo em vista o disposto no Art. 85, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de declaração médica e Memorando nº 140/2019/COOJUR (anexo), a partir do dia 16/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 22 dias de outubro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.313/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1° PRORROGAR, o prazo da portaria nº **11.083/2019** que dispõe sobre o **Processo Administrativo Disciplinar n° 005/2019**, para os fins que menciona, por mais 30 (trinta) dias para conclusão, em virtude da complexidade dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 22 dias de outubro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Tomada de Preços de que trata o Edital nº. 005/2019, levado a efeito às 08h00min (Oito horas) do dia 22/10/2019, teve como resultado ***LICITAÇÃO DESERTA.***

Aripuanã-MT, 22 de outubro de 2019.

Tamara Piran da Silva Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 583/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MEDCLIN CLÍNICA MÉDICA LTDA; PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2019; VALOR GLOBAL R$ 313.100,00; VIGENCIA: 1º/11/2019 A 31/12/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.314/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por 15 (quinze) dias por motivo de doença em pessoa da família, para a funcionária Sr.ª **CRISTINA DA LUZ**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.164.867-8 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 884.570.101-82,ocupante do Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, com remuneração, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de declaração médica, a partir do dia 07/10/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 22 dias de outubro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 08h00m (Brasília) do dia 04 de novembro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8. 666/93.**

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROFESSORES SE FOR O CASO, DA ZONA RURAL, ASSENTAMENTOS E/OU ACAMPAMENTOS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, NÃO PAVIMENTADAS E VICINAIS.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 22 de outubro de 2019.

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria nº 140/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO 018/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 018/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **AUTO ELETRICA RODRIGUES, CNPJ 29.645.988/0001-28**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 018/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Ronaldo Rosa de Oliveira.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 018/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: AUTO ELETRICA RODRIGUES CNPJ: CNPJ 29.645.988/0001-28					
CEP: 78.678-000	**CIDADE/UF: BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT**				
TELEFONES: (66) 3538-1171	**E-MAIL: damaresdelmondes2@gmail.com**				
REPRESENTANTE LEGAL: DAMARES DELMONDES PINHEIRO PEREIRA					
RG: 21294933 SESP/MT	**CPF: 031.477.371-10**				
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Valor Unit.	Valor. Total
01	**200**	**HORA**	VEÍCULOS LEVES: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	**186,00**	**37.200,00**
02	**300**	**HORA**	VEÍCULOS MÉDIOS: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	**204,33**	**61.299,90**
03	**200**	**HORA**	VEÍCULOS PESADOS: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	**227,33**	**45.466,00**
Total Geral R$ 143.965,00 (cento e quarenta e três mil novecentos e sessenta e cinco reais)					

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente deste serviço ocorrerá à conta de recursos próprio municipais, previstos no orçamento anual 2019/2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Órgão:	Secretaria de Educação	02.05
Ficha: Unidade:	Departamento de Ensino	106 0205.02
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

SECRETARIA DE SAÚDE

Órgão:	Secretaria de Saúde	02.06
Ficha: Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	147 020602
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão:	Secretaria de Administração	02.03
Ficha: Unidade:	Dep . Adm e Planejamento	066 020302
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	02.07
Ficha: Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	175 020702
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA

Órgão:	Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura	0208
Ficha: Unidade:	Departamento de Esporte e Lazer	213 020802
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

Órgão:	Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio	0209
Ficha: Unidade:	Departamento de Agricultura, Industria e Comercio	234 020902
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 018/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 018/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, 18 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

AUTO ELETRICA RODRIGUES

DAMARES DELMONDES PINHEIRO PEREIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 017/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 017/2019, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINÁRIO (CAMINHÃO BASCULANTE; TRATOR DE ESTEIRA E; PÁ CARREGADEIRA).**

Obteve o seguinte resultado, a empresa: E C S S OLIVEIRA - CNPJ 09. 160.267/0001-10, sagrou-se vencedora dos itens 01 e 03 - no valor total de R$ 147.199,95 (cento e quarenta e sete mil cento e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). O item 02 restou fracassado. O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda José Jumarcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 09 de outubro de 2019.

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria 140/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO 017/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGAO 017/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **E C S S OLIVEIRA**, **CNPJ nº 09.160.267/0001-10**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINÁRIO (CAMINHÃO BASCULANTE; TRATOR DE ESTEIRA E; PÁ CARREGADEIRA) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT**.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 017/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Ronaldo Rosa de Oliveira.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 017/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: E C S S OLIVEIRA **CNPJ:** 09.160.267/0001-10					
CEP: 78.678-000			**CIDADE/UF: BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT**		
TELEFONES: (66) 98442-9564				**E-MAIL: supermercadouniaobja@gmail.com**	
REPRESENTANTE LEGAL: ELLEN CRISTINA SANTOS SILVA OLIVEIRA					
RG: 16457803 SJSO/MT				**CPF: 012.646.351-41**	
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Valor Unit.	Valor. Total
			SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO - DIESEL, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE 12 TONELADAS, VOLUME MÍNIMO DE CARGA 12 M3. (COM OPERADOR E MANUTENCAO)	**R$ 688,33**	**R$ 103.249,95**
			PÁ CARREGADEIRA (COM OPERADOR E MANUTENÇÃO)	**R$ 293,00**	**R$ 43.950,00**
Total Geral R$ 147.199,95 (cento e quarenta e sete mil cento e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)					

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes destes serviços ocorrerão à conta de recursos próprio municipais, previstos no orçamento anual 2019/2020, na seguinte dotação:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Órgão:	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	0210
Ficha: Unidade:	Departamento de Obras	251 021002
Elemento Desp:	Outros servi. terc. pessoa jurídica	3.3.90.39.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 017/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 017/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, 21 de outubro de 2019

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

E C S S OLIVEIRA – CNPJ 09.160.267/0001-10

ELLEN CRISTINA SANTOS SILVA OLIVEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 14h00m (Brasília) do dia 04 de novembro de 2019, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8. 666/93.**

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 22 de outubro de 2019.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria nº 140/2019

EXTRATO DE CONTRATO 061/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 061/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADO: AUTO ELETRICA RODRIGUES, CNPJ nº **29.645.988/0001-28**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

VALOR: R$ 143.965,00 (cento e quarenta e três mil novecentos e sessenta e cinco reais)

DATA: 18/10/2019

VIGÊNCIA: 18/10/2020

_____

IVAN ABRANTES DOS SANTOS

Presidente da CPL

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 018/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2019

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 018/2019, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

O pregão 018/2019 obteve o seguinte resultado: a empresa **AUTO ELETRICA RODRIGUES – CNPJ 29.645.988/0001-28**, sagrou-se vencedora dos itens 01; 02 e; 03 - no valor total de R$ 143.965,00 (cento e quarenta e três mil novecentos e sessenta e cinco reais), conforme discriminação abaixo:

ITEM 01 – VALOR UNITÁRIO R$ 186,00 – VALOR TOTAL R$ 37.200,00

ITEM 02 – VALOR UNITÁRIO R$ 204,33 – VALOR TOTAL R$ 61.299,90

ITEM 03 – VALOR UNITÁRIO R$ 227,33 – VALOR TOTAL R$ 45.466,00

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se à disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda José Jumarcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 10 de outubro de 2019.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria 140/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 308 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 258,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ROSILENE DA SILVA CAMPOS,** Licenciada em Pedagogia na E.M Duque de Caxias, acréscimo de 10 **horas/semanais** no período de 03/10/2019 a 25/11/2019, em substituição a professora Marinete da Silva Rego que está em readaptação de função.

Cáceres, 10 de Outubro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 317 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 138** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **FABIANE SANCHES OURIVES,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM gotinhas do Saber, acréscimo de **20 horas/semanais**,no período vespertino de 31/08/2019 a 14/09/2019, em substituição a servidora Zilda Bonfim Rodrigues que estava de atestado Médico.

Cáceres, 16 Outubro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 441 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no processo no memorando nº. 15051, de 09 de outubro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para constituírem a **Comissão Especial de revisão da Lei que instituiu o Adicional de Produtividade.**

PRESIDENTE

BRUNO CORDOVA FRANÇA

MEMBROS

RONALDO DE LIMA -PGM

SIMONE FERREIRA MUNIZ DE ALMEIDA – PGM

ADALBIANA DE JESUS OLIVEIRA - SMS

CLAUDIANE MIRANDA DO CARMO - SMS

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação desta Portaria e concluí-los no prazo de 15 (quinze) dias.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de outubro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Afixado em: 18.10.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 638 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 26.900, de 16 de outubro de 2019.

RESOLVEM:

Art. 1º-Nomear o servidor **ARLAN MARTINS DA SILVA**,para exercer o cargo em Comissão de Gerência de Regulação, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeito desde 15 de outubro de 2019.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de outubro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 17.10.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 643, DE 21/10/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$202.801,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

216 10.301.1002.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS 6.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

266 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 9.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

285 10.302.1002.2045.0000 MANUT. E ENC. C/ A CENTRAL DE REGULAÇÃO 5.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

299 10.302.1002.2146.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II 2.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

316 10.302.1002.2221.0000 MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

1286 10.304.1002.2039.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

447 12.361.1004.2061.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.01

1246 12.361.1004.2061.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 80.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.01

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

879 08.244.1009.2210.0000 SERV DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS E FAMILIAS 9.350,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.43

882 08.244.1009.2230.0000 MANUT. DO SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA / ESPECIAL /FMAS/FEAS 7.550,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.43

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1264 04.129.1008.2182.0000 MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ 40.001,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1112 10.122.1002.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -5.500,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1. 02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

210 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -9.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

265 10.302.1002.2041.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

320 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -38.900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

481 12.365.1004.1241.0000AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE UNIFORMES- EDUCAÇÃO INFANTIL -90.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA F.R. Grupo: 1.01

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

880 08.244.1009.2210.0000SERV DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS E FAMILIAS -6.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.43

883 08.244.1009.2230.0000MANUT. DO SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA / ESPECIAL /FMAS/FEAS -10.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.43

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

980 04.129.1008.2182.0000MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -28.651,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

987 04.129.1008.2184.0000MANUT E ENC. C/AS ATIV DO TERMO DE COOP TECNICO ESTAGIO REMUNERADO -1.350,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

1107 04.129.1008.2182.0000MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -10.000,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1. 00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.644, DE 21/10/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$152.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ADELAIDE MIRANDA FERREIRA ALMEIDA	011.942.711-70	9047/00229/2019
ADEMIR MAZON	307.803.730-49	9047/00167/2019
ALESSANDRO PINTO DE ARRUDA	615.069.071-72	9047/00168/2019
ALEX JORGE DA CUNHA	699.602.081-68	9047/00333/2019
ALEX ROSA JORGE DA CUNHA	699.602.081-68	9047/00334/2019
ALEX ROSA JORGE DA CUNHA	699.602.081-68	9047/00335/2019
ALEX ROSA JORGE DA CUNHA	699.602.081-68	9047/00336/2019
AMERICO FERREIRA MENDES	034.292.611-04	9047/00337/2019
AMERICO FERREIRA MENDES	034.292.611-04	9047/00338/2019

ANA LEITE CAMINHO	488.515.071-04	9047/00231/2019
ANA LEITE DE MATOS	488.515.071-04	9047/00169/2019
ANA LEITE DE MATOS	488.515.071-04	9047/00170/2019
ANGELO IGNACIO DE MATOS	205.464.078-62	9047/00232/2019
ANTONIO FRANCISCO ROSA	205.882.831-34	9047/00238/2019
ANTONIO FRANCISCO ROSA	205.882.831-34	9047/00243/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00148/2019
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00149/2019
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00150/2019
APARECIDO GALONI	139.974.831-91	9047/00175/2019
APARECIDO GALONI	139.974.831-91	9047/00176/2019
APARECIDO GALONI	139.974.831-91	9047/00177/2019
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CLARINOPOLIS	24.753.352/0001-86	9047/00178/2019
BALTHAZAR DE ALMEIDA NETO	274.400.281-04	9047/00182/2019
BENEDICTO DA COSTA NUNES	065.087.741-15	9047/00139/2019
BENEDICTO DA COSTA NUNES	065.087.741-15	9047/00140/2019
BENEDICTO DA COSTA NUNES	065.087.741-15	9047/00141/2019
BENEDITO OLAVO	089.087.021-72	9047/00344/2019
BIOFERTIL AGROPECUARIA SA	92.751.825/0008-32	9047/00250/2019
BIOFERTIL AGROPECUARIA SA	92.751.825/0008-32	9047/00251/2019
CLAUDIO LUCAS FURQUIM	142.121.021-53	9047/00079/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CLAUDIO LUCAS FURQUIM	142.121.021-53	9047/00080/2019
ELISIO ACENDINO SEGALA	058.927.598-49	9047/00252/2019
HELIO ALVES DA SILVA	094.741.291-34	9047/00268/2019
HELIO DE FREITAS MAFRA	659.186.068-15	9047/00359/2019
INDALECIO NUNES DA CUNHA	053.317.571-20	9047/00125/2019
INDALECIO NUNES DA CUNHA	053.317.571-20	9047/00126/2019
IRACILDA ROCHA TEIXEIRA RITA	593.985.311-00	9047/00204/2019
JAMIL JOSE DA SILVA	293.167.901-15	9047/00363/2019
JOAO BATISTA DOS SANTOS	178.884.171-91	9047/00271/2019
JOAO DE ARRUDA FIALHO	022.941.501-63	9047/00205/2019
JOAO DE ARRUDA FIALHO	022.941.501-63	9047/00206/2019
JOAO DE ARRUDA FIALHO	022.941.501-63	9047/00207/2019
JOAO ODEMAR GATTASS	027.816.541-91	9047/00272/2019
JOSE ALVES DA SILVA	468.317.971-72	9047/00102/2019
JOSE ALVES DA SILVA	468.317.971-72	9047/00103/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JOSE ALVES DA SILVA	468.317.971-72	9047/00104/2019
JOSE FERNANDES VIEIRA	004.307.909-10	9047/00152/2019
JOSE FERNANDES VIEIRA	004.307.909-10	9047/00153/2019
JOSE FERNANDES VIEIRA	004.307.909-10	9047/00154/2019
JOSE GERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00208/2019
JOSE GERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00209/2019
JOSE GERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00210/2019
JOSE JERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00211/2019
JOSE JERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00212/2019
JOSE JERONIMO DE PAULA	369.411.238-34	9047/00213/2019
LAERCIO DE ARRUDA FIALHO	396.505.451-15	9047/00216/2019
LUCIA NEPUMOCENO MENDES DE SOUZA	140.531.101-06	9047/00220/2019
MANOEL ANTONIO CUIABANO	335.781.097-20	9047/00131/2019
MANOEL BISPO DO CARMO	070.151.001-34	9047/00376/2019
MARCIAL FRETE	012.047.898-60	9047/00071/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
MARCIAL FRETE	012.047.898-60	9047/00072/2019
MARCIAL FRETE	012.047.898-60	9047/00081/2019
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA	705.088.361-15	9047/00377/2019
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA	705.088.361-15	9047/00378/2019
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA	705.088.361-15	9047/00379/2019
MARIA ANATALIA DE ARRUDA MORAES	531.776.061-53	9047/00226/2019
MARIA ANATALIA DE ARRUDA MORAES	531.776.061-53	9047/00227/2019
MARIA ANATALIA DE ARRUDA MORAES	531.776.061-53	9047/00228/2019
MARIA JOSE SILVA COSTA MARQUES	767.839.791-72	9047/00380/2019
MARIA JOSE SILVA COSTA MARQUES	767.839.791-72	9047/00381/2019
MARIA MADALENA MARQUEZAN DA SILVA	303.728.871-04	9047/00384/2019
NARAINA DE AQUINO	161.809.847-00	9047/00082/2019
NARAINA DE AQUINO	161.809.847-00	9047/00083/2019
NIVALDO MACIEL DO AMARAL	303.835.101-63	9047/00393/2019
NIVALDO MACIEL DO AMARAL	303.835.101-63	9047/00394/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2019

PROC.ADMINISTRATIVO/PROTOCOLO N° 397/2019

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

***OBJETO*:** Pregão Eletrônico para Registro de preços visando a aquisição de sidcar,carretinhas e capacetes conforme as especificações detalhadas no item 1.2,do **TERMO DE REFERÊNCIA,** parte integrante do presente edital com a finalidade de atender as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.**

PLATAFORMA:

BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES - www.bllcompras.org.br

DATA:

06 de novembro de 2019, às 09:30 horas, horário de Brasília-DF

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fone (65) 3223-6900, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada nos sites www.aguasdopantanal.eco.br**, assim como www.bllcompras.org.br.**

Cáceres, 22 de outubro de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 319 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 229** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JANEIDE PEREIRA DA SILVA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Raquel Ramão da Silva, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 14/10/2019 a 30/11/2019, em substituição ao Professor Gelson Candeias Maria, que está de atestado médico.

Cáceres, 16 deOutubro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 21 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
NIVALDO MACIEL DO AMARAL	303.835.101-63	9047/00395/2019
NIVALDO MACIEL DO AMARAL	303.835.101-63	9047/00396/2019
OLME IVO BELLANDI	148.362.469-20	9047/00397/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00294/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00297/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00295/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00298/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00296/2019
OTTO MEINBERG	618.366.308-59	9047/00299/2019
PORFIRIO RODRIGUES BRITO	106.637.971-87	9047/00304/2019
RUI ZAGNOLI	081.055.106-34	9047/00310/2019
SEBASTIAO VIEIRA DE MORAES FILHO	043.725.811-49	9047/00156/2019
SEBASTIAO VIEIRA DE MORAES FILHO	043.725.811-49	9047/00157/2019
SEBASTIAO VIEIRA DE MORAES FILHO	043.725.811-49	9047/00158/2019
WILSON COSTA MARQUES JUNIOR	420.145.731-15	9047/00262/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 21/10/2019

Data de desafixação: 05/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 316 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 200** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Centro Municipal de Educação Infantil-CAIC acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 14/10/2019 a 23/10/2019, em substituição a professora Iris Luciana Moreira de Moraes que se encontra de Atestado Médico.

Cáceres, 16 de Outubro de 2019

_____

_____

Luzinete jesus de oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 307 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 14,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Fazendo Arte, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 04/10/2019 a 18/10/2019, em substituição a professora Margarete Frank de Souza que está de Atestado Médico.

Cáceres, 08 de Outubro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 41/2019

O Diretor Executivo Do Serviços de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Considerando as disposições da Lei no 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviços de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei no 2.520/2016;

Considerando os Princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando os artigos 18, 19 e 20 da Lei complementar no 48 de 05 de setembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1o – Fica elevado o Nível do Servidor **Sebastião Reis Crisostomo da Silva**, Cargo **Encanador de Adutora**, **matrícula nº 07**, em razão do documento apresentado, Certificado Autenticado da **Pós Graduação** em **Educação Ambiental**, na área da Educação, com carga horária total de 360 horas, promovido pelo Centro Universitário Cidade Verde – **UNIFCV**, protocolado em 09/08/2019, às 10H39M, obedecendo aos critérios de promoção para cada Classe, passando a figurar na **Classe C – Nível IV.**

Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/08/2019.

Cáceres-MT, 16 de outubro de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8484 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o teor dos requerimentos dos servidores;

RESOLVE:

I – Converter em abono pecuniário.

MATRÍCULA SERVIDOR PERÍODO AQUISITIVO

14 ALTIER OLIVEIRA NASCIMNETO 01.06.2014 a 31.05.2019

44 CORACY ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS 03.05.2014 a 02.05.2019

699 WELITON FIRMINIO DE FREITAS 02.02.2008 a 01.02.2013

II - Esta portaria entra em vigor na data de 22 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 22 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 555, DE 21 DE OUTUBRO 2019.

NOMEIA A SENHORA **JANIA MARIA CARDOSO DE SOUZA** PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CUIDADOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PARA SUPRESSÃO DE ITEM
PP 104/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **SUPRESSÃO** do **Item 7.2.4 alínea "a"** do **Edital de Pregão Presencial nº 104/2019**, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de laboratório, para realização de exames preconizados pelo Ministério da Saúde**.Que terá sua abertura no dia 30 de outubro as 08h15min. (horário de Brasília), conforme publicações.

a) CRF do Farmacêutico/ Bioquímico responsável;

As demais disposições permanecem sem alteração. Não se altera a data de abertura do certame, tendo em vista que tal alteração não influencia na elaboração das propostas dos Licitantes.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes...

Campo Novo do Parecis, 22 de outubro de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

1° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 266/2018

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 18/2018– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***RAFAEL MACHADO***, brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**,inscrita no CNPJ sob n° 12.889.035/0001-02, estabelecida na Rua Sidney Guerra n°283, Loteamento Nova Itália, Bairro Linho, Erechim – Rio Grande do Sul, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **Briani Bender**, portador do CPF nº 020.572.130-30, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão Eletrônico RP nº 018/2018****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 266/2018, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da Ata de Registro de Preços nº 266/2018, do Pregão Presencial nº 18/2018, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos:

Item	Cód.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
15	5346	UNIDADE	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO	**R$ 0,1090**	**R$ 0,1906**
331	30176	UNIDADE	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG COMPRIMIDO	**R$ 0, 40**	**R$ 0,6668**
50	9797	UNIDADE	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS C/ 10 ML	**R$ 0,60**	**R$ 0.6782**
140	17977	UNIDADE	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	**R$ 0, 0490**	**R$ 0, 0818**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 11 de outubro de 2019.

RAFAEL MACHADO BRIANI BENDER *Prefeito MunicipalInovamed Com. de Med. Ltda*

Contratante Fornecedora

Viviane Alves Dias Petry

Agente Fiscalizador

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 554, DE 21 DE OUTUBRO 2019.

EXONERA A SERVIDORA **EDINÉIA ALMERINDA DOS SANTOS SANDRI** DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CUIDADOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL – 001/2019

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS MEDIANTE LICITAÇÃO, INCLUSIVE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, CONTRATOS E APLICAÇÕES DE SANÇÕES

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

1.1. A presente instrução normativa dispõe os procedimentos de controle a serem observados na geração de gastos através de compras e contratações de obras ou serviços, com ou sem processo licitatório.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

2.1. Abrange todas as Unidades e Secretarias no âmbito do Poder Executivo Municipal de Campo Verde, seja da Administração Direta e/ou Indireta.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

3.1. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Sistema de Compras e Licitações - SCL: Conjunto de atividades desenvolvidas por todas as unidades da organização para obtenção de bens ou contratação de obras ou serviços, abrangendo desde o pedido até a contabilização do pagamento da despesa. Tem como órgão central o Setor de Compras e Licitações e como órgãos Setoriais todas as unidades da estrutura organizacional quando no exercício de qualquer atividade abrangida pelo Sistema de Compras e licitação.

II - Órgão Central do Sistema: Unidade da estrutura organizacional (Setor de Compras e Licitações) à qual compete, de acordo com as suas atribuições institucionais, responder pela maior parte das rotinas de controle relativa ás compras e contratações de obras e serviços.

III - Material: Designação genérica de equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, veículos em geral, matérias-primas e outros itens empregados ou passíveis de emprego nas atividades das organizações públicas municipais, independente de qualquer fator, bem como, aquele oriundo de demolição ou desmontagem, aparas, acondicionamentos, embalagens e resíduos economicamente aproveitáveis.

IV - Serviço: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

V - Compra: toda aquisição remunerada de bens (material) para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

VI - Imprensa oficial: veículo oficial de divulgação da administração pública;

VII - Contratante: órgão ou entidade municipal signatária do instrumento contratual;

VIII - Contratado: pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a administração pública;

IX - Comissão - comissão permanente ou especial: criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

X - Processo Administrativo Licitatório: Pasta contendo todos os documentos gerados, na licitação, no decorrer da rotina, a partir do ofício para abertura da licitação acompanhado do Termo de Referência até a emissão da Autorização de Fornecimento ou da Ordem de Serviço, com registro das etapas percorridas e manifestações, com identificação das datas e dos responsáveis em cada etapa, para arquivamento do Setor de Compras e Licitações;

XI - Termo de Referência – TR: Entende-se como Termo de Referência o instrumento para solicitação de aquisição de bens, serviços e contratação de obras, inclusive dispensa por valor. Neste termo é obrigatório o registro das seguintes informações: objeto, justificativa da aquisição, previsão orçamentária, projeto básico (quando necessário), periodicidade, prazo de entrega ou execução, local de entrega ou execução.

CAPÍTULO IV BASE LEGAL E REGULAMENTAR

4.1. O fundamento jurídico encontra-se respaldo nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02; Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal nº 072/2019 e demais legislações pertinentes ao tema.

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADES

5.1. Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

a) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a.

b) Atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

c) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade Responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

5.2. Das Unidades Executoras:

a) Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;

b) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

c) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

5.3. Da Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno:

a) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos Procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controles inerentes ao SCL, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

6.1. O pedido para aquisição de bens e serviços terá origem na Secretaria/Unidade Solicitante que deverá confeccionar a requisição por meio de memorando interno justificando a necessidade e o interesse público, juntamente com o Termo de Referência especifico para cada objeto, conforme modelo disponibilizado (ANEXO I e Anexo II), que deverá contemplar os seguintes requisitos:

6.1.1. Os itens a serem licitados deverão ser padronizados, seguindo a descrição e código do Catálogo de Materiais e Serviços disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

6.2. Memorando Interno da Secretaria requisitante, solicitando autorização do Chefe do Executivo Municipal;

6.3. TERMO DE REFERÊNCIA - TR:

a) Objeto (descrição sucinta);

b) Justificativa técnica do pedido;

c) Fundamentação legal (modalidade e tipo de contratação, inclusive se for para Registro de Preços);

d) Especificação do objeto, quantidade, valor estimado (unitário e total);

e) Condições de garantia/ assistência técnica do objeto;

f) Valor estimado da contratação;

g) Dotação orçamentária;

h) Condições de recebimento do objeto;

i) Prazo e condições de execução do serviço;

j) Local de entrega/execução (endereço completo);

k) Amostras / laudos técnicos, quando necessário;

l) Obrigações da contratante;

m) Obrigações da contratada;

n) Fiscalização do contrato com indicação dos fiscais que serão cientificados no ato de elaboração do termo;

o) Forma de pagamento;

p) Sanções Administrativas

q) Prazo de vigência do Contrato/Ata;

r) Outras informações (data, local, assinatura do responsável pela elaboração do TR e do Secretário da pasta e do fiscal de contrato e/ou ata de registro de preços).

6.3.1. É obrigatório a participação do fiscal de contrato e/ou ata de registro de preços na elaboração do Termo de Referência.

6.4. COTAÇÃO DE PREÇO:

6.4.1. A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico, proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo restringir-se à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o conjunto (cesta) de preços aceitáveis.

6.4.1.1. Considera-se preços aceitáveis, aqueles praticados na Administração Pública como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/ contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

6.4.1.2. Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

6.4.2. A estimativa de preços, que constará do orçamento base da licitação, dispensa ou inexigibilidade, deve ser realizada pelo Setor de Compras da secretaria demandante da licitação, contemplando ampla pesquisa de mercado para a formação de preços.

6.4.2.1. Para se estabelecer o preço de referência, é necessário utilizar maior número de fonte possível, devendo constar no mínimo 03 (três) pesquisas de preços da cesta de preços aceitáveis, conforme estabelecido no item 6.4.3.

6.4.2.2. As estimativas devem ser juntadas com os demais documentos pertinentes ao processo administrativo de aquisição de bens ou contratação de serviços.

6.4.3. Para a obtenção da estimativa de preços, poderá ser utilizada a seguinte cesta de preços aceitáveis:

I - Atas de registro de preços e contratações ou aquisições realizadas no âmbito dos próprios órgão/entidade da Administração Pública, desde que não sejam em intervalo superior a 12 (doze) meses da data da abertura do processo administrativo que deu origem à ata.

II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 6 (seis) meses anteriores à data da pesquisa de preços, podendo ser consultada no site do TCE/MT – aba “RADAR” ou pelo link “http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao”;

III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso, nome e CNPJ da empresa, descrição do produto e seu preço;

IV - A pesquisa baseada pelo Comprasnet, pode se limitar a um único preço, conforme entendimento do TCU por força da Instrução Normativa IN nº 05/ 2014-SLTI/MP;

V - Além do Comprasnet do Governo Federal, existem diversos outros repositórios de preços praticados e registrados pela Administração Pública:

a) ANP: combustíveis - http://www.anp.gov.br/preco;

b) Procon MG: produtos ao consumidor - http://www.almg.gov.br/procon/pesquisa_preco;

c) Veículos - http://www.webmotors.com.br e http://www.fipe.org.br/;

d) SIAG https://aquisicoes.sad.mt.gov.br que contempla pesquisa por "Descrição do Item da Ata" em Registros de Preço;

e) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, publicado pela AMM - Associação Mato Grossense dos municípios. A página está disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm e permite consulta a "Todas as edições" por palavra-chave. Pesquisando, por exemplo, a expressão dipirona "ata de registro de preços" revela diversas fontes de referência em potencial;

f) Na página do TCE-MT estão disponíveis as licitações realizadas pelas prefeituras matogrossenses. Para consultar, visite http://cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao. A consulta permite filtrar licitações pelo texto objeto e do item na opção "Busca Avançada", assim como diversos filtros;

g) Outra fonte de preços registrados em prefeituras de Mato Grosso é o portal de compras eletrônicas Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) http://bllpublico.cloudapp.net. O sistema permite consulta textual por produto. Pelo menos 26 prefeituras matogrossenses e diversas espalhadas pelo país usam esse sistema;

h) Portal de Compras do Banco do Brasil http://www.licitacoes-e.com.br também dispõe deuma "Pesquisa Avançada" em que é possível fazer consulta textual por mercadoria. i) Medicamentos e materiais ambulatoriais http://www.saude.gov.br/bps.

6.4.3.1. Na definição do preço de referência, poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo (planilha de cotação) a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

6.4.3.2. Serão utilizadas, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados no item 6.4.3, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

6.4.3.3. Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

6.4.3.4. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

6.4.3.5. Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, com base no art. 40 da Lei nº

8.078/90.

6.4.3.6. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.

6.4.3.7. A pesquisa de mercado pode ser realizada utilizando-se fax ou e-mail, devendo ser anexados todos os documentos comprobatórios ao processo (email e anexos, confirmação de recebimento e resposta).

6.4.3.8. Serão admitidos os preços formados mediante pesquisa em sítios da internet de empresas de comércio eletrônico (Submarino, Extra, Americanas, etc.) ou de fornecedores via internet (Dell, Itautec, etc.); todavia, não serão admitidas cotações em sítios de leilão.

6.4.3.9. Quando não for possível a obtenção de orçamentos por outros meios de pesquisa, será admitido, excepcionalmente, pesquisa de mercado por telefone ou pessoalmente no comércio local. Essa opção deverá ser devidamente justificada, informando, ainda, além da descrição do bem/serviço, o nome do servidor responsável pela pesquisa, o nome e CNPJ da empresa pesquisa, o número de telefone, data e hora, quando se tratar de ligação e o nome do funcionário que forneceu o orçamento.

6.4.4. A pesquisa de preços pode, dependendo do objeto, abranger qualquer região do País e, em casos específicos, devidamente justificados, mercados externos.

6.4.5. A pesquisa será realizada com base em informações padronizadas, de tal forma que sejam evitadas distorções no seu resultado, devendo contemplar:

I - descrição completa e detalhada do objeto;

II - quantidades estimadas de fornecimento;

III - prazos máximos, locais e condições de entrega;

IV - condições de pagamento;

V - outras informações que possam interferir na formação do preço.

6.4.6. No caso de fornecedor exclusivo, o Setor de Compras da Secretaria demandante deve juntar ao processo documentos comprobatórios de outras contratações correlatas a fim de comprovar que o valor ofertado está na média das contratações anteriores celebradas com outros órgãos ou instituições, conforme Orientação Normativa nº 17 da AGU.

6.4.7. Nas contratações emergenciais, o valor estimado pode ser feito com base no valor do último contrato.

6.4.7.1. Caso não exista contrato anterior, o valor estimado será realizado diretamente com os potenciais fornecedores, sucedida de mapa comparativo indicando o fornecedor que oferecer a melhor proposta.

6.4.7.2. Na hipótese do item anterior, deverá ser apresentada pesquisa de preços com no mínimo 03 (três) potenciais fornecedores em envelope lacrado e rubricado, que será aberto em data, horário e local determinado pela Administração e descrito em ata, ressalvados os casos em que tal procedimento não puder ser realizado, hipótese em que deverá ser devidamente justificado.

6.4.7.3. O orçamentista é responsável pela elaboração de memória de cálculo das estimativas de preço, devendo excluir os preços inexeqüíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

6.4.7.3.1. Os Setores de Compras e Licitações de cada secretaria, por meio de seus responsáveis (ordenador de despesa), respondem, solidariamente, pela veracidade dos valores inseridos nas pesquisas.

6.4.7.3.2. Os valores mencionados devem ser apurados de forma isonômica e isenta de qualquer interesse que não seja a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

6.4.7.3.3. Será apurada responsabilidade em casos de constatação de manipulação, de qualquer espécie, dos dados pesquisados, bem como na hipótese de preferência de marca, sem a devida justificativa e sem o projeto prévio de padronização, nos termos da lei.

6.5. Deverá apresentar as seguintes documentações no caso de:

6.5.1. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Seguir Orientação Técnica n° 001/2006/IBRAOP):

a) Projeto Básico ou Termo de Referência;

b) Desenho (Projetos executivos de obras e serviços, quando não vinculados à contratação);

c) Memorial Descritivo;

d) Especificação Técnica;

e) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, devidamente assinado pelo responsável;

f) Cronograma físico financeiro;

g) ART paga, quando for o caso, referente aos serviços de: elaboração do projeto, planilha orçamentária e de outros documentos pertinentes, bem como dos responsáveis pela execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia;

h) Parecer técnico da Secretaria de Meio ambiente sobre a necessidade, ou não, de Estudo de Impacto Ambiental – EIA, quando exigido por lei;

6.5.2 – AQUISIÇÃO DE PRODUTOS OU SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

a) Parecer técnico de conformidade da Diretoria de Tecnologia da Informação.

6.5.2.1. Havendo necessidade a Comissão de Licitação, Equipe de Pregão, o Setor de Compras e Licitações poderão solicitar informações/documentações complementares oportunamente.

6.6. O pedido protocolizado será encaminhado ao Setor de Compras e Licitações, que analisará a solicitação de aquisição de bens e serviços, e verificará a regularidade do Termo de Referência e demais documentos anexados.

6.7. Caso o processo não esteja de acordo com os requisitos citados nos itens 6.3 a 6.5, o Setor de Compras e Licitações devolve à Secretaria/Unidade Solicitante para as devidas correções que deverão ser realizadas no prazo máximo de 03 (três) dias.

6.7.1. A Secretaria Solicitante, com o objetivo de otimizar as compras e contratações da administração municipal, deverá fazer verificação com as demais secretarias quanto à sua necessidade em relação ao objeto a ser licitado, solicitando manifestação das mesmas, com prazo de 03 (três) dias para resposta.

6.8. Estando o processo em plena conformidade, será decidido qual a modalidade de licitação a ser usada na referida contratação.

6.9. Em seguida, o Setor de Compras e Licitações encaminhará o processo ao Setor de Contabilidade para ratificação da dotação orçamentária e informação quanto a existência de recursos financeiros, e ainda Reserva de Empenho, quando for o caso, no prazo máximo de 03 (três) dias.

6.10. Após resposta do setor de Contabilidade (quando for o caso), o processo será remetido ao Chefe do Executivo Municipal para autorização.

6.11. Retornado o processo, deverá o Setor de Compras e Licitações elaborar o Edital contemplando os itens descritos no art. 40 da Lei nº 8.666/1993, e observar os seguintes pontos:

I - Condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

II - As exigências de garantia contratual, quando for o caso;

III - A permissão ou vedação de subcontratação e/ou participação de consórcios e cooperativas.

IV - A exigência de planilha de composição dos custos quando o objeto tratar-se de terceirização de mão de obra.

6.11.1. Deverá a Administração Pública conceder tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno nos procedimentos licitatórios, obedecendo assim os ditames da Lei Municipal 2.165/2016 e artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006.

6.12. Em seguida o processo será enviado à Procuradoria Jurídica Municipal para análise e manifestação quando à regularidade da minuta do edital e seus anexos.

6.12.1. À Procuradoria Jurídica Municipal caberá:

6.12.1.1. Emitir parecer quanto à regularidade da minuta do edital, aprovando-a integralmente ou com as ressalvas que entender cabíveis, individualizando os itens a serem corrigidos, quando necessário;

6.12.1.1.1. A análise para elaboração da manifestação técnica jurídica exigido pelo art. 38, da Lei nº 8.666/1993, deve abranger a minuta do edital de licitação e do contrato, seus anexos, bem como todos os atos desde a instauração do processo foram legalmente atendidos.

6.12.1.1.2. O órgão ou entidade poderá estabelecer minutas de editais de licitação, atas de registro de preços e contratos padronizados, que uma vez aprovados pela assessoria jurídica e homologados pela autoridade máxima competente para este ato, poderá se utilizar de manifestação técnica jurídica padrão apenas no que tange ao edital e contrato, exceto se houver alteração em seus termos, restando a obrigatoriedade da manifestação quanto aos atos administrativos praticados desde a instauração do processo, conforme disposto no *caput* deste artigo.

6.12.1.2. Após manifestação fundamentada, deverá encaminhar o processo novamente ao Setor de Compras e Licitações (Comissão de Licitação ou Equipe de Pregão) para as adequações cabíveis e prosseguimento do processo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

6.13.A respectiva Comissão de Licitação ou Equipe de Pregão deverá:

a) definir data e hora para abertura da licitação;

b) publicar o edital na forma da lei;

c) fazer publicar o aviso de licitação nos órgãos de imprensa oficial do município e, quando for o caso, no Diário oficial do Estado e/ou da União, e ainda quando necessário nos jornais de grande circulação;

c.1) tratando-se de licitação na modalidade de Convite, expedir convites a pelo menos três fornecedores do ramo, de preferência aos cadastrados no Cadastro da Prefeitura de Campo Verde, fazendo-lhes tomar ciência do edital e recebendo a contrafé assinada.

CAPÍTULO VII DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO

7.1.DO CONVITE

7.1.1. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 03 (três), pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência, formaliza expressamente, em até 24 (vinte quatro) horas antes da apresentação das propostas.(vide art. 22, §3º, lei 8.666/93).

7.1.1.1. Existindo na praça mais de 03 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

7.1.1.2. Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no item anterior, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite, conforme disposição legal.

7.1.2. Dos limites:

a) para obras e serviços de engenharia o limite é até R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) para compras e serviços não referidos no inciso anterior o limite é até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

7.1.2.1 – Caso haja algum novo decreto federal ou lei federal atualizando os valores, deverá ser aplicado nesta instrução normativa.

7.1.3. O Setor de Compras e Licitações recebe o processo, da Secretaria Solicitante e dá continuidade ao certame, tomando os seguintes procedimentos:

I - Agenda a data da licitação e publica o aviso no mural;

II - Consulta o cadastro de fornecedores de produto/serviço;

III - Elabora o documento carta-convite (ofício) e envia para três empresas, no mínimo;

IV- Certifica o comparecimento das três empresas convidadas através de recibo de retirada do edital.

7.1.3.1. Não comparecendo nenhuma empresa no local, dia e hora disciplinados no convite, a licitação será declarada deserta e poderá a autoridade requisitante fazer sugestão ao Setor de Compras e Licitações de contratação via dispensa. (vide art. 22, §7º, lei 8.666/93)

7.1.3.2. O Setor de Compras e Licitações, com o processo, devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, autoriza a compra por dispensa e encaminha à Procuradoria Jurídica Municipal para parecer jurídico.

7.1.4. Na fase de habilitação abrir-se-ão os envelopes das empresas participantes e verificar-se a habilitação das empresas convidadas inabilitando-as ou não.

7.1.4.1. Será inabilitada a empresa que estiver em desacordo com o edital.

7.1.4.2. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação, poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas isentas de irregularidades, conforme previsão legal. (vide art. 48, § 3º, lei 8.666/93).

7.1.5. Não havendo proponente habilitado, a Comissão Permanente de Licitação considerará fracassada a licitação e será encaminhado relatório à Unidade Solicitante informando o fracasso da licitação.

7.1.6. Superada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação analisa as propostas de preço das empresas habilitadas na primeira fase e declara vencedora do certame a proposta que ofertar o menor preço, em seguida encaminha os autos à autoridade competente da Unidade solicitante.

7.1.7. Superada a fase de recurso legal, a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 03 (três) dias, homologa o resultado da licitação e encaminha à autoridade competente da unidade solicitante para adjudicação do resultado.

7.2. DO PREGÃO

7.2.1.Para aquisição de bens e serviços comuns será adotada preferencialmente a licitação na modalidade de pregão. Para Administração Pública Municipal, consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste item, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

7.2.2. A Secretaria Solicitante enviará o pedido ao Setor de Compras e Licitações, contendo o Termo de Referência e cotação de preços (conforme capitulo VI). Após recebimento do pedido começa a abertura na modalidade Pregão e elabora-se a Minuta do respectivo Edital observada as regras constantes da Lei Municipal 1.906/2013, Decreto Municipal nº 43/2014 e Decreto 072/2019 que regulamentam a aplicação da Lei Federal nº. 10.520 de 17.07.2002, no âmbito Municipal.

7.2.2.1. Deverá ser adotado preferencialmente o pregão, na forma eletrônica, para bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, qualquer que seja o valor estimado. O pregão, na forma eletrônica realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

7.2.2.1.1. Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

7.2.2.2. Caso não seja possível realizar o Pregão na forma eletrônica, poderá ser adotado o pregão, na forma presencial, para bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, qualquer que seja o valor estimado. A Comissão de Licitação deverá justificar a opção pela escolha do pregão na forma presencial, considerando a legislação municipal vigente.

7.2.3. A fase preparatória do pregão presencial observará o seguinte:

I - A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento através do TR;

II - A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - Dos autos do procedimento constarão as justificativas das definições referidas nos inciso I e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

7.2.3.1.A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

7.2.4. Devidamente formalizado o processo de licitação e respeitado os requisitos previsto nos itens 6.8 a 6.12 desta instrução normativa, deverá ser publicado o aviso de abertura da licitação, respeitando-se o prazo legal de 08 (oito) dias úteis antes da abertura do certame, nos seguintes meios de comunicação:

I- Jornal de grande circulação local. (de acordo com a legislação vigente)

II- Site da prefeitura.

III- Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso – AMM.

IV – Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso. (facultativo)

V- Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

VI- Diário Oficial da União (somente quando houver verba federal).

7.2.5. Após a publicação aguarda-se o prazo legal para abertura do certame, salvo se houver impugnação do edital até 02 (dois) dias úteis antes da abertura do certame. As impugnações protocolizadas deverão ser instruídas com documentos que comprovem a legalidade e legitimidade do pedido e identifique o interessado, exceto do pregão eletrônico.

7.2.5.1. Não ocorrendo impugnação protocolizada até 02 (dois) dias antes da abertura do certame, o processo licitatório segue sua marcha normal.

7.2.5.2. As impugnações protocolizadas fora do prazo previsto no item anterior, serão consideradas, intempestivas, e não serão apreciadas, salvo entendimento em contrário do Pregoeiro e da Comissão de Licitação.

7.2.5.3. Havendo impugnação protocolizada tempestivamente, a Comissão de Licitação, através do pregoeiro, conferirá o pedido, a causa de pedir e os documentos que comprovam a legalidade e legitimidade do recorrente; havendo qualquer irregularidade, a impugnação será declarada improcedente na apreciação de seu objeto, comunicar-se-á aos interessados e o processo toma a marcha normal.

7.2.5.4. Sendo julgado procedente o pedido feito na impugnação, o Pregoeiro julgará o pedido em 24 (vinte e quatro) horas e junto com a Comissão de Licitação, realizar-se-ão as correções necessárias no edital em forma de Adendo, e havendo alterações na formulação da proposta, conceder-se-á novo prazo de 08 (oito) dias úteis para a realização da abertura do certame. Caso não haja alterações na formulação da proposta, realizar-se-ão as correções necessárias em 24 (vinte e quatro) horas e mantém-se integralmente o texto do edital e data da sua abertura, comunicando o feito a todos os interessados.

7.2.5.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.2.6. Realizar-se-á a licitação Pregão no local, dia e hora indicados na publicação.

7.2.6.1. Não comparecendo interessados, o Pregoeiro considerará a licitação Pregão “deserta” e enviará o processo a Autoridade competente da Unidade Solicitante - Ordenador de Despesas - para conhecimento e decisão.

7.2.6.2. Comparecendo pelo menos 01 (um) interessado, realizar-se-á a licitação, fazendo-se o credenciamento, após abrir-se-á envelope da proposta de preço e estando em conformidade com o preço de referência, verificar-se-á a habilitação do participante, e se atender aos requisitos do edital, será

declarado vencedor do certame, e o Pregoeiro adjudicará o objeto ao vencedor, encaminhando o processo para homologação da autoridade competente.

7.2.6.3. Comparecendo mais de uma empresa interessada, abrir-se-ão todos os envelopes das propostas de preço e verificar-se-á se atendem aos requisitos do edital, caso alguma proposta de preços não atenda às exigências do edital, esta será desclassificada pelo Pregoeiro.

7.2.6.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo comum a todos os participantes da sessão pública, de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

7.2.6.5. Habilitando-se uma ou mais empresa, as propostas de preço do menor para o maior, abrirá a etapa de lances verbais, até que as empresas parem de oferecer os lances, respeitadas as vantagens fixadas em Lei, caso haja previsão no edital.

7.2.7. A empresa que ofertar o menor preço, e estando em conformidade com o preço de referência, será consagrada vencedora da primeira fase, em seguida será aberto apenas o seu envelope de habilitação.

7.2.7.1. Caso constate que a habilitação, da empresa vencedora, não atende aos requisitos do edital e não presente outra empresa classificada por preço, será concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para sanar a irregularidade.

7.2.7.2. No caso do item anterior, estando empresa vencedora inconforme com a habilitação jurídica, esta será declarada inabilitada e presente outra empresa habilitada, será aberto o envelope da empresa seguinte na classificação de menor preço, sendo aberta nova negociação de preços com a empresa habilitada.

7.2.7.3. Passando a empresa pela primeira e segunda fase, antes de declarar vencedora do certame abrirá o direito de manifestação de interposição de recurso, e caso não haja nenhuma manifestação, o Pregoeiro declarará a Adjudicação do Objeto do certame a empresa melhor classificada como vencedora e os autos serão encaminhados à Autoridade competente da Unidade Solicitante/Ordenador de Despesas, para homologação.

7.2.7.4. Após a finalização publica-se o resultado na forma da lei.

7.2.8. Superada a fase de habilitação, a Comissão de Licitação analisa as propostas de preço das empresas habilitadas na primeira fase e declara vencedora do certame a proposta que ofertar o menor preço, em seguida encaminha os autos à autoridade competente.

7.2.9. Superada a fase de recurso legal, a Comissão de Licitação, no prazo de 03 (três) dias, homologa o resultado da licitação e encaminha a autoridade competente da unidade solicitante para adjudicação do resultado.

7.2.10. Após a homologação/adjudicação, o processo será remetido para Setor de Contratos e Convênios para a elaboração do respectivo Contrato Administrativo ou instrumento equivalente, conforme o caso.

7.2.10.1. O contrato deverá ser elaborado de acordo com a minuta constante do edital.

7.2.11. O contrato e/ou instrumento equivalente deverá ser encaminhado, ao licitante vencedor para assinatura, ou quando necessário, requisitar sua presença para assinatura.

7.2.12. Após a assinatura do contrato e/ou instrumento equivalente pelo licitante vencedor, deverá recolher assinatura do fiscal e encaminhar ao Prefeito Municipal para assinatura, onde após assinado, deverá encaminhará o processo ao Setor de Contratos e Convênios para providenciar a guarda, envio e controle dos contratos;

7.2.12.1. Caso se trate de licitação para registro de preços, o instrumento será a Ata de Registro de Preços.

7.2.13. O Setor de Contratos e Convênios e/ou Setor de Compras e Licitações providenciará a publicação do resumo do contrato / ata de registro de preços no prazo previsto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

7.2.14. No caso de contratos para a prestação de serviços ou fornecimentos, cujo empenho seja do seu valor global, as ordens de serviço e/ou fornecimento serão emitidas pelo secretário solicitante;

7.2.15. No caso de serviços ou fornecimentos a serem prestados de forma imediata e única, o contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho ou Autorização de Serviço/Fornecimento.

7.2.16. Em se tratando de preços registrados por Ata de Registro de Preços, só haverá emissão de Nota Empenho após a Ordem ou Autorização de Serviço/Fornecimento, que será enviada pela Secretaria gerenciadora do contrato ao Setor de Contabilidade para tanto, cujo empenho se resumirá ao valor constante daquela Ordem ou Autorização de Serviço/Fornecimento.

7.2.17. A emissão de Ordem ou Autorização de Serviço/Fornecimento obedecerá aos termos e forma do art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

7.3. DA TOMADA DE PREÇO

7.3.1. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

7.3.2. A Comissão Permanente de Licitação agenda a data do feito licitatório e publica com 15 (quinze) dias de antecedência quando critério de menor preço e com 30 (trinta) dias para critério técnica e preço, nos seguintes meios de comunicação:

I- Jornal de grande circulação local. (de acordo com a legislação vigente)

II- Site da prefeitura.

III- Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso – AMM.

IV – Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso. (facultativo)

V- Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

VI- Diário Oficial da União (somente quando houver verba federal).

7.3.3. Não ocorrendo impugnação/questionado, até 05 (cinco) dias antes do evento, o processo segue sua marcha normal.

7.3.3.1. As impugnações fora do prazo legal não serão apreciadas, salvo entendimento em contrário do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

7.3.3.2. Havendo impugnação e sendo improcedente a apreciação de seu objeto, comunicar-se-ão aos interessados e o processo toma a marcha normal.

7.3.3.3. Sendo procedente a impugnação realizar-se-ão as correções necessárias em 03 (três) dias úteis e havendo alterações na formulação da proposta, abrir-se-á novo prazo legal para a realização do certame, entre 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias conforme o critério. Caso não haja alterações na formulação da proposta, realizar-se-ão as correções necessárias, dá-se publicidade e mantém o prazo inicial.

7.3.4. Não comparecendo interessados será considerada deserta a licitação e o processo retornará ao seu nascedouro.

7.3.5. Comparecendo pelo menos uma empresa, será aberto o envelope de habilitação e verificar-se-ão os requisitos de habilitação jurídica. (vide art. 28, lei 8.666/93)

7.3.5.1. Será declarada inabilitada a empresa que não preencher os requisitos do edital e abre-se prazo recursal na forma da lei.

7.3.5.2. Estando todas as empresas inabilitadas, será declarada a licitação fracassada pela CPL e será encaminhado o resultado a Secretaria Solicitante para conhecimento e providências.

7.3.5.3. Preenchidos os requisitos de habilitação, passa-se à segunda fase do certame, abrindo-se o envelope de proposta de preço e verifica se preenche os requisitos do edital.

7.3.5.4. Constatando-se que há uma ou mais empresas habilitadas na primeira e segunda fase, ordenar-se-á as propostas de preço do menor para o maior e declarar-se-á a primeira colocada vencedora do certame, encaminhando os autos à CPL.

7.3.6. Superada a fase de recurso legal, a CPL, no prazo de 03 (três) dias, deverá homologar o resultado da licitação e encaminha a autoridade competente da unidade solicitante para adjudicar o resultado.

7.4. DA CONCORRÊNCIA

7.4.1. Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

7.4.2. Sendo licitação na modalidade Concorrência agendar-se-á a data do evento e verificar-se-á se a avaliação das propostas será por: menor preço, melhor técnica ou técnica e preço.

7.4.2.1. Na concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar regime de execução por empreitada integral, ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica ou técnica e preço”, publicar-se-á prazo para abertura do certame com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência nos seguintes meios de comunicação:

I- Jornal de grande circulação local. (de acordo com a legislação vigente)

II- Site da prefeitura.

III- Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso – AMM.

IV – Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso. (facultativo)

V- Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

VI- Diário Oficial da União (somente quando houver verba federal).

7.4.2.2. Não sendo os critérios de julgamento do parágrafo anterior, publicar-se-á o prazo de abertura do certame com 30 (trinta) dias de antecedência nos mesmos meios de comunicação informados no item anterior

7.4.3. Não ocorrendo impugnação do edital, até 05 (cinco) dias antes do evento, o processo segue sua marcha normal.

7.4.3.1. As impugnações, fora do prazo legal não serão apreciadas, salvo entendimento em contrário do Presidente da Comissão de licitação.

7.4.3.2. Havendo impugnação e sendo improcedente a apreciação de seu objeto, comunicar-se-ão aos interessados e o processo toma a marcha normal.

7.4.3.3. Sendo procedente a impugnação realizar-se-ão as correções necessárias em 03 (três) dias úteis e havendo alterações na formulação da proposta, abrir-se-á novo prazo para a realização do certame, entre 30 (trinta) ou 45 (quarenta e cinco) dias conforme a lei.

7.4.3.4. Caso não haja alterações na formulação da proposta, realizar-se-ão as correções necessárias dá-se publicidade e mantém a data inicial.

7.4.4. Não comparecendo interessados será considerada deserta a licitação concorrência e o processo retorna à origem.

7.4.5. Comparecendo pelo menos uma empresa, será aberto o envelope de proposta de habilitação e verificar-se-ão os requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica - financeira e regularidade fiscal.

7.4.5.1. Será inabilitada a empresa que não preencher os requisitos do edital.

7.4.5.2. Estando todas as empresas inabilitadas, será declarada a licitação fracassada e o processo retorna à origem.

7.4.5.3. Preenchidos os requisitos de habilitação, passa-se à segunda fase do certame, abrindo-se o envelope de proposta de preço e verifica se preenche os requisitos do edital.

7.4.5.4. Constatando-se que há uma ou mais empresas habilitadas na primeira e segunda fase, ordenar-se-á as propostas de preço do menor para o maior e declarar-se-á a primeira colocada vencedora do certame, encaminhando os autos à CPL.

7.4.6. Superada a fase de recurso legal, a CPL, no prazo de 03 (três) dias, deverá homologar o resultado da licitação e encaminha a autoridade competente da unidade solicitante para adjudicar o resultado.

7.5. DA DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ARTIGOS 24 E 25 DA LEI 8.666/93.

7.5.1.O procedimento inicial será o mesmo previsto nos itens 6.3 e 6.4, desta Instrução Normativa, naquilo que couber ao procedimento, inclusive aqueles constantes da Lei nº 8.666/93.

7.5.2.Após, o processo será remetido para a Procuradoria Jurídica Municipal para análise e manifestação quando à regularidade da contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação, no prazo máximo de 03 (três) dias.

7.5.3. Após, o processo será remetido para o Setor de Compras e Licitações para a elaboração do termo de Ratificação da Dispensa ou Inexigibilidade, e posterior envio para assinatura pelo Chefe do Executivo Municipal.

7.5.4. O Setor de Compras e Licitações deverá publicar o extrato da dispensa ou inexigibilidade e providenciar a elaboração da minuta de contrato ou instrumento equivalente, remetendo-o para análise de regularidade da minuta de contrato pela Procuradoria Jurídica Municipal.

7.5.5. Após a manifestação da Procuradoria Jurídica o processo deverá ser devolvido ao Setor de Contratos e Convênios para confecção do contrato, o qual será encaminhado ao chefe do executivo municipal para assinatura. Assinado o contrato por este, o processo retornará ao Setor de Contratos e Convênios que colherá as assinaturas das demais partes e promoverá a publicação do seu resumo, na forma da lei, enviando uma via do mesmo juntamente com o processo original para a Contabilidade que realizará o empenho.

CAPITULO VIII

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1.1. As aquisições de bens serviços e locação de bens móveis, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços para atender aos órgãos da Administração Municipal, reger-se-ão pelo disposto neste capítulo.

8.1.1.1. Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador – órgão, do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

IV- Setor de Compras e Licitações - órgão, departamento ou entidade da Administração Pública responsável pela condução e realização do certame.

V - órgão participante - órgão, secretaria ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

VI - órgão não participante - órgão ou entidade da Administração que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

VII - fornecedores - empresas vencedoras de item ou itens em licitação pública, através do sistema de registro de preços e que tenham seus preços registrados e/ou classificados;

8.1.2. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demando pela Administração;

V - quando, respeitado o interesse público, a Administração julgar necessário.

8.2. DO PROCEDIMENTO PARA PESQUISA DE DEMANDA

8.2.1. Fica instituído o procedimento para pesquisa de demanda das licitações para registro de preços, denominado Intenção de Registro de Preços - IRP, para registro e divulgação dos itens a serem licitados.

8.2.1.1. A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador, quando o objeto a ser licitado se tratar de demanda específica de apenas um órgão ou entidade.

8.2.1.2. Caberá ao órgão gerenciador a Intenção de Registro de Preços - IRP:

I - Aceitar, recusar, aumentar ou diminuir, justificadamente, os quantitativos considerados desnecessários, ínfimos ou excessivos, bem como proceder à inclusão de novos itens; e

II - Deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

8.2.1.3. Os procedimentos constantes dos incisos I e II do item anterior serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

8.2.1.4. Para receber informações a respeito das IRPs disponíveis os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão manter os seus cadastros de usuários ativos e atualizados no sistema corporativo disponibilizado.

8.2.1.5. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, antes de iniciar um processo licitatório, deverão consultar as IRPs em andamento e deliberar motivadamente a respeito da sua participação.

8.3. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.3.1. Caberá à Secretaria solicitante o gerenciamento e a prática de todos os atos de controle da Ata de Registro de Preços, com colaboração técnica do Setor de Compras e Licitações, inclusive em relação à utilização da mesma por órgãos não pertencentes à administração de Campo Verde-MT (caronas).

I - registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, ou serviços objeto de licitação para Registro de Preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

V - gerenciar a ata de registro de preços;

§ 1º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III e V deste artigo.

§ 2º A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos, prevista no inciso I do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador:

I - quando o objeto for de interesse restrito a órgãos específicos da Administração Pública;

II - pela urgência na conclusão do procedimento licitatório; e

III - por outro motivo relevante, justificado no procedimento licitatório.

8.3.2. AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES CABERÁ:

I - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

II - Elaborar o Edital para registro de preços, observando, no que couber, as disposições do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do artigo 4º, inciso I da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, além das informações constantes no termo de Referência ou Projeto Básico;

III - realizar o procedimento licitatório;

IV - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

V - manter o registro dos saldos de todas as atas de registro preços, conforme informações prestadas pelas Secretarias responsáveis (órgão gerenciador) pela emissão de autorizações ou ordens de serviço/fornecimento

VI - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

VII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

8.3.3. As liquidações de despesas, bem como o acompanhamento e fiscalização das contratações, com ou sem contrato, originadas de ata de registro de preços, ficarão a cargo da Secretaria solicitante - órgão gerenciador ou órgão participante, e seus respectivos fiscais.

8.3.3.1. O Sistema de Registro de Preços deverá estar atualizado em tempo real, evitando assim aquisições de produtos/serviços não contemplados na Ata de Registro de Preços ou quantidades maiores do que a registrada.

8.4. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

8.4.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666/93, e da Lei nº 10.520/02, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo:

I - registrar o interesse em participar do registro de preços, informando estimativa de contratação, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, especificações técnicas ou termo de referência ou projeto básico, visando a instauração do procedimento licitatório;

II - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizado se aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador;

III - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

IV - a inclusão de novos itens deverá ser feita no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador, quando da intenção de participar do registro de preços;

IV - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

VI - emitir a ordem de compra ou ordem de serviço, quando da necessidade de contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais; e

IX - registrar eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

8.4.1.1. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências.

8.4.2. Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto neste artigo.

8.5. DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

8.5.1. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/93, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

8.5.1.1. O julgamento por técnica e preço, na modalidade, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

8.5.1.2. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

8.5.2. O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

8.5.2.1. No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

8.5.2.2. Na situação prevista no item anterior, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

8.5.3. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02 e 12.462/11, e item 6.10. ao item 6.13 desta Instrução acrescido, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa total de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - a previsão de contratação por órgãos não participantes, observado o limite de adesões previsto no item 8.9, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - prazo de validade do registro de preço, observado o item 8.6.2;

VI - modelos de planilhas de custo quando cabível;

VII - penalidades por descumprimento das condições;

VIII - minuta da ata de registro de preços como anexo;

IX- as minutas de contratos decorrentes do SRP, quando for o caso; e

X - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

8.5.3.1. O edital poderá admitir como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, tabela de preços de fabricante ou de sistema eletrônico equivalente, desde que tecnicamente justificado.

8.5.3.2. Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

8.5.3.3. A estimativa a que se refere o inciso III do item 8.5.3. não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico financeira na habilitação do licitante.

8.5.3.4. O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

8.5.3.5. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

8.5.3.5.1. A apresentação de novas propostas na forma do item anteriornão prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.6. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

8.6.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata de registro de preços, os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

IV - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

8.6.1.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do item 8.6.1., serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

8.6.1.2. O anexo que trata o inciso II do item 8.6.1 consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

8.6.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6.2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços será definido pelo instrumento convocatório, limitado ao mínimo de três meses e ao máximo de doze meses, computadas no prazo máximo eventuais prorrogações, e será contado a partir da publicação do extrato da ata nos seguintes meios de comunicação:

I- Jornal de grande circulação local. (de acordo com a legislação vigente)

II- Site da prefeitura.

III- Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso – AMM.

IV – Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso. (facultativo)

V- Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. (facultativo)

VI- Diário Oficial da União (facultativo).

8.6.2.3. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6.2.4. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6.2.5. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.6.2.6. Os contratos assinados durante a vigência da Ata de Registro de Preços não serão afetados pelo fim do prazo de validade, permanecendo as obrigações pactuadas nos termos do contrato.

8.7. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

8.7.1. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no item 8.6, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

8.7.1.1. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.7.2. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

8.7.2.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo previsto, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

8.7.2.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, nota de autorização, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7.3. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

8.8. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.8.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

8.8.3.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao Setor de Compras e Licitações a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.8.3.2. Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

8.8.3.3. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no § 2º deste artigo, o Setor de Compras e Licitações poderá convocar os demais fornecedores, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens ou dos serviços, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

8.8.3.4. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

8.8.3.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.8.3.6. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.8.3.7. Liberado o fornecedor na forma do § 6º deste artigo, o Setor de Compras e Licitações poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens ou dos serviços, pelo valor registrado na sessão.

8.8.3.8. Não havendo êxito nas negociações, o Setor de Compras e Licitações deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.8.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - for liberado;

II - não retirar a nota de autorização ou nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

IV - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista no inciso art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993; e

VI - demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

8.8.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos II, III e V do item 8.8.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.8.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

8.9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

8.9.1. A utilização da Ata de Registro de Preços, por órgãos não pertencentes à administração de Campo Verde-MT (caronas), é permitida até o percentual equivalente a 100% (cem por cento) do total de seus itens, limitando a quantidade máxima de até 05 (cinco) adesões “caronas” (entidades ou órgão não participantes) que aderirem, para cada item registrado.

8.9.1.1. Através da Adesão Carona a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos e entidades não participantes da licitação, mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Executivo, que exigirá:

I - Solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;

II - Comprovação mediante documentação idônea, pelo órgão ou entidade solicitante, da vantagem da respectiva adesão;

III - Comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado.

8.9.1.1.1. Caberá ao órgão ou entidade solicitante da Adesão Carona obter da empresa registrada o documento que comprove o exigido no inciso III do item anterior, apresentando-o ao Chefe do Executivo.

8.9.1.1.2. Após a anuência do Poder Executivo, será encaminhado a Solicitação de Adesão a Secretaria Gerenciadora da Ata para análise dos itens a serem aderidos.

8.9.2. Recebida a solicitação de adesão, a Secretaria gerenciadora da ata verificará a equivalência do objeto licitado e dos quantitativos requeridos, opinando pela admissão ou não.

8.9.2.1. O quantitativo decorrente das Adesões Carona não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, limitando a quantidade máxima de até 05 (cinco) “caronas” (entidades ou órgão não participantes) que aderirem, para cada item registrado, conforme a regra estipulada no instrumento convocatório da licitação.

8.9.3. Sendo negativa a decisão, será emitido ofício dando conta das razões do indeferimento.

8.9.4. Sendo positiva a decisão, a Secretaria gestora da ata, juntamente com os documentos necessários para concretização da Adesão encaminhará ao Chefe do Executivo para anuência, onde informará por ofício ao órgão aderente a decisão.

8.9.4.1. Após a autorização, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.9.5. Concluído as formalidades acima, o processo deverá ser arquivado.

8.9.6. Para cada item que poderá ser aderido, somente serão permitidos a adesão de até 05 (cinco) entidades ou órgão não participantes, desde que respeitados os requisitos previstos no item 8.9.1.

8.9.7. Qualquer órgão interno da Prefeitura Municipal de Campo Verde poderá aderir à Ata de Registro de Preços de outro órgão público de nível municipal, estadual ou federal, exceto câmaras municipais.

8.9.8. O procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão público se dará conforme sequência dos artigos seguintes:

8.9.8.1. O processo será iniciado na forma prevista nos itens 6.1 a 6.9 desta Instrução Normativa, com as adaptações necessárias.

8.9.8.2. Identificada a possibilidade de adesão carona, e comprovada a vantajosidade, inclusive em relação a contratações do mesmo objeto realizadas por outros órgãos públicos, a Secretaria solicitante remeterá o processo ao Setor de Compras e Licitações, que verificará as condições e quantitativos suficientes para atendimento à necessidade manifestada que, por sua vez, o enviará o ao Chefe do Poder Executivo para autorização;

8.9.8.3. O processo deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) Cópia do edital de Licitação e respectiva publicação de seu resumo;

b) Cópia da Ata de Registro de Preços à qual se pretende aderir;

c) Cópia da publicação do resumo da ata;

d) Autorização do órgão detentor da ata de registro de preços;

e) Anuência da empresa a ser contratada;

f) Regularidade fiscal e jurídica da empresa a ser contratada.

8.9.8.4. Autorizada a adesão pelo órgão gerenciador e pela empresa registrada, o setor de Compras e Licitações elaborará um Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços ou Contrato, na qual deverá constar a assinatura do Chefe do Poder Executivo e do representante da empresa registrada.

8.9.8.4.1. Constituirá anexo integrante do Termo de Adesão, cópia da Ata de Registro de Preços aderida.

8.9.8.5. O Setor de Compras e Licitações, de posse das informações sobre a Ata de Registro de Preços, própria ou aderida, a disponibilizará aos solicitantes/interessados para aquisição de bens/contratação de serviços.

8.10. DO GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO

8.10.1. Caberá à Secretaria solicitante o gerenciamento e a prática de todos os atos de controle da Ata de Registro de Preços, com colaboração técnica do Setor de Compras e Licitações, inclusive em relação à utilização da mesma por órgãos não pertencentes à administração de Campo Verde-MT (caronas).

8.10.1.1. O Setor de Compras e Licitações manterá o registro dos saldos de todas as atas de registro preços, conforme informações prestadas pelas Secretarias responsáveis pela emissão de autorizações ou ordens de serviço/fornecimento.

8.10.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

8.10.3. As liquidações de despesas, bem como o acompanhamento e fiscalização das contratações, com ou sem contrato, originadas de ata de registro de preços, ficarão a cargo da Secretaria solicitante - órgão gerenciador ou órgão participante, e seus respectivos fiscais.

8.11. DAS ALTERAÇÕES

8.11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Geral de Licitações e Contratos e as disposições aqui dispostas.

8.11.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

8.11.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, de que trata o item anterior, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

8.11.3.1. Deferido o pedido pela autoridade competente, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

8.11.4. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços nos moldes do item 6.4 desta instrução normativa, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.11.5. Constatado pelo órgão gerenciador que o preço registrado em Ata de Registro de Preços vigente está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes do item 6.4 desta instrução normativa, o órgão gerenciador solicitará formalmente à empresa registrada a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no item anterior.

8.11.5.1. A modificação do preço registrado, realizada com base no item anterior, será realizada por aditivo à Ata de Registro de Preços.

8.11.5.2. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o órgão gerenciador poderá rescindir a Ata de Registro de Preços e convocar formalmente, pelo preço exigido da empresa registrada anteriormente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitação, na ordem de classificação, até que se registre novo preço ou, fracassada a negociação, seja revogada a ata e iniciada nova licitação.

8.11.5.3. Poderá ser alterado o produto registrado na Ata de Registro de Preços, a requerimento da empresa registrada, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anterior, nas condições pactuadas, e seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, sem acréscimos financeiros.

8.11.5.3.1. A substituição de produto, ainda que temporária, deverá ser registrada por aditivo.

8.11.5.4. A alteração da Ata de Registro de Preços, em decorrência de revisão, renegociação ou substituição de produto deverá ser:

I - Previamente submetida à análise técnica;

II - Formalizada por aditamento, a ser assinado pelos representantes da empresa registrada e do órgão gerenciador;

III - Registrada nos autos da ata e no sistema eletrônico de gerenciamento da ata;

IV - Publicada no Diário Oficial dos Municípios – AMM e/ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

8.11.5.4.1. Iniciado o procedimento de alteração da Ata, ficarão suspensas as solicitações não concluídas de adesão do item ou lote a que se referir, até a decisão da autoridade competente:

I - No caso de alteração, a suspensão terminará com a respectiva publicação, e as adesões solicitadas observarão as novas condições de fornecimento ou prestação do serviço;

II - Não realizada a alteração da ata, os pedidos de adesão terão prosseguimento imediatamente após à decisão e nos termos pactuados anteriormente, ressalvado o disposto no item 8.11.5.4.4.

8.11.5.4.2. A alteração da Ata de Registro de Preços produzirá efeitos somente quanto às adesões solicitadas após o início do procedimento de alteração.

8.11.5.4.3. A empresa registrada poderá solicitar aos órgãos e entidades cujos contratos decorreram da Ata de Registro de Preços que a alteração desta produza efeitos sobre as obrigações contratuais, nos mesmos termos da ata, caso em que:

I - Deverão ser seguidos os mesmos procedimentos indicados nos incisos I a IV do item 8.11.5.4, com as adequações aplicáveis à execução contratual;

II - Caberá ao representante do órgão ou entidade decidir sobre o pedido;

III - A decisão produzirá efeitos a partir do momento em que a empresa registrada estava sujeita ao cumprimento de encargos diferentes dos pactuados inicialmente, mas nunca antes do pedido de alteração da ata.

8.11.5.4.4. O órgão gerenciador poderá liberar a empresa registrada do compromisso assumido quando esta informar formalmente e comprovar a efetiva impossibilidade de cumprimento, não sendo sujeita à sanção se comunicar o fato antes do pedido de fornecimento do órgão ou entidade.

8.12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.12.1. A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - For declarada inidônea, suspensa ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração;

8.12.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item anteriorserá formalizado por decisão do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.12.1.2. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

8.12.3. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX

DOS CONTRATOS

9.1. As contratações deverão cumprir as exigências estabelecidas na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos e outras normas aplicáveis.

9.1.1. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e rescisão contratual.

9.1.2. A não manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido à contratada por serviços já prestados ou produtos já entregues e recebidos sem ressalvas pelo órgão ou entidade contratante, com exceção dos contratos de terceirização de serviços, nos quais será admitida a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço.

9.1.3. Quando, no ato da assinatura do contrato, o proponente vencedor da licitação não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, será convocado outro licitante habilitado, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.1.4. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no parágrafo anterior.

9.1.5. Das decisões tomadas na execução contratual caberá recurso, na forma e prazos disciplinados na Lei de Processo Administrativo do Estado.

9.1.6. Os contratos deverão ser assinados e juntados nos autos do procedimento licitatório que o originar, exceto nas licitações para registro de preços, quando formarão autos próprios do órgão ou entidade contratante.

9.1.6.1. O órgão ou entidade, promotor da contratação, publicará, no Diário Oficial dos Municípios-AMM e/ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, contendo a descrição do objeto, valor contratado, partes contratantes, número do processo administrativo e prazo para execução, se houver.

9.1.6.2. Serão registradas nos mesmos autos do contrato todas as ocorrências que se relacionarem à sua execução, inclusive:

I - Recebimento de produtos ou serviços;

II - Pagamentos;

III - Alterações;

IV - Prorrogações;

V - Rescisões.

9.1.6.3. O recebimento de material, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficarão a cargo do fiscal do contrato, designado dentre servidores efetivos, contratados ou comissionados do órgão ou entidade contratante, cumpridas as seguintes exigências:

I - No ato de assinatura do contrato deverá ser designado o fiscal do contrato, por portaria que identifique o contrato, suas partes, objeto e valor, o número do processo, o nome e matrícula do fiscal designado, o que deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios-AMM e/ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso até três dias úteis após a publicação do extrato do contrato;

II - O servidor designado para a fiscalização do contrato deve atuar no setor beneficiado ou envolvido no objeto contratado;

III - Sempre que solicitado o fiscal terá acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;

IV - O fiscal informará ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos;

V - Solicitar ao contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;

VI - Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar.

9.1.6.4. O fiscal poderá solicitar auxílio e manifestação de servidores quanto a aspectos técnicos do objeto contratado, que não sejam de sua área de formação e conhecimento.

9.2. Durante a vigência do contrato a contratada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

9.3. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento da contratada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta no certame licitatório ou, no caso de contratação direta, da assinatura do contrato, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável.

9.3.1. Após o reajuste, o preço só poderá ser reajustado novamente após 12 (doze) meses do anterior.

9.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços contratados, de que tratam os itens 9.6. e 9.7., passarão por análise contábil e jurídica do contratante, cabendo ao representante do órgão ou entidade contratante a decisão sobre o pedido.

9.5. Deferido o pedido pela autoridade competente, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

9.6. Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo contratante nos moldes do item 6.4. desta instrução normativa, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta ou, no caso de contratação direta, no contrato e aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta.

9.7. Constatado pelo contratante que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes do item 6.4, solicitará formalmente à contratada a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no artigo anterior.

9.7.1. A modificação do preço contratado, realizada com base no item anterior, será realizada por aditivo ao contrato.

9.7.2. Fracassada a negociação, o contratante rescindirá o contrato e adotará as providências necessárias à continuidade do serviço ou fornecimento do bem.

9.8. Poderá ser alterado o produto objeto do contrato, a requerimento da contratada, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, e seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, sem acréscimos financeiros.

9.8.1. A substituição de produto, ainda que temporária, deverá ser registrada por aditivo.

9.9. A alteração do contrato, em decorrência de revisão, reajuste, renegociação ou substituição de produto deverá ser:

I - Previamente submetida à análise técnica e jurídica;

II - Formalizada por aditamento ou apostilamento, conforme o caso, a ser assinado pelos representantes da contratada e do contratante;

III - Registrada nos autos do contrato e, se houver, no sistema eletrônico de gerenciamento contratual;

IV - Publicada no Diário Oficial dos Municípios-AMM e/ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações cometidas por licitantes, contratados e cadastrados sofrerão as sanções cominadas em lei, edital e contrato, após regular processamento que assegure o contraditório e ampla defesa, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

10.1.2. Os atos previstos como infrações administrativas à Lei nº 8.666, de 1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

10.2. O processo de aplicação de sanções aos licitantes e contratados poderá ocorrer nos próprios autos da licitação ou contrato, ou em autos próprios, que neste caso, ao final, será apensado aos autos da licitação ou contrato.

10.3. Constatada ilegalidade, descumprimento das regras fixadas no edital, na Ata de Registro de Preços ou no contrato, o servidor responsável pela condução da licitação, gerenciamento da Ata de Registro de Preços, gestão e/ou fiscalização do contrato tomará as seguintes providências:

I - Se for o caso, notificará o interessado para sanar a irregularidade e informar o cumprimento da notificação, no prazo de dois dias úteis ou estipulado no próprio Edital;

II - Não sendo sanada ou sanável a irregularidade, ou não sendo respondida a notificação indicada no inciso anterior, redigirá relatório detalhado de apuração da infração que contenha:

a) As irregularidades detectadas;

b) Normas e/ou cláusulas violadas;

c) Provas obtidas;

d) Providências tomadas pelo interessado para a correção das falhas;

e) Sanções aplicáveis, com sugestão de dosimetria, de acordo com as regras fixadas na legislação, Ata de Registro de Preços, edital e contrato.

III - encaminhará o relatório detalhado de apuração da infração à autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela licitação, contratação ou gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

10.4. Recebido o relatório detalhado de apuração da infração, no prazo de até dez dias úteis caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela licitação, contratação ou gerenciamento da Ata de Registro de Preços, determinar:

I - Ao elaborador do relatório, a complementação de informações ou realização de diligências que entender cabíveis;

II - O arquivamento do relatório, quando entender pela insubsistência da irregularidade;

III - A notificação do interessado, para, querendo, apresentar defesa no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

10.5. A notificação do interessado deve ser instruída com cópia do relatório detalhado de apuração da infração e decisão da autoridade competente, e deve mencionar, pelo menos:

I - A identificação do interessado e o nome do órgão ou entidade que a está promovendo;

II - A finalidade da notificação;

III - A data, hora e local em que poderá ater acesso aos autos do processo administrativo relacionado;

IV - A informação de que o processo de apuração da infração terá continuidade independente de sua manifestação;

V - Indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes;

VI - O prazo para apresentação de defesa;

VII - Todas as informações que sejam relevantes para o entendimento do caso.

10.6. A notificação do interessado, será realizada por um dos seguintes meios:

I - Endereço eletrônico indicado pelo próprio interessado em ato anterior da licitação, contrato ou Ata de Registro de Preços;

II - Diário Oficial dos Municípios-AMM e/ou Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

10.7. Na defesa, o interessado poderá alegar qualquer matéria de defesa pertinente ao fato apurado, bem como apresentar documentos e solicitar a produção de provas necessárias à prova de suas alegações.

10.8. Expirado o prazo para apresentação da defesa, a autoridade competente (item 10.4) decidirá sobre o eventual pedido de produção de provas ou realização de diligências.

10.9. A autoridade competente, após a produção das provas, deverá submeter a manifestação da assessoria jurídica para análise da legalidade do procedimento, sobre os pedidos de provas, as provas produzidas, e recomendará as sanções a serem aplicadas, se for o caso.

10.9.1. A autoridade competente, a qualquer tempo, pode submeter o processo a manifestação da assessoria jurídica com a finalidade de sanar dúvidas sobre o procedimento.

10.10. Não sendo necessária a realização de provas além daquelas já juntadas aos autos ou diligências, o Chefe do Executivo decidirá de forma fundamentada sobre a aplicação e dosimetria das sanções previstas em lei, na forma disciplinada no edital, Ata de Registro de Preços e contrato.

10.10.1. Para a aplicação das sanções devem ser levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

10.10.2. As sanções de suspensão ou impedimento do direito de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, terão efeitos sobre quaisquer licitações e contratos, inclusive nos casos de renovação, realizados por quaisquer órgão e entidade do Poder Executivo Estadual.

10.11. Todas as sanções aplicadas devem ser publicadas e registradas no site da Prefeitura, em aba própria, visando facilitar o controle e transparência dos atos praticados pelo Ente Público.

CAPITULO XI-

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. É vedada a exigência de:

I - Aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

II - Pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital em papel, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

11.2. É vedado à mesma pessoa representar, no mesmo procedimento licitatório, mais de 01 (uma) empresa concorrendo ao mesmo lote.

11.2.1. É vedado o substabelecimento, com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento licitatório.

11.3. É permitida a garantia contratual prevista no art. 56, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.4. Independente da modalidade de licitação adotada, antes de sua finalização, deverá a Comissão de Licitação designada, realizar consulta de verificação das certidões fiscais apresentadas e demais cadastros impeditivos (check-list), anexando o resultado ao processo licitatório.

11.4.1. Deverá realizar também “Verificação de elementos que possam comprometer o caráter competitivo do processo de contratação\licitação (check-list).

11.5. Durante a vigência do contrato/Ata de Registro de Preços, o Contratado deverá estar com os comprovantes de regularidade com as Fazendas (Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos Estadual – ICMS IPVA; Certidão Negativa de Débitos Municipal), em dias.

11.5.1. É obrigação da Administração, realizar antes de cada pagamento, consulta da regularidade fiscal da empresa contratada, independente se a mesma esteja com certidão válida expedida.

11.6. Finalizada a licitação, deverá ser disponibilizado ao Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços ou outro termo que vier a substituir, cópia Integral do Edital de licitação e demais atos que compõe a licitação.

11.6.1. Deverá também, realizar reunião entre o Contratado e a equipe de fiscalização, visando o conhecimento do contrato, apresentação do fiscal, definição dos trabalhos e esclarecimentos dos tópicos contratuais firmados.

11.7. Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação:

I - Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

II - Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

III - Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico;

IV - Cooperativas em processos licitatórios afins à prestação de serviços, quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

11.8. Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I - Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - Apresentação dos documentos exigidos para habilitação, conforme indicado neste Decreto ou no Edital, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.8.1. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do item anterior.

11.8.2. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do item 11.8.

11.8.3. A decisão do órgão requisitante da licitação de autorizar ou vedar a participação de empresas reunidas em consórcio no processo licitatório deverá estar justificada tecnicamente no termo de referência ou no plano de trabalho.

11.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

11.9.1. O participante estrangeiro deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

11.10. A inobservância das tramitações e procedimentos de rotina estabelecidos nesta instrução normativa, sem prejuízo das orientações e exigências do TCE/MT relativas ao assunto, sujeitará os responsáveis às sanções legais cabíveis.

11.11. Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas competentes, que deverão ser respeitadas.

11.12. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de manter o processo de melhoria contínua.

11.13. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de 02 de dezembro de 2019.

11.14. E por estar de acordo, firmo a presente instrução normativa em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Campo Verde-MT, 22 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I –

Modelo de Documento Oficial da Demanda

SOLICITAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO						
UNIDADE: GESTOR: CELULAR:			Data:	Solicitação nº		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Programa de Trabalho: Fonte de Recurso: UGR: Natureza da Despesa: Plano Interno:			**AUTORIZAÇÃO** Autorizo a aquisição, obedecidas às formalidades legais. _____ Ordenador de Despesa Data:___/___/_____			
Indicar todos os requisitos desejados para o Bem Permanente ou Material de Consumo que pretende adquirir ou o Serviço que pretende contratar, com descrições detalhadas, precisas e convincentes, incluindo as características básicas. (Os itens deverão ser padronizados, seguindo a descrição e código do Catálogo de Materiais e Serviços disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso).						
Item	**Qtd.**	**Unid.**	**Código**	**ESPECIFICAÇÃO DETALHADA**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
VALOR TOTAL ESTIMADO:						

1 – OBJETO

Descrever de forma sucinta, porém clara, o bem permanente ou material de consumo que pretende adquirir ou o serviço que pretende contratar.

2 – JUSTIFICATIVA REFERENTE AOS ITENS

Descrever todos os argumentos que demonstrem a necessidade da aquisição ou contratação, salientar o que ocorre na Unidade solicitante, a necessidade ou problema a ser atendido e o quanto esta aquisição/contratação será benéfica.

Esta fundamentação tem como propósito subsidiar a aprovação do pedido pela autoridade competente.

3 – JUSTIFICATIVA REFERENTE A QUANTIDADE DE CADA ITEM

Descrever o porquê da necessidade da quantidade a ser licitada.

Esta fundamentação tem como propósito subsidiar a aprovação do pedido pela autoridade competente.

_____ **XXXXXXXX** Secretário Municipal de _____ Portaria _____	_____ **XXXXXXXX** Responsável pela elaboração do termo e cotação de preços CPF:_____
_____ **XXXXXXXXXX** Fiscal de contrato	

ANEXO II -

MODELO MINUTA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

(Descrição sucinta do objeto).

2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Exemplo: Os materiais objeto desta licitação servirão para conservação e manutenção dos locais destinados à prática esportiva (quadras esportivas, campos de futebol, estádios, etc.), na sede e distritos, que estão sob os cuidados do Departamento de Esportes.

Exemplo: O esporte é essencial para uma melhor qualidade de vida e, proporciona momentos ricos de entretenimento às pessoas das comunidades. Os locais e ambientes onde ocorrem os eventos esportivos devem ser limpos e bem cuidados, para que possa oferecer condições adequadas de higiene, segurança e comodidade no desenvolvimento das atividades físicas e recreativas;

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Será pregão, seja na forma presencial ou eletrônica, ou em outras modalidades, previstas na Lei Federal nº. 8666/93 (concorrência, tomada de preço, convite), equivale ao projeto básico.

A Adjudicação será por *(Item, lote, global)*.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADE, VALOR ESTIMADO:

Item	Especificação do objeto/serviço	Referência	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	*(Descrição detalhada do objeto/serviço)*	*(Unidade, kilograma, kilômetro, hora, homen/hora, etc.)*		R$	R$
02					
03					
				VALOR TOTAL	**R$**

5. CONDIÇÕES DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

O objeto deste Termo de Referência terá garantia (ou validade) de ____ (período por extenso) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

Em caso de defeito/substituição/devolução a CONTRATANTE não terá qualquer ônus com o transporte, seguro, diárias, bem como outras despesas.

6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Exemplo: O valor total estimado da contratação do serviço ou aquisição de bens deverá ser baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes correrão à conta de dotação Orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização de Ata.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O fornecimento do objeto deste Termo de Referência será realizado de **forma PARCELADA/ÚNICA** (verificar cada caso individualmente), de acordo com as necessidades da Secretaria.

O recebimento do objeto será de competência dos servidores lotados no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Campo Verde.

O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso apresente algum objeto fora da validade/fabricação ou com embalagem violada ou com material inferior as especificações apresentadas, deverá ser imediatamente trocado, sem ônus para a CONTRATANTE.

Caso seja verificada alguma falha no fornecimento será feito registro formal e informado a CONTRATADA, para que proceda a substituição, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

Os objetos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, a partir da data de comunicação feita pela Unidade Requisitante.

O objeto ofertado deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

Os objetos a serem ofertados deverão ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente:

a) às normas e especificações constantes deste Termo de Referência.

b) às normas da ABNT, INMETRO, etc.

c) às prescrições e recomendações dos fabricantes.

d) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração.

O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quanto à qualidade do objeto entregue.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde poderá solicitar testes do objeto junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do material.

Se verificada a inadequação do material ou sua falsidade, será feita notificação da CONTRATADA para que se proceda a substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Caso não seja realizada a substituição, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas.

Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, os objetos ficarão retidos, para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei 8.666/93.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores do Almoxarifado, deverão ser solicitadas à Unidade Requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais/produtos/equipamentos/serviços com as especificações descritas neste Termo.

O recebimento provisório do objeto não implica a aceitação do mesmo.

O recebimento definitivo ocorrerá em até **XX (prazo por extenso) dias úteis**, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material/produto/equipamento/serviço recebido. O recebimento será formalizado mediante Termo de Recebimento Definitivo expedido pelo Almoxarifado.

Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega do objeto ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

09. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA

O prazo máximo para fornecimento/execução do objeto deste Termo de Referência deverá ser de **XX (período por extenso) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

10. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

(Endereço completo)

11. INDICAÇÃO DE MARCAS / AMOSTRAS / LAUDOS TÉCNICOS, (QUANDO NECESSÁRIO)

Justificar o motivo da indicação de Marcas.

Sempre citar nos itens **(Qualidade equivalente ou superior as marcas)**

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

Disponibilizar um servidor da Secretaria Municipal de XXX para conferir a entrega dos objetos; Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto.

Efetuar o pagamento da empresa vencedora na forma convencionada nos termos deste Termo, após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.

Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do presente Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA

Executar o objeto do presente Termo de Referência.

Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros.

Entregar os objetos, nas quantidades, qualidade, local e prazos especificados.

Fornecer o objeto de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente, e prazo de garantia contra defeitos de fabricação. (verificar cada caso individualmente).

Substituir os objetos fornecidos em desacordo com as especificações constantes deste Termo, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega.

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de XXX indica o servidor(a) Fulano de Tal, como responsável pela fiscalização dos contrato, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Um representante do Almoxarifado receberá/acompanhará e fiscalizará a entrega do(s) objeto(s).

A CONTRATADA deverá manter preposto, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário.

Os documentos fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto serão atestados por servidor do Almoxarifado, e/ou outro servidor designado para este fim.

15. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada por servidor designado, onde a CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Multa administrativa no percentual de 01% (um por cento) por dia de atraso, a partir do primeiro dia útil subsequente à data limite fixada na programação da prestação do serviço, incidindo sobre o valor da obrigação inadimplida, até o percentual máximo de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, o que não impede aplicação das demais sanções.

II – Pela inexecução parcial ou total deste contrato, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa indenizatória fixada em 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução total, e de 1% (um por cento) até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de inexecução parcial do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Verde, nos termos da legislação vigente;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Se o CONTRATADO não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal, o respectivo valor será descontado dos créditos que o CONTRATADO possuir com esta Prefeitura Municipal e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Jurídica.

As penalidades acima previstas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo do Prefeito Municipal.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da informação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade pela elaboração desse Termo de Referência e Pesquisa de Média de Preços ficou sob a responsabilidade do servidor(a) _____, portador(a) do CPF: _____, no cargo de _____, lotado na Secretaria _____, sito à Rua _____, telefone: (66) 3419-_____. E-mail: _____@campoverde.mt.gov.br, que poderá ser consultado para esclarecimentos e dúvidas nos contatos mencionados.

Campo Verde-MT, xx de xx de 20xx.

_____ **XXXXXXXX** Secretária Municipal de _____ Portaria _____	_____ **XXXXXXXX** Responsável pela elaboração do termo e cotação de preços CPF:_____
_____ **XXXXXXXXXX** Fiscal de contrato **CHECK LIST BÁSICO** **TERMO DE REFERENCIA**	

INSTRUÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

1. SOLICITANTE:_____

2. OBJETO:_____

TERMO DE REFERÊNCIA: Lei nº 8.666/93, subsidiada pela Lei n° 10.520/00, Art.3°. I a III. Decretos nº 3.555/00,

Deverá conter no mínimo as seguintes observações:

1. DO OBJETO; 2. DA JUSTIFICATIVA; 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL; 4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS OU BENS; 5. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO; 6. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO; 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO; 9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO; 10. LOCAL DE ENTREGA/ EXECUÇÃO (ENDEREÇO COMPLETO); 11. INDICAÇÃO DE MARCAS / AMOSTRAS / LAUDOS TÉCNICOS; 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 14. DA FISCALIZAÇÃO 15. DO PAGAMENTO 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS; 17. DA VIGÊNCIA. 18. DATA, LOCAL e ASSINATURA

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	N/A	OBSERVAÇÃO
01.	**DO OBJETO** É recomendável, embora não obrigatório, que se inicie o documento pela descrição do objeto da licitação, que deve ser enunciado de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que possam restringir a competição ou direcione para um determinado fornecedor.				
02.	**DA JUSTIFICATIVA** Em seguida à descrição do objeto, pode-se dar continuidade ao documento enunciando a justificativa da contratação. Além do custo estimado, a decisão do ordenador de despesas deve ser baseada também na conveniência, necessida-				

	de e oportunidade da contratação. Por isso é preciso que a unidade requisitante do bem ou serviço apresente justificativa da contratação bem elaborada, na qual além conveniência, necessidade e oportunidade, enfoque, ainda, os objetivos que se pretende alcançar e os impactos positivos da contratação para a instituição, seus servidores e para a comunidade, entre outros Motivo da contratação; Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação; Critérios ambientais adotados, se houver; Referência a estudos preliminares, se houver.				
03.	**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** O Termo de Referência é um instrumento usado na modalidade pregão, seja na forma presencial ou eletrônica, que nas outras modalidades, previstas na Lei Federal nº. 8666/93 (concorrência, tomada de preço, convite), equivale ao projeto básico				
04.	**DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS OU BENS** Na seqüência, o objeto da contratação deve ser detalhado. Para tanto, deve-se fornecer informações suficientes, de forma clara e precisa, que permitam a produção, a compra dos bens ou execução dos serviços, com qualidade e que esta possa ser aferida facilmente. Deve-se evitar exigências de funcionalidades desnecessárias ou supérfluas.				
05.	**DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO.** Especificar no termo de referência as exigências das condições de fornecimento, tais como: validade mínima, garantia, nome do fabricante, procedência do material e especificações detalhadas do produto. (se houver necessidade)				
06	**DO VALOR ESTIMADO DA DA CONTRATAÇÃO.** Deverá constar o valor total do objeto a ser licitado, juntamente em anexo a planilha de composição de preços que deu origem ao valor da licitação, devidamente assinada (item 6.4 da IN)				
07	**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** Indicar a dotação orçamentária da contratação, exceto se for SRP. Caso seja adquirido através de recurso federal há a necessidade de informa-lá				
08	**DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO** Deve-se estabelecer com clareza como o bem ou serviço deve ser recebido, provisória e definitivamente: medidas, formas, materiais utilizados, composição físico - química, funcionalidades, embalagens, testes de funcionamento, analise de amostra, tudo em conformidade com as especificações do objeto, bem como os procedimentos do contratante e do fornecedor para os casos de não aceitação do objeto.				
09	**DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** No caso de aquisição de bens, devemos informar o prazo, local e horário de entrega, se os bens serão entregues de uma só vez ou de forma parcelada, garantia e assistência técnica, etc. No caso de bens que precisem ser fabricados, devem ser informados, ainda, os métodos construtivos (medidas, desenhos, plantas, materiais, cores, e etc.)/ Estabelecer o prazo de execução do serviço ou de entrega do bem.				
10	**LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO (ENDEREÇO COMPLETO);** Informar o local de entrega ou execução do serviço.				
11	**INDICAÇÃO DE MARCAS / AMOSTRAS / LAUDOS TÉCNICOS.** (quando necessário)				
12	**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** Deve-se definir com clareza e precisão quais são as responsabilidades do contratante e do fornecedor. Essas informações são essenciais para o gerenciamento do contrato e para a aplicação de sanções ao contratado, quando for o caso.				
13	**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** Deve-se definir com clareza e precisão quais são as responsabilidades do contratante e do fornecedor. Essas informações são essenciais para o gerenciamento do contrato e para a aplicação de sanções ao contratado, quando for o caso.				
14	**DA FISCALIZAÇÃO** Sugerir o nome do Gestor do Contrato se houver, e estabelecer as suas atribuições: anotar em documento próprio as ocorrências; determinar a correção de faltas ou defeitos; encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência.				
15	**DO PAGAMENTO** Pagamento em até 30 dias (Art. 40, inciso XIV, da Lei Federal nº 8.666/93), como será a fiscalização, infra-estrutura, etc.				
16	**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** Estabelecer as sanções aplicáveis ao fornecedor para o caso de inadimplemento. Estas sanções serão levadas para o edital e contrato. Deve-se evitar sanções que não possam ser aplicadas.				
17	**DA VIGÊNCIA** Período que define o prazo de execução dos serviços ou de entrega do bem.				
18	**DATA, LOCAL e ASSINATURA** Encerrar o Termo de Referência com o Local seguido da Data e a Assinatura do autor do TR				

CHECKLIST

FRAUDES EM LICITAÇÃO - JULGAMENTO

Processo nº

Modalidade _____ - _____

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1. Julgamento da Licitação – Todas as modalidades e objetos				
1. Há erros semelhantes nos documentos ou cartas de proposta apresentadas por empresas diferentes, tais como **erros ortográficos e gramaticais**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE. Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
2. As propostas de empresas diferentes apresentam caligrafia ou tipo de letras semelhantes, ou utilizam formulários ou papel timbrado similares ou **mesmo padrão de apresentação**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE. Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
3. Os documentos das propostas de um concorrente fazem referência expressa às propostas de outros concorrentes ou utilizam o **cabeçalho ou número de fax de outro concorrente**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE. Acórdão TCU nº 888/2011 – Ple-			

	nário e RE 68. 006-MG do STF.				
4. As propostas de empresas diferentes contêm **erros de cálculo semelhantes**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE.				
5. Os envelopes de empresas diferentes têm **carimbos postais** ou marcas de registo postal semelhantes?	Diretrizes para combater conluios – OCDE.				
6. Há **coincidência exata dos prazos de validade** das propostas de preço e/ou de validade dos produtos/serviços, sem que qualquer exigência a esse respeito houvesse sido formulada no instrumento convocatório?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
7. As empresas participantes **existem juridicamente** junto ao órgão fiscal? Avaliar a existência jurídica das empresas participantes do certame, pesquisando seus dados nas bases do Sistema de CNPJ da SRF (<www.receita.fazenda.gov.br > serviços para a empresa > cadastros > comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ > acesso direto ou com senha específica) e (www.sintegra.gov.br > escolher estado).	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
8. Foi constatada a **inexistência de vínculos empregatícios da empresa**? Checar **registro de empregados na empresa** pormeio de consulta (acesso restrito) ou circularização aos órgãos responsáveis pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS e Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – *GFIP. Dispondo do número do Programa de Integração Social (*PIS) é possível consultar online os dados da última RAIS para o empregado, no site (www.rais.gov.br > Declaração Já Entregue > Consultar Trabalhador) A inexistência de vínculos empregatícios pode ser indicativo de fraude na emissão de atestados de capacidade técnica, especialmente em contratação de serviços terceirizados e ainda, de inidoneidade das informações presentes nos demonstrativos contábeis.	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
9. Houve identificação de **relacionamentos entre os licitantes**? Verificar possíveis relacionamentos entre os licitantes, tais como: endereços, telefones, e-mails, quadro societário (disponível na consulta ao CNPJ na Receita Federal), responsáveis técnicos, representantes e procuradores em comum; vínculos em redes sociais como o Facebook; mesmo responsável técnico registrado no CREA (http://www.crea-mt.org.br/profissionais/consultar_profissional.php); data de constituição da empresa próxima da data do certame e área de atuação incompatível (conforme consulta do item 7)	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
10. A empresa de engenharia (Obras) encontra-se **inativa no CREA**? Analisar se a empresa de engenharia encontra-se ativa no CREA (http://www.crea-mt.org.br/empresas/consultar_empresa.php), pois sua inatividade pode indicar a não autenticidade dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
11. Os **selos** presentes nos documentos de habilitação e proposta de preços são **autênticos**? Consulta ao site do Tribunal de Justiça/Cartório competente para verificação da autenticidade dos selos presentes nos documentos de habilitação e proposta de preços da empresa vencedora, especialmente quando o tempo de emissão do documento é requisito habilitatório (http://www.tjmt.jus.br/selos).	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
12. Há **participação, ainda que indiretamente, de servidores do próprio órgão/entidade** contratante? Verificar no Sistema de CNPJ da Receita Federal e RAIS se o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação faz parte do quadro societário da empresa contratada.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
13. Houve contratação de **MEE ou EPP com faturamento do ano anterior superior ao limite** e que tenha usado benefícios ilegalmente? Analisar participação de **ME ou EPP com faturamento do ano anterior superior ao limite** e que tenha usado benefícios ilegalmente. Portal da Transparência evidencia receitas de órgãos federais: (www.portaldatransparencia.gov.br > Despesas > Gastos Diretos > Por Favorecido > Pessoas físicas, empresas e outros). Pesquisa no Google pode revelar contratos da empresa com órgãos de outras esferas de governo. Exemplo de pesquisa: <"nome ou CNPJ da empresa" "ano" site: gov.br>	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
14. Há participação de grande empresa reservada a ME/EPP? Verificar participação de **Grande ou Média Empresa em licitação reservada a ME/EPP**. Essa participação pode ser direta ou indireta, nos casos em que a ME/EPP licitante atua apenas de fachada, sendo a grande ou a média empresa a verdadeira fornecedora. Procedimentos que podem ajudar: checagem do endereço e telefone da ME/EPP e conferência de quem realiza a entrega do produto ou executa o serviço.	Acórdãos 1028/ 2010-TCU-Plenario, 2259/ 2011- TCU-Plenario.				
15. A empresa participante da licitação é **inidônea** para contratar com a Administração Pública? Consultar os cadastros impeditivos de contratação, a exemplo do Cadastro Específico de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Cadastro de Inidôneos do TCU (https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5:0::NO); Cadastro de Empresas Inidôneas da CGE/MT (http://www.auditoria.mt.gov.br/age_inidoneas.php); Cadastro de Empresas Inidôneas do TCE/MT (http://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/542); e Controle de Empresas Penalizadas da entidade.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
16. Há irregularidade nas **certidões de habilitação** emitidas pelas licitantes? Verificar a data de emissão das certidões de regularidade (INSS, FGTS, Certidões Estaduais e Municipais) apresentadas no processo, para constatar se são válidas e se sua emissão é muito próxima ou há semelhança nos documentos que possam sugerir que tenham sido realizadas por uma mesma pessoa ou conjunto de pessoas.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
17. As **garantias de proposta/contratuais são inidôneas**? *Checar **idoneidade da*s **garantias.*** No caso de seguro-garantia, conferir na Susep (www.susep.gov.br > serviços ao cidadão > consulta de apólice de seguro garantia). No caso de Títulos da Dívida Pública, consultar STN sobre fraudes potenciais, sobretudo com Títulos da Dívida Agrária (TDA) e Títulos Púbicos Antigos (www.stn.fazenda.gov.br). No caso de depósito bancário, conferir a efetiva existência do dinheiro na instituição bancária.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
18. Existem **divergências entre assinaturas** apostas nos documentos presentes no processo?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
19. Os sócios que constam do Contrato Social possuem **condições financeiras compatíveis** com o cargo, conforme registrado na base de dados da RAIS e CNIS? Verificar **compatibilidade das condições financeiras dos sócios,** *avaliando dados da RAIS e CNIS (dados restritos), pesquisas na Internet, Facebook, cadastros de benefícios sociais como o Bolsa Família, verificar condições de moradia no Google Mapas*.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
20. Nos processos realizados na modalidade convite, houve instrução com menos de três **propostas válidas**?	Súmula nº 248 do TCU				
21. Nos processos realizados na modalidade convite, foram convidadas licitantes cujo **ramo** de atividade econômica seja incompatível com o objeto de licitação? Vide item 7.	Acórdãos 1.313/ 2011-TCU-Plenário, 349/ 2010-TCU-Plenário.				
22. A Administração descumpriu regras estabelecidas no ato convocatório, ao qual se encontrava estritamente **vinculada**?	Acórdãos 966/ 2011-TCU-1a Câmara, 1.308/ 2010-TCU-Plenário, 2.588/ 2010-TCU-Plenário.				

23. Houve mudança expressiva do capital social da licitante? Sobretudo em dinheiro e em data próxima ao certame, o que pode indicar fraude contábil para atender aos critérios de qualificação econômico-financeira do edital.	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
24. As demonstrações contábeis e lançamentos no livro diário são compatíveis com o porte, ramo, atividade e atestados da empresa?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
25. Houve mudança no objeto social da empresa, que possa indicar incoerências com os atestados apresentados?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.				
Data : _____/____/_____	Conferido e assinado por:				

CHECKLIST

Verificação de Elementos que possam comprometer

o caráter competitivo do Processo Licitatório – COMPRAS

Processo nº

Modalidade _____ - _____

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	**Base Legal**	**S**	**N**	**N/A**
1. Análise do Projeto Básico/Termo de Referência				
1.1. O objeto licitado está definido de forma **imprecisa e insuficiente**?	Súmula TCU 177, AC TCU 212/2013 – P e 1041/2010 – P.			
1.2.Há **especificações** que direcionam a contratação para determinado fornecedor/ marca?	LGL, Art. 15, § 7 inciso I e Acórdão nº 740/2004 e 2622/ 2015, TCU-P.			
1.3. O **autor** do Termo de Referência/Projeto Básico participa, ainda que indiretamente, da licitação?	Ac 1893/2010 – P, 486/2011-1C, 2.395/2011-1C, 3.031/ 2009-P, 597/2008-P.			
1.4. Há indicação de **marca no Projeto Básico/Termo de Referência** sem justificativa?	TCU. Ac 723/2005-P, 740/2004-P, 1705/2003-P e Súmula 270/2012.			
1.5. As **quantidades licitadas** são incompatíveis com a demanda?	Ac TCU 699/2008, Ac. 2387/2007-P. 646/2007-P; 740/ 2004-P			
1.6 Os **preços de referência** estão fora da margem aceitável de mercado?	Ac. TCU 819/2009, 3.016/2012, 2637/2015 - P; Resolução de Consulta 20/2016 do TCE/MT			
1.7 Há **fracionamento** com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	TCU. Ac. 55/2000-P 203/2002-P, 167/2002-P e 420/ 2003-P; Súmula TCE/MT 11/2015			
1.8 Nos editais das licitações cujo objeto seja divisível, houve falta de **parcelamento** do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de **adjudicar por item** e adjudicou o objeto pelo menor preço global?	Súmula 247 do TCU, Art. 23, §1 da LGL, Acórdão nº 280/ 2010 TCU-P, acórdãos 520/2009, 1390/2009, 693/2010, 2219/2010, todos do Plenário.			
2. Análise do Edital				
2.1 Preâmbulo				
2.1.1. O edital proíbe apresentação de documentos pela **via postal, fax, telegrama** ou e-mail?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário			
2.1.2. A **previsão orçamentária** é inadequada?	Art. 167, §1 da CF, art. 7º, §2, III da LGL, TCU Ac 1505/ 2009-P e art. 16 da LRF.			
2.1.3.Havendo recurso federal, deixou-se de adotar o **pregão eletrônico sem justificativa**?	TCU. Ac 1700/2007-P Decreto 5.504/2005			
2.1.4. **Falta parecer jurídico** no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	LGL, art. 38, § único. TCU. Acórdão 1944/2014-Plenário; Ac. 434/2016 – P; Ac. TCE/MT 3387/2015 – TP; STF: MS 24.584/2012 – Primeira Câmara			
2.1.5. Faltam **condições específicas relativas à compra de medicamento**: Entrega Parcelada, Prazo de Validade e Lotes, Embalagem e Acondicionamento, Rotulagens e Bulas, Prazo de entrega (licitação de medicamentos)??	OPAS. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais (2003).			
2.1.6. Faltam **condições específicas relativas à compra de alimentos**: Adjudicação por item; exigência de amostras e aquisição de no mínimo 30% da agricultura familiar?	Resolução CD/FNDE nº 26/2013			
2.2. Condições de Participação				
2.2.1. O edital **veda a participação de consórcios** sem a devida motivação?	Art. 33 da LGL, Acórdão n.º 1.636/2007-Plenário, Acórdão n.º 1316/2010-1ª.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em **litígio judicial** com a Entidade?	Acórdão n.º 2.434/2011-Plenário.			
2.2.3. Exige-se inscrição prévia no **Sistema de Cadastramento** como **único** meio de habilitação?	Ac TCU 989/2006-1C e Súmula nº 274/2012 do TCU.			
2.2.4. Para **obter o edital**, exige-se valor incompatível com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Ac 2.297/2005-P, 2.036/2008-P, 2. 099/2009-P, 1.117/2012-1C.			
2.2.5. O ato convocatório estabelece **cláusulas desnecessárias ou inadequadas**, que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Ac 1.028/2011-P, 2.796/2011-2C.			
2.2.6. Houve proibição de participação de empresas com **sócios em comum** ou empresas de mesmo grupo econômico? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL, Acórdão nº 526/2013 e Acórdão nº 297/ 2009, ambos do Plenário			
2.2.7. Servidor público em cargo de influência sobre a licitação (Parecerista, cpl/pregoeiro, autoridade competente, orçamentista, etc) **participa, mesmo que indiretamente**, do certame?	Ac 1019/2013-P e 3368/2013-P; Resolução de Consulta TCE/MT 05/2016			
2.3. Habilitação Jurídica				

2.3.1. Exige-se **alvará de funcionamento que comprove localização específica do licitante**?	Acórdãos 2.194/2007-TCU e 855/2009-TCU, ambos do Plenário.
2.3.2. Foi exigida indevidamente **certidão simplificada** expedida pela junta comercial do estado da sede da licitante?	Ac. TCU 1778/2015 – P; Ac. 7856/2012 – Segunda Câmara.
2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista	
2.4.1. Exige-se "**quitação**" em vez de "regularidade" fiscal?	Súmula TCU 283/2013; Acórdão 1265/2010 – Plenário e Acórdão 2081/2007 – Plenário.
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de "**débito salarial ou infrações trabalhista**"?	Acórdão TCU 697/2006; Acórdão TCU 3088/2010, ambos do Plenário
2.4.3. Foi exigida indevidamente Certidão de Regularidade Sindical e Guias de Recolhimento de sindicato?	Acórdão TCU 951/2007 -P
2.5. Qualificação Técnica	
2.5.1. Exige-se **certificado de qualidade** que não é obrigatório por lei? (Exemplos: ISO, ABIC, etc).	LGL Art 30, II c/c §1 e Ac TCU 608/2008-P
2.5.2. Exige-se número **mínimo, máximo ou fixo** de atestados?	LGL Art. 30, II, Acórdãos 244/2003, 584/2004-, 170/2007, 1.636/2007-, 1.780/2009, todos do Plenário.
2.5.3. Exige-se declaração de **idoneidade financeira**?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.
2.5.4. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, **amostras** a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdão TCU nº 2749/2009 e 1113/2008, ambos do Plenário.
2.5.5. Exige-se carta de **solidariedade ou credenciamento do fabricante** do produto?	Ac TCU 2.294/2007–1C e Ac TCU 1.350/2010-1C e 718/2014-P
2.5.6. Foi exigida indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos?	Ac TCU 1224/2015 e 944/2013 - P
2.5.7. Falta exigir **licença sanitária** da licitante (licitação de medicamentos)?	Art. 5 da Portaria MS nº 2.814/1998
2.5.8. Falta exigir **Autorização de Funcionamento** expedida pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	Art. 5 da Portaria MS nº 2.814/1998
2.5.9. Exige-se **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle** emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P, 126/2010, 127/2010, 128/2010, 129/2010 e 392/2011 – todos do Plenário.
2.5.10. Exige-se **Certificado de Boas Práticas de Armazenamento** emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P.
2.6. Qualificação Econômico-Financeira	
2.6.1. Exige-se **cumulativamente** garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	TCU. Ac 1.229/2008, 2.712/2008, 2.815/2009 e 3. 043/2009, todos do Plenário.
2.6.2. Exige-se capital social **integralizado**?	Acórdãos nos 1871/2005; 170/2007 e 113/2009, todos do Plenário.
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os **percentuais máximos** fixados na lei?	LGL Art. 31,§ 3º
2.6.4. Foi exigida **fotocópia integral** do livro diário das empresas?	Ac TCU 2962/2015 - P
2.6.5.Exige-se **certidão negativa de Corregedoria de Justiça**?	Ac TCU 768/2007–P
2.6.6. Foi vedada a participação de empresa em **recuperação judicial**? Obs.: A certidão positiva não implica imediata inabilitação, podendo ser aceito, desde que a empresa tenha plano de recuperação judicial homologado.	PARECER AGU no 04/2015/CPLC/DEPCON5U/PGF/AGU, 12/05/2015 e acórdão TCU no 8272/2011 – 2 Câmara)
2.6.7. Os **índices contábeis** são incomuns e estão acima de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Súmula TCU 289/2016; Ac TCU 4.606/2010–2C, 434/2010-2C e LGL Art. 31, § 5º
2.6.8. Exige-se **certidão negativa de protesto**?	Ac 5.391/2008-2C, 1391/2009–P e 534/2011-P.

3. Análise da Publicidade do Certame	
3.1. A **publicidade do certame é insuficiente ou inadequada** ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	LGL Art. 21, TCU Decisão 233/1996–1C e TCESP. Processo 6.736/026.
3.2. Deixou-se de publicar os editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados no sítio oficial da entidade?	Lei 12.527/2011; Ac. TCU 2622/2015 - P
3.3. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em **jornal diário de grande circulação**?(de acordo com a legislação vigente)	Acórdãos nº 1.946/2009 - 2ª Câmara e 1. 117/2012-1ª Câmara
Data : _____/____/_____	Conferido e assinado por:

CHECK-LIST

DE CONFORMIDADE PARA ACEITE PROVISÓRIO

OU DEFINITIVO DOS SERVIÇOS COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA

CONTRATO Nº_____

S	N	EP	NA
Sim	Não	Em parte	Não se aplica

Critérios procedimentais	S/N/EP ou NA	Página / observação
1. A documentação apresentada pela contratada para a solicitação de pagamento está completa, ou seja, contendo (Lei nº 8.666/93, art. 71; Lei nº 8.212/91, art. 31, § 5º e art. 32, I; IN nº 05/2017, art. 47, art. 50, II e Anexos VIII-B e XI):		
a) Fatura?		
b) Nota fiscal?		
c) Se for o caso, cópias das Notas fiscais dos materiais aplicados na execução do serviço contratado?		
d) Recibo?		
e) Guia de recolhimento de tributo(s)?		
f) Planilha demonstrativa de custos?		
g) Frequência mensal dos terceirizados?		

h) Comprovantes de pagamento dos salários, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento* ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores?		
i) Comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) com a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos?		
j) Comprovantes/guias de recolhimento do FGTS dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior?		
k) Comprovante do pagamento do 13º salário aos empregados alocados na execução dos serviços contratados?		
l) Comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional?		
m) Encaminhamento das informações trabalhistas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados exigidas pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED?		
n) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo ou dissídio coletivo?		
o) Comprovante de pagamento de horas-extras/diárias solicitadas pela Administração, se houver?		
2. A Contratada cumpriu com as seguintes obrigações durante a prestação dos serviços (Lei nº 8.666/93, art. 54, § 1º c/c art. 66; IN nº 05/2017, art. 47, V):		
a) Pagamento de diárias no prazo estabelecido?		
b) Apresentar as notas fiscais e boletos bancários no prazo estabelecido?		
c) Prestação contínua dos serviços contratados?		
d) Manter empregados qualificados na execução dos serviços?		
e) Presença de empregados uniformizados, com uniforme limpo e com crachá de identificação?		
f) Fornecimento dos uniformes e seus complementos, conforme previsto no Termo de Referência?		
g) Prestar os serviços solicitados pela fiscalização?		
h) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal?		
i) Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades?		
j) efetuar a reposição de funcionários faltosos?		
3. O período de execução dos serviços é compatível com a vigência do contrato e com o período informado na Nota Fiscal? (IN nº 05/2017 – Anexo XI, item 3)		
4. Constam os dados bancários da Contratada na Nota Fiscal e/ou na Fatura? (IN nº 05/2017 – Anexo XI, item 3)		
5. Consta destaque na nota fiscal referente à retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da NF ou fatura de prestação de serviços? (Lei nº 8.212/91, art. 31 e IN nº 05/2017, Anexo XI, item 3, "f").		
6. A planilha demonstrativa de custos corresponde às reais condições dos serviços efetivamente prestados no período, assim como a apuração está em conformidade com a solicitação de pagamento? (IN nº 05/2017, art. 50, II, Anexo VIII-A, item 1 e Anexo XI, item 4.2)		
7. A Contratada encontra-se regular quanto às suas condições de habilitação jurídica, qualificação - econômico / financeira, trabalhista, previdenciária e de idoneidade comercial, exigidas durante o processo licitatório e vigência do contrato, demonstradas sua regularidade nos seguintes documentos (Lei nº 8.666/93, art. 29 e art. 31 c/c art. 55, XIII; IN nº 05/2017, Anexos VIII-B e XI, item 2):		
a) Declaração do SICAF?		
b) Certidão CNDT?		
c) Certidão da CNJ?		
d) Consulta da CEIS?		
e) Consulta do TCU?		
8. Se for o caso, consta da documentação enviada para solicitação de pagamento o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento equivalente? (IN nº 05/2017, Anexo VIII-A)		
9. A Contratada atendeu com presteza e dentro do prazo contratual estabelecido, às solicitações de informação, esclarecimento e providência referentes à prestação dos serviços? (Lei nº 8.666/93, art. 66 e art. 69; IN nº 05/2017, art. 44, § 3º e Anexo VIII-A, item 2)		
10. Houve inconformidade e/ou irregularidade contratual insanável ou reincidente, caracterizada no Instrumento de Medição de Resultado ou instrumento equivalente, resultando na aplicação de índice atribuído como penalidade? (Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e VIII e art. 66; IN nº 05/2017, Anexo V, subitem 2.6 – d.4.4 e Anexo VIII-A, subitem 3.3)		
11. Consta Termo de Atesto de Recebimento assinado pelo Gestor do Contrato? (IN nº 05/2017, art. 50)		
12. A data do Termo de Atesto de Recebimento é igual ou posterior à data final do período de execução do serviço a ser pago? (Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, III c/c Lei nº 8.666/93, art. 73, I e IN nº 05/2017, art. 50, II)		
13. Consta memorando de encaminhamento de notas fiscais e faturas para pagamento?		
14. Consta Solicitação de Pagamento preenchida corretamente e assinado pelo Gestor do Contrato? (Lei nº 8.666/93, art. 67, caput; IN nº 05/2017, art. 41 e art. 42)		
15. Consta o Cronograma de medição lançado no SIASG? (Lei n.º 13.408/16, art. 17; IN – MP nº 01, de 08 de Agosto de 2002)		
16. Consta a Nota de Empenho relativa a vigência atual do contrato? (Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, II)		
Observação complementar * Verificar Detalhamento dos nomes, função, dias trabalhados e valores auferidos.		
Data _____/____/_____	Conferido e assinado por:	

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 118/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA, GENUÍNA E/OU ORIGINAL DE PRIMEIRA LINHA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 118/2019** a se realizar no dia **08/11/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 22 de outubro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2501/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.412/2018 de 21 de Dezembro de 2018, Plano Plurianual - PPA, para o período de 2018/2021, o Elemento de Despesa 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições e fontes de recursos.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.381/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o Exercício de 2019, o Elemento de Despesa 3. 3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições e fontes de recursos.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.404/2018, Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício de 2019, o Elemento de Despesa - 3.3.90. 93.00.00 - Indenizações e Restituições e fontes de recursos

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0007 - Modernização e Gerenciamento da Administração Pública

Ação: 20103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições.....R$ 95.285,30

Fontes de Recursos: 0.1.47.008000 - Piso de Atenção Básica - PAB.....R$ 94.541,45

Fontes de Recursos: 0.1.26.038000 - Remuneração de depósito Bancários .....R$ 743,85

TOTAL:.....R$ 95.285,30

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 I e III da Lei Federal n°. 4.320/1964, a seguir:

§1º - O Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício anterior, de acordo com o Artigo 8, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000, no valor de

R$ 94.541,45 (Noventa e Quatro Mil Quinhentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

§2º - Os resultante de Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme classificação Funcional programática a baixo.

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 - Programa Saúde da Família

Ação: 20106 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 743,85

Fontes de Recursos: 0.1.26.038000 - Remuneração de depósito Bancários

TOTAL:.....R$ 743,85

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 22 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2502/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA A ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a doação dos equipamentos utilizados na cozinha da Associação dos Idosos do município de Campo Verde-MT, provenientes do contato de comodato firmado entre o município de Campo Verde e a Associação dos Aposentados e Pensionistas e Idosos de Campo Verde, conforme relação descritas abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO
Fogão Industrial 04 Bocas com Pintura epóxi eletrostática	01	31957
Pia c/ tampão de mármore 02 cubas com armário com 8 gavetas	01	47897
Balcão de Mármore	01	47895
Mesa de Mármore	01	47896
Coifa p/ Fogão Industrial em inox	01	48024
Refrigerador Duplex 462 Litros	01	48010
Armário Aéreo	03	31986/31985/ 31987
Paneleiro Duplo	02	48062/48063
Balcão 1,20 com tampo	02	48064/48065
Freezer horizontal 519 litros	01	3 1988
Forno elétrico 44 litros auto-limpante	01	48027
Máquina de Lavar 11 kg	01	47915
Caçarola de Alumínio batido 50 Litros	02	S/N
Caçarola de Alumínio batido 29 Litros	02	S/N
Liquidificador em inox 6 Litros	01	048166
Bule de Alumínio 4,5 Litros, com cabo de madeira	02	S/N
Bacia de Alumínio de 19 Litros	02	S/N
Máquina de lavar Alta Pressão	01	47940
Forno Micro-ondas 30 Litros	01	47989
Forno a Lenha – média com frente inox	01	47941
Panela de Pressão 20,8 Litros polida de Alumínio	01	S/N
Panela de Pressão 11,4 Litros polida de Alumínio	01	S/N
Multiprocessador Industrial c/ 06 discos de corte	01	48028
Batedeira planetária 08 velocidades	01	47916
Balcão para pia	01	S/N
Pia em inox	01	S/N

Art. 2º - Fica o Setor de Patrimônio do Município autorizado a proceder à baixa no Patrimônio Público Municipal dos bens doados através da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 22 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2503/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CUSTEAR PARCIALMENTE DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO FUSION FIGHT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear parcialmente as despesas com a 2ª edição do Fusion Fight, promovido pela Associação Campo Verde de Handebol e Esportes, até o limite de R$ 4. 000,00 (quatro mil reais) que será destinado para subsidiar o custo com o aluguel do Centro de Eventos Juventude, local onde será realizado o evento no dia 26 de outubro de 2019.

Art. 2º - Ointeresse público está representado na promoção de lazer, esporte e turismo com a realização de grande evento esportivo no Município de Campo Verde.

Art. 3º - Ficará responsável para acompanhamento e fiscalização da aplicabilidade dos recursos liberados a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 22 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2504/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A ALTERAR A LEI 2466/2019 PARA INCLUIR O §3º DO ARTIGO 6º, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir o §3º do artigo 6º da Lei 2466/2019, que passará a contar com a seguinte redação:

Art.6º - As contratações de que trata a presente Lei serão feitas após processo seletivo simplificado, de provas, de títulos ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, com caráter objetivo, após ampla divulgação prévia, inclusive no órgão de imprensa oficial, prescindindo de concurso público.

§1º(...)

§2º(...)

§3º - *Fica criada a gratificação aos membros das comissões organizadoras dos processos seletivos, processos seletivos simplificados no valor de até R$ 499,00 (Quatrocentos e noventa e nove reais), pelo exercício de atribuições excepcionais e transitórias, que excedem ao cargo ocupado, somente sendo percebida do ato de nomeação da comissão até a homologação do concurso.*

I - A Gratificação será devida ao servidor que, em caráter eventual participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes, bem como não podendo a mesma ser percebida cumulativamente com outras gratificações similares.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 22 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emenda.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ BRESOLIN GIONGO EDITAL N.º 003/2019

CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ BRESOLIN GIONGO

Edital n.º 003/2019

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS(AS) CANDIDATOS(AS) À ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) - BIÊNIO 2020/2021

A COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE ESCOLAR: **CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ BRESOLIN GIONGO** constituída pela Portaria nº. 229/2019, vem a público **HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES** para a Eleição de Diretor (a), para o Biênio 2020/2021, nos termos da Lei Municipal n.º 471/2011, de acordo com a Portaria № 02/2019/SME, Edital № 02/2019/SME e legislação pertinente, sendo apurados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	APRECIAÇÃO
Ione Alves de Souza Salapata	**Deferido**

CAMPOS DE JULIO-MT, 18 de outubro de 2019.

Márcia Alves de Sousa Lara

Presidente da Comissão Eleitoral

da Unidade Escolar:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI EDITAL N.º 04/2019

ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI

Edital n.º 04/2019

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÕES DA CANDIDATA À ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) - BIÊNIO 2020/2021

A COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE ESCOLAR GERMANO LAZARETTI constituída pela Portaria nº. 02/2019, vem a público **HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES** para a Eleição de Diretor(a), para o Biênio 2020/2021, nos termos da Lei Municipal n.º 471/2011, de acordo com a Portaria № 02/2019/SME, Edital № 02/2019/SME e legislação pertinente, sendo apurados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	APRECIAÇÃO
JOSIANE LUIZ BARBOSA	**Deferido**

CAMPOS DE JULIO-MT, 18 de Outubro de 2019.

Rosimeire Conceição Favero

Presidente da Comissão Eleitoral

da Unidade Escolar Germano Lazaretti

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE EDITAL N.º 04/2019

CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE

Edital n.º 04/2019

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS(AS) CANDIDATOS(AS) À ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) - BIÊNIO 2020/2021

A COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE ESCOLAR: CRECHE PEQUENO PRÍNCIPE constituída pela Portaria nº. 229//2019, vem a público **HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES** para a Eleição de Diretor (a), para o Biênio 2020/2021, nos termos da Lei Municipal n. º 471/2011, de acordo com a Portaria № 02/2019/SME, Edital № 02/2019/SME e legislação pertinente, sendo apurados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	APRECIAÇÃO
Arcilei da Silva	**Deferido**
Viviane da Silva Mendes	**Deferido**

CAMPOS DE JULIO-MT, 18 de outubro de 2019.

EDIJANE AVELINO DOS SANTOS

Presidente da Comissão Eleitoral

da Unidade Escolar

CRECHE PEQUENO PRÍNCIPE

CHEFE DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO

Fica notificado os contribuintes abaixo elencados para efetuarem limpeza de terrenos baldios ou edificados os quais são proprietários, no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação e cobrança de multa conforme predomina a lei nº 456 de 03/05/ 2011, em seu art. 3º combinando com a lei municipal 423 de 22/03/2010.

Nome	Endereço	Quadra	lote
Caique Ribeiro da Silva	Bairro Águas Claras	05	09
Silvana Lopes Domingues	Bairro Centro	20	01 B
Chemtura Industria Quimica	Bairro Centro	20	01 C
Elisangela Cavalcante Lagoa	Bairro Águas Claras	04	05
Genivaldo Domingos da Costa	Bairro Águas Claras	07	01
Adriano do Carmo Souza	Bairro Águas Claras	07	13
Juicer Marques de Souza	Bairro Águas claras	07	15
Alessandro Gonçalves Pachego	Bairro Águas claras	07	04
Romilson Jose da Silva	Bairro Águas claras	07	09
Valdirene de Almeida	Bairro Águas claras	07	02
Jair Furmam	Bairro Águas claras	07	11
Rosangela maes	Bairro Águas Claras	06	05
Maria Eriam Caldas Dutra	Bairro Águas Claras	06	13
Marcelo Schraiber Reis	Bairro Águas Claras	06	14
Jose Cicero Lopes Ascoli	Bairro Águas Claras	06	16
Marine Leite sos Santos Schraiber	Bairro Águas Claras	06	15
Jose Marcos de Araujo	Bairro Águas Claras	08	14
Francismar Mauricio de Souza	Bairro Águas Claras	08	25
Carlinho Conrado Saquete	Bairro Águas Claras	08	27
Gilvan Inacio Antônio da Silva	Bairro Águas Claras	08	31

Campos de Júlio 22 de outubro de 2019

Departamento de vigilância ambiental

Lucia Souza da Silva

Portaria 039/2002

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL ELIZA K TOMÉ EDITAL N.º 003/2019

ESCOLA MUNICIPAL ELIZA K TOMÉ

Edital n.º 003/2019

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS(AS) CANDIDATOS(AS) À ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) - BIÊNIO 2020/2021

A COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE ESCOLAR: **ESCOLA ELIZA K TOMÉ** constituída pela Portaria nº. 229/2019, vem a público **HOMOLOGAR A INSCRIÇÃO** para a Eleição de Diretor (a), para o Biênio 2020/2021, nos termos da Lei Municipal n.º 471/2011, de acordo com a Portaria № 02/2019/SME, Edital № 02/2019/SME e legislação pertinente, sendo apurados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	APRECIAÇÃO
Estélla Mari Daneluz	**Deferido**

CAMPOS DE JULIO-MT, 21 de outubro de 2019.

Deloir José de Morais

Presidente da Comissão Eleitoral

da Unidade Escolar: Eliza K Tomé

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL 15 DE OUTUBRO EDITAL N.º 004/2019

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL 15 DE OUTUBRO

Edital n.º 004/2019

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS(AS) CANDIDATOS(AS) À ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) - BIÊNIO 2020/2021

A COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE ESCOLAR: 15 DE OUTUBRO constituída pela Portaria nº. 229//2019, vem a público **HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES** para a Eleição de Diretor (a), para o Biênio 2020/2021, nos termos da Lei Municipal n.º 471/2011, de acordo com a Portaria № 02/2019/SME, Edital № 02/2019/SME e legislação pertinente, sendo apurados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	APRECIAÇÃO
José Aparecido da Silva	**Deferido**
Silvana Carnauba dos Santos	**Deferido**

CAMPOS DE JULIO-MT, 18 de Outubro de 2019.

BRUNO FERNANDES BRUGNHAGO

Presidente da Comissão Eleitoral

da Unidade Escolar

15 DE OUTUBRO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 031/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 031/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, obtido através de **MAIOR DESCONTO** aplicado sobre os quadros de tarifas vigentes da **AGER/MT**, com a finalidade de **registrar preços para eventual contratação empresa para fornecimento de passagens terrestres intermunicipais para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 04/11/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 22 de outubro de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 006/2018

CHEFE DE GABINETE
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 63, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO a retificação do Edital de convocação nº. 63, de 21 de outubro de 2019, para constar que fica alterada a convocação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, para o cargo de Professor de Pedagogia.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 22 de outubro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO

DESPACHO

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que a Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI, através de sua Controladora Interna, Sra. Luciene Batista da Conceição Zago, de forma irrazoável e sem plausabilidade, recusou o recebimento do memorando n. 255/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019, emitido pela Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças em designação, Sra. Virgília Dias Campos Brunetta, que encaminhava o monitoramento do Plano de Ação aplicável as atividades em logística de medicamentos, sob a alegação de que o MEMO SMC 075/2019, foi endereçado ao Gabinete do Prefeito e a Secretaria Municipal de Saúde e a resposta deverá vim desses órgãos e não da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI;

CONSIDERANDO a decisão exarada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos Autos do processo n. 15.303-6/2016, Acordão n. 281/2017, no item 2, alínea "a", determinou aos os gestores de todos os municípios mato-grossenses para que providenciem a imediata implementação e/ou aperfeiçoamento de todos os controles contemplados na Matriz de Riscos e Controles (MRC), devendo ser concebidos de forma adequada e efetiva até 31-12-2017;

CONSIDERANDO que compete única e exclusivamente a Unidade Municipal de Controle Interno, nos termos da decisão exarada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos Autos do processo n. 15.303-6/2016, Acordão n. 281/2017, no item 2, alínea "b", os controladores internos de todos os municípios mato-grossenses para que relatem em todos os pareceres periódicos da Unidade de Controle Interno, encaminhados via Sistema Aplic, até 31/12/2017, o resultado da avaliação dos controles internos da área de medicamentos e as ações adotadas pela gestão para o saneamento das falhas detectadas;

CONSIDERANDO que essa gestão elaborou o respectivo Plano de Ação, implementou tais ações e que por meio do memorando n. 255/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019 encaminhou a Unidade Municipal de Controle Interno, o andamento e a situação de implementação das ações, com as suas devidas comprovações em anexo e que de forma imotivada e/ou por excesso de formalismo incabível, e sem qualquer amparo legal a sua Controladora Interna recusou o seu recebimento, DETERMINO:

I – A Publicação na íntegra do memorando n. 255/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019, emitido pela Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças em designação, Sra. Virgília Dias Campos Brunetta, que consta o andamento das implementações do Plano de Ação aplicável atividade em logística de medicamentos, estabelecidas no decreto municipal n. 647/2018, de 21 de novembro de 2018, apresentando as principais constatações e andamentos;

II – Que dê ciência a Procuradoria Geral do Município – PGM e Assessoria Jurídica do referido fato, para apuração de falta funcional ou ações que o caso requeira;

III – Que deixe o Processo n. 4831/2019, registrado no Protocolo Geral da Prefeitura, que encaminha referida documentação a Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI, a disposição da referida Controladora Interna, caso queira repensar a sua ação e analisar a referida documentação;

IV – Que seja, encaminhada a presente documentação ao Responsável pelo APLIC, para envio em carga de documentos diversos, ao relator das contas desse município, no Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso, para ciência dos fatos e possíveis determinações de providência, se assim, o desejar.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, 22 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Memorando n. 255/2019/SAPLAFICanabrava do Norte – MT, 21 de outubro de 2019.

A Ilustríssima Senhora

LUCIENE BATISTA DA CONCEIÇÃO ZAGO

Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI

Canabrava do Norte – MT.

Assunto: Monitoramento do Plano de Ação aplicável as Atividades em Logística de Medicamentos.

Ref.: MEMO SMCI 075/2019.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria o andamento das implementações do Plano de Ação aplicável aos processos de logística de medicamentos, estabelecidas no decreto municipal n. 647/2018, de 21 de novembro de 2018, apresentando as principais constatações e andamentos:

1 - PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**

1.1 - Elaboração do Plano Municipal de Saúde - PMS	31/12/2019	**Ação já implementada.** O Plano Municipal de Saúde, para o quadriênio 2018/2021, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução CMS n. 03/2019. Realizando o cumprimento das prerrogativas legais do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecidas pela Lei Orgânica da Saúde (Leis nº. 8.080/90 e 8.142/90) que explicita serem os Conselhos de Saúde instâncias colegiadas permanentes e deliberativas que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, incluindo seus aspectos econômicos e financeiros. Que, segundo as Normas Operacionais Básicas do SUS NOB/91, NOB/93 e NOB/96, cabem aos Conselhos de Saúde a aprovação de planos de saúde e a fiscalização da movimentação dos recursos repassados pela União ao Distrito Federal, estados e municípios. Igualmente, apresentando os relatórios de gestão como instrumentos fundamentais de habilitação e requisito básico para a transferência automática de recursos aos fundos de saúde, que devem realizar prestação de contas aos seus órgãos fiscalizadores, sendo, inclusive, pré-requisito para pleitos de convênio e cooperação técnica junto ao Ministério da Saúde. Considerando ainda que a Emenda Constitucional nº. 29/00 ratifica os documentos supracitados, estabelecendo que os recursos da união transferidos ao Distrito Federal, estados e municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde devem ser acompanhados e fiscalizados pelos Conselhos de Saúde. E ainda, levando em consideração que as Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS/01 e 02), publicadas em 2001 e 2002, em conformidade com os documentos que regulamentam o SUS, estabelecem como critério de habilitação/desabilitação e pactuação do Distrito Federal, estados e municípios regularidade na prestação de contas dos fundos de saúde e apresentação do relatório de gestão aos conselhos de saúde, com sua aprovação em plenária. E por último, considerando a Portaria nº 1.034 de 5 de Maio de 2010 que dispõe sobre a participação das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Foi elaborado o presente Plano Municipal de Saúde, que estruturou-se, a partir do acúmulo de debates e sugestões apresentadas pelos Conselheiros Municipais de Saúde, munícipes, juntamente com os profissionais que atuam na saúde do município, com participação na discussão e definição das prioridades na saúde local e refletem de forma clara as propostas para o andamento das atividades que serão desenvolvidas no período de 2018 a 2021. Com foco na promoção do acesso com qualidade as ações e serviços de saúde e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), este Plano Municipal de Saúde orientará a gestão municipal no período de 2018 a 2021. Segue se em anexo o Plano Municipal de Saúde e a Resolução CMS n. 03/2019, que aprova o referido Plano.
1.2 – Elaboração da Programação Anual de Saúde - PAS	31/12/2019	**Ação já implementa.** A municipalidade elaborou a Programação Anual de Saúde – PAS a partir dos objetivos, diretrizes e metas previstos no Plano Municipal de Saúde - PMS, definindo as ações que irão garantir o alcance dos objetivos e das metas estabelecidos no PMS e os recursos orçamentários necessários ao cumprimento da programação anual. Segue-se em anexo o referido
1.3 – Monitoramento da execução do planejamento e elaboração do Relatório Anual de Gestão - RAG	31/12/2020	**Ação já implementada.** O Relatório de Gestão é o instrumento da gestão do SUS, do âmbito do planejamento, conforme item IV do art. 4º da Lei Nº 8.142/90, referenciado também na Lei Complementar 141/2012 e Portaria 575/2012 do Ministério da Saúde. A Portaria GM/MS nº 3.176, de 24 de dezembro de 2008 estabelece que "O Relatório Anual de Gestão é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a PAS - Programação Anual de Saúde, a qual operacionaliza o PMS - Plano Municipal de Saúde, na referente esfera de gestão e guia casuais redirecionamentos. Também é o instrumento de comprovação de aplicação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo resultado demonstra processo contínuo de planejamento e é instrumento indissociável do PMS e de suas respectivas PAS. O Plano de Saúde (2018-2021), base para elaboração do RAG, após aprovado na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, através de Resolução, convenciona-se a levantar as informações a partir das metas estabelecidas no SISPACTO no âmbito da assistência, Atenção e Vigilância em Saúde. O RAG 2018, que segue em anexo, demonstra sinteticamente os resultados alcançados, apresenta aplicação dos recursos financeiros, análises, considerações e as recomendações técnicas para o planejamento do ano seguinte. Quanto à estrutura para elaboração do Relatório, foi adotado o proposto pelo Ministério da Saúde, por preenchimento de forma manual, visto a migração do Sistema SARGSUS, para o DIGISUS, contemplando o entendimento, tanto da população como dos órgãos de controle interno e externo, além de ser recomendado pelo Ministério da Saúde. Desta feita, demonstra-se claramente que a gestão realiza o monitoramento contínuo do alcance dos objetivos e metas estabelecidos na Programação Anual de Saúde - PAS e elaboração do Relatório Anual de Gestão - RAG, demonstrando o desempenho da execução das ações e o grau de cumprimento das metas previstas na Programação Anual de Saúde - PAS, a análise da execução da programação (física e orçamentária/financeira), além de recomendações para o ajuste do PMS e indicar os rumos para a programação do ano seguinte. Segue em anexo o Relatório de Gestão – RAG.

2 - SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
2.1 - Elaboração da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME)	31/07/2019	**Ação já implementada e aperfeiçoada.** A gestão editou o decreto 687/2019, de 13 de agosto de 2019, que estabelece a Relação Municipal de Medicamentos – REMUME para o município de Canabrava do Norte, apesar ter sido elaborada por uma comissão terapêutica, com base no perfil epidemiológico e nosológico do município, entre outros fatores, e ainda, compatível com a RENAME, fez-se necessário que a descrição dos medicamentos da REMUME segue o padrão descritivo de medicamentos da CATMAT (conforme layout do Sistema Aplic), apresentando: item (código), princípio ativo/descrição, concentração, forma, volume e unidade de fornecimento.
2.2 - Controle de demandas reprimidas (não atendidas) de medicamentos.	31/07/2019	**Ação Já implementada.** A farmácia do nosso município utiliza o *Sistema Horus*, afim de proceder o Registro (eletrônico) de controle de demanda reprimida (não atendida) por parte da prefeitura. Evidenciando em seus registros, o nome do cidadão que fez a requisição, o medicamento, a quantidade e a data da requisição. Além disso, utilizamos o Registro (manual) de controle dos medicamentos decorrentes de decisões judiciais para possibilitar a atualização da REMUME ou a cobrança de recomposição do erário municipal junto aos entes federal ou estadual. Esses registros devem evidenciar, pelo menos, o nome do cidadão (parte do processo), o número do processo ou o teor da decisão, juízo que expediu a ordem, o medicamento, a quantidade e a data da dispensação.
2.3 - Divulgação da REMUME para os médicos das UBS.	28/02/2019	**Ação já implementada.** Foi dado ciência por escrito aos médicos das unidades de saúde, bem como, foi realizada a divulgação da REMUME no portal de Transparência do Município. A divulgação pode ser comprovada por meio do memorando n. 580/2019/SMS/CBN, de 13 de agosto de 2019, encaminhado a esta UMCI, com o número de protocolo 00003610/2019 constando o memorando 592/2019/SMSCBN, de 13 de agosto de 2019, endereçado a Dra. Letícia Ribolli Ropke, médica do PSF I Urbano e do centro de Saúde Milton Gonçalves da Silva e o memorando 591/2019/SMSCBN, de 13 de agosto de 2019, endereçado a Dr. João Paulo de Pereira do Lado, médica do PSF II Rural e do centro de Saúde Milton Gonçalves da Silva termo de recebimento assinado, pelos referidos profissionais médicos, bem como, cópias ao enfermeiro Bryan Rosa de Araújo (memorando n. 595/2019/SMSCBN) a enfermeira Patrícia de Oliveira Souza (memorando n. 594/2019/SMSCBN) e a enfermeira Jamilla Alves Capanema (memorando n. 593/2019/SMSCBN), bem como, a resolução do Conselho Municipal de Saúde de n. 003/2018.

3 - PROGRAMAÇÃO DE COMPRAS		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**

3.1 - Programação de compras dos medicamentos.	31/07/2019	**Ação já implementada.** Ação que é executada com a utilização do *Sistema HÓRUS - Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica*. Apesar de sabermos que a falta de medicamentos na farmácia básica, se deve principalmente, por falta de recursos financeiros, lembrando que o município investe recursos financeiros, 10 (dez) vezes mais, do que recebe, além do lançamento no sistema horus, do consumo e da demanda reprimida, foi determinado a coordenadoria de almoxarifado, que faça a média de consumo, de cada secretaria, para que ao final do exercício financeiro, ao elaborar o plano anual de aquisição, possamos fazer um planejamento de aquisição elaborada com base em dados de consumo, demanda atendida e não atendida de cada produto, incluindo sazonalidades e estoques existentes, perfil epidemiológico local, entre outros. Além disso padronizou se a forma de aquisição da realização das compras na Prefeitura Municipal, com a edição do decreto n. 701/2019, de 28/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL N. 002/2019, que normatiza e regulamenta os procedimentos de compra de materiais ou serviços no âmbito
4 - AQUISIÇÃO (PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATO)		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
4.1 - Elaboração do Termo de Referência.	31/12/2020	**Ação já implementada.** Com a edição da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências, conforme link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, disciplinado com as normativas do decreto n. 699/2019, de 26/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL N. 001/2019, que "estabelece normas e procedimentos para a formalização da licitação, da dispensa de licitação e da inexigibilidade de licitação, e dos pedidos de alteração contratual.", ficou estabelecido que compete a Gerência de Especificação de Bens e Serviços, ou na sua ausência, a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças preparar o Termo de Referência ou Projeto Básico, com o apoio do Núcleo de Apoio a Comissão Permanente de Licitação - NACOL e demais órgãos técnicos do município, com a descrição detalhada e precisa do objeto a ser adquirido e/ou serviço que se pretenda contratar, acompanhado da justificativa da aquisição, previsão orçamentária, projeto básico (quando necessário), contendo sua quantidade, prazo necessário à execução contratual e demais informações pertinentes ao bom andamento processual e a exata identificação do objeto, informando, ainda, as condições de pagamento, necessidade de garantia e assistência técnica, local de entrega ou execução, bem como, a indicação de requisitos que a eventual contratada deverá possuir. No presente caso, mantém a relação padronizada de medicamentos REMUME para servir de referência para a licitação, que deve seguir o padrão descritivo de medicamentos da CATMAT (conforme layout do Sistema Aplic), devendo apresentar: item (código), princípio ativo/descrição, concentração, forma, volume e unidade de fornecimento.
4.2 - Realização de pesquisa de mercado de valores e quantidades.	31/07/2019	**Ação já implementada e aperfeiçoada.** Com a edição do decreto 706/2019, de 29/08/2019, que aprova a Instrução Normativa SCL n. 003/2018, Versão 02, que "dispõe sobre os procedimentos para pesquisa de preços referenciais para Compras Pública", ficou estabelecido os procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços referenciais para compras no âmbito do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte. Devendo ainda, atentar-se para: a) pesquisa de preços praticados e registrados na Administração Pública, a exemplo do Comprasnet; b) pesquisa no Banco de Preços de Saúde - BPS, do Ministério da Saúde - MS; c) pesquisa na página da internet do TCE-MT dos preços praticados pelas prefeituras mato-grossenses; d) observar os critérios de preços máximos aplicáveis aos medicamentos no setor público, conforme previsto pela CMED;
		e) utilizar o método da Curva ABC como critério para identificação dos itens de maior relevância, risco e materialidade; f) expurgar os preços muito inferiores e muito superiores ao preço médio, a fim de reduzir distorções na amostra.
4.3 - Habilitação e Julgamento das propostas	31/07/2019	**Ação Já implementada**. Com a edição da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências, conforme link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, foi criado o Núcleo de Apoio a Comissão Permanente de Licitação – NACOL, que é uma equipe técnica, que cabe a Gerência de Especificação de Bens e Serviços nomear, a quem compete analisar técnicas as proposta e aspectos técnicos da documentação (ex.: avaliação dos atestados de capacidade técnica) das empresas licitantes.
4.4 - Análise das licitantes a fim de identificar situações que comprometam o caráter competitivo e evitem a participação de empresas impedidas de licitar.	31/07/2019	**Ação Já Implementada.** Para atender essa ação, foram editados o decreto n. 699/2019, de 26/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL N. 001/2019, que "estabelece normas e procedimentos para a formalização da licitação, da dispensa de licitação e da inexigibilidade de licitação, e dos pedidos de alteração contratual" e o decreto n. 715/2019, de 04/09/2019, que aprova a I**nstrução Normativa SCL n. 004/2019, versão 01, que "**estabelece normas sobre a aplicação de sanções administrativas em razão de ilícitos cometidos em licitações e contratações realizadas pelo poder executivo do município de Canabrava do Norte", conforme link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos. Dessa, forma, estabeleceu as rotinas parar verificação de possíveis relacionamentos que comprometem o caráter competitivo (endereço, sócios, telefone e/ou e-mail comuns; sobrenomes comuns de sócios/administradores; área de atuação incompatível; data de constituição ou de registro na Junta Comercial próxima da data do certame; sócios com parentesco com servidores da unidade), bem como, mecanismos de verificação de proibição de empresas para licitar e contratar com a Administração, anexando no processo os documentos que materializam esse controle (Documento de consulta ao CEIS, CNJ, TCU, etc.).
4.5 - Controle de saldo de ata de registro de preços de medicamentos.	31/12/2020	**Ação já implementada**. Essa ação é executada através da utilização do Sistema da Ágile, pelo modo guardião, onde ao realizar o pré-empenho é dado baixa no saldo inicial da licitação, fazendo o controle eletrônico dos saldos/quantidades das atas de registro de preços, quantidade de adesões, requisições de fornecimento, emissão de nota de empenho, comunicação com o fornecedor, etc.
5 - RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
5.1 - Recebimento, Armazenamento, Controle e Distribuição.	31/12/2019	**Ação já implementada.** A gestão recentemente expediu o decreto n. 693/2019, de 20/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP N. 001/2019 que "dispõe sobre a padronização dos procedimentos de controle e distribuição de medicamentos em todas as unidades de saúde, disciplinando todo o fluxo desses materiais e garantindo a comprovação de utilização, bem como assegurando a guarda e a segurança dos materiais médicos em todas as unidades de saúde do município de Canabrava do Norte/MT", que definiu as condições de estocagem e conservação dos medicamentos em conformidade com o Manual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica - Instruções Técnicas para sua Organização, do Ministério da Saúde. Além disso, o município utiliza o Sistema informatizado de controle de estoque e dispensação de medicamentos (Hórus - Sistema Informatizado de Controle de Estoque do MS) Controle eletrônico dos medicamentos vencidos para realização dos procedimentos de descarte. Na questão de fiscalização das compras, a municipalidade expediu o decreto 650/2018, de 12/12/2018, que aprova a Instrução Normativa SCC n. 01/2015, V. 02, que "dispõe sobre os Procedimentos para Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Contratos Administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal". Neste aspecto, cabe frisar que o

		fiscal do contrato nomeado pode sempre requerer o acompanhamento técnico de um farmacêutico para conferência do produto.
6 - DISPENSAÇÃO		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
6.1 - Dispensação dos medicamentos.	31/12/2019	**Ação já implementada.** O município utiliza o Sistema informatizado de controle de estoque e dispensação de medicamentos (Hórus - Sistema Informatizado de Controle de Estoque do MS). Além do mais, a gestão expediu o decreto n. 693/2019, de 20/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP N. 001/2019 que "dispõe sobre a padronização dos procedimentos de controle e distribuição de medicamentos em todas as unidades de saúde, disciplinando todo o fluxo desses materiais e garantindo a comprovação de utilização, bem como assegurando a guarda e a segurança dos materiais médicos em todas as unidades de saúde do município de Canabrava do Norte/MT", estabelecendo Normas ou Procedimentos Operacionais Padrão - POP sobre a dispensação de medicamentos, incluídos os de controle especial, realizado por profissional habilitado (farmacêuticos). Desta feita, faz-se o controle eletrônico da entrega dos medicamentos, devendo conter os dados cadastrais do paciente/beneficiário. Confirmação do recebimento do medicamento realizada por amostragem (baseada nos critérios de materialidade e risco), a partir das informações cadastrais do paciente/beneficiário e/ou dos medicamentos dispensados.
7 - SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
7.1 - Existência de segregação de funções nas atividades desenvolvidas pelos servidores envolvidos na gestão de medicamentos.	31/12/2019	**Ação já implementada.** Ação já implementada, em decorrência da implantação da nova estrutura administrativa, através da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos e provimento em comissão e confiança e adota outras providências", que regulamentou as atribuições específicas de cada órgão municipal. Com a edição do Decreto n. 669/2019, de 06 de fevereiro de 2019, que "aprova o manual sobre as boas práticas na administração pública", definindo ali o roteiro de execução de cada tarefa individual dos servidores. Por seu turno, o decreto n. 701/2019, de 28/08/2019, eu aprova a **INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL N. 002/2019,** que "normatiza e regulamenta os procedimentos de compra de materiais ou serviços no âmbito", definiu a maneira que se fazem as solicitações de compra. Essa norma foi complementada, com a edição decreto n. 650/2018, de 12 de dezembro de 2018, que "*aprova a instrução normativa SCC n. 001/2015, de 21 de julho de 2015, versão 2, do sistema municipal de contratos da prefeitura municipal de Canabrava do Norte - MT, e dá outras providências*". Definindo as atribuições dos fiscais de contratos e do gestor de contrato. De maneira diversa, no sistema de contabilidade foi expedido dois decretos, quais sejam: decreto n. 694/2019, de 21/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO n. 001/2019, "dispõe sobre os procedimentos operacionais na contabilidade estabelecendo rotinas no âmbito do poder executivo e autarquia do município" e ao decreto 711/2019, de 02/09/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO n. 002/2019, versão 01, que "regulamenta a liquidação da despesa prevista no art. 63º, da lei federal 4.320/64". Já em última fase, que é a do pagamento, foi expedido o decreto n. 707/2019, de 29/08/2019, que aprova a Instrução Normativa SFI n. 01/2018, versão 2, que "dispõe sobre os procedimentos a serem cumpridos nas rotinas da Tesouraria". Assim sendo, houve separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como autorização, aprovação, execução, controle e registro de operações. Por exemplos: o servidor que atesta o serviço não é a mesma que efetiva o pagamento (Secretário de Saúde atestando recebimento de medicamentos); o servidor que solicita a aquisição não deve ser o mesmo que procede à licitação; o servidor que faz o orçamento não deve ser o mesmo que procede à licitação.
8 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
8.1 - Composição e Estrutura do Conselho Municipal de Saúde.	31/12/2019	**Ação já implementada**. A composição do presente Conselho Municipal de Saúde, foi estabelecido pela lei n. 272/2006, de 03 de Julho de 2006, que "Dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde e dá outras providências." Em relação a estrutura física, a Prefeitura Municipal construiu na expansão do Paço Municipal, uma sala para os conselhos municipais, dotado de mobiliários e equipamentos de informática, e ainda, nomeou uma servidora, com titulação acadêmica em direito, para exercer o cargo de Secretaria Executiva dos Conselhos, no órgão de Gerência de Acompanhamento Social – GERAS, na qual, tem entre as suas atribuições auxiliar o presente conselho, na elaboração do seu regimento interno e desenvolver o seu plano de ação, propiciando meios e mecanismos, para que o referido CMS, conforme o seu plano de ação, possa desenvolver as suas ações. Manter, em local próprio e adequado as Atas de reunião do CMS evidenciando a participação efetiva de todos os segmentos representados.
9 - Atuação e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.	31/12/2019	**Ação já implementada.** Recentemente, o gestor municipal expediu a portaria 172/2019, de 06 de maio de 2019, que nomeou a servidora, Sra. Frank Sinara Resende de Oliveira, com titulação acadêmica em direito, para exercer o cargo de Secretaria Executiva dos Conselhos, no órgão de Gerência de Acompanhamento Social – GERAS, na qual, tem entre as suas atribuições auxiliar o presente conselho, na elaboração do seu regimento interno e desenvolver o seu plano de ação, inclusive na elaboração de atas de reunião e Parecer do CMS evidenciando efetiva atuação.

Minha cara controladora interna, segue-se em anexo, o Plano Municipal de Saúde, a Resolução CMS n. 03/2019, a Programação Anual de Saúde – PAS e o Relatório Anual de Gestão – RAG.

Certos de termos atendidos a Vossa Solicitação, reiteramos os nossos mais sinceros e cordiais votos de apreço e consideração.

_____

VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria n. 378/2019

ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÕES DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÕES DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. 37.465.200/0001-20, com sede situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n. Centro, na cidade de Canabrava do Norte – MT, por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.173.691-96, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1563807-3, SEJUS/MT, residente e domiciliado à Rua 21 de Abril, Qd. 71, Lt. 08, centro, Canabrava do Norte – MT, na data de 02 de janeiro de 2017, concede poderes específicos a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, Designada Sra.**VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1474216-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 950.339.981-53, residente e domiciliada à Avenida Pedro Ferreira Luz, centro, Canabrava do Norte – MT, Designada pela Portaria n. 378/2019 de 18 de outubro de 2019*, e embasada na Lei Orgânica Municipal – Lei n. 001/1993, de 15/08/1993*, para acompanhar,

fiscalizar, determinar, a execução e implementar as ações estabelecidas, no Plano de Ação aplicável as atividade relacionadas a Gestão Financeira (Decreto n. 643/2018); Plano de Ação aplicável a logística de medicamentos (Decreto n. 647/2018); Plano de Ação Aplicável aos Programas de Alimentação e Nutrição Escolar(Decreto n. 645/20180; Plano de Ação Aplicável aos Processos de Gestão de Frotas (Decreto n. 646/2018); Plano de Ação Aplicável aos Processos de Contratações Públicas (Decreto n. 644/2018); Plano de Ação Aplicável aos Processos em Nível de Entidade (Decreto n. 654/2018).

Gabinete do Prefeito, em 18 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA N. 378/2019, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.339, do Diário Oficial dos Municípios no dia 21 de outubro de 2019,

ONDE SE LÊ:, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.850.339.981-53, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.173.691-96. LEIA-SE**:**inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.950.339.981-53, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N. 378/2019, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA A COORDENADORA DE PESQUISA DE MERCADO A RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. **VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1474216-0, emitida por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.950.339.981-53, para responder cumulativamente pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS,** deste município.

Art. 2º. No exercício do referido Cargo, a servidora ora designada fará jus ao recebimento da Verba Indenizatória, para o respectivo cargo.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria n. 349/2019, de 01 de outubro de 2019 e as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 18 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO

DESPACHO

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que a Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI, através de sua Controladora Interna, Sra. Luciene Batista da Conceição Zago, de forma irrazoável e sem plausabilidade, recusou o recebimento do memorando n. 254/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019, emitido pela Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças em designação, Sra. Virgília Dias Campos Brunetta, que encaminhava o monitoramento do Plano de Ação aplicável as atividades em alimentação escolar, sob a alegação de que o MEMO SMC 076/2019, foi endereçado ao Gabinete do Prefeito e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e a resposta deverá vim desses órgãos e não da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI;

CONSIDERANDO a decisão exarada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos Autos do processo n. 14.942-0/2017, Acordão n. 342/2017, no item 2, alínea “a”, determinou **aos gestores dos municípios mato-grossenses**, que elaborem Plano de Ação visando implementar e/ou aperfeiçoar os controles constantes da Matriz de Riscos e Controles (MRC) aprovada por meio da Resolução Normativa nº 34/2016 deste Tribunal, devendo estes controles ser concebidos de forma adequada e efetiva **no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data de publicação desta decisão;

CONSIDERANDO que compete única e exclusivamente a Unidade Municipal de Controle Interno, nos termos da decisão exarada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos Autos do processo n. 14.942-0/2017, Acordão n. 342/2017, no item 2, alínea “b”, que monitorem a execução do supracitado Plano de Ação e relatem, em todos os pareceres periódicos da UCI, encaminhados via Sistema Aplic, as ações adotadas pela gestão municipal para a efetiva implantação dos controles constantes da Matriz de Riscos e Controles (MRC) aprovada pela Resolução Normativa 34/2016, até o final do prazo citado no item anterior;

CONSIDERANDO que essa gestão elaborou o respectivo Plano de Ação, implementou tais ações e que por meio do memorando n. 254/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019 encaminhou a Unidade Municipal de Controle Interno, o andamento e a situação de implementação das ações, com as suas devidas comprovações em anexo e que de forma imotivada e/ou por excesso de formalismo incabível, e sem qualquer amparo legal a sua Controladora Interna recusou o seu recebimento, DETERMINO:

I – A Publicação na íntegra do memorando n. 254/2019/SAPLAFI, de 21 de outubro de 2019, emitido pela Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças em designação, Sra. Virgília Dias Campos Brunetta, que consta o andamento das implementações do Plano de Ação aplicável aos processos de gestão dos programas de alimentação e nutrição escolar, estabelecidas no decreto municipal n. 645/2018, de 21 de novembro de 2018, apresentando as principais constatações e andamentos;

II – Que dê ciência a Procuradoria Geral do Município – PGM e Assessoria Jurídica do referido fato, para apuração de falta funcional ou ações que o caso requeira;

III – Que deixe o Processo n. 4964/2019, registrado no Protocolo Geral da Prefeitura, que encaminha referida documentação a Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI, a disposição da referida Controladora Interna, caso queira repensar a sua ação e analisar a referida documentação;

IV – Que seja, encaminhada a presente documentação ao Responsável pelo APLIC, para envio em carga de documentos diversos, ao relator das contas desse município, no Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso, para ciência dos fatos e possíveis determinações de providência, se assim, o desejar.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, 22 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Memorando n. 254/2019/GAPRECanabrava do Norte – MT, 21 de outubro de 2019.

A Ilustríssima Senhora

LUCIENE BATISTA DA CONCEIÇÃO ZAGO

Unidade Municipal de Controle Interno – UMCI

Canabrava do Norte – MT.

Assunto: Monitoramento do Plano de Ação aplicável as Atividades em Alimentação Escolar.

Ref.: MEMO SMCI 076/2019.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria o andamento das implementações do Plano de Ação aplicável aos processos de gestão dos programas de alimentação e nutrição escolar, estabelecidas no decreto municipal n. 645/2018, de 21 de novembro de 2018, apresentando as principais constatações e andamentos:

1 - MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Atividade	**Prazo para execução**	**Ações implementadas e/ou justificativas**
1.1 - Identificação da necessidade de bens e serviços.	31/12/2020	**Ação já implementada**. Desde o início dessa gestão em 2017, as escolas municipais, conta com os serviços de uma nutricionista Responsável Técnico pelo PNAE, vinculado ao setor de alimentação escolar. Assegurando que as atividades de coordenação das ações de alimentação escolar sejam realizadas por nutricionista habilitada, devidamente vinculado ao setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura.
1.2 – Elaboração do Cardápio.	31/12/2020	**Ação já implementada.** O cardápio é elaborado mensalmente por uma nutricionais, e na hora de solicitar a aquisição dos gêneros alimentícios, o cardápio é acompanhado nos referidos memorando de solicitação, garantindo que os alimentos utilizados na alimentação escolar sejam adequados para suprir as necessidades nutricionais dos alunos. O referido estudo nutricional elaborado pela nutricionista, leva-se em consideração estudos de perfil epidemiológico dos alunos atendidos, identificando aqueles com obesidade, desnutrição, diabetes, hipertensão, etc.. Além do mais, realiza treinamentos para merendeiras para utilizar a FTP, a fim de padronizar a preparação da merenda.
1.3 – Educação Alimentar e Nutricional.	31/12/2020	**Ação já implementada.** A Nutricionista mantém a realização de treinamentos, palestras, oficinas culinárias, teatros, jogos a todos os atores envolvidos na alimentação escolar. Realização de hortas escolares pedagógicas e inclusão do tema "alimentação saudável" no currículo escolar. Visando estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis.
1.4 - Realização de Teste de Aceitabilidade.	31/12/2020	**Ação já implementada.** A Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, através da sua nutricionista, aplica o teste de aceitabilidade do cardápio, planejado e coordenado pelo nutricionista da Entidade Executora, assegurando uma alimentação saudável e aceita pelos alunos.
1.5 - Disponibilização de Recursos Financeiros	31/12/2020	**Ação já implementada.** Os Recursos recebidos pelo município para custear a merenda escolar são insuficientes para execução. Todavia, o município complementa com recursos ordinários a aquisição desses gêneros alimentícios, mantendo a realização de aporte tempestivo de recursos financeiros por parte da Entidade executora. Além disso, a gestão permiti a atuação efetiva do CAE na verificação dos aportes financeiros pela municipalidade.
1.6 - Movimentação financeira dos recursos descentralizados para a conta do PNAE.	31/10/2019	**Ação já implementada.** Recentemente a Gestão Municipal expediu os manuais e instruções normativas com normas e procedimentos, prevendo período de realização da conciliação bancária, formas de movimentação financeira, responsáveis por movimentação dos recursos, atesto, conferência dos documentos da liquidação. Podendo destacar: a) a edição doDecreto n. 707/2019, de 29/08/2019 - Instrução Normativa SFI n. 01/2018, versão 2 – Dispõe sobre os procedimentos a serem cumpridos nas rotinas da Tesouraria, conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, que complementado com o Decreto n. 669/2019, de 06 de fevereiro de 2019, que "aprova o manual sobre as boas práticas na administração pública", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, definiu-se as rotinas e os procedimentos da Tesouraria Municipal, mantendo o Registro de todas as contas bancárias no sistema de administração financeira e orçamentária, visando o fiel controle das movimentações financeiras, inclusive com a definição da rotina de acompanhamento diário da movimentação financeira de todas as contas bancárias da entidade pela Tesouraria Municipal, inclusive da que movimenta os recursos financeiros da merenda escolar. Além disso, a Tesouraria Municipal mantém a Rotina de pagamento a fornecedores e prestadores de serviços exclusivamente por meio eletrônico, integrado aos estágios da despesa orçamentária (empenho, liquidação e pagamento), conforme-se denota das análises do Decreto n. 694/2019, de 21/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO n. 001/2019, que "dispõe sobre os procedimentos operacionais na contabilidade estabelecendo rotinas no âmbito do poder executivo e autarquia do município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, e do Decreto 650/2018, de 12/12/2018 - Instrução Normativa SCC n. 01/2015, V. 02, que "dispõe sobre os Procedimentos para Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Contratos Administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, que corroborado com as normas contidas no Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, estabelecendo assim as formas de recebimento e atesto dos produtos adquiridos para alimentação escolar. Cabe ainda mencionar, que oDecreto 711/2019, de 02/09/2019 - *INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO n. 002/2019, versão 01, que "*regulamenta a liquidação da despesa prevista no art. 63º, da lei federal 4.320/64". Nunca é demais lembrar que a Tesouraria e Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas, mantém a Rotina de registro diário no sistema de administração financeira e orçamentária dos valores debitados nas contas bancárias da entidade.
1.7 - Padronização de especificações mais comuns.	31/12/2019	**Ação em fase implementação.** Com a edição da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências, conforme link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, criou-se o cargo de Gerência de Especificação de Bens e Serviços – GEREBENS, que conforme o artigo 62º, tem como finalidade promover a padronização de bens e serviços, especificando as demandas de forma a garantir qualidade e competitividade na futura aquisição. No dia expediu-se a portaria n. 348/2019, de nomeando o servidor Antônio Júnio Perbuares da Silveira, para desempenhar essa função, tendo inclusive o pode de criar normativa com Padronização de especificações dos gêneros Alimentícios com apoio das diversas Unidades do Município, para uso da equipe de planejamento da contratação nas licitações do PNAE.
1.8 - Programação de compras de gêneros alimentícios.	31/10/2019	**Ação já implementada.** Desde o início da gestão, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura possui uma nutricionista habilitada, devidamente vinculado ao setor de alimentação escolar que elabora a lista ou relação de compras, com demonstração do cálculo efetuado para estimar as quantidades do gêneros alimentícios a serem adquiridos.

1.9 - Normatização de critérios para pesquisa de preços.	31/10/2019	**Ação já implementada.** Ação já implementada com a edição do Decreto. 706/2019, de 29/08/2019 - Instrução Normativa SCL n. 003/2018, Versão 02, que "dispõe sobre os procedimentos para pesquisa de preços referenciais para Compras Pública, estabelecendo os procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços referenciais para compras no âmbito do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte, conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/do...
1.10 - Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar.	31/12/2021	**Ação em fase interna de implementação.** Não há aquisição de gêneros de alimentícios da agricultura familiar, no município, devendo a gestão adotar providências para que sejam adquiridos no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, considerando que o município possui vários produtores. Uma das dificuldades enfrentadas pela gestão e pelo Conselho da Merenda Escolar é que os produtores não estão legalizados, não atendendo as normativas, e que muitos, não se interessam em comercializar os seus produtos para o município. São necessárias ações para incentivar esta participação dos produtores. Além disso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico realizou o potencial de comercialização desses produtores, visitando as propriedades rurais "in loco" e indo nas quartas-feiras, na feira dos produtores locais, encaminhando em seguida a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, para que possa solicitar a abertura do procedimento licitatório.
1.11 - Recebimento dos gêneros alimentícios.	31/10/2019	**Ação já implementada.** Através da edição Decreto 650/2018, de 12/12/2018 - Instrução Normativa SCC n. 01/2015, V. 02, que "dispõe sobre os Procedimentos para Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Contratos Administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, onde se defini os papéis e responsabilidades dos atores e setores/áreas envolvidas na fiscalização contratual. Designação formal, pela autoridade competente, dos representantes da entidade que atuarão na fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais, que corroborado com as normas contidas no Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, estabelecendo assim as formas de recebimento e atesto dos produtos adquiridos para alimentação escolar.
1.12 - Armazenamento, Controle e Distribuição.	31/12/2019	**Ação já implementada**. Inicialmente cabe ressaltar, que essa gestão cumpriu com o recomendado pela UMCI, isolando o depósito de materiais inservíveis, de acesso a cozinha e também do depósito do estoque da merenda escolar. Além disso, o Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos.
1.13 - Controle de Estoque.	31/12/2021	**Ação já implementada.** Inicialmente cabe ressaltar que essa gestão adota o plano anual de aquisições, que é publicado no final do ano em curso, onde-se prevê toda e qualquer compra a ser realizada, no ano seguinte. As compras da prefeitura são realizadas atendendo as normas procedimentais estabelecidas no Decreto n. 701/2019, de 28/08/2019, que aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL N. 002/2019, que normatiza e regulamenta os procedimentos de compra de materiais ou serviços no âmbito. Neste aspecto, cabe ressaltar que atualmente essas compras são feitas de forma semanais, mantendo o controle manual de estoque dos gêneros alimentícios, sob a supervisão e acompanhamento da nutricionista. Este controle e o controle de modo geral, são realizado com base no Decreto 650/2018, de 12/12/2018 - Instrução Normativa SCC n. 01/2015, V. 02, que "dispõe sobre os Procedimentos para Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Contratos Administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, e no Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos.
1.14 - Distribuição dos alimentos do depósito central para as escolas.	31/10/2019	**Ação já implementada.** Cabe aqui mencionar que a Prefeitura Municipal não possui uma central de distribuição, até porque possui uma única escola. O que essa municipalidade possui é a Coordenadoria de Almoxarifado que acompanha todas as Notas de Autorização de Despesa – NAD, e na hora que a mercadoria chega na unidades escolar, acompanha o seu recebimento, na presença do fiscal que atesta o seu recebimento. Este recebimento distribuição (que no nosso caso) é apenas usado para o cardápio diário, é feito em conformidade com o Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos.
1.15 - Elaborar manual de normas e procedimentos do PNAE.	31/12/2020	**Ação parcialmente implantada e em fase de complementação.** A gestão municipal já expediu o Decreto n. 698/2019, de 22/08/2019 - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC N. 001/2019, que "normatiza e regulamenta as ações e procedimentos sobre o recebimento, estocagem, elaboração e distribuição da merenda escolar no município", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/documentos, que corroborado com o Decreto 650/2018, de 12/12/2018 - Instrução Normativa SCC n. 01/2015, V. 02, que "dispõe sobre os Procedimentos para Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Contratos Administração no Âmbito do Poder Executivo Municipal", conforme consta no link: http://canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia/do... encontra-se vigente e em utilização, na qual aborda os assuntos referentes a: (I) procedimento de Conferência no recebimento dos alimentos nas escolas; (II) procedimento de devolução para o fornecedor (no caso das escolas); (III) controle de estoque; (IV) definição do papel do fiscal do contrato. No entanto, falta se criar normas relacionadas a: (I) regras relacionadas à higiene da cozinha e do local de armazenamento; (II) regras relacionadas ao armazenamento correto dos alimentos; (III) frequência da visita da nutricionista às escolas; (IV) obrigatoriedade da utilização das fichas técnicas de preparo e sua disponibilização nas cozinhas; (V) Periodicidade e forma de atuação da vigilância sanitária no controle de qualidade dos alimentos, que apesar de serem seguidas e utilizadas, não estão normatizadas.
1.16 - Inventário Físico	31/07/2019	**Ação já implementada.** Ação cuja atribuição foi dada ao Coordenador de Patrimônio, nos termos da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019. Realização de inventários de acordo com cada situação específica, com vista a fornecer subsídios para a avaliação e controle gerencial dos gêneros alimentícios, nos moldes do Decreto n. 726/2019, de 24 de setembro de 2019, eu aprova a Instrução Normativa SPA n. 001/2009, versão 02, que estabelece normas gerais a serem observadas pelo poder executivo municipal para a respeito das rotinas de trabalho a serem observadas pelas diversas unidades da estrutura do município sobre a correta observância dos procedimentos relativos à identificação, controle, guarda, reavaliação, depreciação e amortização de bens móveis permanentes, e administração, controle reavaliação, depreciação e amortização dos bens imóveis, bem como, a realização de inventário físico dos bens patrimoniais pertencentes ao patrimônio da prefeitura municipal de Canabrava do Norte – MT.
1.17 - Elaboração e entrega da prestação de contas.	31/12/2019	**Ação parcialmente implementada**. Ação cuja atribuição foi dada a Gerência de Convênios e Prestação de Contas, nos termos da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019. A atual gestão, colocou todas as prestações de contas com pendências, como prestadas. Todavia, faz-se necessário a implantação de check-list ou fluxo definindo os atos necessários à elaboração completa e

		tempestiva da prestação de contas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC - Online).
1.18 - Arquivo da prestação de contas.	31/12/2021	**Ação já implementada**. A Prefeitura Municipal construiu na expansão do Paço Municipal, uma sala para os conselhos municipais, com estrutura física e tecnológica adequada para guarda dos documentos da prestação de contas do PNAE e esta reestruturando o arquivo municipal, de forma organizada. Aqui cabe mencionar, que essa gestão não consegue localizar nenhuma ou quase nenhuma documentação física, sejam prestações de contas, empenhos e etc. Além do mais, foi determinado que todas as prestações de contas sejam escaneadas antes de serem encaminhadas.
1.19 - Composição e Estrutura do CAE.	31/12/2019	**Ação já implementada.** A composição do presente Conselho Municipal de Alimentação Escolar, foi estabelecido pela lei n. 407/2009, de 28 agosto de 2009, que "dispõe sobre a criação do Conselho Municipal De Alimentação Escolar – CMAE de Canabrava do Norte – MT e da outras providências". Em relação a estrutura física, a Prefeitura Municipal construiu na expansão do Paço Municipal, uma sala para os conselhos municipais, dotado de mobiliários e equipamentos de informática, e ainda, nomeou uma servidora, com titulação acadêmica em direito, para exercer o cargo de Secretaria Executiva dos Conselhos, no órgão de Gerência de Acompanhamento Social – GERAS, na qual, tem entre as suas atribuições auxiliar o presente conselho, na elaboração do seu regimento interno e desenvolver o seu plano de ação, propiciando meios e mecanismos, para que o referido CAE, conforme o seu plano de ação, possa desenvolver as suas ações. Manter, em local próprio e adequado as Atas de reunião do CAE evidenciando a participação efetiva de todos os segmentos representados.
1.20 - Atuação e funcionamento do CAE.	31/12/2019	**Ação já implementada**. Recentemente, o gestor municipal expediu a portaria 172/2019, de 06 de maio de 2019, que nomeou a servidora, Sra. Frank Sinara Resende de Oliveira, com titulação acadêmica em direito, para exercer o cargo de Secretaria Executiva dos Conselhos, no órgão de Gerência de Acompanhamento Social – GERAS, na qual, tem entre as suas atribuições auxiliar o presente conselho, na elaboração do seu regimento interno e desenvolver o seu plano de ação, inclusive na elaboração de atas de reunião e Parecer do CAE evidenciando efetiva atuação.

Certos de termos atendidos a Vossa Solicitação, reiteramos os nossos mais sinceros e cordiais votos de apreço e consideração.

VIRGÍLIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria n. 378/2019

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 016/2019 DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CANABRAVA DO NORTE – MT. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Resolução Nº 016/2019

Dispõe sobre o RESULTADO FINAL do Processo de Escolha em data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar de Canabrava do Norte – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANABRAVA DO NORTE – MT, órgão deliberativo e controlador das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, neste ato representado por sua Presidente, no uso de suas atribuições legais, que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal Nº 903, de 13 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º – **HOMOLOGAR o RESULTADO FINAL** do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Juína/MT, quadriênio 2020-2024:

Conselheiros/as Titulares:

Titulares	Nome do Candidato
1º	Maria Bernadete Viana Nunes
2º	Jocelene Aparecida Tavares Dias
3º	Eva Sandra Lima Santos
4º	Maria de Jesus Santos Nascimento
5º	Nilmarcia Vicente de Sousa Gloria

Conselheiros/as suplentes:

Suplentes	Nome do Candidato
1º	Fernanda Martins Sousa
2º	Edison Bispo dos Santos
3º	Silvania Costa Porto
4º	Maria Geny Rodrigues Brito
5º	Maria Socorro Moreira da Silva

Art. 2º - Os/as Conselheiros/as titulares e suplentes participarão de Capacitação em data a ser definida e divulgada até final do mês de NOVEMBRO de 2019;

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 21 de outubro de 2019.

Vanessa Lucas Pereira Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente de Canabrava do Norte– MT

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 380/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 380/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"SUSPENDE A GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AO SERVIDOR, QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender a gratificação de 50% sobre a remuneração do cargo, concedida através da portaria 348/2018, de 22 de outubro de 2019, nos termos do §1º, do Art. 163º da Lei Municipal Nº 908/2019, de 29 de abril de 2019, ao Sr. **LUÍS FERREIRA DE SOUZA**, portador da matricula funcional 127, brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1460413-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 954.864.441-15; enquanto o servidor não estiver em exercício do referido cargo.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 22 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 564/2019

Portaria nº 564/2019

De 16 de outubro de 2019

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Gabriel Kasprczak da Silva** ocupante do cargo de Motorista Escolar, matrícula n°4703 lotado na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 12 de dezembro de 2019 à 10 de março de 2020, relativo ao quinquênio de 2013 a 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 16 de outubro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 178 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

Lei Complementar nº 178 de 22 de outubro de 2019

(Projeto de Lei Complementar nº004/2019 de autoria do Executivo).

Dispõe sobre alteração do número de vagas do Cargo de Enfermeiro e Nutricionista, alterando o Anexo II da Lei Complementar nº 117/2013, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° Ficam criadas mais 05 (cinco) vagas para o cargo de Enfermeiro, 40 (quarenta horas) semanais, e mais 01 (uma) vaga para o cargo de Nutricionista, 20 (vinte horas) semanais, conforme Anexo único desta Lei Complementar.

Art. 2° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correção às expensas do Orçamento Anual vigente, cuja dotação orçamentária poderá ser suplementada por lei específica, caso necessário.

Art. 3° Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, em 22 de outubro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2019

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2013

DENOMINAÇÃO	VAGAS		ESCOLARIDADE	VALOR EM R$
	EXISTENTES	LIVRES		
ENFERMEIRO	10	05	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	6.903,50
TOTAL	15			
NUTRICIONISTA	02	01	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	3.148,74
	03			

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR –

CONFORME LEI N°. 11.947/2010

O **MUNICÍPIO DE CANARANA/MT**, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL vem realizar Chamada Pública para a **aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, Empreendedor Familiar Rural e suas Organizações, do tipo menor preço,** para atendimento de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canarana, consoante o art.14 da Lei n. º 11.947 de 16/06/2009 e Resolução FNDE n. º 26/2013, alterada pela Resolução FNDE/CD nº 4/2015, **para o encerramento do ano letivo de 2019 e inicio do ano letivo de 2020.**

Os Agricultores Familiares, Empreendedores Rurais Familiares e suas Organizações (Grupos Formais/Informais/Individuas) interessados e que estiverem de acordo com o art. 27, § 3º da resolução FNDE/CD nº 26, de 17/06/2016, deverão apresentar a documentação para habilitação, projeto de venda e proposta de preço, no dia **13 de Novembro de 2019 às 13:30 horas (Brasilia)**, na Sala de licitações, sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Miraguai nº 228 – centro

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Canarana-MT, 22 de Outubro de 2019

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 566/2019

Portaria nº 566/2019

De 16 de outubro de 2019

Dispõe sobre Interrupção de Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Interromper Licença Prêmio de **Anair Borges Seibert,** ocupante do cargo de Provimento Efetivo de professora, matrícula de n°352, lotada na Secretária de Educação, concedida através da Portaria 509/2019 de 28 de agosto de 2019, o restante do período será usufruído no ano de 2021, devendo assim retornar as suas funções em 21/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 16 de outubro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 565/2019

Portaria nº 565/2019

De 16 de outubro de 2019

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Elton Carlos Michelson** ocupante do cargo de Técnico em Educação Física, Matrícula n°3418 lotado na Secretaria Municipal Esportes e Lazer, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade,

conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 02 de janeiro de 2020 à 31 de março de 2020, relativo ao quinquênio de 2014 a 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 16 de outubro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 249 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **NELI VITURINO COSMO** matricula n.º 2198, cargo de Professora, na data 22 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 17 de Outubro de 2019 das 08:00h às 11:50h..

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2019

A Equipe de apoio de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, por meio de sua pregoeira, torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

E que teve como vencedora a empresa:

ALFREDO MAXIMO PAREIRA NETO 32951531915

CNPJ: 21.721.547/0001-82

Carlinda – MT, 22 de Outubro de 2019

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 245 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **FLAVIA CRISTINA DA SILVA DA COSTA** matricula n.º 57, cargo de Professora, na data 21 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 21 de Outubro de 2019 ao dia 23 de outubro de 2019 totalizando 03 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT**

E que teve como vencedora a empresa

MAPFRE SEGURA GERAL S/A

CNPJ 61.074.175/0001-38

Carlinda – MT, 22 de Outubro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora as empresas:

BHDENTAL COMERCIAL EIRELI CNPJ 29.312.896/0001-26

INSTRAMED INDÚSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ. 90.909. 631/001-10

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORAE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP CNPJ. 18.849.143/0001-95

ITENS FRACASSADOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID
3	84840	**BOMBA DE INFUSÃO** COM BATERIA ESPECIFICAÇÕES:COMPATÍVEL COM QUALQUER MODELO DE EQUIPO, CALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA PARA QUALQUER MODELO DE EQUIPO. 03 MODOS DE TRABALHO: CONTA GOTAS, CONTROLE DE TAXA E CONTROLE DE TEMPO, BATERIA COM VIDA ÚTIL DE ATÉ 06 HORAS. TELA LCD COLORIDA COM BATERIA INTERNA, ALTERNE ENTRE ML/H E GOTAS/MIN, O	2	UNID

		QUE FOR MAIS CONVENIENTE, 03 NÍVEIS DE ALARME: ALTA, MÉDIA E BAIXA, 03 NÍVEIS DE PRESSÃO DE OCLUSÃO: ALTA, MÉDIA E BAIXA, FUNÇÃO KVO: QUANDO TERMINADA O VOLUME TOTAL DE INFUSÃO, A BOMBA ACIONARÁ O ALARME E ENTRARÁ EM ESTADO KVO, ACOMPANHA: BOMBA DE INFUSÃO; CABO DE FORÇA; MANUAL DE INSTRUÇÕES. 1. ACURÁCIA DA INFUSÃO: ±5% 2. INFUSÃO APLICÁVEL: 15, 20, 60 GOTAS/ML, DIÂMETRO DO CONJUNTO DE INFUSÃO: 3.4 - 4. 5MM3. INTERVALO TAXA DE FLUXO: 0.1 - 1200ML/H. SELECIONAR INCREMENTO: 0. 1ML/H, 1ML/H, 10ML/H OU 100ML/H 4. VOLUME DE INFUSÃO: 0.0 - 36000ML 5. VTBI: 1-9999ML, OU 0 (SEM LIMITE DE VTBI); INCREMENTO: 0,1; 1; 10 OU 100 ML/H.6. FUNÇÕES DO ALARME: ALARMES VISUAIS E SONOROS: PORTA ABERTA, AR NA MANGUEIRA, OCLUSÃO, INFUSÃO COMPLETA, ERRO DE OPERAÇÃO, BATERIA BAIXA, BATERIA ESGOTADA, MAU FUNCIONAMENTO ECT.7. TAXA KVO: 1-5ML/H, PRÉ-DEFINIDA PELO USUÁRIO, PADRÃO: 1ML/H 8. TAXA BOLUS: 300-1200ML/H, PRÉ-DEFINIDA PELO USUÁRIO, PADRÃO: 1000ML/H 9. TAXA PURGE (LIMPAR): 600ML/H 10. DETECÇÃO DA BOLHA DE AR: MENOR TAMANHO DE BOLHA DE AR: 50UL 11. PRESSÃO DE OCLUSÃO: 40-160KPA; 3 NÍVEIS (AJUSTÁVEIS): BAIXO, MÉDIO, ALTO; PADRÃO: MÉDIO12. BATERIA: POLÍMERO DE LÍTIO 7.4V 1900-MAH;TEMPO DE RECARGA: 10H LIGADA, 3H DESLIGADA.TEMPO DE FUNCIONAMENTO: MAIS DE 3H NA TAXA DE 25ML/H EM TEMPERATURA AMBIENTE 25°C DEPOIS DE TER SIDO COMPLETAMENTE CARREGADA.		
5	84855	**CAMA GINECOLÓGICA MODELO: CAMA HOSPITALAR PPP MOTORIZADA**; ESTRUTURA DO LEITO CONSTRUÍDA EM TUBO RETANGULAR 50X30X1,20 mm EM AÇO CARBONO. MOVIMENTOS: ELEVAÇÃO DORSAL E AJUSTE DE ALTURA. BASE TUBULAR 50 X 30 X 1,20 MM DE AÇO CARBONO COM PÉS RECUADOS; ESTRADO ARTICULADO EM CHAPA DE AÇO DE 1,0 MM DE ESPESSURA COM DOBRAS DE RESISTÊNCIA; DUAS GRADES EM POLIETILENO INJETADO ABS TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; DISPOSTAS NA CABECEIRA E PESEIRA; GRADES COM SISTEMA GIRATÓRIO E RETRÁTEIS QUE PERMITEM O GIRO PARA BAIXO LEITO; COLCHÃO EM ESPUMA DE PU DE ALTA DENSIDADE;	1	UNID
8	49963	MICROSCÓPIO LABORATORIAL BIOLÓGICO,BINOCULAR COM AUMENTO DE 40X ATÉ 1000X, OBJETIVAS PLANACROMÁTICAS E ILUMINAÇÃO LED 3W, ENFOQUE: MACRO-MICRO, ROTAÇÃO 360°, REVÓLVER QUADRUPLO, PARA USO PROFISSIONAL	2	UNID

Carlinda – MT, 22 de Outubro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 248 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA SUZANA BERNARDO DE OLIVEIRA** matricula n.º 139, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Zeladora, na data 22 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 14 de Outubro de 2019 das 14:30h. às 17:40h..

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 247 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA SUZANA BERNARDO DE OLIVEIRA** matricula n.º 139, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Zeladora, na data 22 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 21 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 246 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA SUZANA BERNARDO DE OLIVEIRA** matricula n.º 139, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Zeladora, na data 22 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 17 de Outubro de 2019 das 14:30h. às 15:00h..

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MONTAGEM DE QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA TIPO PADRÃO MODELO T5 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora a empresa:

LUMINAR COMERCIA DE MATERIAIS ELETRICOS E DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ 10.633.480/0001-81

Carlinda – MT, 22 de Outubro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 016/2018 – ADITAMENTO DO VALOR

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 016/2018 – ADITAMENTO DO VALOR

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial n° 01/2018;**

OBJETO: **ADITAMENTO DO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR ATRAVÉS DE MEI NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal n.º 8. 666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADA: JOSIMAR ALVES BORGES 01379111145, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.083.490/0001-93;

VALOR: Fica acrescido o valor de R$ 100,00 (cem reais) à importância inicialmente pactuada e aditivada, passando o valor total constar como sendo R$ 2.016,13 (dois mil, dezesseis reais e treze centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 044/2019 – ADITAMENTO DO VALOR

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 044/2019 – ADITAMENTO DO VALOR

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial n° 21/2019;**

OBJETO: **ADITAMENTO DO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR ATRAVÉS DE MEI NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal n.º 8. 666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADA: MARIA MARTA GARCIA SANADA 75210843904, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.613.626/0001-55;

VALOR: Fica acrescido o valor de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) à importância inicialmente pactuada e aditivada, passando o valor total constar como sendo R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/10/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 53/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: ARENA MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15. 337.202/0001-09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 53.988,59 (CINQUENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 57/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: SUPERMERCADO MILENIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.094.933/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 77.731,60 (SETENTA E SETE MIL, SETECENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 56/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.877.656/0001-80

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 40.866,72 (QUARENTA MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 58/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.985.777/0001-13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 60.707,51 (SESSENTA MIL, SETECENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 55/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04. 578.067/0001-69

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 33.344,34 (TRINTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

PORTARIA N.º 269/2019

PORTARIA N.º 269/2019

DESIGNA SERVIDORA A EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDORA DO SUS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a servidora SIDNEIA APARECIDA GABARDO NENEVE DE OLIVEIRA, portadora do RG Nº 1860409-9 SSP/MT e CPF Nº 032.765. 081.84, para atuar como ouvidora do SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo pela autoridade competente.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 54/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.448.902/ 0001-49

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA EM GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 42.085,70 (QUARENTA E DOIS MIL, OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 14.10.2019 a 14.10.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 041/2019 – ADITAMENTO DO VALOR

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 041/2019 – ADITAMENTO DO VALOR

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial n° 21/2019;**

OBJETO: **ADITAMENTO DO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR ATRAVÉS DE MEI NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal n.º 8. 666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADA: EDISON FERREIRA DE OLIVEIRA 95195025134, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.330.376/ 0001-10;

VALOR: Fica acrescido o valor de R$ 100,00 (cem reais) à importância inicialmente pactuada e aditivada, passando o valor total constar como sendo R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2019

PORTARIA N.º 267/2019

PORTARIA N.º 267/2019

EXONERA A SERVIDORA QUE EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDORA DO SUS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar a servidora CLEIRE APARECIDA DE CARVALHO, portadora do RG Nº 15312917 SSP/MT e CPF Nº 018.507.321-24, que atua como ouvidora do SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo pela autoridade competente.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVI-SERV
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006 / 2019

Dispõe sobre alteração da data de Homologação do Resultado Final do Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho Tutelar e dar-se-iam outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Chapada dos Guimarães, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos (às) candidatos (as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar (es);

Considerando, ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a data de Homologação do Resultado da Eleição do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar, como previsto em seu calendário no **Anexo VI - CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL 001/2019 CMDCA - CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.** Onde se lê:

22/10/2019	Proclamação do Resultado do Final do Processo de Escolha Unificada.

Ler-se: Proclamação do Resultado do Final do Processo de Escolha Unificada. Até o dia 31/10/2019.

Publique-se e Cumpra-se

Raquel Barroso Nunes Leite

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **ENGEPAR COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP e EDER ROBERTO DE PAULA ME,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UMA CÂMARA FRIA PARA DESPOLPADEIRA DE FRUTAS NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 22 de Outubro de 2019.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 162/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VALDENIRA OLIVEIRA DA SILVA – MATRICULA 5114

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **162/2018**, por término do Contrato de Trabalho.

VALOR RESCISÓRIO: R$2.833,57 (dois mil e oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos)

DATA: 08/10/2019

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
EXTRATO

PORTARIA SMPFA Nº 259/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LENIO FIGUEIREDO LIMA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **145/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

EMPRESA: A A DAS CHAGAS PAINEIS ME

VIGÊNCIA DA ATA: 15/10/2019 a 14/10/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de outubro de 2019.

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 260/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LENIO FIGUEIREDO LIMA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **146/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

EMPRESA: A S SANTOS & CIA LTDA EPP

VIGÊNCIA DA ATA: 15/10/2019 a 14/10/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de outubro de 2019.

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 261/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LENIO FIGUEIREDO LIMA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **147/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

EMPRESA: ARDI MOMBELLI DOS SANTOS ME

VIGÊNCIA DA ATA: 15/10/2019 a 14/10/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de outubro de 2019.

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 262/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LENIO FIGUEIREDO LIMA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **148/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

EMPRESA: BRUSCO & BRUSCO LTDA ME

VIGÊNCIA DA ATA: 15/10/2019 a 14/10/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de outubro de 2019.

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 263/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **LUCIANA DE ALMEIDA SOUZA** (Titular) e **MARCELLA AMABILI DE OLIVEIRA SANTOS** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **149/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

EMPRESA: ROSA MARCAL DA SILVA 84369701104 ME

VIGÊNCIA DA ATA: 15/10/2019 a 14/10/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de outubro de 2019.

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusiva, banners, toldos e rafia para as diversas Secretarias do município de Colíder/MT.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019

VIGÊNCIA: 15/10/2019 a 14/10/2020.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA:
A A DAS CHAGAS PAINEIS ME – CNPJ n° 20.786.733/0001-00 Rua Agenor Sebastião Frasson, nº 95, Bairro Industrial II, Setor Norte, CEP 78.500-000, Colider/MT Fone: (66) 3541-3665 / (66) 9.9951-3665 E-mail: db.comunicacao@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
3	509175	**Letra caixa 005cm –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 05cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	170	11,00	1.870,00
24	511121	**Placas chapa galvanizada 040x60cm baixo relevo –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, escrita em baixo relevo, cores variadas em tinta automotiva (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 40x60cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	70	150,00	10.500,00
28	511120	**Placas chapa galvanizada 070x40cm baixo relevo –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, escrita em baixo relevo, cores variadas em tinta automotiva (será escolhida no ato do pedido pela contratante),	Unidade	70	200,00	14.000,00

		com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 70x40cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.				
		TOTAL GERAL (R$)				**26. 370,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusiva, banners, toldos e rafia para as diversas Secretarias do município de Colíder/MT.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019

VIGÊNCIA: 15/10/2019 a 14/10/2020.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA: **A S SANTOS & CIA LTDA EPP** - CNPJ nº 00.113.059/0001-96 Av. Afonso Pena, nº 1100, Bairro Santa Helena, CEP 78.049-323 - Cuiabá/MT Fone: (65) 3621-1004 / (65) 9.9951-5199 / (65) 9.8102-9131 E-mail: licitacoes@techprint.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509154	**Adesivo em vinil –** Confeccionado em material do tipo vinil, do tipo adesivo, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	840	35,00	29. 400,00
2	509155	**Adesivo vinil para veículos –** Confeccionado em material do tipo vinil, do tipo adesivo, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), destinado para envelopamento de veículos, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	650	79,00	51. 350,00
4	509176	**Letra caixa 010cm –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 10cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	120	15,00	1. 800,00
5	509177	**Letra caixa 020cm –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 20cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	225	19,00	4. 275,00
6	509178	**Letra caixa 030cm –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	405	35,00	14. 175,00
9	509171	**Letra caixa 080cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 80cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	240	179,00	42. 960,00
15	509148	**Lona 380g metalon –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 380g, com quadro em metalon, do tipo banner, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	830	51,00	42. 330,00
21	509149	**Placa PVC –** Confeccionado em material do tipo PVC, 02mm de espessura, com adesivo impresso, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	850	57,00	48. 450,00
41	509217	**Rafia –** Confeccionado em material do tipo rafia, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), com medida de 80cm (largura). Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro	770	27,00	20. 790,00
		TOTAL GERAL (R$)				**255. 530,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusiva, banners, toldos e rafia para as diversas Secretarias do município de Colíder/MT.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019

VIGÊNCIA: 15/10/2019 a 14/10/2020.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA: **ARDI MOMBELLI DOS SANTOS ME** - CNPJ n° 17.627.196/0001-41 Av. Marechal Rondon, 1370, Setor Leste, Centro, CEP 78.500-000 - Colider/MT Fone: (66) 9.9921-2311 E-mail: lideradesivos@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)

13	509150	**Lona 280g –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 280g, do tipo outdoor, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	1430	25,00	35.750,00
14	509151	**Lona 380g ilhos –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 380g, com acabamento em ilhos, do tipo faixa, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	1230	42,00	51.660,00
16	509152	**Lona 440g ilhos –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 440g, com acabamento em ilhos, do tipo faixa, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	650	30,00	19.500,00
17	509153	**Lona 440g metalon –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 440g, com quadro em metalon, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	700	69,50	48.650,00
18	509229	**Película fachada de vidro -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), fachada de vidro, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	360	60,00	21.600,00
19	509230	**Película janela -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), em janela, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	540	61,00	32.940,00
20	509231	**Película porta -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), em porta, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Metro Quadrado	550	61,50	33.825,00
22	509179	**Placas chapa galvanizada 030x50cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30x50cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	300	19,98	5.994,00
23	509180	**Placas chapa galvanizada 040x60cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 40x60cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	260	27,50	7.150,00
25	509182	**Placas chapa galvanizada 050x80cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 50x80cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	273	45,00	12.285,00
26	509183	**Placas chapa galvanizada 060x120cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 060x120cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	263	79,50	20.908,50
27	509181	**Placas chapa galvanizada 070x40cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 70x40cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	300	32,50	9.750,00
33	509161	**Placas e plaquetas 020x30cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 20x30cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	340	17,10	5.814,00
34	509162	**Placas e plaquetas 030x40cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30x40cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	230	32,75	7.532,50
35	509163	**Placas e plaquetas 030x60cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03m de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30x60cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	220	48,14	10.590,80
36	509164	**Placas e plaquetas 050x80cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 50x80cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	210	69,29	14.550,90
37	509167	**Placas e plaquetas 080x160cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 080x160cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	155	285,37	44.232,35
38	509165	**Placas e plaquetas 100x100cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 100x100cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	185	109,06	20.176,10
39	509166	**Placas e plaquetas 100x150cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 100x150cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	155	170,85	26.481,75
40	509168	**Placas e plaquetas 150x200cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 150x200cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	155	447,81	69.410,55
42	511064	**Toldo em dupla face** - Com Especificações Técnicas Mínimas: toldo em lona dupla face, armação de ferro galvanizado com pintura, montagem e materiais para montagem inclusos, (cor será escolhido no ato da compra).	Metro Quadrado	705	125,00	88.125,00
43	511065	**Toldo em lona** - Com Especificações Técnicas Mínimas: toldo em lona, armação de ferro galvanizado com pintura, montagem e materiais para montagem inclusos, cor será escolhida no ato do pedido.	Metro Quadrado	890	84,39	75.107,10
		TOTAL GERAL (R$)				**662.033,55**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusiva, banners, toldos e rafia para as diversas Secretarias do município de Colíder/MT.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019

VIGÊNCIA: 15/10/2019 a 14/10/2020.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA: **BRUSCO & BRUSCO LTDA ME** - CNPJ n° 07.539.713/0001-77 Rua Bené, 185, Centro, CEP 78.890-000 - Sorriso /MT Fone: (66) 3545-1260 / (66) 9.9664-1260 E-mail: neivo@plottaradesivos.com.br / arte@plottaradesivos.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
7	509169	**Letra caixa 040cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 40cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	420	65,00	27.300,00
8	509170	**Letra caixa 060cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 60cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	415	93,00	38.595,00
10	509172	**Letra caixa 100cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 100cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	135	175,00	23.625,00
11	509173	**Letra caixa 120cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 120cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	140	250,00	35.000,00
12	509174	**Letra caixa 150cm –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 150cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	95	289,00	27.455,00
29	509184	**Placas chapa galvanizada 120x200cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 120x200cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	163	245,00	39.935,00
30	509185	**Placas chapa galvanizada 240x300cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 240x300cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	130	740,00	96.200,00
31	509186	**Placas chapa galvanizada 300x500cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 300x500cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	120	1.600,00	192.000,00
32	509187	**Placas chapa galvanizada 300x600cm –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 300x600cm, incluído produtos e mão de obra. Incluso possível desenvolvimento da arte para a impressão.	Unidade	95	1.850,00	175.750,00
44	511067	**Toldo em Policarbonato branco** - Com Especificações Técnicas Mínimas: policarbonato em alta qualidade, estrutura em ferro galvanizado com pintura, instalação completa, cor branco.	Metro Quadrado	917	190,00	174.230,00
45	511066	**Toldo em Policarbonato fumê -** Com Especificações Técnicas Mínimas: policarbonato em alta qualidade, estrutura em ferro galvanizado com pintura, instalação completa, cor fumê.	Metro Quadrado	990	189,00	187.110,00
		TOTAL GERAL (R$)				**1.017.200,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mini salgados e sanduiches naturais para atender as necessidades de diversas Secretarias do município de Colider/MT.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019

VIGÊNCIA: 15/10/2019 a 14/10/2020.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA:
ROSA MARCAL DA SILVA 84369701104 ME – CNPJ n° 21.148.035.0001-42 Estrada Farnaum, s/n, Zona Rural, CEP 78.500-000 - Colider/MT Fone: (66) 9.9901-5256 / (66) 9.9961-532

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID.	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
6	192491	**Mini salgados: Coxinha –** Do tipo coxinha, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada (carne/frango, será escolhido no ato do pedido pela Prefeitura), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	695	50,30	34.958,50
7	192492	**Mini salgados: Pastel –** Do tipo pasteizinhos, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada (carne/frango/queijo/presunto), será escolhido no ato do pedido pela Prefeitura), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	745	50,30	37.473,50

8	192493	**Mini salgados: Quibe –** Do tipo quibe, feito com produtos de primeira qualidade, frito, sem recheio, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	670	50,30	33.701,00
9	192494	**Mini salgados: Rissoles –** Do tipo rissoles, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada (carne/frango/queijo/presunto), será escolhido no ato do pedido pela Prefeitura), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	750	50,30	37.725,00
16	201435	**Sanduiche: Natural (fatias) -** Contendo os seguintes itens: pão, presunto, queijo (mozarela), alface, cenoura ralada, patê, acondicionado em embalagem apropriada (plástico filme), livre de danificação no transporte, embalagem para 01 unidade.	Unidade	3.230	4,80	15.504,00
		VALOR TOTAL (R$)				**159.362,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **05 de novembro de 2019, às 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens terrestres nacionais, para atender a demanda das secretarias municipais e do gabinete do prefeito do município de Colider/MT**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, cito à Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 22 de outubro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 238/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSANGELA MARIA MAZOLINI BORRO – MATRICULA 5505

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**238/2019**, por motivo de término de contrato.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.602,57 (três mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e sete centavos)

DATA: 04/10/2019

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **081/2019**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **JANISLEI CRISTINA PIRES**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo e alterado o valor do contrato nº **081/2019**, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **LICENÇA GESTANTE**, pelo período de **21 de dezembro de 2019 a 01 de abril de 2020,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 12.138,16 (doze mil e cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos)

DATA: **22 de outubro de 2019.**

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 127/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS – MATRICULA 5374

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**127/2019**, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$5.847,61 (cinco mil e oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos)

DATA: 15/10/2019

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1320/ADM/2019

PORTARIA Nº 1320/ADM/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Andreia Carvalho Ramos,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 286 a partir do dia* ***17 de outubro de 2019.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **17** ***de outubro de 2019,*** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.318/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.318/ADM/2019, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Cesar Douglas Vieira Gonçalo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 496, a partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2019**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 17 de outubro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – FRACASSADA / CANCELADA PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28.199/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT por meio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados através do Decreto nº 102/GP/2019, faz saber aos interessados que esta **cancelando** a LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 055/2019 que trata do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM HORAS VÔO, AERONAVE TIPO MONOMOTOR COM CAPACIDADE PARA 03 (TRES) PASSAGEIROS, DESTINADOS A ATENDER O GABINETE DO PREFEITO PARA TRANSPORTE DO PREFEITO E DEMAIS AUTORIDADES E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE DESLOCAMENTO EMERGENCIAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.** Motivo: **Licitação Fracassada.**

Colniza – MT, 22 de outubro de 2019.

Marcilene dos Santos

Pregoeira Oficial

DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2019

"Moc?ão de repúdio contra a Energisa s. a., Concessionária de Energia do Estado de Mato Grosso em razão do descaso com a sociedade ante aos inúmeros problemas na prestação do serviço público."

Autoria: Marcos Venício Rodrigues da Silva

A Câmara Municipal de Colniza Estado de Mato Grosso, ouvido o Soberano Plenário, nos termos do Art. 119 do Regimento Interno, **Decreta:**

Art.1º- Fica concedido MOÇÃO DE REPÚDIO à empresa Energisa, em razão do descaso com a sociedade ante aos inúmeros problemas na prestação do serviço público

Art.2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Plenárias, Colniza/MT, 21 de outubro de 2019.

_____

JOHNATAN BRETAS

Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 109/GP/2019

DECRETO Nº. 109/GP/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições municipais, o dia que menciona."

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Fica decretado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais no dia **01 de novembro de 2019**, considerando os feriados nos dias 31 de outubro e 02 de novembro de 2019.

Art. 2º - O ponto facultativo não se aplica aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos, serviços considerados essenciais e de interesse público, tais como: serviços no Hospital André Maggi, serviço de abastecimento de água, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários.

Art. 3° -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2019

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Supervisora de Departamento

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 337/GP/2019

PORTARIA Nº 337/GP/2019, DE 22 DE SETEMBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar em seu inteiro teor o Termo de Posse nº. 099/2018, de 05 de fevereiro de 2018, que nomeou e deu posse ao Servidor João Costa Filho pelo motivo de seu falecimento em 16 de outubro de 2019.

ART. 2º - E, cessar o vinculo empregatício do mesmo dando baixa na folha de pagamento garantindo os direitos adquiridos.

Parágrafo Único: Fica dada a vacância do Cargo de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental- Escola Municipal Rural Visconde de Mauá, em virtude do falecimento do Servidor acima mencionado, não fazendo mais parte do quadro de servidores desta Prefeitura Municipal de Colniza/MT.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 16 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta
data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da
Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 22 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Supervisora de Departamento

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 22 de outubro de 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação João Alfredo da Silva Borges, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, **EDITAL n° 013/2019**, tendo como objeto: **CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MEDEIROS CALMON, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS,** cuja abertura ocorrerá às **08:00** horas do **dia 08/11/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 22 de outubro de 2019.

João Alfredo da Silva Borges

Presidente

PORTARIA N.º 029/2019

PORTARIA N.º 029/2019

“Dispõe sobre a Retificação da Portaria nº 009/2018 que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. GENILDA NUNES DE ARAUJO DOS SANTOS.”

O Sr. GUSTAVO ANDRE ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO - PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40º, § 1º , III "a" § 5º Constituição Federal/88 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e Art. 12, III, "a" § 3º da Lei nº. 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, anexo III da Lei Municipal n.º 1330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, Lei Municipal nº 1.329/2011 que trata do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Sr(a). GENILDANUNES DE ARAUJO DOS SANTOS, CASADA, portadora da cédula de identidade RG n.º 0255163-2 SSP-MT, inscrita no CPF sob o n.º 483.477.281-00, efetiva no cargo de PROFESSOR PII, classe “D”, nível “04”, lotada no FUNDEB 60% - PROF. DO MAG. ENS FUND EFETIVO, com proventos integrais contidos na planilha de calculo de proventos , conforme processo administrativo do COMODORO - PREVI, n.º 2018.04.15503P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 01 de julho de 2018,revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 14 de outubro de 2019.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor do COMODORO

Homologo:

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação João Alfredo da Silva Borges, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS – **ITENS 03 E 06 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**, **EDITAL n° 014/2019**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, BEM COMO PLANTÕES DE SOBREAVISO E REMOÇÕES DE PACIENTES,** cuja abertura ocorrerá às **08:00** horas do **dia 11/11/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 22 de outubro de 2019.

João Alfredo da Silva Borges

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2019

CONTRATO Nº: 122/2019

DATA: 21/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS – ME

OBJETO: REFORMA DA CASA LAR RECANTO FELIZ, CONFORME PROJETO BASICO PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA FISICO E MEMORIAL DESCRITIVO.

DOTAÇÃO: **08.08.2.267. 44.90.51.00.00.00.00. 2000 (920)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019 PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR 05

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019

PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL COMPLEMENTAR 05

DIVULGA RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR

O Presidente da Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-EDITAL 004/2019 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade.

RESOLVE:

I - **Divulgar** o RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR, abrangendo o resultado das notas de Titulação e Prova Discursiva/Argumentativa (redação) do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 004/2019, cabendo recursos até as 16hs00min do dia 23/10/2019, conforme relatórios anexos.

Confresa-MT, 22 de outubro de 2019.

_____

Denilson Alves Farias

Presidente da Comissão Organizadora

Portaria 305/2019

PNSG - ASSISTENTE SOCIAL - 30 HORAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	PcD	RESULTADO						CLASSIFICAÇÃO	
				TITULAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PROVA DISCURSIVA REDAÇÃO	TOTAL PONTUÇÃO	NOTA FINAL	ORD	STATUS
019	MARIA DE JESUS BARBOSA SETUBA	555.289.101-53	NÃO	2,00	0,00	9,00	10,00	21,00	5,25	1º	CLASSIFICADO
014	MONICA MARQUES MATEUS	002.284.151-28	NÃO	0,00	9,00	3,00	9,00	21,00	5,25	2º	CLASSIFICADO
009	SONIA DOS REIS PINTO MOTA	817.265.381-68	NÃO	0,00	4,00	10,00	6,00	20,00	5,00	3º	CLASSIFICADO
020	BELICE AGUIAR DA SILVA	642.462.051-68	NÃO	0,00	2,00	5,00	10,00	17,00	4,25	4º	CLASSIFICADO
026	TIAGO DE ALMEIDA SILVA	105.253.707-30	NÃO	2,00	0,50	4,00	10,00	16,50	4,13	5º	CLASSIFICADO
002	ANA PAULA DA SILVA	039.880.621-70	NÃO	0,00	0,00	6,00	9,00	15,00	3,75	6º	CLASSIFICADO
001	ALINY KELLEN NUNES TRINDADE	880.682.691-34	NÃO	0,00	0,00	4,00	10,00	14,00	3,50	7º	CLASSIFICADO
004	ROSILVA DE SOUZA BARBOSA	006.799.771-63	NÃO	2,00	0,00	2,00	9,25	13,25	3,31	8º	CLASSIFICADO
023	EDNAR COELHO ALMEIDA	537.979.811-04	NÃO	2,00	0,00	0,00	9,00	11,00	2,75	9º	CLASSIFICADO
013	BERENICE ROSA DOS SANTOS	023.034.601-40	NÃO	0,00	0,00	0,00	9,00	9,00	2,25	10º	CLASSIFICADO
010	ELEONICE BRANDÃO DO LAGO FERNANDES	006.459.111-51	NÃO	0,00	0,00	0,00	8,00	8,00	2,00	11º	CLASSIFICADO
029	ALEANE CARNEIRO RIBEIRO	025.930.181-78	NÃO	0,00	0,00	0,00	8,00	8,00	2,00	12º	CLASSIFICADO
012	ANALIA RAQUEL CALIXTO MOURA	006.385.851-71	NÃO	0,00	0,00	0,00	7,50	7,50	1,88	13º	CLASSIFICADO
018	JOSILAINY FERNANDES DE MELO	051.057.611-70	NÃO	0,00	0,00	0,00	6,00	6,00	1,50	14º	CLASSIFICADO
015	SANDRA REZENDE NEVES	424.238.131-04	NÃO	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	1,25	15º	CLASSIFICADO
016	FERLA BOGES FERREIRA	870.470.201-87	NÃO	0,00	3,00	7,00	0,00	10,00	2,50	16º	DESCLASSIFICADO

022	ILANA DE SOUZA PARLANDRINO MARTINS	017.048.531-50	NÃO	2,00	0,00	3,00	0,00	5,00	1,25	17º	DESCLASSIFICADO
011	MARCIO FERREIRA DAMASCENO	001.769.261-00	NÃO	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00	0,50	18º	DESCLASSIFICADO
006	MERIVONE DA SILVA RODRIGUES	951.430.091-20	NÃO	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,50	19º	DESCLASSIFICADO
027	NEURIMAR DA SILVA MEDEIROS RAMOS	581.966.921-53	NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20º	DESCLASSIFICADO
028	MARIA ROSANGELA PEREIRA DA MOTA	951.419.521-34	NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21º	DESCLASSIFICADO

PNSG - PSICÓLOGO - 40 HORAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	PcD	RESULTADO						CLASSIFICAÇÃO	
				TITULAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PROVA DISCURSIVA REDAÇÃO	TOTAL PONTUÇÃO	NOTA FINAL	ORD	STATUS
005	LORENA CARVALHO SOUZA SILVA	049.462.521-00	NÃO	0,00	0,00	10,00	9,00	19,00	4,75	1º	CLASSIFICADO
003	LISIANE MARQUES PEREIRA ZINELLI	302.023.828-50	NÃO	2,00	7,00	0,00	9,25	18,25	4,56	2º	CLASSIFICADO
007	ANDRÉ LUIZ FERREIRA PRASDO	950.777.071-20	SIM	0,00	9,00	0,00	6,50	15,50	3,88	3º	CLASSIFICADO
024	ADARLENE AMORIM DE ASSIS	054.754.511-84	NÃO	0,00	0,00	4,00	8,00	12,00	3,00	4º	CLASSIFICADO
025	CATIANE MARTINOTTO COSTA	914.257.941-49	NÃO	0,00	0,00	4,00	8,00	12,00	3,00	5º	CLASSIFICADO
021	JULIANA CALICHIO BIANCHI	059.214.879-37	NÃO	0,00	0,00	1,00	10,00	11,00	2,75	6º	CLASSIFICADO
017	THAIANA MENANI IGLESIAS	707.736.881-53	NÃO	2,00	0,00	0,00	5,00	7,00	1,75	7º	CLASSIFICADO
008	WILDSON CARDOSO ASSUNÇÃO	035.903.141-25	NÃO	2,00	1,00	7,00	0,00	10,00	2,50	8º	DESCLASSIFICADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 321/2019 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria 321/2019 de 14 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 12/10/2019 – Dra. Niege oliveira - CRM 7852/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 11/10/2019 a 07/02/2020 a servidora pública municipal EDIANY ALMEIDA BASILIO, matricula 013483, contratada no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMATICA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 316/2019 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria 316/2019 de 30 de Setembro de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005 Art. 121.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 05/09/2019 a 04/09/2020 a servidora Pública Municipal SAMARA DIAS DA SILVA, matricula 012447, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO DO SUS lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 05/09/2019

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 30 de Setembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2019.

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, CUJA A DETENTORAS DA ATA É A EMPRESA**: REAVEL VEICULOS EIRELI - CNPJ: 30.260.538/0001-04.**

A Prefeitura de Confresa/MT, **DECLARA** que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços **Nº 048/2019,** decorrente do **Pregão Presencial SRP – nº 066/2019** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, cuja a Detentora da Ata é a empresa**: REAVEL VEICULOS EIRELI - CNPJ: 30.260.538/0001-04,** a referida adesãotem o objetivo da: **AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA TIPO FURGÃO 0KM, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CONFRESA -MT,** conforme as quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$ 164.800,00 (Cento Sessenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais).**

Conforme abaixo descritos:

ITEM	TCE	BETHA	UND	QTD.	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1	228009-4	133121815	UND	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FURGÃO ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, ADAP. P/ AMB SIMPLES REMOÇÃO, COM CAP. VOL. NÃO INFERIOR A 7 METROS CÚBICOS NO TOTAL. COMPR. TOTAL MÍN. 4.740 MM; COMP. MÍN. DO SALÃO DE ATEND.O 2.500 MM; AL. INT. MÍN. DO SALÃO DE ATEND. 1.540 MM; DIESEL; EQUIPADO COM TODOS OS EQUIP. DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA SERÁ ORIGINAL, CONSTRUÍDA EM AÇO. O PAINEL ELÉTRICO INTERNO, DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS P/ 12V (DC). AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DIST. MÍN. DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO. A ILUM. DO COMP. DE ATEND. DEVE SER DE 2 TIPOS: NATURAL E ARTIFICIAL, DEVERÁ SER FEITA POR NO MÍN. 4 LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO MÍN. DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED. A ILUMINAÇÃO EXT. DEVERÁ CONTAR COM HOLOFOTE TIPO FAROL ARTICULADO REG. MANUALMENTE NA PARTE TRASEIRA DA CARROCERIA, C/ ACIONAMENTO INDEPENDENTE E FOCO DIRECIONAL AJUSTÁVEL 180º NA VERTICAL. DEVERÁ POSSUIR 1 SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; 2 SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMB NA COR VERMELHA, COM FREQ. MÍN. DE 90 FLASHES POR MINUTO, QUANDO ACIONADO COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO. PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED. SINALIZADOR ACÚSTICO C/ AMPLIFICADOR DE POT. MÍNIMA DE 100 W RMS @13,8 VCC, MÍN. DE 3 TONS DISTINTOS, SIST. DE MEGAFONE C/ AJUSTE DE GANHO E PRESSÃO SONORA A 1 M. DE NO MÍN. 100 DB @13,8 VCC; SIST. FIXO DE OXIGÊNIO (REDE INTEGRADA): CONTENDO 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO DE NO MÍN. 16L. EM SUPORTE INDIVIDUAL, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADE DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA P/ 3,5 A 4,0 KGF/CM2 E MANÔMETRO; NA REGIÃO DA BANCADA, DEVERÁ EXISTIR UMA RÉGUA E POSSUIR: FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR P/ O² E ASPIRADOR TIPO VENTURI, C/ ROSCAS PADRÃO ABNT. CONEXÕES IN/OUT NORMATIZADAS PELA ABNT. A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DEVERÁ PERMITIR O RESFR/AQUEC. O COMPARTIMENTO DO MOTORISTA DEVERÁ SER FORNECIDO C/ O SIST. ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA P/ AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO, AQUECEDOR E DESEMBAÇADOR. P/ O COMPARTIMENTO PACIENTE, DEVERÁ SER FORNECIDO ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA UM SIST. DE AR CONDICIONADO, C/ AQUECIMENTO E VENTILAÇÃO TIPO EXAUSTÃO LATERAL NOS TERMOS DO ITEM 5.12 DA NBR 14.561. SUA CAPACIDADE TÉRMICA DEVERÁ SER COM MÍN. DE 26.000 BTUS E UNIDADE CONDENSADORA DE TETO. MACA RETRÁTIL, COM NO MÍN. 1.900 MM DE COMPR., COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE; C/ PÉS DOBRÁVEIS, SIST. ESCAMOTEÁVEL; PROVIDA DE RODÍZIOS, 3 CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO. ACOMPANHAM: COLCHONETE. BALAUSTRE: DEVERÁ TER 2 PEGA - MÃO NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO. AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO. CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO 1 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMP. ATRAVÉS DE PARAFUSOS E C/ 2 SIST. DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR 02 GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO. PISO: DEVERÁ SER RESISTENTE A TRÁFEGO PESADO, REVESTIDO COM MATERIAL TIPO VINIL OU SIMILAR EM COR CLARA, DE ALTA RESISTÊNCIA, LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL, ANTIDERRAPANTE MESMO QUANDO MOLHADO. ARMÁRIO: ARMÁRIO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO). AS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO. DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,70 M; FORNECIMENTO DE VINIL ADESIVO PARA VIDROS TRASEIROS; BEM COMO, AS MARCAS DO GOVERNO FEDERAL.	164.800,00	164.800,00
VALOR TOTAL							**R$ 164.800,00**

R$ 164.800,00 (Cento Sessenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

REAVEL VEÍCULOS EIRELI.

CNPJ: 30.260.538/0001-04.

RUA C-180, Nº 176, QD. 617, LT. 19/20, SALA 04, SETOR NOVA SUÍÇA.

GOIÂNIA – GOIÁS – BRASIL.

CEP: 74.280-090.

Telefone: (62)3434-0877 // (62) 3434-0879.

REPRESENTANTE LEGAL: SINOMAR VAZ DE OLIVEIRA JUNIOR.

CPF: 039.457.331-54.

RG: 4901708 2ª VIA - SSP/GO.

Confresa/MT, 22 de Outubro de 2.019.

_____

Jean Flavio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PARECER JURÍDICO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Procedimento administrativo Licitatório

Requerimento de cancelamento de item – RETFARMAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME. – indeferimento – ausência de cumprimento – imediato cumprimento.

Descrição: Direito administrativo – procedimento licitatório – contrato administrativo – pedido de cancelamento de item – indeferimento – descumprimento contratual.

Da analise do contexto fático em comento, vislumbra-se que fora pleiteado pela empresa RETFARMAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME cancelamento do item 374, referente à aquisição de tubo a vácuo tampa branca K2E realizado no âmbito ata de registro de preço n° 003/2019.

Justificou então sua pretensão ao argumento de que houve um "erro de interpretação do descritivo do item" quando da realização da sessão de classificação e julgamento junto a comissão de licitações e contratos.

Em analise a sua pretensão, esta Procuradoria se manifestou contrariamente ao cancelamento de tal item uma vez que este vem sendo requisitado junto a Secretaria Municipal de Saúde junto ao Município de Confresa/MT e que os custos decorrentes de eventual realização de novo procedimento licitatório/justificatório não se justificam, sobremaneira quando realizado para beneficiar sociedade empresária cuja conduta aparenta encontrar-se de má-fé e cujo único fundamento utilizado para sua pretensão outrora analisado fora "erro interpretativo".

Assim, em que pese a pretensão realizada pela requerente, não pode o poder público arcar os custos e danos decorrentes de "erro interpretativo", ainda mais quando tal erro vem desacompanhado de qualquer documento apto a embasar tal argumentação.

No entanto, em que pese o indeferimento do requerimento então realizado pela sociedade empresaria RETFARMAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME e tendo em vista que dela já fora solicitado entrega do item 374, esta mantem-se inerte quanto ao cumprimento de suas obrigações contratuais, acarretando com isso prejuízos ao Município de Confresa/MT e aqueles que venham a usufruir do serviço público de saúde local.

Desse modo, e tendo em vista as diversas advertências já aplicadas a sociedade empresarial em questão, haja vista a sua desídia no cumprimento das cláusulas contratuais das quais se obrigou, informo a esta que em não havendo a entrega imediata do item em comento será adotado por parte desta municipalidade a aplicação de sanções administrativas mais drásticas em face desta, possivelmente com sua declaração de inidoneidade, impedindo-a de participar de todo e qualquer procedimento administrativo licitatório em âmbito nacional sem excluir, por obvio, eventual sanção indenizatória decorrente de sua conduta e, eventualmente, dos feitos criminais dela decorrente.

De mais a mais, em observância ao postulado do devido processo legal e dos consectários dele decorrentes, tais como o contraditório e ampla defesa abro, desde já, prazo para que, em querendo se manifeste quanto a eventual rescisão contratual unilateral e declaração de inidoneidade e aplicação de multa (moratória e indenizatória) em face da sociedade empresarial RETFARMAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

Intime-se a empresa RETFARMAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME acerca do conteúdo aqui disposto.

Publique-se.

Confresa/MT - 22 de outubro de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

Procurador Municipal

OAB/MT – 20.035/O

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 322/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria 322/2019 de 15 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. DALETH SILVA RIBEIRO DOS SANTOS, portadora do CPF/MF 056.140.591-30, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, Junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/10/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 15 de Outubro de 2019

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
APLICAÇÃO DE MULTA MORATÓRIA

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Aplicação de multa moratória

Procedimento administrativo Licitatório

Execução do contrato / regularização da prestação dos serviços.

Descrição: Processo Administrativo 026/2019 – Pregão Presencial 022/2019 - Objeto: aquisição de toners, tintas e fotocondutores para atender a demanda das secretarias do Poder Executivo municipal – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas –aplicação de multa moratória por atraso na entrega – imediata regularização sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais penalidades administrativas previstas na Lei 8.666/93. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno, ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, com base no artigo 87, inciso II da 8.666/93, aplicar multa moratória na forma estipulada no edital e contrato administrativo a empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 13.234.712/0001-17, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente sanção administrativa trata-se de medida excepcional e corretiva cuja finalidade visa à correção na entrega dos produtos de incumbências da AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO, vencedora do procedimento administrativo licitatório que não obstante tenham se vinculado ao regular cumprimento das cláusulas contratuais e legais vem, reiteradamente, descumprindo-as.

Destarte, tendo em vista que a empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO sagrou-se vencedora do procedimento licitatório n° 026/2019, pregão presencial n° 022/2019, cujo objeto licitatório referia-se na aquisição de toners, tintas e fotocondutores para atender a demanda das secretarias do Poder Executivo municipal, a fim de propiciar o regular exercício da atividade administrativa inerente à Administração Pública, enquanto poder encarregado de tal *mister* e que o contrato administrativo dele resultante encontra-se atualmente em vigor enquanto consectário inexorável do procedimento licitatório realizado recentemente, no qual, a empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO fora vencedora, estabelecendo a partir de então relação jurídico-obrigacional entre as partes mediante a celebração de contrato administrativo, o qual prevê, expressamente as cláusulas que passariam a regulamentar a relação jurídica entre as partes, obrigando-as, consequentemente ao seu regular cumprimento, independentemente de eventuais circunstâncias impeditivas suscitadas, sobremaneira porque não pode a Administração Pública local ficar *à mercê* de interesses privados, sobretudo, porque cabe a esta a tutela do interesse público.

Ademais, soma-se a tal fato tratar-se a sociedade empresária em questão de reincidente no descumprimento de suas obrigações contratuais, já tendo havido a aplicação da penalidade de advertência disposta no artigo 87, inciso I da lei geral de licitações e contratos no dia 27 de setembro de 2019. No entanto, não obstante a aplicação da advertência em comento, manteve-se a empresa s desídia no cumprimento de suas obrigações, circunstancia esta que vem acarretando serio danos ao exercício da atividade administrativa inerente ao poder público local, onde boa parcela dos setores da Prefeitura Municipal de Confresa/MT não possuem mais toners e matérias correlatos para que possa desempenhar regularmente suas atividades.

Assim, em que pese a aplicação da penalidade primária de advertência infligidas à sociedade empresária em comento, o quadro fático-jurídico ainda encontra inalterado, persistindo o descumprimento contratual desta, notadamente no que tange ao atraso na entrega do objeto licitatório no prazo estipulado no instrumento convocatório. Assim, tendo em vista a reiteração no descumprimento contratual, faz-se necessário adotar novas medidas mais drásticas em face do descumprimento contratual da empresa ora mencionada, aplicando-a multa moratória por dia de atraso, limitado ao percentual pré-fixado no edital.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO., sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em questão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da sociedade empresarial em comento eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais as quais vinculou outrora e, com isso, trazendo a reboque inúmeros prejuízos ao poder público local e, indiretamente à coletividade.

Destarte, tendo em vista o contexto fático-jurídico exposto e o reiterado descumprimento contratual por parte da sociedade empresaria AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO, em não havendo o imediato cumprimento contratual por parte desta haverá a promoção da rescisão contratual unilateral com a aplicação de multa indenizatória e declaração de inidoneidade em face da sociedade contratada, impedindo-a de participar de procedimento licitatório em âmbito nacional, sem excluir, por obvio, eventual responsabilidade civil e penal decorrente de seu comportamento, com a propositura das ações correspondente.

De mais a mais e em cumprimento ao postulado do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa enquanto consectários daquele, a exemplo do que já fora feito quando da aplicação da advertência em face da sociedade empresaria em comento abro prazo de 05 (cinco) dias úteis para que, em querendo a empresa se manifeste no que entender necessário e promova sua defesa no tocante a possiblidade de rescisão contratual unilateral.

De todo modo, abro prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do referido ato para que, caso queiram se manifestem no que entender de direito mediante a interposição do recurso administrativo cabível, conforme preconiza o artigo 109, inciso I, alínea “f” da Lei 8.666/93.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

[...]

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

Por fim, transcrevo, para fins didáticos, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto e alerto também que em persistindo o contexto fático atualmente vigente, a Administração Pública local adotará novas e mais drásticas providencias em face das sociedades empresárias em comento.

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 22 de outubro de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Notifique-se a sociedade empresária AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO acerca do conteúdo aqui disposto e para que, consequentemente, regularize imediatamente suas obrigações contratuais.

Apure-se os dias em mora da sociedade empresária em comento e, ato sucessivo, remeta-se à Secretaria de Finanças para calcular o *quantum* devido a título de multa moratória, conforme aplicação da alíquota prevista no contrato administrativo e no instrumento convocatório, compensando-se posteriormente o quanto devido à sociedade empresária AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO a título contraprestacional pelos produtos objeto do contrato administrativo/procedimento licitatório.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019 DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019 de 13 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 11:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 13 de Setembro de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	DEPARTAMENTO
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	40	44º	RAQUEL SOARES DA SILVA	SAÚDE/VISA/SIF SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL
		45º	KAROLINE SANTOS AMORIM	

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS/CANDIDATOS

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF).

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88).

4 - Título de eleitor.

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet.

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso.

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino).

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade).

9 - CTPS - Carteira de Trabalho.

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista).

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens).

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento).

13 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) dos dependentes.

14 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido.

15 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico).

16 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade.

17 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT).

18 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado).

19 - Declaração negativa de acúmulo de cargos.

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo.

21 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional).

22 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente.

23 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil.

24 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais.

25 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais.

26 - Telefone de contato (residencial e/ou celular).

27 - E-mail.

28 - PIS/PASEP.

29 - Declaração de confidencialidade.

30 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

31 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 298/2019 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 - RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Portaria 298/2019 de 20 de Setembro de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal DANILO DIVINO FERNANDES, matricula 010272, efetivo no cargo de AGENTE OPERACIONAL/ MOTORISTA DA SAUDE, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/HOSPITAL MUNICIPAL.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
01/07/2005 A 30/06/2010	02/10/2019 A 30/12/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/07/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 20 de Setembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 323/2019 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria 323/2019 de 16 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DE CARGO POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o requerimento da servidora de 26/09/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a VACÂNCIA no cargo efetivo de PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS, ocupado pela servidora pública municipal MICHELLE VEIGA DE ALMEIDA, matricula 011971, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/UBS Vila Dois Mil, no período de 26/09/2019 a 25/09/2022 por motivo de posse em outro cargo incalculável, nos termos do artigo 161 da Lei Complementar Municipal 020 de 28 dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 26/09/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 320/2019 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria 320/2019 de 14 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. RAYSSA MANUELLA ALVES SOUTO LUZ, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE FROTAS, Junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046.198/2019)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019,** cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "**MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE CUIABÁ-MT**, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

LOTE ÚNICO

Empresa Vencedora: ÚNICA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Perfazendo o Valor Total **de R$ 11.534.000,00(onze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil reais).**

Adjudico e Homologo:

José Roberto Stopa

Secretário Municipal de Serviços Urbanos –SMSU

Cuiabá/MT, 22 de outubro de 2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046.198/2019)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2019, cujo objeto é o** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "**MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE CUIABÁ-MT**, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

LOTE ÚNICO

Empresa Vencedora: ÚNICA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Perfazendo o Valor Total **de R$ 11.534.000,00(onze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil reais).**

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira Oficial

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 22 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 054/2019 - ADESÃO Nº 005/2019 - ARP Nº 011/2019 - PP Nº 005/2019

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 054/2019 - ADESÃO Nº 005/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: ADESÃO Nº 005/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019, CUJA ADESÃO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT. O Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2002, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da assessoria jurídica deste Município, resolve, **HOMOLOGAR** Adesão a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" que consiste na **Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Mão de Obra de Apoio as Atividades Operacionais Subsidiárias, para atender as demandas do Município de Curvelândia - MT, OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 do Município de Mirassol D'Oeste - MT,** tendo como vencedora a Empresa PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES - EPP – CNPJ Nº 11.834.039/0001-20, VALOR: R$ 660.408,00 (Seiscentos e Sessenta Mil, Quatrocentos e Oito Reais).

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 22 de Outubro de 2019. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2019, do tipo "Menor Preço Global", tendo como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA PARA AVENIDA PERIMETRAL JOÃO BATISTA GAINO NO BAIRRO NOVO DIAMANTINO EM DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 18/10/2019, onde se sagrou vencedor desta licitação a empresa RNV CONSTRUÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.483.777/0001-24, com o valor de **R$ 22.332,29 (vinte e dois mil trezentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos**). **A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 22 de Outubro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, de 22 de Outubro de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR) AGROPECUARIA PASSO DO LOBO LTDA 52.043.411/0001-68 9069 /00217/2019 BOLIVAR BUFULIN 007.332.531-72 9069 /00174/2019 BOLIVAR BUFULIN 007.332.531-72 9069 /00175/2019 BOLIVAR BUFULIN 007.332.531-72 9069 /00176/2019 BOLIVAR BUFULIN 007.332.531-72 9069 /00177/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069 /00195/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069 /00196/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069 /00197/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069 /00198/2019 AGROPECUARIA RIO PORTO LTDA 01.634.118/0001-34 9069 /00210/2019 DIORSE VIEIRA DA SILVA 148.264.021-04 9069 /00211/2019 DIORSE VIEIRA DA SILVA 148.264.021-04 9069 /00212/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTÁRIO Assinatura:

Data de afixação: 22/10/2019

Data de desafixação: 06/11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 333/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 333/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A CELIA APARECIDA BEZERRA DE FARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Administraçao Pública, no período aquisitivo de **28/07/2014 a 28/07/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **CELIA APARECIDA BEZERRA DE FARIAS.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **21/10/2019 a 19/11/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 17 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 332/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 332/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A DIANA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administraçao Pública, no período aquisitivo de **14/09/2014 a 14/09/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **DIANA MARIA DA SILVA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **17/10/2019 a 16/12/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 17 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 328/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 328/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou no Departamento de Água e Esgoto, no cargo de Fiscal de Consumo, no período aquisitivo de **17/09/2018 a 17/09/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a **DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/11/2019 a 30/11/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 330/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 330/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou no Departamento de Água e Esgoto, no cargo de Fiscal de Consumo, no período aquisitivo de **17/09/2014 a 17/09/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a **DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **02/12/2019 a 29/02/2020.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 329/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 329/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLAUDIONEI AGUIAR DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou no Departamento de Água e Esgoto, no cargo de Técnico de Manutenção e Tratamento, no período aquisitivo de **15/01/2018 a 15/01/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a **CLAUDIONEI AGUIAR DE SOUZA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/10/2019 a 14/11/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 331/2019 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 331/2019 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A MARA RUBIA LAURENÇO DOS REIS PRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administraçao Pública, no período aquisitivo de **03/02/2014 a 03/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **MARA RUBIA LAURENÇO DOS REIS PRADO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **18/11/2019 a 17/12/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 16 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 336/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 336/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DE SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base nos Pareceres Administrativos nº 008/2019/AJ/LP de 19/09/2019 e 006 e 007/2019/AJ/LP de 21/09/2019, Lei nº 1.406/2014**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder **Elevação de Classe** aos seguintes Servidores(as) Municipais:

Ø **Cristiana Farias dos Santos –** Agente de Administração Pública – **Classe "B" Nível 2;**

Ø **Nara Bruna Venancio dos Santos –** Agente de Administração Pública – **Classe "B" Nível 2;**

Ø **Luciana Cristina Alves Gomes –** Agente de Administração Pública – **Classe "D" Nível 6;**

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 335/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 335/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR DA SERVIDORA SELMA FÁTIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no inciso XIV, § 3º, Art. 20 da Lei Orgânica Municipal e Art. 101, § Único da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Retornar para exercer suas funções nesta Prefeitura Municipal a servidora **SELMA FÁTIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS.**

ART. 2º - O retorno será a partir de 21 de outubro de 2019.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 334/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 334/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A FRANCISCA LUZIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Administração, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **18/10/2018 a 18/10/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a **FRANCISCA LUZIA DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **21/10/2019 a 19/11/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO N.º 052 /2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO N.º 052 /2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO 067/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

- Considerando a entrada em vigor do ponto eletrônico a partir de abril/2019;

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica revogado o Decreto nº 067/2013 de 30 de janeiro de 2013

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de outubro de 2.019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januário de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 337/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 337/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A CLECIA PIRES DE ANDRADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **07/02/2014 a 07/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **CLECIA PIRES DE ANDRADE.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **22/10/2019 a 20/12/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 22 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 327/2019 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 327/2019 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA LUCINEIA SOUZA RIBEIRO ZAMBONINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO que a referida servidora possui um cargo efetivo no estado de mato grosso e outro nesse município;

R E S O L V E

ART. 1º - A Servidora **Lucineia Souza Ribeiro Zambonini, a partir dessa data** prestará atendimento no Lar dos Idosos Tomé da Silva Guedes, com escala de plantões no total de 40 horas por semana.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de outubro de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº392/2019

DATA: 10 DE OUTUBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 8 (Função Gratificada) a Servidora efetiva Sr.ª **LUCIANA DA SILVA ALMEIDA,** ocupante do cargo de Vigia**,** lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, **PELA COORDENAÇÃO DOS VIGILANTES NOTURNOS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS**, do Município de Feliz Natal - MT.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2019.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00-min do dia 04 de novembro de 2019, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2019,** objetivando ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA E VIA RÁDIO COM SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE ANTENAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FELIZ NATAL – MT.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 22 de outubro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 336 / 2019

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular á servidora **ELLEN GARCIA DE MELO**,brasileiro, nascida em 09/02/1985, filha de Doracy Da Conceição Garcia Melo e Antônio De Melo, portador do RG N°. 8.587. 318-0 SESP/PR e CPF 052.728.339-88 do cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 730 (setecentos e trinta dias) dias, a partir da data de 01/09/2019 a 30/08/2021, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de setembro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 333/2019 - REPUBLICADO POR ERRO ORTOGRÁFICO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **CLEUNICE BRANDÃO DO LAGO DOS SANTOS**,brasileira, nascida em 10/01/1986, filha de Benuta Rodrigues Brandao Do Lago e Mariano Pereira Do Lago, portadora do RG N°. 1830054-5 SSP/MA e CPF: 015.668.611-28, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 29/04/2019, totalizando 119 (cento e dezenove) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 337 / 2019 - REPUBLICADO POR ERRO ORTOGRÁFICO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **LETIANE PEREIRA SILVEIRA**,brasileira, nascida em 16/04/1986, filha de Rosa Inês Pereira Chaves, portadora do RG N°. 20586680 SSP/MT e CPF: 029.569.981-70, no cargo de Chefe De Departamento/Gerente Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 26/05/2019, totalizando 146 (cento e quarenta e seis) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 334 / 2019 - REPUBLICADO POR ERRO ORTOGRÁFICO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **DANIELA ABRILI VIRISSIMO**,brasileira, nascida em 26/05/1987, filha de Lidia Abrili Virissimo e Vanildo Virissimo, portadora do RG N°. 95223060 SESP/PR e CPF: 050.801.879-05, no cargo de Chefe De Departamento/Gerente Lotada na Secretaria Municipal de Administração, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 19/06/2019, totalizando 170 (cento e setenta) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 339 / 2019 - REPUBLICADO POR ERRO ORTOGRÁFICO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **TATIANE PINHO DE OLIVEIRA**,brasileira, nascida em 14/04/1998, filha de Sirlene Pinho Da Silva e Paulo De Oliveira, portadora do RG N°. 2398733-2 SEJSP/MT e CPF: 046.009.931-01, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Lotada na Secretaria de Administração, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 07/06/2019, totalizando 158 (cento e cinquenta e oito) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 332/2019 - REPUBLICADO POR ERRO ORTOGRÁFICO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **ANTONIA MARIANA OLIVEIRA MARQUES**, brasileira, nascida em 18/07/1988, filha de Delzelina De Fátima Oliveira e Raimundo Ferreira Marques, portadora do RG 6127918 PC/PA e CPF: 014.218. 712-70, Contratada no Cargo de MERENDEIRO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto E Lazer, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 27/05/2019, totalizando 147 (cento e quarenta e sete) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 343 / 2019

DISPOE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- XI e Artigos 150/151;

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Licença Para Tratamento De Saúde **- AUXILIO DOENÇA** a Sra. **ROSINER LOBILEIN**,brasileira, filha de Alcemira Lobelein e Sergio Milani Lobelein, nascida aos 09/11/1984, portadora do RG N°. 17876672 SSP/MT e CPF 013.489.261-55, Servidora Efetiva no Cargo de Assistente Social, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/07/2019 por 73 (setenta e três) dias, com data para término em 11/09/2019, conforme atestado médico.

§ Primeiro: Conforme artigo 154 da Lei 132/2001: A servidora licenciada para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

§ Segundo**:** A partir da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Prevnorte – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte-MT., Conforme previsto no Artigo 16 da Lei Municipal 194/2005 de 22 de agosto de 2005 e Lei Municipal 235 de 16 de agosto de 2006.

Art. 2º - A remuneração da servidora, durante o período de auxílio doença, será calculada de acordo com o salário de contribuição da mesma. O pagamento será efetuado na folha de pagamento da Previdência Municipal, pago diretamente na conta bancária da mesma, enquanto perdurar a Licença e, será deduzido do valor devido mensalmente ao PREVNORTE (Previdência Municipal de Gaúcha do Norte - MT).

§ Único: O pagamento doAuxílio doença pelo PREVNORTE está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 01 de julho de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 342 / 2019

DISPOE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- XI e Artigos 150/151;

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Licença Para Tratamento De Saúde - **AUXILIO DOENÇA** a Sra. **ROSIMEIRE CARDOSO DOS SANTOS**,brasileira, filha de Maria Cardoso Dos Santos, nascida aos 18/02/1972, portadora do RG N°. 339824456915 SSP/GO e CPF 773.950.261-87, Servidora Efetiva no Cargo de PROFESSOR 1 A 4 SUPERIOR C/ PÓS 25 HORAS, Lotada na Secretaria De Educação, Cultura, Desporto E Lazer, a partir de 20/08/2019 por 60 (sessenta) dias, com data para término em 18/10/2019, conforme atestado médico.

§ Primeiro: Conforme artigo 154 da Lei 132/2001: A servidora licenciada para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

§ Segundo**:** A partir da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Prevnorte – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte-MT., Conforme previsto no Artigo 16 da Lei Municipal 194/2005 de 22 de agosto de 2005 e Lei Municipal 235 de 16 de agosto de 2006.

Art. 2º - A remuneração da servidora, durante o período de auxílio doença, será calculada de acordo com o salário de contribuição da mesma. O pagamento será efetuado na folha de pagamento da Previdência Municipal, pago diretamente na conta bancária da mesma, enquanto perdurar a Licença e, será deduzido do valor devido mensalmente ao PREVNORTE (Previdência Municipal de Gaúcha do Norte - MT).

§ Único: O pagamento doAuxílio doença pelo PREVNORTE está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 20 de agosto de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 341 / 2019

DISPOE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- XI e Artigos 150/151;

RESOLVE,

Art. 1º - **Conceder Licença Para Tratamento De Saúde - AUXILIO DOENÇA** a Sra. **EDNA FIRMINIA FARIAS DA SILVA**,brasileira, filha de Creusa Firminia Farias, nascida aos 13/05/1968, portadora do RG N°. 15432920 SSP/MT e CPF 002.248.151-64, Servidora Efetiva no Cargo de Técnico de Enfermagem, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2019 por 335 (trezentos e trinta e cinco) dias, com data para término em 31/07/2020, conforme atestado médico.

§ Primeiro: Conforme artigo 154 da Lei 132/2001: A servidora licenciada para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

§ Segundo**:** A partir da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Prevnorte – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte-MT., Conforme previsto no Artigo 16 da Lei Municipal 194/2005 de 22 de agosto de 2005 e Lei Municipal 235 de 16 de agosto de 2006.

Art. 2º - A remuneração da servidora, durante o período de auxílio doença, será calculada de acordo com o salário de contribuição da mesma. O pagamento será efetuado na folha de pagamento da Previdência Municipal, pago diretamente na conta bancária da mesma, enquanto perdurar a Licença e, será deduzido do valor devido mensalmente ao PREVNORTE (Previdência Municipal de Gaúcha do Norte - MT).

§ Único: O pagamento doAuxílio doença pelo PREVNORTE está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de setembro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 329 / 2019

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular ao servidor Sr. PATRICIA FRITSCHI SCHENKEL,brasileira, nascida em 10/11/1990, portador do RG N°. 2120735-6 SSP/MT e CPF 075.787.329-43 do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, no período de 730 (setecentos e trinta dias) dias, a partir da data de 06/10/2018 a 04/10/2020, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 06 de outubro de 2018.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 326 /2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AGENTE AMBIENTAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Exonerada a Sr(a). **ELIANE MARTA GOMES PEÇANHA,** brasileira, filha de Ivania Marta Peçanha e Marcio Gomes Peçanha, nascida em 03/10/1980, portador do RG N° 365456433 SSP/MT e CPF: 941.114.211-72, do Cargo de Agente Ambiental na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/09/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 20 de setembro de 2018.

PORTARIA MUNICIPAL N° 339 / 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **TATIANE PINHO DE OLIVEIRA**,brasileira, nascida em 14/04/1998, filha de Sirlene Pinho Da Silva e Paulo De Oliveira, portadora do RG N°. 2398733-2 SEJSP/MT e CPF: 046.009.931-01, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Lotada na Secretaria de Administração, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 07/06/2019, totalizando 158 (cento e cinquenta e oito) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 333/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **CLEUNICE BRANDÃO DO LAGO DOS SANTOS**,brasileira, nascida em 10/01/1986, filha de Benuta Rodrigues Brandao Do Lago e Mariano Pereira Do Lago, portadora do RG N°. 1830054-5 SSP/MA e CPF: 015.668.611-28, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 29/04/2019, totalizando 119 (cento e dezenove) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 334 / 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **DANIELA ABRILI VIRISSIMO**,brasileira, nascida em 26/05/1987, filha de Lidia Abrili Virissimo e Vanildo Virissimo, portadora do RG N°. 95223060 SESP/PR e CPF: 050.801.879-05, no cargo de Chefe De Departamento/Gerente Lotada na Secretaria Municipal de Administração, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 19/06/2019, totalizando 170 (cento e setenta) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 337 / 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **LETIANE PEREIRA SILVEIRA**,brasileira, nascida em 16/04/1986, filha de Rosa Inês Pereira Chaves, portadora do RG N°. 20586680 SSP/MT e CPF: 029.569.981-70, no cargo de Chefe De Departamento/Gerente Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 26/05/2019, totalizando 146 (cento e quarenta e seis) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 332/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **ANTONIA MARIANA OLIVEIRA MARQUES**, brasileira, nascida em 18/07/1988, filha de Delzelina De Fátima Oliveira e Raimundo Ferreira Marques, portadora do RG 6127918 PC/PA e CPF: 014.218.712-70, Contratada no Cargo de MERENDEIRO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto E Lazer, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 01/01/2019 a 27/05/2019, totalizando 147 (cento e quarenta e sete) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 335 / 2019

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA SERVIR OUTRO ORGÃO OU ENTIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular ao servidor Sr. **EBER DA COSTA AMARAL**,brasileiro, nascido em 23/09/1988, filho de Joana Da Costa Amaral e Vair Alves De Amaral, portador do RG N°. 1796145-9 SSP/MT e CPF 024.613.201-95 do cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 218 (duzentos e dezoito) dias, a partir da data de 21/02/2019 a 26/09/2019, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 21 de fevereiro de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 122/2019

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular ao servidor Sr. **ANCELMO ALVES PEREIRA**,brasileiro, filho de Irene Alves Pereira e Delson Alves Pereira, nascido em 05/08/1981, portador do RG N°. 2188583-4 SSP/MT e CPF 015.087.291-74 do cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras E Serviços Urbanos, no período de

714 (setecentos e quatorze) dias, a partir da data de 06/05/2019 a 18/04/2021, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 06 de maio de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL N° 338 / 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Considerando o disposto na Lei Municipal 132/2001(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, de Gaúcha do Norte-MT), Em seu artigo 138- X e Artigo 155 e,

Considerando o disposto na Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008 e a Lei Orgânica do Município de Gaúcha do Norte - MT, Artigo 97, parágrafo 2°, inciso XI,

RESOLVE,

Art.1º – Conceder licença para gozo de **AUXILIO MATERNIDADE** a Servidora Municipal **MARILDA DOS SANTOS BARBOSA**,brasileira, nascida em 29/06/1983, filha de Doralina Dos Santos Barbosa e Antônio Barbosa Da Silva, portadora do RG N°. 16958675 SSP/MT e CPF: 011.523.111-07, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil na Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Licença para gozo de Auxilio Maternidade, no período de 10/07/2019 a 05/01/2020, totalizando 180 (cento e oitenta) dias, conforme Laudo Médico.

Art.2º – Durante a Licença, a remuneração da servidora afastada será paga na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, e deduzido na GIR (guia de recolhimento do INSS) no final de cada mês.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 10 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO N° 042/2019

DECRETO Nº 042/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar."

O PREFEITO DE GENERAL CARNEIRO, Estado de Mato Grosso, Sr. Marcelo de Aquino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 983/2019, de 15 de Outubro de 2019;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 139.000,00 (Cento e Trinta e Nove mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0012 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - GENERAL PREVI

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0009 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2050 – ENCARGOS COM APOSENTADORIA E PENSÕES

3.1.90.01.00.00– APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS .....R$ 119.000,00

TOTAL .... R$ 119.000,00

2051 - ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.05.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR .....R$ 20.000,00

TOTAL ..... R$ 20.000,00

TOTAL .....R$ 139.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0012 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - GENERAL PREVI

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0009 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2050 – ENCARGOS COM APOSENTADORIA E PENSÕES

3.3.90.39.00.00– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA .....R$ 20.000,00

TOTAL.....R$ 20.000,00

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0009 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2101 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 119.000,00

TOTAL ..... R$ 119.000,00

TOTAL .....R$ 139.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro, 21 de outubro de 2019.

Marcelo de Aquino

Prefeito

EXTRATO CTR 021-2019

EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA.

CNPJ: 07.360.460/0001-70

EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLISPORTIVA NA ALDEIA MERURE NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

VALOR: R$ 596.711,67 (Quinhentos noventa e seis mil setecentos e onze reais e sessenta e sete centavos)

DATA: 21/10/2019

VIGÊNCIA: 21/10/2020

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 043/2019

DECRETO N.° 043/GP/2019 De, 22 de outubro de 2019.

"Regulamenta e adota FERIADO NACIONAL, no âmbito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em decorrência do Dia do Servidor Público, e dá outras providências".

O Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei,

CONSIDERANDO, que a data do feriado nacional, no ano em curso, recai em dia útil (segunda-feira);

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de se decretar a regulamentação do feriado nacional por ato oficial, para que se cumpram antecipadamente as formalidades necessárias nas repartições/órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e comércio no âmbito do município de General Carneiro/MT.

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado **a adoção do FERIADO no dia 28 de outubro de 2019 (segunda-feira),** no âmbito do Poder Executivo da Administração Pública Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em decorrência do Dia do Servidor Público.

Parágrafo Único – O expediente nas repartições públicas do Município deverá retornar ao funcionamento normal no dia 29/10/2019 (terça-feira), as 07h:00min.

Art. 2° - Para todos os efeitos, o Feriado Nacional I que trata o artigo anterior não será aplicado para:

I – os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar próprio.

Art. 3° - Fica a critério da Administração Municipal, a qualquer momento, através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário/a Municipal da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos/as servidores/as municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 22 de outubro de 2019.

Marcelo de Aquino

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2019

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do Artigo 24 Inciso XXII da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme parecer favorável da Procuradoria Jurídica e Controle Interno. OBJETO: Processo Estimativo para pagamento de despesas com o fornecimento de energia elétrica para a secretaria de Infraestrutura. FAVORECIDO: ENERGISA – Distribuidora de Energia S.A. VALOR R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). PERÍODO/PRAZO: Outubro a Dezembro de 2019. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso XXII da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico. Parecer da controladoria e justificativa anexos ao processo compra nº 2169/2019. Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de outubro de 2019. Érico Stevan Goncalves/Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa habilitada no FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PREDIAL, visando atender as necessidades da Administração Municipal. A abertura do certame está prevista para 05/11/2019 às 08h00 (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 22 de outubro de 2019. Gislaine Ascanio/Pregoeira.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2019-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 072/2019-SRP, obteve o seguinte resultado: A empresa **ELIANE E. D. GUIMARÃES & CIA LTDA** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 2.378.000,00 (dois milhões trezentos e setenta e oito mil)**. A empresa **A. R. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 2.164.095,00 (dois milhões cento e sessenta e quatro mil e noventa e cinco reais)**. O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 22 de Outubro de 2019. *Gislaine Ascanio – Pregoeira*.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 203//2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **PROTECNO - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA,** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresas especializadas no **FORNECIMENTO DE MATERIAL ORTOPÉDICO** para atender o Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **073/2019**, Processo de Compra n° **1980/2019**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **PROTECNO - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 438.356,81 (quatrocentos e trinta e oito mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos)**. **Data de Assinatura**: 22/10/2019. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COM-

PRA **Nº 1980/2019**, PREGÃO PRESENCIAL Nº **073/2019-SRP**. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: Érico Stevan Gonçalves – Prefeito Municipal; **Contratada**: **PROTECNO - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** representada pelo senhor **Carlos Roberto de Oliveira.** Guarantã do Norte/MT, 22 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB DE INDIAVAVAÍ-MT

Resolução Nº 005/2019/CM/FETHAB/Indiavaí-MT

Dispõe sobre Aprovação de Contas do FETHAB de Indiavaí-MT, referente ao mês de Agosto e Setembro do ano de 2019.

O Plenário do Conselho Municipal do FETHAB/Indiavaí-MT**,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, reunido em sessão Ordinária, nesta data, 21/10/2019, às 15:00hs (quinze), conforme em registro em Ata Nº 017/2019.

Resolve:

Artigo 1º– Aprovar a Prestação de Conta do Recurso do FETHAB de Indiavaí-MT, referente aos meses de Agosto e Setembro do ano de 2019.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí MT, 21 de Outubro do ano de 2019.

_____

Antônio Augusto Caetano Ribeiro

Presidente do CM/FETHAB

Indiavaí-MT

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES DE INDIAVAI-MT

RESOLUÇÃO 013 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre os candidatos eleitos no Segundo Processo de Escolha em Data Unificada do Conselho Tutelar de Indiavaí para o quadriênio de 2020/2024.

CONSIDERANDO, A Lei Federal 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA.

CONSIDERANDO, As modificações nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA), introduzidas pela Lei nº 12.696/2012, que trata do novo processo de escolha do conselheiros tutelares data unificada em todo território nacional.

CONSIDERANDO, a Resolução Nº 170/2014 do CONANDA que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada e todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 517 de 12 de Dezembro de 2012, que regulamenta a política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes no município de Indiavaí MT e dá outras providências.

Resolve

Art. 1º. Tornar-se público a relação dos conselheiros eleitos em processo unificado realizado no dia 06 de Outubro de 2019 para o quadriênio 2020 / 2024.

1º Lugar: Regina dos Santos – 104 votos

2º Lugar: Alexandre Fernandes Borges – 99 Votos

3º Lugar: Luzinete Alves de Moraes – 85 votos

4º Lugar: Ana Paula Gonçalves Colletes – 84 votos

5º Lugar: Jean Walter Borges – 82 Votos

Ficando os candidatos abaixo como suplentes:

1º Suplente: Elizandra Batista da Silva Neves – 71 votos

2º Suplente: Altamir Soares da Silva – 56 votos

3º Suplente: Thiago Silva – 55 Votos

4º Suplente: Welton Marques Ferreira – 44 Votos

5º Suplente: Janete Ribeiro Castro – 43 Votos

Art 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiavaí/MT, em 07 de Outubro de 2019.

_____

Elíude Soares Campos

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 081/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: RAMILA CRISNA DE PINHO 05937194179 – CNPJ: 34.712.490/0001-70

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de Instrutor de condicionamento físico (zumba, ginástica rítmica e maromba) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT"

VALOR: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2019

VIGÊNCIA: 22/10/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 247/2019

DATA: 22 de outubro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Raquel Garcia Barbosa Gomes de Souza,** inscrita no CPF n° 004.447.621.32, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 081/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **RAMILA CRISNA DE PINHO 05937194179,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.712.490/0001-70, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de Instrutor de condicionamento físico (zumba, ginástica rítmica e maromba) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar o servidor Leonardo De Siqueira Libano Soares, portador do CPF n° 116.907.497.92, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 22 de outubro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/Home/Login e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **11 DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/Home/Login. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 22 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2019**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVA JATO E BORRACHARIA, A FIM DE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2019.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, Nº 311, CENTRO, ITIQUIRA/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 22 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL N°. 007/2019 DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação torna público o presente edital de eleição para o preenchimento do cargo de Diretor Escolar das Unidades de Ensino Municipais,Anfilófio de Souza Campos e Jorge Eduardo Raposo de Medeiros de Itiquira/MT,para biênio de 2020-2021de acordo com a Lei Municipal Nº. 720 de 4 de agosto de 2011 e convoca a comunidade escolar nos seguintes termos:

1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação nos **dias 28 A 31 DE OUTUBRO** das 7h00às 11h00 e das 13h00 às 17h00. 1.2 Para concorrer o cargo de Diretor Escolar o candidato deve: a) Ser ocupante de cargo efetivo do quadro de professores da Educação Básica, com no mínimo 2(dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição prestados na escola que pretende dirigir; b) Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena; c) Ter disponibilidadepara trabalhar em regime de dedicação exclusiva; d) Participar de ciclos de estudos a serem organizados pela Coordenação Pedagógica do município e Secretaria Municipal de Educação; e) Inscrever-se para concorrer à direção de apenas uma escola.

1.3 Ficarão impedidos os candidatos que:

a) Tenham sido exonerados, dispensados ou suspensos do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

b) Estejam respondendo a processo administrativo disciplinar ou processo de sindicância;

c) Estejam inadimplentes junto à justiça.

1.4 Caso não haja nenhum professor inscrito com dois anos de efetivo exercício prestados na unidade escolar, poderá se inscrever o professor com um ano de efetivo exercício na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola pública.

1.5 No ato da inscrição o candidato deve apresentar:

a) Currículo Vitae, comprovando habilitação em licenciatura plena (documentado), cópia da Carteira de Identidade e CPF;

b) Proposta de trabalho contendo: apresentação, introdução, delimitação do contexto escolar contendo metas para a melhoria da escola e ensino, estratégias para preservação do patrimônio público, estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

c) Declaração do Proponente de efetivo tempo de serviço na unidade escolar;

d) Termo de compromisso,redigido pelo candidato para exercer a direção da escola em dedicação exclusiva à função de Diretor;

e) Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes.

1.6 O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP/ PDE da Escola, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las objetivando subsidiar a elaboração da Proposta de Trabalho do candidato.

1.7 Na unidade escolar que não houver candidato inscrito no seletivo ou seus candidatos forem afastados por qualquer irregularidade citada neste edital responderá pela direção um professor designado pela Secretaria Municipal de Educação em atendimento a Lei Nº. 720, base deste Edital.

1.8 Do Registro da Candidatura

1.8.1 A Comissão da Secretaria Municipal de Educação declamará a aceitação ou indeferimento de cada inscrição, após o encerramento das inscrições, publicando a decisão em Edital no mural da Escola correspondente e na Secretaria Municipal de Educação;

1.8.1.1 A referida Comissão será composta por 03 (três) membros, sendo a Secretária Municipal de Educação e um representante de cada Escola envolvida no Processo Eleitoral.

1.8.2 Da publicação do ato que deferir ou indeferir inscrição cabe recurso à Comissão Eleitoral, no prazo de 48h (quarenta e oito horas)

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

2.1. Em cada Unidade Escolar haverá uma Comissão Eleitoral que conduzirá o processo eleitoral de eleição à direção.

2.1.1 Essa Comissão será composta por: 1(um) Professor da Educação Básica, 2 (dois) Profissionais administrativo da Educação, 1 (um) aluno maior de 16 anos, 1 (um) representante do Sindicato da Categoria, e seus respectivos suplentes.

2.1.2 Cada representante e suplente dos membros supramencionados será eleito pelo respectivo segmento;

2.1.3 Depois de constituída a respectiva Comissão, eleger-se-á um dos seus membros para presidi-la;

2.1.4 O membro da comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo eleitoral, será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria de Municipal de Educação;

2.1.5 Estão impedidos de compor a comissão todos os elencados no art. 21, §5º da Lei Nº. 720 de 4 de agosto de 2011.

2.2 As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar serão de acordo com o Art. 22 da Lei Nº. 720/2011.

3 - DO VOTO E DO COLÉGIO ELEITORAL

3.1. O voto é livre e secreto.

3.2. O colégio eleitoral para eleição do cargo de Diretor Escolar é formado por:

a) Profissionais da educação em exercício na escola;

b) Alunos regularmente matriculados com frequência comprovada que tenha no mínimo 12 (anos) anos de idade ou que estejam cursando o 6º ano em diante, e;

c) Pai, mãe ou responsável pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos que tenham frequência comprovada (um voto por família);

d) O profissional da educação com filhos na escola votará apenas no seu segmento;

e) O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

3.3 Cada eleitor deverá exercer seu direito de voto nas respectivas unidades escolares;

3.4 No ato da votação, o votante deverá apresentar a mesa receptora um documento oficial de identificação com foto (RG ou equivalente);

3.5 Não é permitido voto por procuração;

3.6 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma das listas poderá votar em uma lista separada.

4 - DA CAMPANHA

4.1. Deverá haver Assembleia Geral, onde os candidatos terão cada um à mesma fração de tempo para exposição e debate de suas propostas de trabalho, o qual não deverá exceder 30 (trinta) minutos;

4.2. O Candidato que não apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, na data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar local, estará automaticamente desclassificado;

4.3. Caso o candidato possua apelido pelo qual seja conhecido, poderá utilizá-lo para a divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

4.4. É vedado o candidato:

a) Fazer exposição de faixas e cartazes dentro e fora da escola;

b) Distribuir panfletos promocionais e brindes de qualquer espécie com objetivo de propaganda ou aliciamento dos votantes;

c) Realizar festas na escola que não esteja prevista em seu calendário, na intenção de angariar votos;

d) Desempenhar atos que impliquem em oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza em troca de voto;

e) Aparição isolada nos meios de comunicação ainda que em forma de entrevista jornalística;

f) Utilização em sua campanha de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por outros órgãos governamentais.

4.5 Estará afastado do processo, à vista de representação da parte defendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos previstos no item 4.4 desse edital ou permitir a outrem praticá-los em seu favor.

4.6 É permitida a campanha eleitoral até a data limite de 22/11/2019 na Escola Municipal de Educação Básica Jorge Eduardo Raposo de Medeiros ena Escola Municipal de Educação Básica Anfilófio de Souza Campos, cada qual para seu respectivo diretor escolar.

5 - LOCAL E DATA DA ELEIÇÃO

5.1 A Eleição ocorrerá no dia 28 de novembro de 2019 na Escola Municipal de Educação Básica Jorge Eduardo Raposo de Medeiros e no dia 29 de novembro de 2019 na Escola Municipal de Educação Básica Anfilófio de Souza Campos, cada qual para seu respectivo diretor escolar;

5.2 A votação ocorrerá das 8h00min às 18h00min, nas respectivas escolas.

6 –DA RECEPÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

6.1 Os votos serão recepcionados por uma mesa composta por três membros e dois suplentes, sendo 1 (um) professor, 1 (um) profissional da educação e 1 (um) pai de aluno, escolhidos com antecedência mínima de três dias, vedada a escolha de candidatos, seus cônjuges ou parentes até segundo grau.

6.2 Poderão permanecer no local destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais previamente designados, que poderão solicitar da mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

6.3 O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal referente, devidamente assinado pelo presidente da comissão eleitoral e um mesário.

6.4 As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras para procederem imediatamente à contagem dos votos nos mesmos locais de votação.

6.5Antes da abertura das urnas, a comissão deverá examinar a urna, verificando se nela há indícios de violação, em caso de constatação afirmativa, o processo eleitoral deverá ser suspenso e o presidente da comissão e seus membros deverão convocar a Secretária de Educação para se tomar as decisões cabíveis e registrá-las em livro próprio.

6.6. Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna adota-se o mesmo procedimento do item 6.5.

6.7. São nulos os votos que:

a) Estiverem registrados em cédulas que não correspondem ao padrão;

b) Indiquem mais de um candidato;

c) Contenham expressões ou qualquer outro tipo de manifestação daquela que exprime o voto.

6.8 Será eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos;

6.9 Na ocorrência de empate será eleito o candidato que:

a) Tiver maior idade;

b) Possuir maior titulação;

c) Constatar maior tempo de serviço na Unidade Escolar em questão;

d) Constatar maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino.

7 - DA POSSE

7.1. A posse se dará antes do início das aulas do calendário letivo do ano de 2020. Em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação.

8 – DOS ANEXOS

8.1 Consta em anexo neste Edital 007/2019:

a) Ficha de inscrição do candidato (a) à direção (anexo I)

b) Amostra a ser seguida para a Proposta de Trabalho do Candidato a Diretor

(anexo II)

c) Termo de compromisso de dedicação exclusiva à função de Diretor (Anexo III)

d) Ata de apuração da eleição dos membros da Comissão Eleitoral (Anexo IV)

e) Designação dos componentes das mesas receptoras /escrutinadoras (Anexo V)

f) Modelo de cédula para votação (anexo VI)

g) Modelo de Ata de Apuração da Eleição de Diretor (Anexo VII).

h) Cronograma previsto (anexo VIII)

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência;

9.2 As inscrições que não atenderem aos requisitos para a função de diretor serão indeferidas;

9.3 Encerrado o prazo das inscrições, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará a lista com as inscrições deferidas e indeferidas, conforme Art. 16, inciso II,da Lei Nº. 720/2011 para a comissão eleitoral, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas; 9.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, ouvida a Comissão Eleitoral da Unidade de Ensino.

9.5 A Unidade Escolar com candidato único, o candidato deverá obter 50% (cinqüenta) por centomais um, dos votos válidos, para assim ser eleito.

9.6 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 22 de outubro de 2019.

Jane Gobbi

Secretária Municipal de Educação

Port. 171/2017

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO (A) À DIREÇÃO

Escola para a qual se candidata: _____

I – DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Sexo: _____Data nasc.: ____/____/____ Naturalidade: _____

UF: _____Estado civil:_____CPF: _____

RG: _____Órgão exp.: _____/____ Expedida em: _____

Titulo de eleitor:_____Zona:_____ seção:_____

Filiação: Pai: _____

Mãe:_____

Endereço: _____nº:____ bairro_____

Complemento: _____ Cidade: _____

CEP: _____telefone cel. :_____

Tel. fixo: _____ Email: _____

2. DADOS PROFISSIONAIS:

Graduação: _____

Pós graduação:_____

Especialização:( ) não ( )sim Em: _____

Mestrado: ( ) não ( ) sim Em: ____ _____

Situação funcional: ( ) efetivo ( ) Estável – cargo: _____

Classe: _____ Nível: _____

Está em período probatório:( ) não ( ) sim

Possui outro cargo efetivo: ( ) não ( ) sim

Rede de ensino:( ) Estadual ( ) Municipal

Tempo de serviço na Unidade Escolar para qual se candidata:

( ) mais de dois anos ( ) dois anos ( ) um ano ( ) oriundo de outra unidade escolar

Tempo de serviço no Magistério Público: _____

_____

Assinatura Candidato

ANEXO II

PROPOSTA DE TRABALHO

Nome :

Escola:

1. APRESENTAÇÃO

Importância da elaboração de Proposta de Trabalho.

2. INTRODUÇÃO Conceito de educação e de escola, de gestão, de planejamento, Breve diagnóstico 3. DELIMITAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR Nome da escola, endereço, modalidades atendidas, quadro de professores (número), quadro de pessoal administrativo (número) e número de alunos. 4. PRINCÍPIOS NORTEADORES Gestão democrática Relação teoria e prática 5. OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS - EIXOS BÁSICOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (melhoria da escola, preservação do patrimônio público) - GESTÃO PEDAGÓGICA(melhoria do ensino, participação da comunidade no cotidiano da escola,acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas)

EIXO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO FINANCEIRA

Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

EIXO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA À FUNÇÃO DE DIRETOR

Eu _____

Portador do Registro Geral de número:_____órgão emissor:_____ data de expedição em_____, inscrito no Cadastro Nacional de pessoa Física de número _____ Residente e domiciliado_____ lotado (a) na Unidade Escolar _____ocupante do cargo de _____.

Declaro estar ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital nº 007/2019/SME/Itiquira-MT e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito (a), assumir a função de diretor (a) da escola em Regime de Dedicação Exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício.

_____

Local e data

_____

Assinatura

Nome completo

ANEXO IV

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL

ATA Nº ____/____

Aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, às _____horas, na Escola Municipal_____ _____,situada à _____ _____, foi realizada a Assembleia Geral da Comunidade Escola, para proceder a escolha dos membros da Comissão Eleitoral Escolar, atendendo os dispositivos da Lei Nº 720 de 04 de agosto de 2011, que ao final do processo apresentou o seguinte resultado, ficando assim constituída:

Citar os escolhidos, representantes e suplentes dos segmentos: Professor da Educação Básica; Profissional Administrativo da Educação; Aluno maior que 16 anos; Representante do Sindicato da categoria, deverá ainda ser eleito um representante para presidir a comissão.

Nada mais havendo a relatar, Eu _____,Secretário designado lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim e pelos presentes.

ANEXO V

DESIGNAÇÃO DOS COMPONENTES DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORAS

A Comissão Eleitoral, através da Lei Nº 720 de 04 de agosto de 2011, art. 22, inciso IX, designa os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras para conduzirem o processo de seleção de candidato à direção.

TITULARES

Nome _____

Função _____

Segmento _____

Nome _____

Função _____

Segmento _____

Nome _____

Função _____

Segmento _____

SUPLENTES

Nome _____

Função

_____

Segmento

_____

Nome

_____

Função

_____

Segmento

_____

ANEXO VI

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL PARA CANDIDATURA ÚNICA E PARA MAIS DE UM CANDIDATO À DIRETOR ESCOLAR

Modelo de cédula eleitoral para candidatura única diretor escolar:

CÉDULA ELEITORAL
Candidato (a):
_____
Sim
Não

_____
Assinatura do presidente da Comissão Eleitoral

_____
Assinatura do Secretário da Mesa

Modelo de cédula eleitoral para mais de um candidato a diretor escolar:

CÉDULA ELEITORAL
Candidatos (as):
_____
_____
_____

_____
Assinatura do presidente da Comissão Eleitoral

_____
Assinatura do Secretário da Mesa

ANEXO VII

MODELO DE ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola

_____
_____

Município

_____

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e dezessete, às _____horas, encerrada a votação, reuniu-se a Comissão Eleitoral Escolar, juntamente com a mesa receptora, para realizar a escrutinação dos votos, apresentando o seguinte resultado:

1. Nome do (s) candidato (s); 2. Número (por extenso) dos votantes que compareceram na eleição; 3. Número (por extenso) dos votantes que deixaram de comparecer; 4. Número de votos (por extenso) recolhidos em separado; 5. Número (por extenso) de votos nulos; 6. Número (por extenso) de votos brancos; 7. Total de votos válidos (por extenso); 8. Total de votos obtidos por cada candidato; 9. Nome do candidato eleito; 10. Total de votos do candidato eleito.

Ocorrências

_____
_____
_____
_____
_____
_

(somente questões relevantes)

Nada mais havendo a relatar, Eu _____ Secretário da mesa receptora lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim, pelos demais membros da mesa Receptora/Escrutinadora e pelos componentes da Comissão Eleitoral.

Comissão Eleitoral
_____
_____
_____
_____

Membros da mesa receptora/escrutinadora
_____
_____
_____
_____

ANEXO VIII

CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Publicação do edital	22 de outubro de 2019
Período de inscrições	28 a 31 de outubro
Divulgação das inscrições deferidas/indeferidas	04 de novembro
Data final para apresentação de recurso quanto ao deferimento/ indeferimento das inscrições	06 de novembro
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidaspós-recurso	08 de novembro
Assembleia Geral para exposição e debate das propostas	Data a ser definida pela Comissão Eleitoral
Data limite para a realização de campanha	22 de novembro de 2019
Eleição	28/11/2019 na Escola Municipal de Educação Básica Jorge Eduardo Raposo de Medeiros. 29/11/2019 na Escola Municipal De Educação Básica Anfilófio de Souza Campos
Divulgação do resultado final do processo Eleitoral.	28/11/2019 na Escola Municipal de Educação Básica Jorge Eduardo Raposo de Medeiros. 29/11/2019 na Escola Municipal De Educação Básica Anfilófio de Souza Campos
Posse	Antes do início das aulas do ano letivo de 2020 –Data a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação

PROCURADORIA JURIDICA
RELATÓRIO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001

INTERESSADO: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITIQUIRA/MT

A Comissão Eleitoral designada pela Portaria nº 32 de 29 de janeiro de 2019, publicada no diário oficial dos municípios, responsável legalmente para apurar os fatos relacionadas ao candidato CLEITON DE SOUZA PROCÓPIO, vem apresentar o **RELATÓRIO CONCLUSIVO** nos termos a seguir expostos:

I. HISTÓRICO DOS FATOS.

Trata-se de Procedimento administrativo, em que figura como candidato ao Conselho Tutelar, no Processo unificado 001/2019, o qual aportou perante esta Comissão, a instauração de procedimento a fim de apurar as possíveis irregularidades relacionadas ao candidato.

O presente procedimento obedeceu aos trâmites do art. 4º e seguintes da Resolução nº 12/2019 – CMDCA.

Consta às fls. 02/03 a PORTARIA Nº 32 DE 29 DE JANEIRO DE 2019, nomeando a Comissão Especial do Processo de Escolha em data Unificada

para Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar, objetivando apurar os fatos em que o candidato Cleiton de Souza Procópio teria supostamente praticado irregularidades no processo de escolha, infringindo a Resolução nº 12/2019 – CMDCA e o Sexto item do Termo de Compromisso firmado por todos os candidatos do processo.

Os trabalhos sindicantes transcorreram com normalidade, fora juntado documentos trazidos para conhecimento desta comissão às fls. 05.

O candidato fora devidamente CITADO, obteve total conhecimento do processo e recebeu todas as cópias dos presentes autos, tendo sido, naquela oportunidade, cientificado para, caso entendesse necessário, poderia apresentar seus esclarecimentos por escrito no prazo de 02 (dois) dias.

O candidato apresentou sua DEFESA, tempestivamente, por meio de esclarecimentos por escrito (fls. 14/17), através de seu patrono constituído à fls. 18.

Em 09/10/2019 fora realizada reunião da Comissão para deliberar sobre a DEFESA protocolada pelo candidato junto ao Procedimento Administrativo aberto, na qual o Notificado não nega o que lhe foi imputado, e ainda, não requer a produção de nenhuma prova objetivando provar o por Ele alegado.

Denota-se no bojo dos autos que o candidato gozou das prerrogativas da ampla defesa, e ainda, foi assistido por advogado legalmente constituído.

A Comissão entende não ser necessária a realização de diligências complementares, vez que não há novas evidências a serem averiguadas, razão pela qual finaliza a produção de provas, estando o presente Procedimento Administrativo apto para o julgamento.

II. DOS FATOS APURADOS – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E JULGAMENTO PELA COMISSÃO.

Concluída a fase de instrução a Comissão analisou toda a documentação apresentada nos autos.

O candidato Cleiton de Souza Procópio, teve o fato de seu conhecimento investigado pela Comissão Especial do Processo de Escolha em data Unificada para Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar, a qual chegou às seguintes conclusões:

A Comissão concluiu que o candidato incidiu na previsão legal do sexto item do Termo de Compromisso firmado em reunião especifica entre os Candidatos e a Comissão, em obediência aos artigos 9º, §2º e 11, §6º, I, ambos da Resolução nº 170/2014 do CONANDA, assumindo o compromisso de observar rigorosamente as regras, vejamos:

6 . É vedado o uso de estrutura pública *(inclusive muros, árvores, jardins, etc.) para realização de campanha ou propaganda;*

(Destaque nosso)

Ainda, o art. 2º, inciso I, alínea "f" da Resolução nº 12/2019 – CMDCA que trata sobre as condutas vedadas aos candidatos durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, assim nos preleciona:

Art. 2º. Serão consideradas condutas ***vedadas*** *aos(às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2019:*

f) *fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (clubes, lojas, centros comerciais, ginásios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, e outros equipamentos urbanos;*

Pois bem.

Conforme resta demonstrado nos autos e, NÃO NEGADO PELO CANDIDATO EM SUA DEFESA, este **DECIDIU POR ATO ISOLADO REALIZAR CAMPANHA NA ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORREA**, a qual se trata de uma unidade escolar, pertencente à estrutura administrativa da Secretaria Estadual de Educação, sem dúvida, uma instituição educacional pública.

Às fls. 14/17, na DEFESA DO CANDIDATO datado de 08 de outubro de 2019, consta que:

"O defendente concorreu ao cargo para conselheiro tutelar desta municipalidade, pelo procedimento eleitoral à luz do edital 001/2019. Oportunidade em que restou classificado como primeiro suplente...

... tem-se a nítida e cristalina conclusão de que a regra apenas proíbe a propaganda eleitoral nas repartições públicas, pelo meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhado. Verifica-se de forma clara, que a conduta proibitiva se restringe ao uso do meio de ***escrita e pinturas*** *em bens públicos ou particulares."*

Resta demonstrar ainda que, todos os candidatos eram cientes e foi facultado a todos sobre o que era vedado e permitido. Ainda, de forma bem clara e explicita, o termo de compromisso trazia que era vedado o uso de estrutura pública para fins eleitorais, termo este que foi firmado e assinado por todos os concorrentes.

Entretanto, resta demonstrado nos autos que por mais que o candidato tenha sido eleito suplente, o mesmo poderá ser convocado eventualmente, para suprir férias dos eleitos titulares, licença maternidade, entre outras eventualidades.

Ainda, o documento "formulado" nos autos demonstra que o candidato deveria *"realizar campanha eleitoral pelo próprio candidato direito e imediato com a população"*, o que é uma realidade, desde que não fosse utilizados "espaços públicos" como é o caso dos prédios de escolas públicas.

Sendo assim, nos termos do art. 7º, da Resolução em tela, utilizamo-nos do RELATÓRIO CONCLUSIVO e procedemos a seguinte DECISÃO:

Nos termos do Artigo 3º, da Resolução nº 12 de 18 de junho de 2019, o qual prevê que o desrespeito às regras apontadas no art. 2º da mesma Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), está comissão em UNANIMIDADE, DECIDE pela aplicação da penalidade de IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA do candidato CLEITON DE SOUZA PROCÓPIO, por ter infringido as normativas (Resolução nº 12/2019 e Termo de Compromisso) vigentes.

É a nossa DECISÃO.

Itiquira/MT, aos 17 de outubro de 2019.

BÁRBARA FANNY LOURENÇO FISCHER LOPES

Presidente/Relatora da Comissão

FERNANDA JAQUELINE DE MELO

Membro da Comissão

ELOÁ RIBEIRO RODRIGUES

Membro da Comissão

ADRIANA CASTELO BRANCO DA SILVA

Membro da Comissão

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 137/2019.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Comissão Permanente de Licitação e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere as Leis,

RESOLVE:

Artigo 1º – **NOMEAR** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Legislativo de Itiquira-MT, para o exercício 2019, a partir **de 09/10/2019**, composta da seguinte forma:

Cargo	Nome	Mat. Funcional	CPF
Presidente	Maykon José Aquino dos Santos	313	026.354.441-96
Secretário	Claudio Henrique Ferreira	326	949.813.371-91
Relator	Alysson Cardoso dos Santos	334	052.995.481-84
Suplente	Rafael Pereira Rangel	351	039.535.261-46

Artigo 2º - As atribuições da comissão permanente de licitação são aquelas definidas na Lei n.º 8666/93, estando os mesmos incumbidos de todos os procedimentos relativos aos processos licitatórios da Câmara Municipal de Itiquira, dentre eles:

I - Recebimento de requisições pertinentes à instauração de processos licitatórios relativos a compra, locação, alienação, serviços e outros;

II - Execução de atividades relativas à instauração de processo e julgamento das licitações de interesse do Poder Legislativo, com observância da legislação Federal e Estadual especificada;

III - proposição de instauração de processo com vista à apuração de infrações cometidas no curso da licitação e do contrato, para promoção da responsabilidade administrativa e aplicação da sanção cabível, sem prejuízo de sua iniciativa de apuração;

IV - Condução dos procedimentos de concessões e permissões, nos termos da legislação aplicável;

V - Execução de outras atividades, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º **109/2019.**

Registra-se,

Publica-se. Afixa-se.

Itiquira-MT, 09 de outubro de 2019.

MÁRCIO ALVES FONTES
Presidente
(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 138/2019

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO do Responsável pelo Setor de Protocolo no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira-MT. e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES,Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando Instrução Normativa 003/2019 – Controle Interno – SCI, que dispõe sobre procedimentos para o setor de Protocolo no âmbito interno e externo do Poder Legislativo de Itiquira – MT.,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Servidor **RAFAEL PEREIRA RANGEL,** inscrito no CPF sob o n.º 039.535.261-46, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 2260063-9 SSP/MT, Coordenador de Sonorização/Filmagem, **matrícula funcional sob o n.º 388**, como **Responsável pelos Serviços de Protocolo Externo**, no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira, **a partir do dia 11 de outubro de 2019.**

Parágrafo único: Havendo a necessidade de afastamento ou ausência do servidor indicado, o procedimento será conduzido pela servidora, Sr.ª **Patrícia Soares Velasco**, inscrita no CPF: 999.289.571-34, Assessora de Imprensa e Cerimonial, matrícula funcional sob o n.º 339, com as mesmas funções e deveres.

Art. 2º - O servidor ora designado irá desempenhar os serviços de protocolo em horário de expediente e não será remunerado por esta atividade, apenas receberá a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria Legislativa 115/2019.

Registra-se

Publica-se. Afixa-se.

Itiquira-MT., 11 de outubro de 2019.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,**do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **OXIFER COMERCIO DE OXIGENIO E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ Nº 11.496.251/0001-25** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais).

Itiquira/MT, 22 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2019

Resumo do 1º Termo Aditivo de Supressão ao Contrato Administrativo 002/2019.

1.1 Objeto: O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de **JAURU/MT** à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT – CNPJ nº **24.986.374/0001-96**, por seu presidente **Robson Marcos Peres**. **Contratada: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente cadastrada no **CNPJ nº 33.003.757/0001 -98.**

O valor global da contribuição para o exercício de 2019 é de **R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais)**que serão pagos em **08 (oito) parcelas** mensais e iguais de R$ **400,00 (Quatrocentos reais).**

Vigência: Vigerá de 02 de Maio até 31 de dezembro de 2019, admitidas às prorrogações necessárias. ***Foro:*** Comarca de Jauru-MT.

Jauru-MT, 02 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT

ROBSON MARCOS PERES

PRESIDENTE

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

EDCLAY LOPES COELHO

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 020/2019 JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Coordenador de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 020/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **22.10.2019**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM TSD E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA MONTEIRO LOBATO BAIRRO JARDIM ITALIA EM JUARA/MT,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **DESERTA.**

Juara –MT, 22 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. de Licitações Prefeito do Município

PREV-JUARA
PREV-JUARA

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O Conselho Previdenciário do PREV-JUARA - Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Juara-MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.o 1.656 de 20 de Abril de 2005, com suas alterações através da Lei Municipal nº 2.701 de 30 de Junho de 2018, por seu Regimento Interno conforme Resolução nº 001/2018, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 14 de Outubro de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREV-JUARA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Juara-MT, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Juara-MT, 14 de Outubro de 2019.

LEANDRO NEPOMUCENO FILHO

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

RECURSOS HUMANOS
665-2019

PORTARIA Nº 665/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Processo de Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, O Processo de SAD nº 20.200 de 21/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Mauro Sérgio da Silva,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 288, **Patrícia Alves da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matricula nº5100 e **Michelle Barreto de Gois**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matricula nº7281, para, sob a **presidência do primeiro**, constituírem **Comissão de Sindicância**, com sede a Rua Niterói, número 81 N, Centro, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar as possíveis irregularidades na conduta do servidor **R.B.S, matricula nº 7311.**

Art. 2º -A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando o servidor o princípio da ampla defesa.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de outubro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2019, Processo Administrativo n° 072/2019, para aquisição de Kit para confecção de documentos - do tipo biométrico, destinado a confecção de carteiras de identidade, contendo os itens: dispositivo de captura de imagem, licença de uso Open Bio Face Full, leitor biométrico baseado em técnica digital, coletor de assinatura, Software Open Bio Idem, que funciona de forma independente ou integrado com outro sistema de gestão de cadastro, em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 25, Inciso I da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, determino que se proceda a Aquisição.

Juruena – MT, 22 de Outubro de 2019.

Sandra Josy Lopes de SouzaPrefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 061/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2019 VALIDADE: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA CNPJ:03.532.991/0001-41** , neste ato representada legalmente pelo Sr. **MARCOS ROBERTO MARGREITER,** portador do **CPF de n° 010.008.979-82 e RG: 3159921**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Pneus, Camarás de Ar, e Materiais de Borracharia para Utilização nos Veículos e Máquinas Pertencentes à Frota Municipal, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 (doze) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 22/10/2019 e término em 22/10/2020.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	COD. SISTEMA	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit	Valor Total
15	3684	**PNEU 750/16 LISO 12 LONAS** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	GOODYEAR	34,0000	698,0000	23.732,0000
38	11978	**CAMARA DE AR 900X20**	XBRI	52,0000	119,0000	6.188,0000
27	11981	**CAMARA DE AR - 750/16 BL**	XBRI	116,0000	49,5000	5.742,0000
02	13751	**PNEU 1000/20 - BORRACHUDO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	GOODYEAR	126,0000	1.390,0000	175.140,0000
19	13759	**PNEU TRAS 18.4/30 TRAS.** –NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	TITAN	2,0000	3.400,0000	6.800,0000
42	24617	**CAMARA DE AR 16.9 ARO 28**	XBRI	8,0000	270,0000	2.160,0000
43	24951	**PROTETOR DE CAMARA DE AR 1000X20 -**	RUZZI	700,0000	44,0000	30.800,0000
44	25003	**PROTETOR DE CAMARA 750X16**	RUZZI	16,0000	42,0000	672,0000
09	27323	**PNEU 165/70 ARO 13** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	FATE	8,0000	210,0000	1.680,0000
04	31740	**PNEU 12.4/24 DIANT** –NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	TITAN	4,0000	1.600,0000	6.400,0000
07	31754	**PNEU 750/16 LISO** –NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, 09devendo possuir selo de aprovação do IN10METRO Novo.	GOODYEAR	4,0000	645,0000	2.580,0000
18	31756	**PNEU 900/20 14 LONAS LISO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	GOODYEAR	20,0000	1.090,0000	21.800,0000
22	31766	**PNEU 17.5 – 25 L-2** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	TITAN	8,0000	3.900,0000	31.200,0000
23	31769	**PNEU 12.16-5 DIANT** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	TITAN	4,0000	1.290,0000	5.160,0000
24	31770	**PNEU 13.00 ARO 24 TRAS** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	TITAN	2,0000	2.550,0000	5.100,0000
47	35763	**PROTETOR DE CAMARA DE AR - BORRACHA - CAMARA DE AR 300X20**	RUZZI	40,0000	44,0000	1.760,0000
06	35767	**PNEU 175/70 14 AT** –NACIONAL – Com válvula, construção radial, tipo sem câmara. Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	FATE	6,0000	340,0000	2.040,0000
21	35768	**PNEU 225/75 R16 LISO** – NACIONAL – Com válvula, construção radial, tipo sem câmara. Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	SAILUN	20,0000	790,0000	15.800,0000
31	35780	**CAMARA DE AR 17X5X25 PARA CARREGADEIRA**	XBRI	16,0000	320,0000	5.120,0000
32	35781	**CAMARA DE AR 12.5-80-18**	XBRI	16,0000	115,0000	1.840,0000
34	35782	**CAMARA DE AR 19.5-24**	XBRI	8,0000	290,0000	2.320,0000
35	35783	**CAMARA DE AR 12.4-24**	XBRI	16,0000	180,0000	2.880,0000
36	35784	**CAMARA DE AR 18.4-30**	XBRI	8,0000	320,0000	2.560,0000

37	35785	**CAMARA DE AR 12.16-5**	XBRI	16,0000	115,0000	1.840,0000
39	35786	**CAMARA DE AR ARO 245/70 ARO 15**	XBRI	32,0000	65,0000	2.080,0000
40	35787	**CAMARA DE AR ARO 245/70 ARO 16**	XBRI	32,0000	65,0000	2.080,0000
41	35788	**CAMARA DE AR ARO 265/70 - ARO 16**	XBRI	55,0000	65,0000	3.575,0000
33	35789	**CAMARA DE AR 16.9 ARO 28**	XBRI	8,0000	270,0000	2.160,0000
46	35791	**PROTETOR DE CAMARA DE AR 900X20**	CARRETERO	12,0000	44,0000	528,0000

VALOR TOTAL = 371.737,00

Juruena – MT,22 de Outubro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

MARCOS ROBERTO MARGREITER

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial SRP n.º 041/2019

Processo Administrativo n.º 067/2019

O Município de Juruena, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a retificação e assim a ratificação do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 041/2019, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 067/2019, no que se refere ao Termo de Referência.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Pelo presente retifica-se todo o Edital do Pregão Presencial SRP n.º 041/2019, Processo Administrativo n.º 067/2019, estipulando nova data para realização do certame que será dia 04/11/2019, às 08.00 hs, no mesmo local.

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam **RATIFICADOS** todos os itens e anexos constantes do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 041/2019, Processo Administrativo n.º 067/2019, surtindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena - MT, 22 de outubro de 2019.

Robson Gomes DiasPregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 036/2019

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 22/10/2019

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARÁS DE AR, E MATERIAIS DE BORRACHARIA PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO NO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Fornecedores:

Razão Social: PNEUS VIA NOBRE LTDA

CNPJ: 01.976.860/0048-91

Valor: R$ 618.523,00.

Razão Social: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ:03.532.991/0001-41

Valor: R$ **371.737,00** Juruena – MT, 22 de Outubro de 2019 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 080/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 061/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2019 VALIDADE: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA CNPJ: 01.976.860/0048-91** , neste ato representada legalmente pelo Sr. **CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVES,** portador do **CPF de n° 633.801.701-78 e RG: 3269865**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de

Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Pneus, Camarás de Ar, e Materiais de Borracharia para Utilização nos Veículos e Máquinas Pertencentes à Frota Municipal, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 (doze) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 22/10/2019 e término em 22/10/2020.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	COD. SISTEMA	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit	Valor Total
30	3706	**CAMARA DE AR 14000/24**	MAGNUM	140,0000	240,0000	33.600,0000
28	11416	**CAMARA DE AR 1000X20**	MAGNUM	700,0000	127,0000	88.900,0000
16	13748	**PNEU 750/16 BORRACHUDO 12 LONAS** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	PIRELLI	24,0000	735,0000	17.640,0000
03	13750	**PNEU 1000/20 LISO 16 LONAS** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	PIRELLI	88,0000	1.280,0000	112.640,0000
08	13754	**PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO** –NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	PIRELLI	60,0000	1.045,0000	62.700,0000
17	13761	**PNEU 900/20 14 BORRACHUDO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	PIRELLI	40,0000	1.190,0000	47.600,0000
05	13770	**PNEU 1400/24 16 LONAS LISO** –NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	MAGNUM	36,0000	2.985,0000	107.460,0000
29	24947	**CAMARA DE AR 1300X24 TG**	FORMULA	8,0000	240,0000	1.920,0000
11	31747	**PNEU 245/70 R16 LISO** – NACIONAL – Com válvula, construção radial, tipo sem câmara. Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	PIRELLI	34,0000	732,0000	24.888,0000
13	31749	**PNEU 265/70 R16 BORRACHUDO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	ANTEO	2,0000	715,0000	1.430,0000
26	31751	**PNEU 275/80 R22.5 RADIAL/LISO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	PIRELLI	25,0000	1.849,0000	46.225,0000
25	31772	**PNEU 215/65 ARO 16 LISO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	FORMULA	16,0000	610,0000	9.760,0000
10	35760	**PNEU 175/65 R14 LISO** – NACIONAL – Com válvula, construção radial, tipo sem câmara. Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	PIRELLI	4,0000	300,0000	1.200,0000
12	35764	**PNEU 265/70 R16 AT** – NACIONAL – Com válvula, construção radial, tipo sem câmara. Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Novo.	PIRELLI	42,0000	715,0000	30.030,0000
14	35769	**PNEU 185/65 R16 LISO** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	PIRELLI	10,0000	387,0000	3.870,0000
20	35778	**PNEU TRAS 19.5/24** – NACIONAL – Com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. Novo.	CARRETEIRO	4,0000	3.000,0000	12.000,0000
45	35790	**PROTETOR DE CAMARA DE AR 1400X24**	CARRETEIRO	140,0000	119,0000	16.660,0000

Valor total = R$618.523,00

Juruena – MT,22 de Outubro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

PNEUS VIA NOBRE LTDA

CRISTIANO RODRIGUES GONÇALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 246/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** ao Servidor Efetivo **Srº Jose Hamilton Alves,** dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO** ao Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 84 – Jose Hamilton Alves,** lotado na Secretaria de Infraestrutura no Cargo de Operador de Maquinas, no período de 28 de Setembro de 2019 à 26 de Dezembro de 2019, com retorno em **27/12/2019**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 08/09/2008 à 07/09/2019.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Outubro de 2019.

CELSO KIITIRO FUJII

Secretaria de Infraestrutura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - LAMBARI D'OESTE - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 22 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
VALTER JOSE CALVO	610.443.008-25	0137/00003/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

22/10/2019

06/11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 030/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que devido a ADI n° 6229 de 18/10/2019 as alterações de meios de Publicação, FICA RETIFICADO para o próximo dia 08 de novembro 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA DESMONTE DE ROCHA SEDIMENTAR, LOCALIZADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT*. Maiores Informações através do Edital nº. 135/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 028/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que que FICA ANULADA a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH3 EM ATENDIMENTO AO *MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT*. A Comissão Permanente de Licitação em análise da decisão cautelar na ADI n° 6229/2019 de 18/10/2019 decidiu pela ANULAÇÃO da Tomada de Pregão n° 028/209 do Edital n° 126/2019, como previsto no Art. 49 da lei 8666/93, em decorrência da ausência de publicação conforme art. 21, II e III da lei anteriormente citada. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 027/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que FICA ANULADA a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH2-004 EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. A Comissão Permanente de Licitação em análise da decisão cautelar na ADI n° 6229/2019 de 18/10/2019 decidiu pela ANULAÇÃO da Tomada de Pregão n° 027/209 do Edital n° 125/2019, como previsto no Art. 49 da lei 8666/93, em decorrência da ausência de publicação conforme art. 21, II e III da lei anteriormente citada. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 10/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que devido a ADI n° 6229 de 18/10/2019 as alterações de meios de Publicação, FICA RETIFICADO para o próximo dia 05 de novembro de 2019 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o **"PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, ZERO KM, EM ATENDIMENTO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONVÊNIO SICONV N° 882959/2019"**. A inserção das propostas será das 14:00 horas do dia 23/10/2019 as 08:00 horas do dia 05/11/2019 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 133/2019, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br

ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 031/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que devido a ADI n° 6229 de 18/10/2019 as alterações de meios de Publicação, FICA RETIFICADO para o próximo dia 08 de novembro 2019 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N° 877971/2018/MS/CAIXA.Maiores Informações através do Edital nº. 136/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 029/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que que FICA ANULADA a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE 26 (VINTE E SEIS) RESIDÊNCIAS UNIFAMILIAR PULVERIZADAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ. A Comissão Permanente de Licitação em análise da decisão cautelar na ADI n° 6229/2019 de 18/10/2019 decidiu pela ANULAÇÃO da Tomada de Pregão n° 029/2019 do Edital n° 127/2019, como previsto no Art. 49 da lei 8666/93, em decorrência da ausência de publicação conforme art. 21, II e III da lei anteriormente citada. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 032/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que devido a ADI n° 6229 de 18/10/2019 as alterações de meios de Publicação, FICA RETIFICADO para o próximo dia 08 de novembro 2019 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO PEIXOTINHO I NA ESTRADA MUNICIPAL DIVISA NORTE NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 881579/2018/SUDECO.Maiores Informações através do Edital nº. 137/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 22 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão n° 008/2019 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI. AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO N°**008/2019** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: Menor Preço ITEM. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO. No dia 06/11/2019 até as 07h30** HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO). **LOCAL**: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **EDITAL DISPONIVEL**: **http://www.saemi.net.br INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PREGOEIRA**: **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO**. Portaria 004/2019. **VALTER CESAR COUTINHO– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 23 DE OUTUBRO DE 2019.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 395/2019

PORTARIA Nº. 395/2019

"Dispõesobre a exoneração do Sr. ***Jeferson Nunes de Arruda,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Jeferson Nunes de Arruda,*** portador do RG nº 1851889-8 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 973.992.801-34, do cargo em Comissão de Monitor Técnico de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 31/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de outubro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 098/2019

DECRETO N.º 098/2019

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
ADRIANA ANGE RIBEIRO	B/1	B/2
ANNA CAROLINE DUARTE DOS SANTOS SILVA	D/1	D/2
EDENISE DE OLIVEIRA SOUZA	C/2	C/3
ERONICE GEOVANA DE ARRUDA	B/1	B/2
GELENICE FERREIRA DA SILVA	B/1	B/2
JANETE TODRIGUES	D/2	D/3
MARINALVA FERREIRA	B/1	B/2

SILVIA REGINA DE ALMEIDA	D/2	D/3
VANIL RAIMUNDA DE ALMEIDA	B/1	B/2

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 08 de outubro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipa

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 394/2019

PORTARIA Nº. 394/2019

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Michel Verona Ferreira de Macedo,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Michel Verona Ferreira de Macedo***, portador do RG nº. 1603967-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 029.750. 591-24, do cargo em Comissão de Monitor Técnico da Secretaria de Turismo e Cultura.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, surtindo seus efeitos na data de 21/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de outubro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 67/2019

PORTARIA N.º 67/2019

"*Dispõe sobre a* ***Retificação da Portaria nº 084/2018 que versa sobre concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição,*** *e a Portaria* ***086/2018 que versa sobre a retificação da portaria de concessão*** *do benefício supramencionado, em favor da servidora Sra.* ***Eloirdes Alves da Silva****".*

A **Diretora Executiva do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria que concedeu o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. Eloirdes Alves da Silva**, brasileira, portadora do RG n.º 415.070 – SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 172.649. 441-15, servidora Efetiva, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, Classe "B", Nível "01", contando com 30 (trinta) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis) dias de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 10604;

ONDE SE LÊ: [...] com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** n.º 2018.04.01094P, a partir de 03/10/2018 até posterior deliberação. **LEIA-SE: [...]** com proventos calculados pela Integralidade da média aritmética, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** n.º 2018.04.01094P, a partir de 03/10/2018 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a **03 de outubro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nobres/MT, 21 de outubro de 2019.

NADIR DA SILVA Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 097/2019

DECRETO Nº. 097/2019

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
ADENIL MENDES DA SILVA	B/1	C/1
AGUINA DOS SANTOS	B/1	C/1
FABIANA KEI DE SANTANA	B/1	C/1
GLÓRIA ANDISA DE ALMEIDA	B/1	C/1
JONI CLEITON SOARES DE LIMA	B/1	C/1
KELLY CRISTINA BRAGANTE MOREIRA DE FRANÇA PAULINO	B/1	C/1
ROMEU BEKER DA CRUZ	B/1	C/1
SANEA IZABEL DE MAGALHÃES	B/1	C/1
SERGIO LUIS DE FRANÇAPAULINO	B/1	C/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 08 de outubro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 66/2019

PORTARIA N.º 66/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora MARIA ROSA BARBOSA*."*

O(A) Sr(A). NADIR DA SILVA, **Diretor (a) Executivo (a) do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de NOBRES, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1325, de 22 de Julho de 2014, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra MARIA ROSA BARBOSA, efetivo no cargo de AJUDANTE DE SERV. GERAIS, referência "", nível "1", lotado na S. M. DE VIAÇÃO E OBRAS, com vencimentos integrais, a partir de 26/09/2019 e término em 08/11/2019 , conforme processo administrativo do PREVI-NOBRES, n.º **2019.05.01187R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOBRES - MT, 18/10/2019.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 393/2019

PORTARIA Nº. 393/2019

"Dispõe sobre o afastamento e nomeação de Secretária interino na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei e,

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar para cumprimento de licença maternidade, sem remuneração a Sra. ***Evelyn Bonatelli Hanel,*** portadora do RG nº. 13896784 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF sob o nº. 973.789.921-00, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º. Nomear a Sra. ***Mara Lurdes Ohlweiler***, portadora do RG nº. 31141427 SSP/PR e inscrita no CPF n.º 346.672.701-44, para exercer o cargo interino em Comissão de Secretária de Saúde e Saneamento.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, surtindo seus efeitos na data de 21/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 18 de outubro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO
EDITAL Nº 029/2019/CMDCA

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, alterada pela Lei Municipal nº 500, de 05 de abril de 2019, nos moldes das Resoluções nº 152/2012 e 170/2014, editadas pelo CONANDA, **e de acordo com EDITAL Nº 001/2019/CMDCA, de 29 de marco de 2019, e cumprindo o disposto nos artigos 53 da Lei Municipal nº 293/2013, torna público o RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA, Estado de mato Grosso para mandato de 2020 a 2024.**

1. DO OBJETO – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA/MT.

1.1. Este Edital tem por objeto a Publicação do Resultado Definitivo da Eleição do Processo de Escolha unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, para mandato de 2020 A 2024.

1.2. A lista constante do Anexo Único deste Edital obedece a ordem de votação, conforme a quantidade de votos obtidos, sendo que os cinco primeiros colocados serão titulares e do 6º ao 10º serão automaticamente tidos como suplentes nos termos da Lei 293/2013.

2. DO QUORUM ELEITORAL

2.1. Considerando o disposto no artigo 33, da Resolução n º 008/2019/CMDCA, e que a quantidade total de eleitores que comparecerem 1.166 (hum mil cento e sessenta e seis), sendo que dois eleitores deixaram a cédula na Cabine, foi superior ao quórum de 1% do total do eleitorado de Nortelândia (4569 eleitores) o que seria alcançado com o comparecimento de pelo menos 45 eleitores, fica declarado atingido o quórum e satisfeita o dispositivo legal retro mencionado.

Nortelândia, Estado de Mato Grosso, 14 de outubro de 2019.

Natália Maria da Silva

Presidente do CMDCA – Nortelândia

ANEXO I

RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT. PARA MANDATO DE 2020 A 2024.

NUMEROS	NOMES	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	Adriana Trindade de Souza	150	1º Lugar
02	Lizaura Coelho Portela	145	2º Lugar
03	Franciene Moraes Cardoso	132	3º Lugar
04	Maria Meira de Sá Teles Porto	130	4º Lugar
05	Maria do Socorro de Freitas	119	5º Lugar
6º	Marinalva Assis as Silva	108	6º Lugar
7º	Jefferson Oliveira de Jesus	87	7º Lugar
8º	Peron de Souza Neves	78	8º Lugar
9º	Valdina Ascari Bezerra	58	9º Lugar
10º	Jociane Ferreira da Silva	51	10º Lugar
11º	Aparecida Nogueira	32	11º Lugar
12º	Eymare Borges Campos	24	12º Lugar
13º	Carice Maria de Oliveira	23	13º Lugar

Natália Maria da Silva

Presidente do CMDCA – Nortelândia/MT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 605/2019, DATADA DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede progressão por tempo de serviço (nível) a servidora municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (Nível) a servidora abaixo relacionada, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 373/2018, de 17 de outubro de 2018.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Enil Arruda da Silva	Agente de Serviços Administrativos	C	11	C	12

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco), e art.121 da Lei n° 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de Outubro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 15.10.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Sec. de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 606/2019, DATADA DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede progressão por tempo de serviço (Nível) aos servidores municipal lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSE FERNANDES, Prefeito** Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (Nível) aos servidores abaixo relacionados, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 588/2019 de 06 de setembro de 2019.

Nº	SERVIDOR	CARGOS	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Benedito Antônio de Almeida Neto	Técnico em Transporte Escolar (motorista)	D	IV	C	V
02	Genilda Gomes da Silva	Téc. Inf. Estr. Material e Ambiental (limpeza)	D	X	D	XI

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 59 à 63 da Lei Complementar nº 155/2010, de 12/02/2010 e Lei Complementar nº 245/2012, de 02/05/2012, (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação da Rede Pública da Educação Básica Municipal).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de outubro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 15.10.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Admin., Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA CONTRATO Nº 097/2019

ERRATA CONTRATO Nº 097/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS COM MONITOR, PARA O PROJETO "BRINCAR É COISA SÉRIA" DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2019, LOCAL CENTRO DE EVENTOS ANTÔNIA MACIEL DE CAMPOS. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA DANIEL MARCOS DA SILVA 66807034172 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003892/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2019.

ONDE SE LÊ

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT,em pleno exercício de seu mandato e funções, e a **EMPRESA DANIEL MARCOS DA SILVA 66807034172** pessoa jurídica de direito provado, CNPJ/MF: 23.574.271/0001-34, sediada a Avenida Jose Rodrigues do Prado, (COHAB NOVA) n º454B Bairro Porto, município de Cuiabá/MT CEP: 78.025-413 neste ato representada pelo Senhor Daniel Marcos da Silva portador do RG Nº 10519980 SSP/MT e CPF: 668.070. 340-72 doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo Administrativo nº. 003892/2019, referente Dispensa de Licitação nº 078/2019 resolvem celebrar o presente Contrato em conformidade com a Lei n°. 8.666/1993, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

LEIA-SE

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF

nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/ N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT,em pleno exercício de seu mandato e funções, e a **EMPRESA DANIEL MARCOS DA SILVA 66807034172** pessoa jurídica de direito provado, CNPJ/MF: 23.574.275/0001-34, sediada a Avenida Jose Rodrigues do Prado, (COHAB NOVA) n º454B Bairro Porto, município de Cuiabá/MT CEP: 78.025-413 neste ato representada pelo Senhor Daniel Marcos da Silva portador do RG Nº 10519980 SSP/MT e CPF: 668.070. 340-72 doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo Administrativo nº. 003892/2019, referente Dispensa de Licitação nº 078/2019 resolvem celebrar o presente Contrato em conformidade com a Lei n°. 8.666/1993, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa para locação de brinquedos com monitor, para o Projeto “Brincar é Coisa Séria” da Secretaria Municipal de Assistência Social, em Comemoração ao dia das Crianças que será realizado no dia 10 de outubro de 2019, Local Centro de Eventos Antônia Maciel de Campos.

A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 003892/ 2019, referente Dispensa de Licitação nº 078/2019, fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, como também faz parte integrante do processo e contrato.

DO PREÇO.

O valor global para o presente Contrato é de **R$ 7.490,00 (Sete Mil Quatrocentos e Noventa Reais)**

DA FISCALIZAÇÃO :

Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: Servidor **André Luís de Morais e Silva**

DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 01 (um) mês a contar a partir da data de assinatura.

.

Nossa Senhora do Livramento – MT 10 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ONDE SE LÊ

CONTRATADO:

EMPRESA DANIEL MARCOS DA SILVA 66807034172

CNPJ/MF: 23.574.271/0001-34,

Representada pela Senhora Adriana Cristina dos Santos

RG Nº 11737921 SSP/MT e CPF: 829.886.251-15

LEIA-SE

CONTRATADO:

EMPRESA DANIEL MARCOS DA SILVA 66807034172

CNPJ/MF: 23.574.275/0001-34,

Representada pela Senhora Adriana Cristina dos Santos

RG Nº 11737921 SSP/MT e CPF: 829.886.251-15

7º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 102/2017

7º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 102/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2017, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PM DOS SANTOS ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017** Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4203/2018 de aditivação de prazo e Valor ao contrato nº 102/2017 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 004203 de aditivação de valor R$ 85.509,14 (Oitenta e Cinco Mil Quinhentos e Catorze Reais) 04203/2019 ao contrato nº 102/2017 decide celebrar este termo de valor a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2019, por quilometragem e veículo com a empresa **EMPRESA PM DOS SANTOS ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 17.608.180/0001-91

CLÁUSULA SEGUNDA – ROTA E VALOR

O preço, a quantidade e a especificação do serviço registrado neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/ROTAS	UND	Quant. KM/ DIA	PERIODO	KM A EXECUTAR	VALOR POR ROTA	VALOR TOTAL
02 - Kombi	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO KOMBI - ROTA RETIRO – BETÃO – FAZ. BOLA – FAZ. WA- FAZ. SEDIL - EE. JOSÉ DE LIMA BARROS	KM/ DIA	169,6	Matutino e Vespertino	3.672	R$ 2,56	R$ 9. 400,32
08 - Van	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO VAN - ROTA LAVRINHA – TARUMÃ- CAPÃO – TAQUARAL – LIVRAMENTO *EM WALDEZ TEIXEIRA	KM/ DIA	193	Matutino e Vespertino	7.777,60	R$ 2,32	R$ 18. 044,03

13 - Kombi	RESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO KOMBI - ROTA CABOCLA – RIBEIRÃO DAS PEDRAS – PARATUDAL *EM VENCESLAU DA SILVA BARROS	**KM/ DIA**	83,4	Matutino e Vespertino	3.340	R$ 2,46	R$ 8. 216,40
15 - Van	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO VAN - ROTA TEIXEIRINHA – TAQUARAL *EM MONTE HERMON	**KM/ DIA**	135	Matutino e Vespertino	4.566,40	R$ 2,72	R$ 12. 420,61
17 - Micro	ESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO MICRO ÔNIBUS - ROTA COMUNIDADE CRISTAL *EM MARIA METELO DUARTE CALDAS	**KM/ DIA**	113	Matutino e Vespertino	5.712	R$ 3,27	R$ 18. 678,24
18- Micro	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO MICRO ÔNIBUS - ROTA FAZ.AROEIRA-VACA BRANCA (VALDEMIR)-MUTUM-SANTANA-BURITIZINHO- EM PROFª DÉLIA G.DUARTE/EE PROF. FELICANO GALDINO/EE JOSÉ DE BARROS MACIEL	**KM/ DIA**	138	Matutino e Vespertino	5.877,60	R$ 3,19	R$ 18. 749,54
R$ 85.509,14 (Oitenta e Cinco Mil Quinhentos e Catorze Reais)							

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019.

05	ESTADUAL	2266 – Man. do Transporte Escolar - Convenio	33.90.39.00	050034/ 125	202.396,42
05	FEDERAL	2265 – Man. do Transporte Escolar - PNATE	33.90.39.00	050032/ 115	
05	FEDERAL	2264 – Man. do Transporte Escolar – Sal.Educação	33.90.39.00	050030/ 115	60.000,00
05	ESTADUAL	2266 - Man. do Transporte Escolar – REPASSE ESTADUAL	33.90.39.00	050034/ 100	25.509,14
R$ 85.509,14					

CLÁUSULA QUARTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 311/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 102/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT,16 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

EMPRESA PM DOS SANTOS

CNPJ Nº 17.608.180/0001-91

Representada por PEDRO MARQUES DOS SANTOS

RG: nº 09248528 SP/MT e CPF 802.963.431-53

5º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 100/2017

5º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 100/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2017, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017** Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 042/2018 de aditivação de Valor ao contrato nº 100/2017 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 4202/2018 de aditivação de valor Valor Total: R$ 22.571,33 (Vinte e Dois Mil Quinhentos e Setenta e Um Reais e Trinta e Reais) ao contrato nº 100/2017 decide celebrar este termo aditivo de valor referente ao objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2019, por quilometragem e veículo de acordo conforme condições**,** quantidades e exigências estabelecidas neste contrato conforme tabela abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA – ROTA E VALOR

O preço, a quantidade e a especificação do serviço registrado neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Lote/ Item	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/ROTAS	UND	Quant. KM/ DIA	PERIODO	QTDE KM	Valor Unit. Por Km	Valor Total
19 - Van	RESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO VAN - ROTA JOÃO LEMES (SR.LUIS)-EMPAER-PEDRA BRANCA-FAZ.DJALMA-HIPODROMO- EM PROFª DÉLIA G.DUARTE/EE PROF.FELICANO GALDINO/EE JOSÉ DE BARROS MACIEL	KM/ DIA	105	Matutino e Vespertino	38. 798	R$ 3,02	R$ 22. 571,33
Valor Total: R$ 22.571,33 (Vinte e Dois Mil Quinhentos e Setenta e Um Reais e Trinta e Reais)							

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019.

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte/ Cod. Red	Valor (R$)
05	ESTADUAL	2266 - Man. do Transporte Escolar – REPASSE ESTADUAL	33.90.39.00	050034/ 100	R$ 22.571,33
Valor Total: R$ 22.571,33 (Vinte e Dois Mil Quinhentos e Setenta e Um Reais e Trinta e Reais)					

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 308/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 100/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 17 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041 2018

4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041 2018 NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, LAZER E RECREAÇÃO, VISANDO ATENDER O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 487/2017PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001792/2018-1 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 487/2017PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001792/2018-1**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4246/2019 de aditivação de valor ao contrato nº 041/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue::

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, constantes no Processo Administrativo n. 004246/2019 de aditivo de prazo do contrato 041/2018 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, com **contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação, visando atender o calendário oficial de eventos esportivos do município de Nossa Senhora do Livramento/MT com a** Empresa **P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI – ME.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (três) meses a contar a partir do termino da vigência do terceiro termo aditivo de prazo 11/10/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 314/2019 .

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 041/2018 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 11 de Outubro de 2019

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Empresa P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI - ME,

CNPJ nº 21.395.275/0001-41

Representada pela proprietária, Srª Patrícia Moreira de Lima

RG: nº 1994980, expedida pela SSP/MT, CPF nº 040.081.251-75

4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 040 2018

4º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 040 2018 NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, LAZER E RECREAÇÃO, VISANDO ATENDER O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MARIA JOSE DOS REIS NETO ME, PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 487/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001794/2018-1 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 487/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001794/2018-1**.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 004145/2019 de aditivação de prazo ao contrato nº 040/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, constantes no Processo Administrativo nº 004145/2019 de aditivo de prazo do contrato 040/2018 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, com contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação, visando atender o calendário oficial de eventos esportivos do município de Nossa Senhora do Livramento/MT com EMPRESA MARIA JOSE DOS REIS NETO ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ nº 10.226.940/0001-57

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (Três) meses a contar a partir do termino da vigência do terceiro termo aditivo de prazo 11/10/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 315/2019.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 040/2018 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 11 de Outubro de 2019

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MARIA JOSE DOS REIS NETO ME

CNPJ nº 10.226.940/0001-57

Representado pela Srª. Maria Jose dos Reis Neto

RG: nº 2320014 SSP/MT

CPF nº 320.455.901-78

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO 085 2018

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO 085 2018 ADESÃO A *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 195/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT, CUJO OBJETO É “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO (AR CONDICIONADO DE JANELA E SPLIT), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS (EXCETO COMPRESSOR) QUANDO FOR O CASO, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NOVOS E ORIGINAIS, QUANDO FOR O CASO, PARA ATENDER O GABINETE DO PREFEITO E AS SECRETARIAS DE GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO ESPORTE, CULTURA E LAZER, FINANÇAS, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00773/2018, ADESÃO Nº 002/2018, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00773/2018, ADESÃO Nº 002/2018**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4205/2019 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 085/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada no Processo Administrativo nº 4205/2019 de aditivo de prazo do contrato 085/2018 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, de prazo e valor referente a contrato tem por objeto a Adesão a ***Ata de***

Registro de Preços 195/2017 do Pregão Eletrônico nº 90/2017 da Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, cujo objeto é "Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de climatização (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender o Gabinete do Prefeito e as Secretarias de Governo, Administração, Fazenda, Planejamento, Agricultura, Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo Esporte, Cultura e Lazer, Finanças, Ação Social, Saúde, Educação, e suas respectivas unidades, conforme descrição e quantidade no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00773/2018, ADESÃO Nº 002/2018**, com a **EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI** pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 18.523.063/0001-98, com sede a Rua Almirante Barroso (Lot C Sul), nº 376 Bairro Centro Sul CEP: 78.110-046, município de Várzea Grande/MT

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço, a quantidade e a especificação do serviço neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Manutenção de Aparelho/SISEMA de Refrigeração do tipo aparelho de Ar Condicionado SPLIT de 9.000 BTUS, com manutenção Corretiva e Preventiva (limpeza Geral no Sistema Lubrificação dos Eletros ventiladores Revisão da Parte elétrica).	SERVIÇO	10	R$ 108,00	R$ 1.080,00
2	Serviço de Manutenção de Aparelho/SISEMA de Refrigeração do tipo aparelho de Ar Condicionado SPLIT de 12.000 BTUS, com manutenção Corretiva e Preventiva (limpeza Geral no Sistema Lubrificação dos Eletros ventiladores Revisão da Parte elétrica).	SERVIÇO	50	R$ 115,00	R$ 5.750,00
3	Serviço de Manutenção de Aparelho/SISEMA de Refrigeração do tipo aparelho de Ar Condicionado SPLIT de 18.000 BTUS, com manutenção Corretiva e Preventiva (limpeza Geral no Sistema Lubrificação dos Eletros ventiladores Revisão da Parte elétrica).	SERVIÇO	25	R$ 135,00	R$ 3.375,00
4	Serviço de Manutenção de Aparelho/SISEMA de Refrigeração do tipo aparelho de Ar Condicionado SPLIT de 24.000 BTUS, com manutenção Corretiva e Preventiva (limpeza Geral no Sistema Lubrificação dos Eletros ventiladores Revisão da Parte elétrica).	SERVIÇO	4	R$ 140,00	R$ 560,00
5	Serviço de Manutenção de Aparelho/SISEMA de Refrigeração do tipo aparelho de Ar Condicionado SPLIT de 60.000 BTUS, com manutenção Corretiva e Preventiva (limpeza Geral no Sistema Lubrificação dos Eletros ventiladores Revisão da Parte elétrica).	SERVIÇO	4	R$ 275,00	R$ 1.100,00
6	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 7000 a 9000 BTUS sem kit de instalação	SERVIÇO	23	R$ 120,00	R$ 2.760,00
07	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 12.000 a 18.000 BTUS com kit de instalação, Suporte da condensadora interligação elétrica entre as unidades até 02 (dois metros) de tubulação (canos de cobre).	SERVIÇO	35	R$ 220,00	R$ 7.700,00
08	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 12.000 a 18.000 BTUS sem kit de instalação		35	R$ 150,00	R$ 5.250,00
09	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 24.000 a 30.000 BTUS com kit de instalação, Suporte da condensadora interligação elétrica entre as unidades até 02 (dois metros) de tubulação (canos de cobre).	SERVIÇO	10	R$ 275,00	R$ 2,750,00
10	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 24.000 a 30.000 BTUS sem kit de instalação	SERVIÇO	10	R$ 205,00	R$ 2.050,00
11	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 36.000 a 60.000 BTUS com kit de instalação, Suporte da condensadora interligação elétrica entre as unidades até 02 (dois metros) de tubulação (canos de cobre).	SERVIÇO	10	R$ 450,00	R$ 4.500,00
12	Serviço Técnico de mão de obra de instalação ou remanejamento, desmontagem e montagem de Ar SPLIT de 36.000 a 60.000 BTUS sem kit de instalação	SERVIÇO	10	R$ 440,00	R$ 4.400,00
13	Serviço técnico de mão de obra de conserto em ar SPLIT de 7.000 BTUS incluso: compressor - filtro de gás - limpeza o sistema - solda oxigênio e Gás FRÉON	SERVIÇO	3	R$ 545,00	R$ 1.635,00
14	Serviço técnico de mão de obra de conserto em ar SPLIT de 12.000 BTUS incluso: compressor - filtro de gás - limpeza o sistema - solda oxigênio e Gás fréon	SERVIÇO	40	R$ 450,00	R$18.000,00
15	Serviço técnico de mão de obra de conserto em ar SPLIT de 18.000 BTUS incluso: compressor - filtro de gás - limpeza o sistema - solda oxigênio e Gás FRÉON	SERVIÇO	15	R$ 500,00	R$ 7.500,00
16	Serviço técnico de mão de obra de conserto em ar SPLIT de24.000 BTUS incluso: compressor - filtro de gás - limpeza o sistema - solda oxigênio e Gás FRÉON	SERVIÇO	5	R$ 650,00	R$ 3.250,00
17	Serviço técnico de mão de obra de conserto em ar SPLIT de30.000 BTUS incluso: compressor - filtro de gás - limpeza o sistema - solda oxigênio e Gás FRÉON	SERVIÇO	12	R$ 650,00	R$ 7.800,00
18	Serviço de complemento de gás - Gás FRÉON 22	SERVIÇO	25	R$ 90,00	R$ 2.250,00
19	Serviço de complemento de gás - Gás R410	SERVIÇO	25	R$ 100,00	R$ 2.500,00
20	Serviço de troca de Hélice (incluso Hélice) ar SPLIT janela (para todos os tamanhos).	SERVIÇO	15	R$ 180,00	R$ 2.700,00
21	Serviço de troca de Placa (ar SPLIT janela para todos os tamanhos)	SERVIÇO	15	R$ 230,00	R$ 3.450,00
22	Capacitador de 25 a 60 UF	SERVIÇO	30	R$ 36,40	R$ 1.092,00
23	Serviço de Troca de sensor (ar SPLIT janela para todos os tamanhos).	SERVIÇO	40	R$ 110,00	R$ 4.400,00
24	Serviço de limpeza de calha e filtro (SPLIT janela e filtro todos os tamanhos).	SERVIÇO	40	R$ 25,00	R$ 1.000,00
25	Serviço de reparo Elétrico (condensadora ou Evaporadora está com mau contato na parte elétrica) ar SPLIT janela para todos os tamanhos.	SERVIÇO	30	R$ 60,00	R$ 1.800,00
26	Serviço de instalação de cortina de ar	SERVIÇO	15	R$ 95,00	R$ 1.425,00
27	Serviço de limpeza de dreno de ar condicionador (ar SPLIT janela para todos os tamanhos.	SERVIÇO	20	R$ 125,00	R$ 2.500,00
28	Serviços de instalação de ponto elétrico para ar condicionado em metros	SERVIÇO	25	R$ 49,00	R$ 1.225,00
TOTAL CONTRATO R$ 103.802,00 (Cento e Tres Mil Oitocentos e Dois Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

2.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 15/10/2019.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2019:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	PRÓPRIO	02030 – Manutenção Encargos da Saúde	070008	33.90.39.00	100	R$ 24.043,40
Educação	PRÓPRIO	02045 - Manutenção Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	100	R$ 10.356,20
Educação	FEDERAL	02011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	050071	33.90.39.00	119	R$ 5.178,10
Educação	FEDERAL	02104 – Manutenção da Educação Infantil Pré Escola – FUNDEB 40%	050103	33.90.39.00	119	R$ 5.178,10
A.Social	PRÓPRIO	02022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social	060008	33.90.39.00	100	R$ 17.193,60
Obras	PRÓPRIO	02074 – Manutenção Cargos e salários	080013	33.90.39.00	100	R$ 5.620,60
SAD	PRÓPRIO	02074 – Manutenção das Atividades de ADM Planejamento	040037	33.90.39.00	100	R$ 30.919,40
Desenv. Rural	PRÓPRIO	02036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	100007	33.90.39.00	100	R$ 5.312,60
TOTAL						**R$ 103.802,00**

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 309/2019.

CLÁUSULA SEXTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 085/2018 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 10 de Outubro 2019.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

EMPRESA A.M. DE ABREU EIRELI

CNPJ nº 18.523.063/0001-98**,**

Representada pela Senhora Ana Maria de Abreu

RG: nº 1433071-7 SSPMT, CPF-MF nº 951.204.321-15

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054 2019

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054 2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ FURGÃO COM CAPACIDADE 4.000 KG, QUE SERÁ POR QUILOMETRO RODADO, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001972/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº027/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004147/2019

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4447/2019 de aditivação de prazo e Valor ao contrato nº 054/2019 que autorizou termo aditivo de valor e prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 04146/2019 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 054/2019 sendo objeto a Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 075/2018 do edital de Pregão Eletrônico nº 027/2018, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001972/2018 e PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019** Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000,

.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	*Marca* Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município	2.500	7.500	2.233	16.747,50
VALOR TOTAL: R$ 16.747,50 (Dezesseis Mil Setecentos e Quarenta e Sete Cinquenta Centavos)					

CLÁUSULA TERCEIRA– DA VIGENCIA

3.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 27/10/2019

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

4.1 As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	VALOR
05/2045	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	0100	16.747,50

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:

5.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 306/2019.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

6.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 054/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT,16 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 053 2019

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 053 2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CAPACIDADE 4.000 KG, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA ABASTECIMENTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001865/2019 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4147/2019.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001865/2019**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 44147/2019 de aditivação de prazo e Valor ao contrato nº 053/2019 que autorizou termo aditivo de valor e prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 04147/2019 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 053/2019 sendo objeto a Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 076/2018 do edital de Pregão Eletrônico nº 026/2018, **Processo Administrativo Nº 001976/2018 e Processo Administrativo Nº 001865/2019 com a empresa** Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00,** com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, a quantidade e a especificação do serviço registrado neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural	2.500	7.500	R$ 3,30	R$ 24.750,00
VALOR TOTAL: R$ 24.750,00 (Vinte e Quatro Reais, Setecentos e Cinquenta Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA– DA VIGENCIA

3.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (três) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 27/10/2019

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

4.1 As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	VALOR
05/2045	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	0100	8.250,00
05/2264	Federal	2264– Manutenção Transp. Escolar/Salario Educ	050030	33.90.39.00	0115	16.500,00

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:

5.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 307/2019.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

6.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 053/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT,16 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 089 2018

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 089 2018 DE IMÓVEL URBANO – LOCAÇÃO DE UM APARTAMENTO LOCALIZADO A RUA FRANZ VOLLES Nº. 1240 - APTO.05 BAIRRO ITOUPAVA CENTRAL NA CIDADE DE BLUMENAU ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA HOSPEDAGEM DO SENHOR PAULINO SERGIO DE CAMPOS EM TRATAMENTO MÉDICO. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A LOCADORA, A SRª JOCELI TEIXEIRA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004027/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2018 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **ADMINISTRATIVO Nº 004027/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2018**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4199/2019 de aditivação de prazo e Valor ao contrato nº 049/2019 que autorizou termo aditivo de valor e prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Administração constantes no Processo Administrativo n. 04199/2019 de aditivação de valor R$ 7.200,00 (Sete Mil Duzentos Reais) e prazo ao contrato nº 049/2019 decide celebrar este termo de valor a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2019, por quilometragem e veículo com a LOCADORA, a Srª. Joceli Teixeira, RG nº. 1.1113.587 SSP/SC e CPF nº. 380.975. 169-34, residente e domiciliado Rua Franz Volles nº 1240 – Apto. 05, bairro Itoupava Central na cidade de Blumenau/ SC

CLÁUSULA SEGUNDA – Especificação do objeto

2.1 O preço, a quantidade e a especificação do serviço registrado neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Preço unt R$	Preço total R$
01	Locação de imóvel localizado na Rua Franz Volles nº 1240 – Apto. 05, bairro Itoupava Central na cidade de Blumenau/ SC, sendo um apartamento, bom estado de conservação, possui com, 01 WC, pertencente a Sra. Joceli Teixeira.	**12 meses**	**600,00**	**7. 200,00**
	VALOR TOTAL : R$ 7.200,00 (Sete Mil Duzentos Reais)			

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

3.1 As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
ADM/ PLANEJAMENTO	Próprio	02089 – Manut. das Atividades da ADM	040025	33.900.36.00	100	**7.200,00**
TOTAL R$ 7.200,00						

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 12 (dose) meses a contar a partir do termino do contrato original 26/10/2019

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 305/2019.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

5.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 088/2018 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT,14 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LOCADORA:

Srª. Joceli Teixeira

RG nº. 1.1113.587 SSP/SC

CPF nº. 380.975.169-34

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2019

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2019** ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*** **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA B P L CONSULTORIA ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA – ME, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001603/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001603/2019 AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **Processo Administrativo Nº 0001603/2019, Dispensa de Licitação nº 044/2019**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 001603/2019 de aditivação de prazo ao contrato nº 049/2019 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Administração constantes no Processo Administrativo n. 001603/2019 de aditivação de prazo do contrato nº 049/2019 referente ao objeto contrato a *Contratação de empresa especializada para prestar serviços de Consultoria Jurídica junto à comissão permanente de Licitação e as Secretarias Municipais de Nossa Senhora do Livramento/MT,* constantes do objeto, mediante as Condições no Processo Administrativo Nº 0001603/2019, Dispensa de Licitação nº 044/2019, Lei nº 782/2015 de e na Lei nº 8.666/93 com a Empresa B P L CONSULTORIA ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.867.371/0001-78, com sede a Rua Vinte e Quatro de Maio, Nº 626 Bairro: Centro Município de Várzea Grande CEP: 78.110-00, doravante denominado CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 02 (dois) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 14/09/2019

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, I e 65, II, da Lei 8. 666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 254/2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES:

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 49/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 30 de Agosto de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

B P L CONSULTORIA ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA - ME,

CNPJ sob o nº **17.867.371/0001-78**

Representado pela Senhora Hellen Jane Pereira Leite

RG: nº 1326732-9 SSP/MT e CPF nº 003.107.291-73

EXTRATO CONTRATO Nº 101/2019

EXTRATO CONTRATO Nº 101/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 40M² DE PRATELEIRAS EM MDF NO SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATO, FINANCEIRO E ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL NESTE MUNICÍPIO **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA IRIS MARIA DA SILVA 00965337146 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003895/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082/2019.**

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT,em pleno exercício de seu mandato e funções, e **EMPRESA IRIS MARIA DA SILVA 00965337146** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.176.254/0001-87, com sede Rua Professora Dila, 108, Bairro: Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78170-000 neste ato representado pela senhora Iris Maria da Silva, portador do RG: 14907410 SSP/MT e CPF: 009.653.371-46 residente e domiciliado na Rua Professora Dila, 108, Bairro: Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78170-00 doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo Administrativo nº. 003895/2019, referente Dispensa de Licitação nº 082/2019 resolvem celebrar o presente Contrato em conformidade com a Lei n°. 8.666/1993, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto *Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Confecção e instalação de 40m² de prateleiras em MDF no Setor de Licitação e Contrato, Financeiro e Arquivo Público Municipal neste município*

1.2 1.2. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 003895/2019, referente Dispensa de Licitação nº 082/2019, fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, como também faz parte integrante do processo e contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	*VALOR UNIT*	*VALOR TOTAL*
1	***Contratação de empresa especializada em prestação de serviços*** *de Confecção e Instalação de 40m² de prateleiras em MDF no Setor de Licitação e Contrato, Financeiro e Arquivo Público Municipal neste município*.	Serviço	40	R$ 750,00	R$ 30. 000,00
R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)					

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

4.1 – Todas as despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2019, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	Próprio	02089.GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO	040038	33.90.39	100	**R$ 15.000,00**
SECRETARIA DE FINANÇAS	Próprio	2004-GESTÃO DAS FINANÇAS	040008	33.90.39	100	**15.000,00**
R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais						

DO PREÇO.

5.1 - O valor global para o presente Contrato é de **R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)**

– DA FISCALIZAÇÃO :

Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: Secretaria de Administração e Planejamento**: Jodirce Gonçalina Faria Miranda**

- . DA VIGÊNCIA

6.1. Este contrato terá vigência de 01 (um) mês a contar a partir da data de assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT 18 de Outubro de 2019

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA IRIS MARIA DA SILVA 00965337146

CNPJ sob o nº 34.176.254/0001-87

Representada pela senhora Iris Maria da Silva,

RG: 14907410 SSP/MT e CPF: 009.653.371-46

EXTRATO CONTRATO Nº 100/2019

EXTRATO CONTRATO Nº 100/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS (CARTA DE AFORAMENTO), PARA ATENDER SOLICITAÇÃO DO SETOR DE PATRIMÔNIO, REFERENTE PROCESSOS ANTIGOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MTQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003918/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081/2019.

DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de digitalização de documentos (CARTA DE AFORAMENTO), para atender solicitação do setor de patrimônio, referente processos antigos, da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT

1.2 1.2. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 003918/2019, referente Dispensa de Licitação nº 081/2019, fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, como também faz parte integrante do processo e contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de digitalização de documentos (CARTA DE AFORAMENTO), para atender solicitação do setor de patrimônio, referente processos antigos, da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT.	**UND**	**09**	**R$ 595,00**	**R$ 5. 355,00**
TOTAL:R$ 5.355,00 (Cinco Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais)					

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

4.1 – Todas as despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2019, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Administração e Planejamento	Próprio	1962- GESTÃO DE ADM E PLANEJAMENTO	040038	3.3.90.39	100	**R$ 5.355,00**

DO PREÇO

5.1 - O valor global para o presente Contrato é de **R$ 5.355,00 (Cinco Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais)**

DA FISCALIZAÇÃO :

7.1. Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: Secretaria de Administração e Planejamento**: Raiane Nunes Morais.**

DA VIGÊNCIA

6.1. Este contrato terá vigência de 01 (um) mês a contar a partir da data de assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT 18 de Outubro de 2019.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI

pessoa jurídica de direito provado, CNPJ/MF: 04.858.637/0001-74,

Representada pelo Senhor Jony Marcelo Pereira de Camargo

RG Nº 830.104 SSP/MT e CPF: 571.444.191-53,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 032/2019

PORTARIA Nº 032/2019

***SÚMULA**: Dispõe sobre a baixa de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, e dá outras providências.*

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o setor de contabilidade a efetuar baixa de bens móveis do Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes – MT, que serão doados em caráter definitivo para Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT:

Relação de bens a serem baixados:

Patrimônio nº	Discriminação	Valor R$
348	Condicionador de Ar 220 "V" 60.000 Btus	1.631,25
349	Condicionador de Ar 220 "V" 60.000 Btus	1.631,25
	Total	**3.262,50**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de outubro de 2019

Cesar Augusto Perigo

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2019

RESOLUÇÃO Nº 005/2019

***SÚMULA**: Autoriza o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes/MT, a transferir, Doar, Bens Patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, conforme relação abaixo.*

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais propõe, e após aprovação do Plenário da Câmara, o senhor Presidente sanciona e promulga a seguinte Resolução:

RESOLVE

Art. 1° - Fica o Poder Legislativo Municipal de Nova Bandeirantes – MT, autorizado a Fazer DOAÇÃO em caráter definitivo, dos seguintes bens patrimoniais para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT:

Relação de bens a serem doados:

Patrimônio nº	Discriminação	Valor R$
348	Condicionador de Ar 220 "V" 60.000 Btus	1.631,25
349	Condicionador de Ar 220 "V" 60.000 Btus	1.631,25
	Total	**3.262,50**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de Outubro de 2019

Cesar Augusto Perigo

Presidente Câmara Municipal

Nova Bandeirantes/MT

Biênio 2019/2020

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **050/2019, cujo OBJETO é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL, COMPREENDIDO TODOS ATOS PREPARATÓRIOS, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, CORREÇÃO E DEMAIS ATOS CORRELATOS ATÉ A ENTREGA DO RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO", CONFORME OS PROCEDIMENTOS E QUADRO DE VAGAS ABAIXO DESCRITOS**:

SAGROU-SE vencedoraa empresa**:**

S.O.S. ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA - ME

CNPJ: **03.190.857/0001-00**

foi declarada habilitada e consequentemente vencedora do objeto supracitado com o valor global **R$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 050/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. **º 050/2019, cujo OBJETO é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL, COMPREENDIDO TODOS ATOS PREPARATÓRIOS, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, CORREÇÃO E DEMAIS ATOS CORRELATOS ATÉ A ENTREGA DO RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO", CONFORME OS PROCEDIMENTOS E QUADRO DE VAGAS ABAIXO DESCRITOS**.

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	*CNPJ:*	*VALOR GLOBAL*
S.O.S. ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA - ME	**03.190.857/0001-00**	**R$ 36. 900,00**

Nova Bandeirantes – MT, 22 de outubro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE LICITAÇÃO N. 006/2019 EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 006/2019EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2019EDITAL DE LICITAÇÃO N° 006/2019TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019PROCESSO LICITATORIO N° 006/20191. PREÂMBULOA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, mediante a Comissão Permanente de Licitação composta pelas servidoras e membros Maraisa Lopes dos Santos, Andreia Cristina da Silva Della Rosa, Rosana Alves dos Santos Nascimento, sob a Presidência da primeira, instituída pela Portaria nº 009/2019, de 20 de fevereiro de 2019, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, legislação complementar vigente e condições estabelecidas neste edital, torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexosMODALIDADE: TOMADA DE PREÇOTIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR VALOR GLOBALREGIME – EMPREITADA POR PREÇO GLOBALExecução INDIRETA, do tipo MENOR PREÇO,SETOR INTERESSADO – CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES:DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO: 08/11/2019 (oito de novembro de 2019).HORÁRIO: 08:00 (oito horas)-HORÁRIO DE MATO GROSSO.O Edital e anexos encontram-se disponíveis para conhecimento dos interessados na sala de licitações desta CÂMARA, de Segunda à Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, onde poderá ser adquirida a pasta contendo todos os elementos técnicos pertinentes, quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos com a Comissão de Licitação pelo Telefone (066) 3572-1182.2. OBJETO2.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11822.2. Foi elaborado pela CPL, o Termo de Referência, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES3.1. Os serviços serão efetuados mediante execução indireta no regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço.3.2. A caracterização dos serviços a serem adquiridos, quanto à sua qualidade e quantidade, bem como às condições de sua contratação, encontram-se discriminados nos anexos do presente ato convocatório.3.3. Fica facultado as empresas interessadas visitar o local de execução da obra, antes da elaboração da proposta, de forma que sejam identificadas, observadas, analisadas e assinaladas todas as dificuldades e peculiaridades, no tocante à execução dos serviços a serem contratados. Caso a empresa tenha interesse em vistoriar o local da obra, a mesma deverá ser previamente marcada e agendada junto a CPL. O Atestado de Vistoria será expedido pela CPL ou pelo Engenheiro Fiscal da Câmara.4. SUPORTES LEGAIS4.1. Esta licitação foi regularmente solicitada pelo Gabinete do Presidente, com fundamento no artigo 23, inciso I, alínea "b", da Lei n. 8.666/93, bem como autorizada pela Autoridade Superior, Presidente da Câmara Municipal Sr. Cesar Augusto Perigo, tendo ainda seu conteúdo e anexos devidamente analisado pela Assessoria Jurídica, obedecendo a todos os requisitos legais dispostos na Lei n. 8.666/93.5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto a ser licitado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:01– Câmara Municipal001 – Câmara Municipal01 - Legislativo031 - Ação Legislativa0001-Gestão do Poder Legislativo1002 – Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara Municipal4.4.90.51-00.00.00 - Obras e Instalações6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO6.1. Poderão participar da Tomada de Preços as empresas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro-CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11826.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar da presente Tomada de Preço deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Presidente da Comissão de Licitação ou membros da CPL devendo estar acompanhadas dos respectivos originais6.2.1. Só serão aceitas cópias legíveis.6.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.6.2.3. Presidente da Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.6.3. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos em lei.6.3.1. Nos casos omissos, a Comissão permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão, salvo o disposto no item 11.5.1 deste Edital.6.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:I - Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;II - Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Estado, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;6.5. A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente da Licitação do disposto no artigo 97 da Lei n. 8.666/93.6.5.1 Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.6.6. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:6.6.1. Estar ciente das condições da licitação;6.6.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;6.6.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;6.6.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000

- Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11827. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE7.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, modificada pela Lei complementar 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.7.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 11.2.1, alínea b, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.7.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.7.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:7.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;7.4.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem acima citado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.7.4.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.7.5. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do artigo 3º do dispositivo supracitado.8. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITALCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11828.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido junto a CPL, até o 5º dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos invólucros de Habilitação, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 41, da Lei n. 8.666/93.8.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto a CPL.8.3. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;8.4. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.8.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.9. DO CREDENCIAMENTO9.1. No horário previsto no preâmbulo deste edital, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Comissão Permanente de licitação, quando solicitado, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.9.2. Se a empresa for representada por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.9.2.1. Deverá acompanhar a Procuração cópia do Ato Constitutivo (contrato social, registro e outros documentos legalmente aceitos), a fim de demonstrar que o outorgante possui poderes para tal.9.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.9.4. Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.9.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa participante.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11829.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 9.2 e 9.3., não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.9.7. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar:9.7.1. Certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório competente certificando a situação da empresa de enquadramento ou reenquadramento de ME e EPP (IN/DNRC n. 103/2007).9.8. O documento de credenciamento, com a apresentação da respectiva cédula de identidade ou documento equivalente com foto e a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, sendo apresentados à Comissão Permanente de Licitação quando solicitados.9.9. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntados ao processo licitatório.10. RECEBIMENTO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES10.1. Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preços”, dando-se início, nesta mesma sessão, à abertura dos primeiros e em seguida dos segundos, observado o disposto nos incisos I e III do artigo 43 da Lei n.8.666/93.10.2. As proponentes deverão apresentar, 02 (dois) envelopes distintos, opacos, indevassáveis, lacrados e rubricados, contendo os seguintes dizeres:À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS N. 001/2019 -ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃODADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTEÀ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS N. 001/2019ENVELOPE N. 02 – PROPOSTA DE PREÇOSDADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTE10.3. Todos os volumes deverão ser adequadamente encadernados, com todas as folhas rubricadas e numeradas em ordem seqüencial, apresentando no inicio um índice e ao final um termo de encerramento.10.4. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118210.5. Todos os documentos exigidos deverão estar em plena vigência e dentro de seu prazo de validade.11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO11.1. Será considerado habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:11.1.1. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;11.1.2. Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documen-

tação, prevista no subitem 11.2 e alíneas:11.1.2.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;11.1.2.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;11.1.2.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;11.1.2.4. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pela Comissão Permanente de Licitação, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;11.1.2.5. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Presidente da Comissão de Licitação ou membros da CPL no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.11.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no envelope n. 01, são os seguintes:11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, §2º, da Lei n. 8.666/93 (conforme modelo Anexo VI);a) No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.b) A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da mesma lei.(Anexo VII);Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118211.2.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei n. 8.666/93 (conforme modelo Anexo IV);11.2.3. Declaração de Atendimento À LEI 12.708/2012, (conforme modelo Anexo VIII);11.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica: As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:a) Registro comercial, no caso de empresa individual;b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.c)Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis lucrativas, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrada no órgão competente;d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.e) Cópias dos documentos pessoais dos Sócios (RG e CPF)11.4. Documentação relativa à regularidade fiscala) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (Cartão de Identificação do contribuinte), ou municipal (alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União (CND) retirada no site www.receita.fazenda.gov.br, conforme Portaria nº RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.Certidão Negativa Conjunta com a Fazenda Federal e PGFN.c) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela PREFEITURA do respectivo domicílio tributário;d)Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;e)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a mesma pode ser retirada no site: (http://www.tst.jus.br/certidao).f) Certidão referente ao ICMS/IPVA para participação em Licitações Públicas, expedida pela (SEFAZ) Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;11.5. Documentação relativa à Qualificação Econômica - FinanceiraCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182A documentação relativa à Qualificação Econômica - Financeira, consistirá na apresentação dos seguintes documentos:11.5.1. Certidão de Falência e Concordata, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 06 (seis) meses;11.6. Documentação relativa à Qualificação Técnica.A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá na apresentação dos seguintes documentos:11.6.1. Responsável Técnico (engenheiro civil); Apresentar a Certidão de Pessoa Física do CREA e documento que demonstre o vinculo da empresa com o profissional.11.6.2. Apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica do CREA.11.7. As empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso-CGF, poderão substituir a documentação indicada no referido cadastro, devendo incluir no Envelope de Habilitação, o comprovante de inscrição atualizado, sem prejuízo as demais exigências previstas neste Edital.12. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE “HABILITAÇÃO”12.1. No dia e local indicados neste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão de Licitação, iniciará os trabalhos, examinando Os documentos contidos no envelope de n. 01 – Habilitação, que serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes.12.2. Os documentos de habilitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, por técnico requisitado pela mesma (se for o caso) e pelos licitantes presentes;12.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.12.4. Os envelopes "Proposta" das proponentes julgadas "inabilitadas" ficarão à disposição dos licitantes, obedecidas as formalidades legais, serão devolvidos mediante recibo.12.5. Será inabilitada da presente licitação a Proponente que não preencher os requisitos constantes deste Edital.12.5.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.12.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, A CPL poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3° da Lei 8.666/93.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118213. DAS PROPOSTA COMERCIAIS13.1. A proposta contida no interior do envelope n. 02, identificado nos termos do item 10.2 deste edital, deverá ser apresentada na seguinte forma:13.1.1. Carta Proposta com as folhas rubricadas e a última assinada e datada pelo representante legal da licitante, devidamente autorizado, em original, datilografada ou impressa por processo eletrônico, de linguagem clara e objetiva, em papel timbrado da empresa, contendo a identificação com nome, razão ou denominação social do licitante, em uma única via, sem erros, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo ainda ser numerada em todas as folhas, especificando o objeto de forma inequívoca.13.1.2. Proposta de Preços contendo a exata descrição dos serviços que serão executados e dos materiais que serão utilizados para a execução da obra, A empresa participante do certame, apresentará em sua proposta planilha de formação de preços com a composição dos custos unitários e totais, devendo estes não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação.13.1.3. Cronograma físico-financeiro.13.1.4. Planilha detalhada de composição do LDI – Lucro e Despesa Indireta (antigo BDI), adotada pela licitante, sendo aceito o máximo de 28,35%.13.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.13.1.6. Valor total proposto para a execução dos serviços expresso na unidade monetária “Real” (R$) e com

a fração relativa aos centavos grafada com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula.13.1.7. Declaração de que no preço proposto para a execução dos serviços, de acordo com os projetos e especificações que fazem parte integrante deste Edital, já estão inclusas todas e quaisquer despesas com materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, encargos trabalhistas, encargos sociais, taxas devidas a órgãos públicos, emolumentos, enfim, quaisquer despesas necessárias para a realização dos serviços, inclusive o BDI.13.1.8. A empresa participante do certame, apresentará planilha de formação de preços unitários correspondentes a cada item de sua proposta, devendo este não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação.13.1.9. Não será aceita proposta apresentada via fax, bem como proposta enviada via correio que chegue à Comissão Permanente de Licitação, fora do horário estipulado.14. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE "PROPOSTAS COMERCIAIS"Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118214.1. O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8.666/93, sendo desclassificadas as propostas que:a) não atenderem as exigências editalícias;b) com valor unitário e total superior ao limite estabelecido na Planilha de preços da administração ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 58, § 1º da Lei Federal 8.666/93. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua inviabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são incoerentes com os praticados no mercado e que os coeficientes de produtividade são incompatíveis com a execução do objeto;c) que apresentares valores unitários superiores aos constantes no estimativo de preços.14.2. Passado o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso ou sendo esse prazo renunciado expressamente, proceder-se-á a abertura dos envelopes “proposta”,dos licitantes habilitados.14.3. Uma vez abertos os envelopes, as Propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital.14.4. As Propostas serão rubricadas, examinadas pelos membros da Comissão de Licitação e colocadas à disposição dos Licitantes presentes para também apreciarem, em seguida serão classificadas em ordem crescente de valores.14.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, que será realizado na própria sessão, ou em outra data designada pela Comissão, para qual todas as licitantes habilitadas serão convocadas.14.6. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.14.7. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão de Licitação, divulgará o resultado da licitação, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado.14.8. O direito de empate ficto das microempresas e das empresas de pequeno porte, será cumprido, nos termos do item 7 deste Edital.15. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS15.1. Os invólucros contendo a Documentação e Proposta serão recebidos no dia, hora e local indicados neste Edital, sendo que após a hora marcada nenhum invólucro será recebido pela Comissão, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118215.2. A abertura dos invólucros, contendo a documentação para habilitação e as propostas de preços será efetuada sempre em ato público, do qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.15.3. Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar documento ou anexo exigido neste Edital, mesmo que na interpretação do licitante não tenha nada a ser declarado.15.4. Na sessão, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação submeterá todos os invólucros à rubrica dos presentes, em seguida fará a abertura do envelope de n. 01 que será rubricado e apreciado pelos licitantes e Comissão.15.5. O exame da Documentação, sempre que possível, será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário, será publicado no Diário Oficial do Estado, abrindo-se prazo recursal.15.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá também, segundo as circunstâncias, fazer a conferência e apreciação dos documentos de habilitação em sessão interna em data posterior à da sessão do recebimento e que, estando presentes todos os participantes, já ficará consignado em Ata, a data da sessão para divulgação do resultado do julgamento da habilitação, onde serão franqueados os documentos para análise dos participantes interessados. Sempre que não estiverem presentes todos os participantes, será aberto prazo recursal e o resultado publicado na forma da lei.15.7. Ao concorrente INABILITADO será devolvido o invólucro de n° 02, devidamente lacrado, contendo sua proposta de preço (após desistência expressa do direito de interpor recurso, ou transcorrido o prazo recursal ou após o julgamento do recurso). Esta devolução poderá ser efetuada diretamente ao licitante presente, ou através de remessa à empresa, devendo o contra-recibo fazer parte integrante do processo licitatório. O registro desta entrega, por qualquer um dos meios, deverá ser consignado em Ata.15.7.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.15.8. As propostas dos concorrentes HABILITADOS serão abertas em sessão pública, rubricadas pelos licitantes e Comissão, em horário e data previamente informados aos licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial ou comunicação direta aos licitantes. A cópia da publicação ou o contra-recibo fará parte do processo licitatório.15.9. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital serão verificadas quanto a erros aritméticos para os preços, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação da seguinte forma:a) Em caso de divergência dos preços unitários da planilha de orçamento e da composição de preços, prevalecerá os preços constantes nesta última;b) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182c) Erros de transcrição das quantidades do projeto para a Proposta, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;d) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo se o preço unitário e quantidade e corrigindo-se o produto;e) Erro de adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas, trocando-se a soma.15.10. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação necessárias para corrigir erros aritméticos cometidos pelos licitantes, não serão aceitas Propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.15.11. Se a proposta da licitante vencedora sofrer correções pela Comissão de Licitação, aquela deverá apresentar nova planilha corrigida, mantendo os valores apurado pela Comissão. A vencedora terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado e decurso de prazo recursal, para reapresentação da Proposta à Comissão de Licitação. Esta Proposta após análise e rubrica fará parte integrante do processo licitatório. A proposta original, com as devidas correções, constará do processo juntamente com a nova proposta corrigida.15.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.15.13. Ultrapassada a fase de habilitação e aberta as propostas não cabem desclassificá-las pormotivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecido após o julgamento.15.14. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO16.1. A Comissão Permanente de Licitação fará a adjudicação do objeto deste certame, divulgando a proponente vencedora.16.2. Cabe-

rá à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório, a decisão de homologar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da lavratura da ata respectiva, a adjudicação realizada pela Comissão Permanente de Licitação.16.3. Todos os atos decorrentes deste certame, deverão constar obrigatoriamente em Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes das proponentes presentes.17. DOS RECURSOSCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118217.1. Em qualquer fase desta licitação caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, quando presentes todos os prepostos dos licitantes, ao ato em que foi adotada a decisão.17.2. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.17.3. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.17.4. Os recursos referentes aos atos de habilitação e julgamento das propostas terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensivas aos demais recursos.17.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.17.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.18. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO18.1. O adjudicatário deverá executar os serviços, objeto desta licitação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedido pela CÂMARA Municipal de Nova Bandeirantes.18.2. O prazo contratual será contado em dias consecutivos e será de 60 (sessenta) dias.18.3. O prazo contratual poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no § 1º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.18.4. O recebimento dos serviços, após sua conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 e 74 da Lei n. 8.666/93.18.5. Nos termos do §2º do artigo 64 da Lei n. 8.666/93, poderá a administração quando o convocado não assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual tempo e nas mesmas condições da primeira classificada, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93.19. DO VALORCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118219.1. O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de R$ 324.401,56 (trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos), sendo esse o preço máximo que será pago para execução da obra CONTRATADA.19.2. O valor global estimado é o valor da planilha de preços tabela SINAPI.20. DA FORMA DE PAGAMENTO20.1. Os pagamentos correspondentes ao objeto contratado serão realizados conforme, medições dos serviços executados, conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação de notas fiscais devidamente atestadas.20.2. O pagamento será vinculado a planilha de medição boletim elaborado pelo engenheiro fiscal da obra, em moeda corrente, através de Ordem Bancária, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após atesto pela autoridade competente de que foram executadas a contento.20.3. Para fins de liberação e pagamento da 1ª parcela deverão acompanhar as medições os seguintes documento:a) Comprovação de Registro no CREA/MT do respectivo Contrato, com ART de execução da empresa e do(s) profissional(is).20.4. Para fins de liberação e pagamento da 2ª, 3ª e 4º, parcela, a medição deverá fazer-se acompanhar dos respectivos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais GRPS (INSS) GRE (FGTS).20.5. A Nota Fiscal deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de pagamento.21. DO CONTRATO21.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo VII deste Edital.21.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.21.3. Mediante Termo Aditivo, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até os limites estabelecidos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.21.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES21.5. As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificações de quantitativos e qualitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadasCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser aprovados pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso.22. DAS PENALIDADES22.1. A CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:a) advertência por escrito;b) multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para a conclusão de cada etapa das obras e 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia de atraso, a partir do 6º (sexto) dia, calculados sobre o valor total da obra;c) multa compensatória equivalente ao valor integral das obras não realizadas limitada a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, pela rescisão unilateral da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES nos casos previstos nos incisos I e XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, cujo recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da intimação feita pela CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT.d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, por um período não superior a dois anos.e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o adjudicatário contratado ressarcir a Administração pelo prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d".22.2. As sanções previstas nas alíneas "d" e "e" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA quando, em razão dos compromissos assumidos:a) Seu(s) representante(s) legal (is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributos, oub) Praticar (em) ilícito(s), demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.22.3. O termo inicial para a incidência da multa estipulada na letra "b" do subitem 13.1, será a data pré-fixada para o adimplemento, e o termo final, a data do efetivo adimplemento.22.4. As multas estabelecidas nas alíneas "b" e "c" deste item são independentes entre si e serão aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal, não impedindo que a CÂMARA rescinda unilateralmente o Contrato.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-118222.5. A penalidade estabelecida na alínea "e" do subitem 13.1, é de competência exclusiva do Sr. Presidente da Câmara Municipal.22.6. Não será aplicada multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou motivo de força maior.22.7. Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a CÂMARA venha a fazer jus, a garantia apresentada pela CONTRATADA será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação.22.8. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, res-

ponderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CÂMARA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.22.9. Quando as multas a que se refere este item forem subtraídas da garantia contratual, a CONTRATADA obriga-se a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor deduzido da referida garantia.22.10. Em qualquer dos casos previstos nesta Cláusula, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.23. DA ENTREGA DA OBRAAs Obras, objeto desta Licitação, deverão ser entregues conforme prazo mencionado em sua proposta deverão ser entregues pela CONTRATADA num prazo de 120 dias, contados à partir da emissão da Ordem de Serviços expedida pelo Presidente da Câmara Municipal.23. 1. O início das obras será contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviços pelo Presidente da Câmara Municipal.24. DO RECEBIMENTO24.1. As obras objeto desta licitação serão recebidas:a) Uma vez executado o contrato, o recebimento da obra será feito a título PROVISORIAMENTE, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação do seu término, por escrito, pela adjudicatária;b) DEFINITIVAMENTE, pelo engenheiro fiscal da obra ou Comissão designada pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, art. 73 da Lei 8.666/93.c) REJEITADAS as que forem executadas em desacordo com o estabelecido nesta TOMADA DE PREÇOS e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.24.2. A entrega das obras em desconformidade com o especificado obrigará o adjudicatário a:Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182a) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do emprego de materiais de baixa qualidade;b) Caso a correção não seja feita o adjudicatário sujeitar-se-á a aplicação das sanções legais cabíveis.24. 3. Ainda que recebidas em caráter definitivo substituirá, na forma da lei, a responsabilidade da adjudicatária pela qualidade, segurança e solidez das obras executadas.25. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:25.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei n. 8.666/93. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS26.1. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.26.2. Será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos desenvolvidos em ato público de “ABERTURA” de envelopes, a qual será assinada, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes credenciados presentes.26.3. É facultado ao licitante formular protesto, consignado na Ata dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos, ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.26.4. Cada licitante poderá se fazer representar por um único preposto, devidamente munido de instrumento de mandato, público ou particular, este com firma reconhecida.26.4.1. O licitante ficará obrigado pelas declarações do seu preposto.26.5. A Comissão Permanente de Licitação e/ou a Autoridade superior, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43 da Lei n.º 8. 666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.26.6. Quaisquer dúvidas sobre o presente EDITAL deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, antes da data fixada paraCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182abertura e deverão ser protocolados no Setor de protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, no horário das 07:00 as 13:00 horas.26.6.1. A Comissão Permanente de Licitação responderá as consultas que forem formuladas, mediante correspondência aos interessados.26.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a presente Tomada de Preços.26.8. Quaisquer esclarecimentos, quanto ao Edital entrar em contato com a COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT - Telefone: 66-3572-118228. ANEXOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO28.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:Anexo I: Termo de ReferênciaAnexo II: Modelo de Proposta FinanceiraAnexo III: Modelo Carta de CredenciamentoAnexo IV: Declaração de Cumprimento de Requisitos LegaisAnexo V: Declaração De CNAEAnexo VI: Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da HabilitaçãoAnexo VII: Declaração de ME e EPPAnexo VIII- Declaração De Atendimento á Lei 12.708/2012Anexo IX: Minuta do ContratoNova Bandeirantes – MT, 18 de outubro de 2019Cesar Augusto Perigo Maraisa Lopes dos SantosPresidente da Camara Municipal Presidente da CPLAfixe-sePublique-seCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO ITOMADA DE PREÇO 001/2019TERMO DE REFERÊNCIA1 - Categoria de Investimento: execução de obra.CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES2 - Objeto:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL. O valor total conforme planilhas é de R$ 324.401,56 (trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos), que serão pagos conforme medição após a execução dos serviços.3 – JustificativaNecessidade de reformar as instalações existentes da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, visando melhorias nas instalações, com a reformaUtilização da tabela SINAPI para o conhecimento dos valores e tomada de decisões.4 – Resultados Esperados:Reforma de qualidade visando atender a ampliação do espaço para uso dos servidores e vereadores, promovendo aos usuários internos comodidade e melhorias nos espaços para o labor diário.5– Prazos:O prazo de execução conforme cronograma é de 120 dias à partir da emissão da Ordem de Serviço6 – Qualificações Técnicas da Contratada:As interessadas deverão apresentar a Certidão Pessoa Jurídica e Certidão Pessoa Física do CREA.7 – Forma de Execução:Os serviços contratados serão realizados na forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global, seguindo rigorosamente o projeto cronograma e planilhas anexos a este edital.Nova Bandeirantes – MT, 18 de outubro de 2019-Cesar Augusto PerigoPresidente da CâmaraCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRAModelo de Proposta Financeira (Papel timbrado da empresa)À Câmara Municipal de Nova BandeirantesRef. : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019Empresa:CNPJ:Inscrição Estadual:Endereço:Telefones:E-mail:Banco: Agência:Conta Correte:Representante Legal:RG:CPF:OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REFORMA DO PREDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTESS. CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA.Valor total por extenso: (.....)Declaramos que nossa proposta engloba todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.Prazo de Entrega:Validade da proposta:Garantia:Local e dataAssinatura do representante legalCarimbo de CNPJ da empresa:Validade

da Proposta: 60 (sessenta) dias.Local e data_____Carimbo da empresa/Assinatura do responsávelObs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexeqüíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes-Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO-Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)(Papel timbrado da empresa)ACÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTESRef : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019.Indicamos o (a) Sr. (a)....., Portador (a) da cédula de identidade n°....., órgão expedidor....., como nosso representante legal na Licitação em referencia, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todo os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento. Informações Importantes:CNPJ n.Inscrição Estadual n.Razão Social:Nome de Fantasia:Local e dataAssinatura do representante legalCPF:Carimbo de CNPJ da empresa:OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO IV –TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS(Modelo da Declaração -Empregador Pessoa Jurídica)(Papel timbrado da empresa)AoCÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MTRef : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019(Nome da Empresa) ----------, CNPJ N. ----------, sediada na Rua----------, n. ----------, bairro, ----------, Município ----------.CEP----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Tomada de Preços n. 001/2019- DECLARA, sob as penas da lei, que: Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27, da Lei n. 8666/1993, com redação determinada pela Lei n. 9.854/1999. Não possui em seu quadro de pessoal servidor publico ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei n. 8.666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar n. 04/90).Local e dataAssinatura do representante legalCPF:Carimbo de CNPJ da empresa:( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO VTOMADA DE PREÇOS N. 001/2019-DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃODeclaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa ....., CNPJ ....., reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, quanto às condições de qualificação jurídica,fiscal, técnica e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital de Tomada de Preços n. 001/2019.Local e dataAssinatura do representante legalCPF:Carimbo de CNPJ da empresa:Obs.: No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da L.C. n. 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO VITOMADA DE PREÇOS N. 001/2019DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATOS IMPEDITIVOSA empresa _____, CNPJ _____, sediada na rua _____, bairro_____, cidade _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador do RG_____ e inscrito no CPF sob o numero _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório na Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – Tomada de Preços n. 001/2019, na forma determinada no §2º, do artigo 32, da Lei n. 8666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.Local e dataAssinatura do representante legalCPF:Carimbo de CNPJ da empresa:Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO VIITOMADA DE PREÇOS N. 001/2019– DECLARAÇÃO ME EPPModelo da Declaração para ME e EPP (Empregador Pessoa Jurídica)(Papel timbrado da empresa)ACÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MTRef. Edital de licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019Para fins de participação na licitação (indicar o n. registrado no Edital), a (o) (Nome) completo do Proponente), CNPJ, sediada na (Endereço completo), declara, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n. 123, de 14.06.2006.Local e dataAssinatura do representante legalCPF:Carimbo de CNPJ da empresa:Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182ANEXO VIIITOMADA DE PREÇOS N. 001/2019MINUTA DE CONTRATOCONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE FORMA INDIRETA QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA: _____ NA FORMA ABAIXO:A Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C. N.P.J. sob nº 33.683.798/0001-72, com sede administrativa sito à Av. Comendador Luiz Meneghel, Nº 62, Centro, Nova Bandeirantes, MT., neste ato representada pelo Sr. CESAR AUGUSTO PERIGO - Presidente da Câmara Municipal, portador do CPF n º 037.458.769-89, e do RG n º 9001064-6 SSP/MT, residente à Travessa Nova Londrina, nº 62, Bairro Centro, Nova Bandeirantes–MT., denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ....., CNPJ n.º _____, estabelecida na cidade de _____, no (endereço)__, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____(cargo)____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, (nacionalidade)_ , (estado civil), (profissão) , portador da Cédula de Identidade n.° _____, residente e domiciliado em__(endereço)__, em conformidade com a (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade), que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Procuradoria Jurídica Municipal, um instrumento de Contrato para execução de obra, conforme quadro demonstrativo e de acordo com projeto básico e planilha anexas ao edital da T.P. 001/2019, Processo Licitatório 006/2019 e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:CLAUSULA I - DO OBJETOContratação de pessoa Jurídica para execução da Obra: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador

Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MT-Fone/Fax: (66) 572-1182Subclausula Única - As obras serão executados em estrita obediência a este Contrato, devendo ser observados integral e rigorosamente o Edital da Tomada de Preços 001/2019 e a proposta da CONTRATADA, passando tais documentos e outros gerados até a assinatura deste Contrato a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, devendo os mesmos permanecerem arquivados na Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT.CLAUSULA II - DO REGIME DE EXECUÇÃOAs obras contratadas serão executadas pelo Regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de forma INDIRETA, com fundamento na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, de acordo com Projeto, memorial descritivo, Especificações técnicas, Planilhas cronograma físico financeiro e demais anexos integrantes deste instrumento às quais locará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.CLAUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES3.1 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CÂMARA:1. designar servidor responsável pela fiscalização e recebimento das obras objeto do presente Contrato;2. efetuar os pagamentos mediante comprovação da execução das obras, conforme estipulado na Cláusula V deste Contrato;3. não aceitar substituição do material constante das planilhas orçamentárias.3.2 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:1. executar as obras mencionados na Cláusula I do presente Contrato;2. assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;3. acatar todas as orientações da CÂMARA para o fiel cumprimento das obrigações pactuadas;4. sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte desta CÂMARA, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações procedentes, caso ocorram;5. responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos aos seus empregados;6. não subcontratar, parcial ou totalmente, o objeto deste CONTRATO;Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11827. obedecer na íntegra o plano de execução/custos, especificações técnicas, memorial descritivo e projetos;8. examinar, minuciosamente, as especificações e projetos de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar a fiscalização todas as divergências ou dúvidas, para o devido esclarecimento e aprovação.9. Emitir a ART de Execução da obra.10. Elaborar o Diário de Obras onde deverá constar todas as ocorrências detectadas e relacionadas com a execução do contrato.11. Assinar no momento da entrega da obra o Termo de garantia quinquenal da obra.CLAUSULA IV - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-Pela execução das obras deste Contrato, a CÂMARA pagará a CONTRATADA a importância total de R$ ..... (.....), correndo a despesa a conta das dotações orçamentárias da Câmara Municipal,1. Sub-cláusula Primeira - A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura correspondente as obras executadas à CÂMARA, a qual será atestada pelo setor competente e encaminhada para pagamento.2. Sub-cláusula Segunda - No preço estipulado nesta Cláusula já se encontram computadas todas as despesas com materiais, transportes, instalações, depreciação de equipamentos, mão-de-obra, seguro, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e outros que porventura incidirem sobre a remuneração dos serviços relativos ao objeto deste Contrato.3. Sub-cláusula Terceira - Recolher os tributos que venham a incidir sobre as obras executadas, reservando-se a CÂMARA o direito de deduzir dos valores a serem pagos a CONTRATADA, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos por ela.4. Sub-cláusula Quarta - As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.01– Câmara Municipal001 – Câmara Municipal01 - Legislativo031 - Ação Legislativo0001- Gestão do Poder Legislativo1.002 – Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara Municipal4.4.90.51-00.00.00 - Obras e InstalaçõesCLÁUSULA V - DO PRAZO DE ENTREGACâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182As obras, objeto deste Contrato, deverão ser entregues pela CONTRATADA num prazo de 120 dias, contados após a emissão da Ordem de Serviços expedida pelo Câmara Municipal.1. Sub-cláusula Primeira - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que solicitado a Secretaria de Administração da CÂMARA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do Contrato, motivado por justa causa, devidamente comprovada pela Secretaria de Administração2. Sub-cláusula Segunda - A entrega da obra em desconformidade com o especificado, caso não seja possível a correção, sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.CLAUSULA VI - DO RECEBIMENTOAs obras objeto deste CONTRATO serão recebidas:6.1 Executado o objeto do contrato, o recebimento da obra será feito a título PROVISORIAMENTE, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação do seu término, por escrito, pela CONTRATADA;6.2 DEFINITIVAMENTE, pelo engenheiro fiscal ou Comissão designada pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, art. 73 da Lei 8.666/93.6.3 REJEITADAS as que forem executadas em desacordo com o estabelecido neste CONTRATO e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.1. Sub-cláusula Primeira - A entrega dos serviços em desconformidade com o especificado obrigará a CONTRATADA:a) a reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do emprego de materiais de baixa qualidade;b) caso a correção não seja feita sujeitar-se-á a aplicação das sanções legais cabíveis.2. Sub-cláusula Segunda - Ainda que recebidos em caráter definitivo subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e solidez das obras executadosCLAUSULA VII - DO PAGAMENTOO pagamento está vinculado a planilha de medição boletim elaborado pelo engenheiro fiscal da obra, será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após atesto pelaCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182autoridade competente de que foram executadas a contento.1. Sub-cláusula Primeira - Para fins de liberação e pagamento da 1ª parcela deverão acompanhar as medições os seguintes documentos.a) comprovação de Registro no CREA/MT do respectivo Contrato, com ART de execução da empresa e do(s) profissional(is).2. Sub-cláusula Segunda - Para fins de liberação e pagamento da 2ª e demais parcelas, a medição deverá fazer-se acompanhar dos respectivos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais GRPS (INSS) GRE (FGTS).3. Sub-cláusula Terceira - A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento.4. Sub-cláusula Quarta - No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três décimos) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.CLÁUSULA VIII - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕESO presente Contrato vigorará da data de sua assinatura por 120 dias.Sub-cláusula Única - O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no art. 65, da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observados os respectivos créditos orçamentários.CLÁUSULA IX - DA FISCALIZAÇÃOFica designado como Fiscal do Contrato o Engenheiro Fiscal da Câmara, para acompanhar, fiscalizar a execução e receber a obra objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93.CLAUSULA X - DAS PENALIDADESA Contratada, sem prejuízo das sanções previstas nos Arts. 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:a) advertência por escrito;b) multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cen-

to) por dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para a conclusão de cada etapa dosCâmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-1182serviços e 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia de atraso, a partir do 6º (sexto) dia, calculada sobre o valor total da obra.c) Multa compensatória equivalente ao valor integral dos serviços não executados, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato pela rescisão unilateral da CÂMARA, nos casos previstos nos incisos I a XI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, cujo recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados intimação feita pela CÂMARA;d) suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CÂMARA, por um período não superior a dois anos, ee) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d".1. Subcláusula Primeira - As sanções previstas nas alíneas "d" e "e" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA quando, em razão dos compromissos assumidos:a) seu(s) representante(s) legal(is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, oub) praticar(em) ilícito(s), demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.2. Subcláusula Segunda - O termo inicial para a incidência da multa estipulada na alínea "b" desta Cláusula, será a data pré-fixada para o adimplemento, e o termo final, a data do efetivo adimplemento.3. Subcláusula Terceira - As multas estabelecidas nas alíneas "b" e "c" desta Cláusula são independentes entre si e serão aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal, não impedindo que a CÂMARA rescinda unilateralmente o Contrato.4. Subcláusula Quarta - A penalidade estabelecida na alínea "e" desta Cláusula, é de competência exclusiva do Sr. Presidente da Câmara Municipal.5. Sub-cláusula Quinta - Não será aplicada multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou motivo de força maior.6. Sub-cláusula Sexta - Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a CÂMARA venha a fazer jus, a garantia apresentada pela CONTRATADA será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11827. Sub-cláusula Sétima - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CÂMARA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.8. Sub-cláusula Oitava - Quando as multas a que se refere esta Cláusula forem subtraídas da garantia contratual, a CONTRATADA obriga-se a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor deduzido da referida garantia.9. Sub-cláusula Nona - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.CLAUSULA XI - DA RESCISÃOO presente Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.1. Sub-cláusula Primeira - O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I, do art. 79 e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVIII do art. 78, ambos da Lei nº 8.666/93, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo da CÂMARA, à indenização dos prejuízos que resultarem do atraso na conclusão das etapas dos serviços, ou ao pagamento de multa compensatória, equivalente ao valor integral dos serviços não realizados, limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor deste Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.2. Sub-cláusula Segunda - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CÂMARA, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93.3. Sub-cláusula Terceira - Ocorrendo rescisão administrativa do presente Contrato, às partes serão assegurados os direitos previstos no art. 79, § 2º, da Lei nº 8.666/93.4. Sub-cláusula Quarta - A falta de cumprimento de qualquer cláusula ou condição do Contrato, poderá acarretar sua rescisão mediante prévio aviso. Contudo, a CÂMARA poderá rescindir o Contrato automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:a) concordata ou falência ou instalação de insolvência civil da Contratada;b) atraso na entrega das obras;c) dissolução da sociedade;d) inadimplência da Contratada por não manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.5. Sub-cláusula Quinta - Poderá, ainda, este Contrato ser rescindido, na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas na Lei nº 8.666/93.Câmara Municipal de Nova BandeirantesEstado de Mato GrossoC.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MTFone/Fax: (66) 572-11826. Sub-cláusula Sexta - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.CLAUSULA XII - DA PUBLICAÇÃOA CÂMARA Municipal encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme determina o § único do art. 61, da Lei nº 8.666/93, a qual deverá ocorrer até 20 (vinte) dias daquela data.CLÁUSULA XIII - DOS CASOS OMISSOSFica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-se-lhe, quando for o caso, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.CLAUSULA XIV - DO FOROFica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03(três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes interessadas.Nova Bandeirantes -MT, ...de..... ..... de 2019SEGUEM AS ASSINATURAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 042/2019

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 042/2019

PROCESSO Nº. 103/2019

Retificamos o que segue: onde LEU-SE: **Jose Luiz de Souza** LEIA-SE: **Luiz José dos Reis.**

Nova Brasilândia – MT, 22 de outubro de 2019.

ANA CRISTINA SOARES

PRESIDENTE DA C.P.L

PORTARIA Nº. 013/2019

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N°.017/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°.107/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°.017/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria n°. 013/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público que se encontra aberto a partir do dia 22 de outubro de 2019, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações poste-

riores, Lei Complementar federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUCAÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA QUADRA POLIESPORTIVA ZENIA PEREIRA BORGES NO DISTRITO DE PERESÓPOLIS NESTE MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, Conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo. **DATA DA ABERTURA: Dia 08 de novembro de 2019 as 08:00 Horas (horário de Mato Grosso).** CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Global.**

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT, 22 de outubro de 2019.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 013/2019

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - VALDECIR DOS SANTOS & CIA-EPP

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

DETENTORA DA ATA**: VALDECIR DOS SANTOS & CIA-EPP**

CNPJ:24.958.738/0001-24

OBJETO: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 170/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018, PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE/MT Registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, PALCO, CAMARIM, PAINEL EM LED E ILUMINAÇÃO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente de Nova Brasilândia-MT

VALOR: **R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**

ASSINATURA**: 18 de outubro de 2019.**

VIGENCIA: **18 de outubro de 2019 a 19 de dezembro 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°.107/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°.107/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ: 04.848.770/0001-40

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro para escavação de valas, colocação de paver de concreto e plantio de grama na Feira Municipal do Produtor Rural “Luiz José dos Reis”, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e Turismo

V**ALOR:R$ 7.472,61** (sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta um centavos)**.**

ASSINATURA**: 17 de outubrode 2019.**

VIGENCIA: **17 de outubro de 2019 a 17 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 25/2019, cujo objeto é a: **Seleção de melhor Proposta objetivando o Registro de Preço para Aquisição a pronta entrega e fracionada de produtos de Limpeza, Copa e Cozinha e Gêneros Alimentícios para uso em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Nova Guarita- MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **05/11/2019**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, n° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00 às 12:00 horas ou através do site **www.novaguarita.mt.gov.br** e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do e-mail **licitacao@novaguarita.mt.gov.br**.

Nova Guarita – MT, em 22 de Outubro de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 46/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 46/2019

PROC. LICITATÓRIO: 91/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 46/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: SM - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de execução de projeto de implantação e pavimentação de rodovias, atendendo o município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 21 de Outubro de 2019.

CONTRATADO:

SM - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI - VALOR: R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).

Ata de Registro 45/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 22 de Outubro de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 50/2019

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 50/2019

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 50/2019.

ABERTURA: 01 de novembro de 2019 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:10 ás 13:20 horas;

OBJETO: Registro de Preço para microempresa regional na contratação de empresa especializada, para fornecimento de materiais, instrumental, Equipamentos e Material Permanente prezando pela qualidade e pelo melhor custo benefício para atender a demanda do Município.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 22 de outubro de 2019.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

PROC. LICITATÓRIO: 91/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 46/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de execução de projeto de implantação e pavimentação de rodovias, atendendo o município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 21 de Outubro de 2019. **CONTRATADO:**

SM - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI - VALOR: R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 22 de Outubro de 2019.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 002, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 002, de 30 de Setembro de 2019

O Conselho Previdenciário do NOVA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 638, de 27 de dezembro de 2012, por seu Regimento Interno, e,

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 25 de Setembro de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O NOVA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Lacerda/MT, 30 de Setembro de 2019.

DANIELE MENEZES SOUZA

Presidente do Conselho do Previdenciário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE CANCELAMENTO PUBLICAÇÃO CONTRATO 056/2019 DA ADESÃO 010/2019

O Município de Nova Marilândia torna público aos interessados, tornar sem efeito a publicação do EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2019 publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso ANO XIV nº3.329 no dia 07 de outubro de 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 019/2019 SRP 019/2019

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00-min (Horário Local), do dia 05 de novembro de 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT.** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com ou site www.novamarilandia.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00-min às 13h00min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilandia- MT, 22 de outubro de 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 017, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 017, de 22 de outubro de 2019

Determina o ARQUIVAMENTO do Processo Político-Administrativo nº 001/2019, que ter por objeto a apuração de denúncia contra o Senhor Donizete Martins Pereira, Vereador do Município de Nova Marilândia-MT.

Manoel Fernandes da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o contido nos autos do Processo Político-Administrativo nº 001/2019, referente a denúncia apresentada pelo senhor Neucireno Francisco Gomes, em 06 de Setembro de 2019, perante esta Câmara Municipal, contra o Vereador senhor Donizete Martins Pereira;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão Processante designada pela Portaria nº 015/2019, opinando pelo ARQUIVAMENTO da Denúncia, o qual foi submetido ao Plenário da Câmara na Sessão Ordinária do dia 21/10/2019, e aprovado pela maioria dos vereadores;

CONSIDERANDO, os termos do Art. 5º, inciso III do Decreto-Lei nº. 201/1967;

RESOLVE:

Art. 1º. **DETERMINA o ARQUIVAMENTO** do Processo Político-Administrativo nº 001/2019, que ter por objeto a apuração de Denúncia apresentada pelo Cidadão e Suplente de Vereador senhor Neucireno Francisco Gomes, em 06 de Setembro de 2019, perante esta Câmara Municipal, contra o Vereador senhor Donizete Martins Pereira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, em 22 de Outubro de 2019.

Manoel Fernandes da Silva Neto Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 851 /2019

Data: 22 de outubro de 2019

EMENTA: CRIA NORMAS E PROCEDIMENTOS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DOS ACORDOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EM QUE O MUNICÍPIO FOR PARTE INTERESSADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o - Esta Lei estabelece normas básicas sobre a realização dos acordos judiciais e extrajudiciais e cria normas e procedimentos no processo administrativo no âmbito da Administração municipal, visando, em especial os princípios da economicidade, legalidade, e a proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1o Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo quando no desempenho de função administrativa;

§ 2o Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2o. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, a apresentação de agravo, a de embargos e de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação seja do próprio Município ou qualquer órgão ou esfera de outro poder;

CAPÍTULO II DOS ACORDOS JUDICIAIS E EXTRA JUDICIAIS

Art. 3º. Nos processos judiciais em que o Município for parte, poderá ser adotado a forma de extinção por meio de acordos judiciais com prévia autorização legislativa onde deverá constar obrigatoriamente no projeto de Lei:

I. Planilha atualizada constando a demonstração do valor a ser proposto, podendo ser obtido por balizamento de preço ou outro meio idôneo;

II. O acordo judicial privilegiará o encontro de contas, e caso o débito seja tributário, deverá ser atualizado com juros de mora de 0.5% ao mês e correção monetária pelo INPC;

Art. 4º. O Chefe do poder executivo poderá autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais mediante autorização legislativa específica para cada caso;

§ 1o Quando o litígio envolver valores superiores a R$ 10.000,00 o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de aquiescência do chefe do Poder Legislativo;

§ 2o Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados;

§ 3o O acordo de que trata o caput poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta;

§ 4o Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo;

Art. 5o. O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público do Município deverá conter:

I - a descrição das obrigações assumidas;

II - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações

III - a forma de fiscalização da sua observância;

IV - os fundamentos de fato e de direito;

V - a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento.

Art. 6º. O Município poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas Municipais;

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Art. 7º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciários e à conta do respectivo crédito.

Parágrafo único. É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciários.

Art. 8o. As competências previstas nesta Lei aplicam-se concorrentemente àquelas específicas existentes na legislação em vigor em relação às autarquias, às fundações e às empresas públicas Municipais não dependentes.

Art. 9º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às ações propostas e aos recursos interpostos pelas entidades legalmente sucedidas pelo Município.

Art. 10 A representação judicial do Município por seu procurador ocupante de cargo efetivo do respectivo quadro, independe da apresentação do instrumento de mandato.

Parágrafo único. O chefe do poder executivo poderá constitui advogado independente da atuação do Procurador do Município concursado, onde será responsabilizando pelos honorários caso sucumbente;

Art. 11. Ficam convalidados os acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, realizados pelo Município pelas autarquias, fundações ou empresas públicas Municipais anteriores a essa Lei;

CAPÍTULO III

DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 12. O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular agravo, embargos e alegações finais após o da administração e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

CAPÍTULO IV DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 13. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO V DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 14. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado e terá como condição de admissibilidade o expresso descumprimento de Lei;

§1º. Na dúvida no descumprimento de Lei, prevalecerá a boa fé do administrado;

§2º. A decisões interlocutórias em qualquer fase processual, estão sujeitas aos embargos e agravo

Art. 15. O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Art. 17. Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO VI DOS INTERESSADOS

Art. 18. São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 19. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

CAPÍTULO VII DA COMPETÊNCIA

Art. 20. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 21. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 22. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 23. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1o O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2o O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3o As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 24. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 25. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 26. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

CAPÍTULO VIII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 27. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

II - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

§1º. Os impedimentos não poderão ser ampliados sem autorização legal em detrimento ao princípio Constitucional da Legalidade;

§2º. Não há conflito de interesse a gerar impedimento nos atos acessórios, se não o havia no ato original;

§3º. O Parecer sem efeito vinculante não é causa de impedimento;

Art. 28. Pode ser arguida nos processos administrativos a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 29. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO IX DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 30. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1o Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2o Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3o A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4o O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 31. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 32. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Art. 33. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

CAPÍTULO X DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 34. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1o A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2o A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3o A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via eletrônica, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4o No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5o As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 35. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.

Art. 36. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO XI DA INSTRUÇÃO

Art. 37. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

§ 1o O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2o Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Art. 38. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 39. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1o A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2o O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 40. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 41. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 42. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Art. 43. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Art. 44. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 45. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 46. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, ouvir testemunhas, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1o Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2o Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias cabendo recurso de tal decisão;

Art. 47. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Art. 48. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 49. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 50. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1o Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2o Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 51. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 52. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Art. 53. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 54. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

CAPÍTULO XII DO DEVER DE DECIDIR

Art. 55. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 56. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Art. 57. O processo administrativo deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias sob pena de nulidade;

CAPÍTULO XIII DA MOTIVAÇÃO

Art. 58. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

VIII. A anulação não poderá prejudicar terceiros, caso o vício do ato foi de responsabilidade da administração;

§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2o Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3o A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

CAPÍTULO XIV DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 59. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1o Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2o A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 60. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

CAPÍTULO XV DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 61. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 62. O direito da Administração de anular os atos administrativos seja simples ou complexo que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decairá em cinco anos a partir da data que foram praticados salvo com-

provada má fé e os pretéritos a esta Lei ficam convalidados caso atingido o trânsito em jugado mediante escoamento do prazo de recurso

§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

§3º. O ato administrativo somente poderá ser anulado, caso esteja presente como parte o Município por meio de sua Procuradoria;

Art. 63. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração e por esta Lei;

CAPÍTULO XVI DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 64. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1o O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2o Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3o Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 65. O recurso administrativo tramitará no mínimo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 66. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;

II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 67. Salvo disposição legal específica, é de quinze dias úteis o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1o Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2o O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 68. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 69. Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 70. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

Art. 71. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1o Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2o O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 72. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

Art. 73. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso;

Art. 74. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal;

Art. 75. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

CAPÍTULO XVII DOS PRAZOS

Art. 76. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1o Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2o Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3o Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 77. Fica definido como de 15 (quinze) dias úteis os prazos nos processos administrativo;

Art. 78. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

CAPÍTULO XVIII DAS SANÇÕES

Art. 79. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80. Os processos administrativos que não possuam lei própria, reger-se-á pelos preceitos desta Lei.

Art. 81. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado;

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1o A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 2o Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 82 – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 83– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 22 (vinte e dois) dias de outubro de 2019 (dois mil e dezenove).

_____

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora.

PORTARIA Nº 016/2019

PORTARIA Nº 016/2019

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Sra° "PATRICIA DE SOUZA VIEIRA RODRIGUES".

Manoel Fernandes da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e em cumprimento ao que dispõe a Lei Complementar n.º 681, de 06 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora em Cargo Efetivo Sra PATRICIA DE SOUZA VIEIRA RODRIGUES, ocupante do cargo de ZELADORA, lotada nesta secretaria do Legislativo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito.

Art. 2º - O período concedido terá início de em 01/11/2019 a 30/11/2019, retornando suas atividades no dia 02/12/2019.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar ás atividades concernentes ao seu cargo junto á secretaria da administrativa da câmara municipal de Nova Marilândia-MT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia-MT, em 21 de outubro de 2019.

MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

LICITAÇÃO E CONTRATOS
ORDEM DE REINÍCIO DE OBRA

Nº do Contrato: Contrato 033/2016

Empresa: PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI - ME

Processo Licitatório: Tomada de Preço 009/2016

Obra: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 0449/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID.

Considerando que os fatores que condicionaram a paralisação em 10/04/2019, já não mais existem, uma vez que o órgão convenente efetuou liberação de recursos, expede-se a presente ordem de reinicio da obra, que deve ser reiniciada imediatamente.

NOVA MARILÂNDIA – MT, 22 de outubro de 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 011/2019/PMNMV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 49/2019, do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE,** no dia **05/11/2019 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, FUNILARIA E PINTURA, Á FIM DE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES Á PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.**

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 22 de Outubro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 011/2019

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 090 DIMAK

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Nazaré- MT

Contratado: **DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº 01.840.707/0001-79 e Inscrição Estadual nº 13.174.906-4,

estabelecida na cidade de Várzea Grande-MT, à Av. da Feb nº 2241, Bairro Ponte Nova.

Contrato: 090/2019

Data: 15/10/2019

Vigência: 15/10/2020

Objeto: Futura e eventual quisição de **escavadeira hidráulica conforme contrato de repasse nº 871934/2018/MAPA/CAIXA, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**.

Valor da redução: R$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).

PREFEITURA
DECRETO Nº 1973 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO Nº 1973 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre de Licença para tratar de assunto particular e dá outras providências.

O Sr. **João Teodoro Filho**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 98 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007, parágrafo único,

DECRETA.

Art. 1º. - Fica concedido Licença Particular a servidora pública **ROSA MARIA ALVES DE SOUZA,** lotada na Secretaria de Administração na função de Agente de Limpeza, , licença para tratar de assunto particular de até 02 (dois) anos sem subsidio, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 25 de outubro de 2019 e término no dia 25 de outubro de 2021, podendo retornar antes desse período por interesse de ambas as partes.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso em 22 de outubro de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
PORTARIA Nº 1439 DE 22 DE OUTUBRO DE 2.019.

PORTARIA Nº 1439 DE 22 DE OUTUBRO DE 2.019.

"*Dispõe sobre nomeação para exercer em comissão de Chefe do Departamento de Compras*."

O Senhor ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor, ***GABRIEL ALVES RIBEIRO*,** inscrita sob o CPF n° **073.200.731-37,**para exercer em comissão o cargo de ***CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS***, fazendo jus à remuneração inerente ao cargo, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 01 de outubro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, aos 22 dias do mês de outubro de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
DECRETO Nº 1972 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO Nº 1972 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre de Licença para tratar de assunto particular e dá outras providências.

O Sr. **João Teodoro Filho**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 98 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007, parágrafo único,

DECRETA.

Art. 1º. - Fica concedido Licença Particular a servidora pública **SILMA PEREIRA MACHADO,** lotada na Secretaria de Saúde na função de Agente de Limpeza, , licença para tratar de assunto particular de até 02 (dois) anos sem subsidio, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 22 de outubro de 2019 e término no dia 22 de outubro de 2021, podendo retornar antes desse período por interesse de ambas as partes.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso em 22 de outubro de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 007/2019/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 153/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 181/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 007/2019/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇAO PUBLICA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT **.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 07 de Novembro de 2019**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 22 de Outubro de 2019.

ALDENI ANTONIA DO NASCIMENTO

Presidente Da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº65/2019/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 152/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO Nº. 065/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo

como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PEÇAS PARA REALIZAÇÃO DA DECORAÇAO NATALINA NO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/ MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 05 de novembro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 22 de Outubro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200061/2019/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 061/2019/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 141/2019

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: REGIMAR MOREIRA DA COSTA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.760.680/0001-47, com sede RUA ANTONIO BATISTA DA COSTA, Nº 172- SETOR E, CENTRO DE TANGARA DA SERRA MT, CEP 78.300-000 neste ato, representada pelo Sr. REGIMAR MOREIRA DA COSTA, portador da Cédula de identidade RG 1271872-7 SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 884.0003.871-04, residente e domiciliado na RUA ANTONIO BATISTA DA COSTA Nº 395,

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
REGIMAR MOREIRA DA COSTA ME CNPJ: 23.760.680/0001-47	R$187.876,80 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)

VALOR GLOBAL LICITADO: R$ 187.876,80 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

12-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DOTAÇAO FONTE
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM E SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/ MT.

VIGENCIA 22/10/2019 A 22/10/2020

Nova Olímpia, 22 de outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2019

PREGAO PRESENCIAL -SRP N° 061/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 141/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: REGIMAR MOREIRA DA COSTA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.760.680/0001-47, com sede RUA ANTONIO BATISTA DA COSTA, Nº 172- SETOR E, CENTRO DE TANGARA DA SERRA MT, CEP 78.300-000 neste ato, representada pelo Sr. REGIMAR MOREIRA DA COSTA, portador da Cédula de identidade RG 1271872-7 SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 884.0003.871-04, residente e domiciliado na RUA ANTONIO BATISTA DA COSTA Nº 395.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM E SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/ MT.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

12-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DOTAÇAO FONTE
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000

VALOR GLOBAL: R$ 187.876,80 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA 22/10/2019 ATE 22/10/2020

NOVA OLÍMPIA/MT, 22 outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 004/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO.

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 004/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: ADRIANA PRADO DOS SANTOS MOVEIS E DECORAÇÕES - ME

CNPJ n° 28.058.646/0001-49

RESCISÃO do contrato de forma amigável, com base no artigo 79, II da Lei 8.666/93.

OBJETO: FICA RESCINDIDO O **CONTRATO Nº 04/2019,** CELEBRADO EM 16 DE AGOSTO DE 2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERENCIA DO EDI-

TAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Valor Unit	VALOR
17m²	Móvel planejado aberto, na cor Itapuã, profundidade de 40 a 80 centímetros, em 100% fibra moldada, super médium, density fireboard, devera atender as normas, E.N-622, E.N-120, E.N 324, E.N 318 apresentar ficha técnica, material de acabamento atendendo as normas DIN 68861-1, DIN 68861-4, E.N 15187, E.N 71-3, anexar certificação, laterais 45mm chapeado, prateleiras 45mm chapeado fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, fundo mdf ultra 6mm cor Itapuã, fita de borda em abs com controle de qualidade Eph, na cor Itapuã serão admitidas a fabricação de prateleiras, nichos e painéis. Unidade de médida m²., ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por cola de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50% apresentar fisqp, sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/tecnil, declaração de garantia mínima 03 anos, e assistência técnica permanente, prazo máximo para execução de reparos ou troca em 24 horas após chamado.sem ônus algum ao órgão solicitante pelo período da garantia, indicar nome, endereço, telefone, e email do técnico responsável pela assistência de garantia. Unidade de medida m², despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso	650,00	11.050,00
12.70m²	Móvel planejado fechado na cor Itapuã, profundidade de 40 a 80 centímetros, em 100% fibra moldada, super médium, density fireboard, deverá atender as normas, E.N-622, E.N-120, E.N 324, E.N 318 apresentar ficha técnica, material de acabamento atendendo as normas DIN 68861-1, DIN 68861-4, E.N 15187, E.N 71-3, anexar certificação, laterais 45mm chapeado, prateleiras 45mm chapeado fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, fundo mdf ultra 6mm cor Itapuã, portas em mdf ultra 18mm, contendo em seu interior prateleiras, gavetas com corrediça, com capacidade para até 60 kg, incluso acessórios e puxadores, puxador perfil com tampa lateral com variação de medida 15 a 18mm em inox e bronze, dobradiças com amortecedor para fechamento suave, dobradiças com engate rápido, fita de borda em abs com controle de qualidade Eph, Fabricação de moveis de escritório (armários, balcões, gaveteiros móvel), cozinha, guarda roupas, cômodas, armários aéreos, unidade de medida m². ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por cola de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50% apresentar fisqp, sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/tecnil, declaração de garantia mínima 03 anos, e assistência técnica permanente, prazo máximo para execução de reparos ou troca em 24 horas após chamado.sem ônus algum ao órgão solicitante pelo período da garantia, indicar nome, endereço, telefone, e email do técnico responsável pela assistência de garantia. Unidade de medida m², despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso.	1.422,00	18.059,40
	TOTAL		29.109,40

DATA: 21/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2019

Dispõe sobre a Homologação as Inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019.

A Senhora Carla Beatriz Pereira Bernardes, Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº. 802, de 09 de julho de 2019, em cumprimento ao disposto no Anexo V do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, torna público o que segue:

I. Homologa as Inscrições Deferidas e Indeferidas, Conforme Anexos I e II deste Edital Complementar.

Nova Xavantina, 23 de outubro de 2019.

CARLA BEATRIZ PEREIRA BERNARDES

Presidente da Comissão

Portaria nº 802/2019 de 09/07/2019

ANEXO I

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – AAE - TRANSPORTE				
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	324	LEANDRO FARIA DA SILVA	RG 21267170 SSP MT	DEFERIDA
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	37	ANILZA ANGELO DA SILVA	RG 11084215 SSPMG MG	DEFERIDA
2	344	CLEUDILENI FERREIRA DOS SANTOS	RG 21164630 SSP MT	DEFERIDA
3	47	ELEXSANDRA CASTRO SOUSA	RG 18130127 SSP MT	DEFERIDA
4	26	LEIDIANE CIRIACO ARMELO	RG 16018966 S S MT	DEFERIDA
5	15	LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA	RG 816.706 SSP TO	DEFERIDA
6	310	MARCIA VANIA PEREIRA DE SOUSA SILVA	RG 17236002 SSP MT	DEFERIDA
7	110	MARIA CÉLIA ALVES DE CARVALHO	RG 0787200 SSP MT	DEFERIDA
8	149	MARIA CLAUDIA DO NASCIMENTO	RG 19066660 SSP MT	DEFERIDA
9	49	MARIA INES BALDONADO DA SILVA	RG 07621230 SESP MT	DEFERIDA
10	326	MARIANA GOMES BERNARDES	RG 405817 SSP/MY MT	DEFERIDA
11	302	SIMONE MARIA DE ALBUQUERQUE	RG 8076884959 SSP/RS	DEFERIDA
12	304	VANESSA SABRINA MARTINS GOMES	RG 20140240 SSP MT	DEFERIDA
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO INFRAESTRUTURA				
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	45	CLARICE PEREIRA COSTA	RG 08455074 SESP MT	DEFERIDA
2	259	ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS	RG 24671029 SSP MT	DEFERIDA

3	216	CELIA SOARES DE OLIVEIRA	RG 11187700 SSP MT	DEFERIDA
4	85	CONCEIÇÃO LUZ DE SOUSA	RG 06783414 SSP MT	DEFERIDA
5	299	CREUZILENE VIEIRA DA SILVA CABRAL	RG 16613015 SSPMT	DEFERIDA
6	188	DANIELA MARIA BARICHELLO	RG 1847702-0 SSP/MT	DEFERIDA
7	60	DENISE GOMES RICARTE BRITES	RG 29051304 SSP/MT	DEFERIDA
8	218	GLAUCIA MAYSE VALERIA DE OLIVEIRA	RG 25434802 SSP MT	DEFERIDA
9	267	HELENA PEREIRA DE SOUZA	RG 19880049 SSP MT	DEFERIDA
10	108	KELLY CRISTINA BATISTA TEIXEIRA LIMA	RG 19985398 SESP MT	DEFERIDA
11	209	LARISSA RODRIGUES OLIVEIRA	RG 26694204 SSP MT	DEFERIDA
12	74	LEILIANE ALVES DE OLIVEIRA	RG 3561973 DGPC GO	DEFERIDA
13	206	MARIA FERNANDA DA SILVA PENA	RG 14203162 SSP MT	DEFERIDA
14	320	MARILUZE DE OLIVEIRA	RG 07399804 SSP MT	DEFERIDA

CARGO: PROFESSOR 1º AO 5° ANO CLASSE B -1

ORD.	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	SITUAÇÃO
1	124	ADRIANA CRISTINA FERREIRA DE JESUS	RG 13294326 SSP MT	DEFERIDA
2	269	ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS	RG 13294105 SSPMT	DEFERIDA
3	255	ALINE RODRIGUES PEREIRA	RG 12705837 SSP MT	DEFERIDA
4	352	ANA CLÁUDIA LOPES DE SOUZA	RG 10175830 SSP MT	DEFERIDA
5	62	ANA PAULA DA SILVA	RG 1017567-9 SJ MT	DEFERIDA
6	165	ANDREA ALVES DA SILVA	RG 17017432 SSP MT	DEFERIDA
7	300	ANDREIA NEVES CARVALHO	RG 14319330 SSP MT	DEFERIDA
8	167	ANTONIA LEILA RIBEIRO DA COSTA	RG 1686395-0 SSP/MT	DEFERIDA
9	288	ARCILENE ROSA COELHO	RG 356035 SSP GO	DEFERIDA
10	182	BRENDA RIBEIRO BORGES NOGUEIRA	RG 26263408 SESP MT	DEFERIDA
11	307	CELESTE CONCEIÇÃO DA SILVA	RG 3531046 SSP GO	DEFERIDA
12	93	CRISTIANE MARIA DOS SANTOS	RG 13156551 SSP MT	DEFERIDA
13	77	DEBORA THAIS ALVES DE ALMEIDA	RG 21507724 SSP MT	DEFERIDA
14	185	DEYSE LARA DE CARVALHO FARIA	RG 11589027 SESP MT	DEFERIDA
15	303	DILCE BISPO DE SOUZA	RG 546871 SSP MT	DEFERIDA
16	246	DOMINGAS FRANCISCA DE MORAES	RG 483905 SSPMT	DEFERIDA
17	287	DOMINGAS PEREIRA DE MELO	RG 06243835 SSP MT	DEFERIDA
18	346	ÉLIDA GORETH LOPES DE SOUZA	RG 898578 SSP MT	DEFERIDA
19	48	ELISVANIA SOARES DA SILVA	RG 13360230 SSPMT	DEFERIDA
20	257	ELIVAINE FERNANDES DE A. FARIAS	RG 26322323 SSP MT	DEFERIDA
21	13	EMMILY MIRANDA DA SILVA	RG 27361080 SESP MT	DEFERIDA
22	178	FABIANE FERNANDES DA SILVA	RG 11831499 SJ/MT	DEFERIDA
23	187	FLÁVIA CAETANO DA SILVA	RG 11290013 SSP MT	DEFERIDA
24	160	FLÁVIO DOS PASSOS OLIVEIRA	RG 941800 SGPC ES	DEFERIDA
25	240	FLORACI ALVES CAVALCANTE	RG 1369024-8 SSP MT	DEFERIDA
26	162	FRANCIELE NOETZOLD	RG 4550720 SSPSC SC	DEFERIDA
27	233	FRANCISCA IVONILDE DA SILVA COSTA	RG 0565282646 SSBA	DEFERIDA
28	56	GISELE VIEIRA DUARTE	RG 17880521X SSP SP	DEFERIDA
29	247	GIUCIELLI STARELI SOUZA	RG 15851524 SSP MT	DEFERIDA
30	105	IGNEZ DA SILVA DE ABREU	RG 12708780 MT	DEFERIDA
31	227	JOELNA DE JESUS CORDEIRO	RG 14012910 SSP MT	DEFERIDA
32	293	JUCIENE PEREIRA MENDONÇA	RG 1122975 SSPTO TO	DEFERIDA
33	153	JUCINEIA DA SILVA OLIVEIRA	RG 23553294 SESP MT	DEFERIDA
34	314	JULIANA VIEIRA RODRIGUES DA SILVA	RG 32279620 SESP MT	DEFERIDA
35	181	KAREN JEANINE TAVARES DA PAIXÃO	RG 24997234 SESP MT	DEFERIDA
36	322	KATIA LAURINDA DA SILVA	RG 11539003 SSP MT	DEFERIDA
37	180	KAUANDA TAVARES DA PAIXÃO	RG 27573168 SESP MT	DEFERIDA
38	106	LAUDISENE APARECIDA GOMES SALES	RG 14436574 SSP/MT	DEFERIDA
39	120	LAURA CASTRO AVELAR	RG 0782711-3 SSP/MT	DEFERIDA
40	87	LEANDRO RIBEIRO PADILHA	RG 5732593 PC GO	DEFERIDA
41	280	LECI JANETE PEREIRA TARTAS	RG 0526476-6 SSP/MT	DEFERIDA
42	104	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	RG 20084048 SSP/MT	DEFERIDA
43	266	LINDAMIR APARECIDA FABRI	RG 9134677-0 SSP SP	DEFERIDA
44	336	LINDIEIME PEREIRA DE S. GUIMARÃES	RG 5947555 SSP GO	DEFERIDA
45	204	LUANA DA SILVA BATISTA	RG 26854007 S E MT	DEFERIDA
46	220	LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	RG 19396775 SSP/ MT	DEFERIDA
47	171	LUCIANA JANUÁRIO DE SOUZA	RG 5921253 SSP GO	DEFERIDA
48	273	LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS	RG 1813604-4 SSPMT	DEFERIDA
49	197	MABIA MARIA MATIAS DOS SANTOS	RG 1717473-2 SSP MT	DEFERIDA
50	294	MARALUCIA CREUZA DA SILVA PAESE	RG 1039669 SSP MT	DEFERIDA
51	286	MARCELO PEDROSO DE MORAIS	RG 16883349 SSP MT	DEFERIDA
52	135	MÁRCIA REGINA FERREIRA DE ARAÚJO	RG 10396446 SSP MT	DEFERIDA
53	67	MARCIVANIA ALVES DE SOUZA	RG 0740353-4 SSP/MT	DEFERIDA
54	321	MARIA APARECIDA DANTAS	RG 05127718 SSP MT	DEFERIDA
55	20	MARIA APARECIDA FILIZARDO GALVÃO	RG 972257 SSPMT MT	DEFERIDA
56	42	MARIA APARECIDA RIBEIRO FERNANDES	RG 1058602 MT	DEFERIDA
57	219	MARIA DA CRUZ MADEIRA OLIVEIRA	RG 4854144 SSP PA	DEFERIDA
58	264	MARIA NEIDE SOUZA DOS SANTOS	RG 3414554 SSP DF	DEFERIDA
59	154	MARIA REGINA VIEIRA FONSECA	RG 5267865 SSP SP	DEFERIDA
60	102	MARIA SILVERIA DE SOUSA	RG 185616-3 SSP MT	DEFERIDA
61	144	MARISTELA ANTUNES F. FARIAS	RG 10658068 SSP MT	DEFERIDA
62	22	MICAEL FELIPE DE MORAES	RG 22594000 SSP MT	DEFERIDA

63	103	MISSIARIA DA SILVA	RG 0217148120027 SSPMA	DEFERIDA	
64	308	NÁIRA SILVA PEIXOTO	RG 5111254 SPTC GO	DEFERIDA	
65	159	NILVA CELESTINA DE L. DOS SANTOS	RG 10566899 SEJSP MT	DEFERIDA	
66	70	RENATA ARAÚJO SANTANA	RG 18061850 SSP MT	DEFERIDA	
67	83	RENATA MAGALHÃES DE SOUZA	RG 16564634 SSPMT	DEFERIDA	
68	127	ROBERTO LARA CAMARAO	RG 06361064 SSP MT	DEFERIDA	
69	61	ROICE MEIRE SILVA DA COSTA	RG 16712471 SSP MT	DEFERIDA	
70	142	SILVANA RIBEIRO DA SILVA	RG 6174711 SSP GO	DEFERIDA	
71	57	SÔNIA REGINA ALVES DOS S. SILVA	RG 1141123 SSP/MT	DEFERIDA	
72	217	SUILENE PEREIRA DA SILVA	RG 15978060 SSP MT	DEFERIDA	
73	176	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	RG 1000928-0 MT	DEFERIDA	
74	268	TATIANE APARECIDA DUQUE	RG 14238764 SSP-MT	DEFERIDA	
75	331	VANDIRA MARTINS DA C. FERREIRA	RG 07123671 SSP MT	DEFERIDA	
76	274	VANIA VIEIRA MIGUEL	RG 20401280 SSP MT	DEFERIDA	
77	214	VERA MARIA SCHOSSLER	RG 31483518 SESP MT	DEFERIDA	
78	172	VERONYCA MAYKELE S. BRANDÃO	RG 7410937 SSP PA	DEFERIDA	
79	261	VIVIANE MATOS DA ROCHA	RG 15656985 SSP/MT	DEFERIDA	
80	73	WALQUIRIA SOARES DA SILVA	RG 16105370 SSP MT	DEFERIDA	

CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TEDI

ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**	
1	23	ADRIANA DE OLIVEIRA AMORIM DA SILVA	RG 19682050 SSP MT	DEFERIDA	
2	145	ADRIANA GOMES MENEZES BRANDÃO	RG 21995702 SSP MT	DEFERIDA	
3	223	ADRIANO FERREIRA CABRAL	RG 24997986 SSP MT	DEFERIDA	
4	228	ALDINEIA GRACYELE RODRIGUES NUNES	RG 13447645 SSP MT	DEFERIDA	
5	200	ALINE CLARA DA LUZ	RG 23241314 SESP MT	DEFERIDA	
6	117	AMANDA VIEIRA TOLOTTI	RG 29031940 MT	DEFERIDA	
7	342	ANA CECÍLIA ALMEIDA DA SILVA	RG 1620359260 SSP BA	DEFERIDA	
8	64	ANDRIELE PAULA PRICINOTE	RG 2499761-7 SSP MT	DEFERIDA	
9	229	ANGELA SILVA DOURADO MARACAHIPES	RG 16220978 SSP MT	DEFERIDA	
10	81	BEATRYZ ARRUDA DE S. R. CAMPOS	RG 33173117 SSP MT	DEFERIDA	
11	150	CAMILA OLIVEIRA MONTEIRO	RG 2277271-1 SSP MT	DEFERIDA	
12	284	CELIA LUCIANA NEVES	RG 16663721 SSP MT	DEFERIDA	
13	232	CÍNTHIA SILVA BORGES CAMPOS	RG 25286765 SEJUSP MT	DEFERIDA	
14	230	CRISTIANE ALVES NEVES	RG 15269426 SSP MT	DEFERIDA	
15	164	DAIANE CLAUDIA DA SILVA	RG 21454183 SSPMT	DEFERIDA	
16	157	DAIANE PAULA DA SILVA SANTOS	RG 18652310 SSP MT	DEFERIDA	
17	319	DEBORA KATIUCE FERREIRA DE ARAUJO	RG 16043626 SSPMT	DEFERIDA	
18	8	DIDIMA KAROLINA CABRAL COSTA	RG 2811257-107102016	DEFERIDA	
19	184	DIVINA CÉLIA REZENDE	RG 1386668-0 SSP MT	DEFERIDA	
20	173	DOUGLAS VENICIO A. NONNEMACHER	RG 14699788 SSP MT	DEFERIDA	
21	175	ELANE SOUZA COSTA	RG 1741848-8 SSP MT	DEFERIDA	
22	298	ELENIR BARBOSA DE SOUZA GOMES	RG 15890635 SSP MT	DEFERIDA	
23	55	ELIAINE FERNANDA DAMAS	RG 16537420 SSP MT	DEFERIDA	
24	316	ELIENE RIBEIRO DOS SANTOS	RG 14019205 SSP MT	DEFERIDA	
25	313	ELISABETH MOREIRA DOS SANTOS	RG 30640989 MT	DEFERIDA	
26	137	ELISANDRA DIAS DE OLIVEIRA	RG 16698924 SJSP MT	DEFERIDA	
27	234	ELISANGELA LUCIA DOS SANTOS VARGAS	RG 6241871 SSP GO	DEFERIDA	
28	334	ELISÂNGELA MARIA E. DE MACEDO	RG 637809 SSP/TO	DEFERIDA	
29	79	ELISÂNGELA MARTINS GONTIJO	RG 13221112 SSP MG	DEFERIDA	
30	193	ELIZABETH SOARES DE BRITO SANTOS	RG 6778103 PC GO	DEFERIDA	
31	17	ELIZETH BELEM DA SILVA ORMONDES	RG 11669233 SJ MT	DEFERIDA	
32	151	ELMA CAMILO	RG 13866753 SSP MT	DEFERIDA	
33	128	FERNANDA DE SOUSA MESQUITA	RG 4669765 SSP GO	DEFERIDA	
34	198	FRANCISCA SOARES FERREIRA	RG 4634112 DGPC GO	DEFERIDA	
35	169	GABRIELLY INGRID DE ALMEIDA ALVES	RG 29394112 SSP MT	DEFERIDA	
36	201	GISLENE DA SILVA CARVALHO	RG 1574891-0 SSP MT	DEFERIDA	
37	248	HELAINE MARIA DE SOUZA	RG 15013650 SSP MT	DEFERIDA	
38	69	JANAINA GOMES BATISTA	RG 24305626 SSP MT	DEFERIDA	
39	279	JAQUELINE FARIAS GOMES	RG 17576300 SSP MT	DEFERIDA	
40	50	JESUS SERGIO DE SOUSA FARIAS	RG 18761100 SSP MT	DEFERIDA	
41	30	JÍNNY ÉDLLA MOREIRA S. R.DOS SANTOS	RG 2033200264 SSP/BA	DEFERIDA	
42	186	JOANA PAULA ALVES DOS SANTOS	RG 1861474 SSP DF	DEFERIDA	
43	262	JORDANA FERNANDES DE SOUZA FARIA	RG 31781012 SSP MT	DEFERIDA	
44	196	JORDELINA ALVES DOS SANTOS	RG 1861511 SSP DF	DEFERIDA	
45	348	JOSILENE ALVES DA SILVA	RG 12218340 SJ MT	DEFERIDA	
46	353	JUCIMARA SILVEIRA BARROS	RG 20647182 SSP MT	DEFERIDA	
47	315	JUCIMEIRE SILVÉRIO BARROS	RG 18640141 SSP MT	DEFERIDA	
48	195	JULIA MESQUITA CAMPOS	RG 25486845 SEJUSP MT	DEFERIDA	
49	239	JULIANA PEIXOTO DA ROSA	RG 1132874 SJ MT	DEFERIDA	
50	263	KAMILLA MENDANHA GALDINO FERREIRA	RG 29148332 SSP MT	DEFERIDA	
51	89	KARINA ESTEFANI GALVÃO	RG 27188957 POLITEC MT	DEFERIDA	
52	134	KELLY CRIATINA BARACHO SOUSA	RG 17263000 SSP MT	DEFERIDA	
53	63	KETLY MARLAYNE ALVES DE L. RIBEIRO	RG 2338787-4 SSP/MT	DEFERIDA	
54	179	KIEZIA DA SILVA OLIVEIRA	RG 23721588 SEJUSP MT	DEFERIDA	
55	156	LAIARA BATISTA DE LIMA	RG 26550237 SSP MT	DEFERIDA	

56	147	LEIDIANE RODRIGUES CAVALCANTE	RG 2403474-6 SEJSP MT	DEFERIDA	
57	350	LENI ALVES DE AQUINO MORAIS	RG 12706663 SESP MT	DEFERIDA	
58	278	LEONARDO BARUFFALDI DOMINGOS	RG 24865344-6 RJ	DEFERIDA	
59	343	LUCIANA MORAIS SILVANO	RG 10353160 SJ MT	DEFERIDA	
60	52	LUCIANE FERREIRA CABRAL	RG 19696523 SSP MT	DEFERIDA	
61	132	LUCILENI INÁCIA DE FREITAS SILVA	RG 1810765-6 SSP MT	DEFERIDA	
62	161	LUCIMEIRE DE SOUSA FARIAS	RG 18012493 SSP MT	DEFERIDA	
63	129	LUNA KATRYNE RIBEIRO CARVALHO	RG 27745724 SSP MT	DEFERIDA	
64	168	MARIA CARMEM LUCIA LEITES S. BARROS	RG 14239396 SSP MT	DEFERIDA	
65	71	MARINALVA S. DE OLIVEIRA SOUZA	RG 17691443 SJSP MT	DEFERIDA	
66	335	MARLEI RENILDA RONSONI	RG 2736623-5 SSP MT	DEFERIDA	
67	295	MARLENE MORAIS SILVANO	RG 1781968-7 SSP MT	DEFERIDA	
68	345	MARTA APARECIDA MENDES SANTOS	RG 5269730 SPTC GO	DEFERIDA	
69	112	NADIELLY ROSA PAIVA R. S. DO PRADO	RG 22640991 SSP MT	DEFERIDA	
70	213	NANNDA TAINARA CUSTODIO ROSA	RG 536049932 88104 SP	DEFERIDA	
71	199	NATALINA TAVARES GOMES	RG 1665192 PCII GO	DEFERIDA	
72	158	NATHÁLIA OLIVEIRA NAVES	RG 6134956 POLITEC MT	DEFERIDA	
73	292	NAYANE CRISTINA MONTEIRO BARBOSA	RG 22596470 SSP MT	DEFERIDA	
74	215	NOECI BEATRIZ GAZOLA	RG 405463 SSP/MT	DEFERIDA	
75	91	NORMA BISPO DE SOUZA	RG 867103 SSP/MT	DEFERIDA	
76	97	PRISCILA LACERDA VIEIRA	RG 27756246 SSP-MT	DEFERIDA	
77	95	RAFAEL COSTA SOUZA	RG 24305499 SSP MT	DEFERIDA	
78	325	RAIMUNDA APARECIDA FARIA DA SILVA	RG 992890 SSP MT	DEFERIDA	
79	143	REBECA SILVA DE ARAÚJO	RG 17609780 SESP AM	DEFERIDA	
80	27	RICARDO BONIFACIO BARBOSA	RG 1080535 SESDC MT	DEFERIDA	
81	238	ROBERTA NAINE BELEM SOARES JOST	RG 21708045 SSP MT	DEFERIDA	
82	309	SAADILA CRISTINA MARTINS GOMES	RG 21504202 SSP MT	DEFERIDA	
83	34	SAMARA EDUARDA DE CARVALHO	RG 14786478 SSP MT	DEFERIDA	
84	328	SILVANY FEITOSA DE MATOS	RG 11607858 SSP MT	DEFERIDA	
85	12	SUELLEN SOUZA ARAÚJO AZEVEDO	RG 27663728 SSP MT	DEFERIDA	
86	51	TAMIRY GALVAO DE SOUZA	RG 18553834 SSP MT	DEFERIDA	
87	211	TANIA CHRISTINA S. DE SOUZA	RG 45093443-3 SSP SP	DEFERIDA	
88	301	TATIANE DE PAIVA ARRUDA	RG 16273893 SSP MT	DEFERIDA	
89	291	VANESSA NEVES DA SILVA	RG 27747433 SSP MT	DEFERIDA	
90	208	VERA LUCIA SOARES DE OLIVEIRA	RG 11542705 SSP MT	DEFERIDA	
91	205	WANUBYA LUANA SANTOS	RG 19891849 SSP MT	DEFERIDA	
CARGO: PROFESSOR 1º AO 5° ANO CLASSE B -1 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD					
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**	
1	266	LINDAMIR APARECIDA FABRI	RG 9134677-0 SSP SP	DEFERIDA	

ANEXO II

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrições não atendem o subitem 3.4 - Item 3 - do Edital do Processo Simplificado nº 01/2019.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – AAE - TRANSPORTE				
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	133	ALENIZIA GONÇALVES DO AMARAL	RG 16 DCSRO RO	INDEFERIDA
2	21	DANIELLA DA SILLVA	RG 13940115 SSP MT	INDEFERIDA
3	258	EDUARDO BEZERRA INOCÊNCIO	RG 24621374	INDEFERIDA
4	14	ICARO RIBEIRO CAVALHEIRO	RG 24996980 SSP MT	INDEFERIDA
5	109	JUSDEMAR LUIZ MARTINS	RG 634864 SSP/RO RO	INDEFERIDA
6	235	NILDA VALENTE LIMA DIAS	RG 33620081 SSPGO GO	INDEFERIDA
7	283	RAFAEL NASCIMENTO	RG 24917222 SEJUSP MT	INDEFERIDA
8	192	VANDERLEI INOCÊNCIO SOARES	RG 913394 SSP MT	INDEFERIDA
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
ORD	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	119	ALENIZIA GONÇALVES DO AMARAL	RG 16 DCSRO RO	INDEFERIDA
2	82	ANA FLÁVIA BATISTA RODRIGUES	RG 2712501-7 SSP MT	INDEFERIDA
3	115	ANA LUCIA LOPES DE SOUZA	RG 3821896 SSP MT	INDEFERIDA
4	256	ANA PAULA ROCHA SANTOS	RG 19044488 SSP MT	INDEFERIDA
5	155	CLEONICE GOMES DE MOURA	RG 2111395-5 SSP MT	INDEFERIDA
6	32	CRISTIANA COSTA SOUZA	RG 1319153312112009 MT	INDEFERIDA
7	11	CRISTIANE ALVES NEVES	RG 15269426 SSP MT	INDEFERIDA
8	276	EVANDRO ZILLMER DE FREITAS	RG 933856 SSP MT	INDEFERIDA
9	183	GEOVANA MARLI BORGES ROSA	RG 10352953 SESP MT	INDEFERIDA
10	96	HISVETISLANIA COSTA SOUZA	RG 10716050 SSP MT	INDEFERIDA
11	100	HITHALO ALMEIDA COELHO	RG 6310412 SSP GO	INDEFERIDA
12	260	MARIA KATTIELLY MOREIRA SANTOS	RG 29271266 SSP/MT	INDEFERIDA
13	131	MATHEUS YOLAN MATOS SOARES	RG 7596914 P C PA	INDEFERIDA
14	136	RAQUEL GREGORIO TEIXEIRA SILVA	RG 2004617-0 SESPP MT	INDEFERIDA
15	329	ROSIMEIRE BEZERRA ALVES	RG 19751052 SSP MT	INDEFERIDA
16	36	SANDRA APARECIDA DE MATOS SALES	RG 18373542 SSP MT	INDEFERIDA
17	222	YOKO ONO RODRIGUES DE JESUS	RG 12956996 SSP MT	INDEFERIDA

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO INFRAESTRUTURA				
ORD	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	212	BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO	RG 5338942 SSP GO	INDEFERIDA
2	84	CASSIA PAOLA BARROS COSTA	RG 21429456 SSP MT	INDEFERIDA
3	146	FRANCISCO FERREIRA NETO	RG 2674622-0 SSP-MT	INDEFERIDA
4	275	GLEICIANE BARBOSA FERREIRA	RG 4745197 DGPC GO	INDEFERIDA
5	101	HITHALO ALMEIDA COELHO	RG 6310412 SSP GO	INDEFERIDA
6	351	JÉSSICA FIDELIS GODOY	RG 23678216 MT MT	INDEFERIDA
7	46	JESUS SERGIO DE SOUSA FARIAS	RG 18761100 SSP MT	INDEFERIDA
8	226	JOHN KLEY SANTOS MATOS	RG 28841948 SSPMT	INDEFERIDA
9	281	KÁSSILA MAYKELLY FERNANDES SILVA	RG 28770404 SSP-MT	INDEFERIDA
10	29	LORRAINE MARTINS TELES	RG 2934249-0 S DE E MT	INDEFERIDA
11	202	LUCIANA BEZERRA ALVES	RG 11183969 S JMT	INDEFERIDA
12	333	MARLEI RENILDA RONSONI	RG 2736623-5 SSP MT	INDEFERIDA
13	40	RAYANE FRANCIELE SANTANA FEITOSA	RG 248231112 SSP MT	INDEFERIDA
PROFESSOR 1º AO 5° ANO CLASSE B -1				
ORD	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	92	ALANA GOMES RIBEIRO	RG 2272250-5 SSP MT	INDEFERIDA
2	41	ALESSANDRA DAMAS DA SILVA	RG 5270177 SSP GO	INDEFERIDA
3	249	ALICE FORSTHOFER	RG 18603629 SSP MT	INDEFERIDA
5	221	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA	RG 1629087-9 SSPMT	INDEFERIDA
6	166	ANDRESSA NADIR MUHL	RG 6098540501 SSP RS	INDEFERIDA
7	306	ÂNGELA RODRIGUES BATISTA DUARTE	RG 0956170-6 SSP/MT	INDEFERIDA
8	311	ANNA CLAUDIA R. SCHARFENBERG	RG 21864063 SSP MT	INDEFERIDA
9	191	BEATRIZ DALLILA VIEIRA DE OLIVEIRA	RG 5657161 SSP GO	INDEFERIDA
10	203	BEATRIZ VILLAS CAMPOS	RG 23194138 SSP MT	INDEFERIDA
11	118	CICERA ALVES DE OLIVEIRA	RG 1533193-8 SSP MT	INDEFERIDA
12	282	DANIELA NUNES DE MORAIS	RG 5853091 SSP GO	INDEFERIDA
13	305	DANILO OLIVEIRA BORGES	RG 4960917 DGPC GO	INDEFERIDA
14	327	ELIANE VIEIRA DE SOUSA OLIVEIRA	RG 12275948 SSP MT	INDEFERIDA
15	337	ELISÂNGELA MARIA E. DE MACEDO	RG 637809 SSP/TO TO	INDEFERIDA
16	356	EVA THAIS OLIVEIRA ALVES	RG 5852275 SSP GO	INDEFERIDA
17	126	GIOVANA REGINA FURTADO GUNTZEL	RG 0927649-1 SSSP MT	INDEFERIDA
18	245	IRACEMA LOPES DOS SANTOS	RG 1619553 SSP MT	INDEFERIDA
19	43	JACKELINE DA SILVA SIRQUEIRA SOUZA	RG 4958473 DGPC GO	INDEFERIDA
20	332	JOANAIINA ALVES DE AQUINO	RG 14468255 SSP MT	INDEFERIDA
21	318	JOVITA MADUREIRA DE ARAÚJO SILVA	RG 13607634 SSP MT	INDEFERIDA
22	355	KAMILA BRAGA GOMES	RG 7283471 PC GO	INDEFERIDA
24	340	KARLA MONIQUE SILVA CARNEIRO	RG 3922681 SSPDF DF	INDEFERIDA
25	250	KEROLAINE STEFANE S. DE OLIVEIRA	RG 22787062 SSP MT	INDEFERIDA
26	236	LAINE PEREIRA MOURA	RG 22761152 SSP MT	INDEFERIDA
27	18	LEIDIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	RG 16500067 SEJSP MT	INDEFERIDA
28	354	LEILA CRISTINA B. KRENCZINSKI	RG 1118442175 SSJ RS	INDEFERIDA
29	10	LUCIANA FREITAS DE MORAES	RG 3916596 SSP GO	INDEFERIDA
30	68	LUIZA LORENA SOUZA	RG 24.098.976-4 SPTC PE	INDEFERIDA
32	341	MARIA CRISTINA ALVES DE AQUINO	RG 12281280 SJ MT	INDEFERIDA
33	75	MARIA RAIMUNDA DE SÁ MENDES	RG 6742833 GO GO	INDEFERIDA
34	277	MERIDIANA BIER MONTEIRO LEITE	RG 3517049 PCII GO	INDEFERIDA
35	338	NAIANE ARANTES SILVA	RG 21348847 SSP MT	INDEFERIDA
36	125	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	RG 22618376 SSP MT	INDEFERIDA
37	28	RANS MILER PEREIRA DANTAS	RG 17432324 SSP MT	INDEFERIDA
38	225	REGIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA	RG 3880786 SSP-GO GO	INDEFERIDA
39	271	SUELI OLIVEIRA	RG 81722424 SSP SP	INDEFERIDA
41	139	TESTE TESTE TES TESTE	RG 1155215427 SSP BA	INDEFERIDA
42	290	VANDERLEIA JOSE DA SILVA	RG 22624945 SSP MT	INDEFERIDA
43	58	VANESSA DE JESUS OZÓRIO MESSIAS	RG 27361144 SSP MT	INDEFERIDA
44	90	ADRIANO LEITE DE CAMPOS	RG 2315284 SSP MT	INDEFERIDA
45	86	ANA CAROLINA TAUFMAN DA SILVA	RG 30099501 SSP MT	INDEFERIDA
46	312	ANA CLÁUDIA DOS SANTOS SILVA	RG 0790330750 SSP BA	INDEFERIDA
47	116	ANA PAULA DA SILVA	RG 6266199 SSP GO	INDEFERIDA
48	33	ANA PAULA ROCHA SANTOS	RG 19044488 SSP MT	INDEFERIDA
49	99	ANDRÉ DE SOUZA	RG 30036542 SSP/MT	INDEFERIDA
50	72	ANDRESSA ARRUDA COSTA	RG 6913279 PCII DF	INDEFERIDA
51	24	ANNA PAULA SANTOS ALMEIDA ROTTA	RG 4139658 SSP GO	INDEFERIDA
CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TEDI				
ORD.	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**DOCUMENTO**	**SITUAÇÃO**
1	253	CLAUDILENE MARTINS DA SILVA	RG 1594769-6 SSPMT	INDEFERIDA
2	163	CLECÍ PAULA DE SOUSA	RG 16562488 033 MT	INDEFERIDA
3	130	DAIANA BARRETO DE OLIVEIRA	RG 2590013-7 SSP MT	INDEFERIDA
4	272	DANIELLE MOREIRA DA SILVA	RG 243007840 SSP MT	INDEFERIDA
5	44	DÉBORA ARCANJO DE SOUZA	RG 27746135 EMT MT	INDEFERIDA
6	285	DEBORA MAIA DA SILVA NERES	RG 24991821 MT	INDEFERIDA
7	242	EDIENE HAIALA MOURA DE BRITO	RG 25097504 SEJUSP MT	INDEFERIDA
8	66	EDNA DE PAULA AMBRÓSIO	RG 7670615 SSP SC	INDEFERIDA
9	138	EDNA ROSA ALVES DE OLIVEIRA	RG 12280895 SSP/MT	INDEFERIDA

10	210	ELIANE BENTO DA SILVA	RG 20485123 SSP MT	INDEFERIDA
11	35	ELIKA MARTINS R. DE CARVALHO	RG 2165238-4 SSP/MT	INDEFERIDA
12	31	ÉLVIA DA SILVA RIBEIRO	RG 2622349 SSP MT	INDEFERIDA
13	114	EMILLY APARECIDA LOPES LEAL	RG 23568674 SSP MT	INDEFERIDA
14	297	ERIKA JAQUELINE COSTA DIAS	RG 2723627-7 SSP MT	INDEFERIDA
15	174	FABIANA AGUIAR M. CHAVES	RG 0253711720036 SSPMA	INDEFERIDA
16	78	FRANCIELA INACIO FERREIRA	RG 5104386 SPTC GO	INDEFERIDA
17	170	FRANCINEIDI MARTINS DA SILVA	RG 1686298-8 SSP/MT	INDEFERIDA
18	113	HENDILLY MARIA LOPES LEAL	RG 24997749 SSP MT	INDEFERIDA
19	177	HITHALO ALMEIDA COELHO	RG 6310412 SSP GO	INDEFERIDA
20	122	ILANA BEATRIZ SOUZA SOUTO	RG 26339463 SEJUSP MT	INDEFERIDA
21	317	IONE FURTADO DE BRITO	RG 1898495 SSPGO GO	INDEFERIDA
22	16	JANAINA UBELINOTOLEDO	RG 1604290-5 SSP MT	INDEFERIDA
23	190	JARCILENE DIAS DE SOUZA	RG 11535970 SSP MT	INDEFERIDA
24	9	JOIDA DA SILVA DOS SANTOS	RG 2303365_7 SSP/MT	INDEFERIDA
25	38	JULIANA FERREIRA FONSECA	RG 21038490 SEJUSP MT	INDEFERIDA
26	347	KARINA SOUTO ROCHA	RG 5533140 SSP GO	INDEFERIDA
27	19	KAUARA FERNANDA O. GOMES	RG 24990485 SSP/MT	INDEFERIDA
28	65	LEIDIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	RG 16500067 SEJSP MT	INDEFERIDA
29	289	LEONICE INOCENCIO SOARES	RG 12686093 SSP MT	INDEFERIDA
30	189	LINKETYNEI SOUZA DE FREITAS	RG 5641980 SSP GO	INDEFERIDA
31	140	LORENA BORGES MARTINS	RG 25979604 SESP MT	INDEFERIDA
32	243	LUCAS VIEIRA NEVES	RG 4851641 DGPC GO	INDEFERIDA
33	121	LUDIMILA RODRIGUES DE ALMEIDA	RG 7058911 PC GO	INDEFERIDA
34	296	LUIZ FAGNER DO NASCIMENTO	RG 2086596-1 SSP MT	INDEFERIDA
35	237	LUZANETE SOUSA DA CONCEICAO	RG 17951240 SSP MT	INDEFERIDA
36	98	MARCELO SOUSA NOGUEIRA	RG 23868562 SEJUSP MT	INDEFERIDA
37	251	MARCIELLY LIRA DA SILVA	RG 20997329 SSP MT	INDEFERIDA
38	25	MARCOS SANTANA DE SOUZA	RG 18114091 SSP MT	INDEFERIDA
39	339	MARIA EDUARDA SILVA DE SOUZA	RG 2853465-4 SSP MT	INDEFERIDA
40	241	MARIA KATTIELLY MOREIRA SANTOS	RG 29271266 SSP/MT	INDEFERIDA
41	88	MARLY DIAS DE SOUZA	RG 10783830 SSP MT	INDEFERIDA
42	141	MILLIANE SUELI DOS S. B. MIRANDA	RG 20619901 SSPMT	INDEFERIDA
43	54	MIRIAN COELHO AMORIN ALVES	RG 10602224 SSP MT	INDEFERIDA
44	265	NAYANE CRISTINE DA SILVA	RG 17989063 SSP MG	INDEFERIDA
45	76	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	RG 22618376 SSP MT	INDEFERIDA
46	244	PAULA HORTÊNCIA SOUZA BUENO	RG 6174922 61393997 MT	INDEFERIDA
47	207	PAULIANE DA SILVA SANTOS	RG 20529260 SSP MT	INDEFERIDA
48	39	PRISCILA RODRIGUES DA SILVA	RG 23371668 SSP MT	INDEFERIDA
49	270	RAFAELA XAVIER DE MIRANDA	RG 5473034 SPTC GO	INDEFERIDA
50	148	RAIANE CRISTINA DE MORAIS	RG 23104651 SSP MT	INDEFERIDA
51	152	RAIRA TRINDADE DE OLIVEIRA	RG 19794738 SSP MT	INDEFERIDA
52	94	REGINA CÂNDIDA DOS SANTOS	RG 138439-7 SSP MT	INDEFERIDA
53	357	RENATA SOUZA DE ASSUNÇÃO	RG 18693483 SSP MT	INDEFERIDA
54	123	ROMILDA PEDROSA ARAUJO MARTINS	RG 1645567-3 SSP MT	INDEFERIDA
55	107	ROSÂNGELA APARECIDA VIDAL	RG 16057449 SSP MT	INDEFERIDA
56	231	RUTHE MICHELY ANJOS DA SILVA	RG 24997242 SSP MT	INDEFERIDA
57	111	SARA MOURÃO DA SILVA	RG 6570558 SSP GO	INDEFERIDA
58	349	SIRLENE ARAUJO DIAS DE FREITAS	RG 20587627 SSP MT	INDEFERIDA
59	252	SUEIDE MARQUES DE OLIVEIRA	RG 3881217 SSP GO	INDEFERIDA
60	224	THÁILA EDUARDA F. FERNANDES	RG 26073307 SSP MT	INDEFERIDA
61	194	THAINARA PEREIRA DOS SANTOS	RG 3826170 SSP MT	INDEFERIDA
62	53	THATIANE NEVES DOS SANTOS BUENO	RG 26639157 SESP MT	INDEFERIDA
63	323	VANDERLEIA JOSE DA SILVA	RG 22624945 SSP MT	INDEFERIDA
64	330	VANDIRA MARTINS DA CRUZ FERREIRA	RG 07123671 SSP MT	INDEFERIDA
65	59	VANESSA DE JESUS OZÓRIO MESSIAS	RG 27361144 SSP MT	INDEFERIDA
66	254	WILLIAM RODRIGUES NETO	RG 1469604 SSP DF	INDEFERIDA
67	80	WISLAINE MARTINS DA SILVA	RG 18228410 SSP MT	INDEFERIDA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019 - PARECER Nº 02/ 2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

PARECER Nº 02/2019

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Interna nomeada pela Portaria nº. 802, de 09 de julho de 2019, no uso de suas atribuições, concedidas pelo E**dital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019** e Editais Complementares, após a verificação da regularidade, emite PARECER aos recursos impetrados, constatando:

1. RECORRENTES*:*

I - Candidato (a): Daiane Claudia da Silva – Inscrição nº 164 – Cargo: Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil – TEDI.

II - Candidato (a): Francisca Soares Ferreira – Inscrição nº 198 – Cargo: Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil – TEDI.

III - Candidato (a): Karen Jeanine Tavares da Paixão – Inscrição nº 181 – Cargo: Professor 1° ao 5° ano – Classe B-1.

IV - Candidato (a): Suzana Rodrigues de Oliveira – Inscrição nº 176 – Cargo: Professor 1° ao 5° ano – Classe B-1.

V - Candidato (a): Mábia Maria Matias dos Santos – Inscrição nº 197 – Cargo: Professor 1° ao 5° ano – Classe B-1.

VI - Candidato (a): Ana Claudia Lopes de Souza – Inscrição nº 352 – Cargo: Professor 1° ao 5° ano – Classe B-1.

2. TIPO DO RECURSO: Pagamento efetuado dentro do prazo previsto no Edital do Certame.

3. CONSIDERAÇÕES: Recurso Procedente. Os documentos apresentados pelos recorrentes comprovam que os pagamentos das inscrições foram dentro do prazo previsto no Edital, considerando dessa forma, as inscrições Deferidas.

Nova Xavantina, 23 de outubro de 2019.

CARLA BEATRIZ PEREIRA BERNARDES

Presidente da Comissão

Portaria nº 802/2019 de 09/07/2019

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 049/2.019

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 049/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público **A RETIFICAÇÃO** do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2.019 - objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de motoniveladora, nova, ano de fabricação corrente, motor diesel com redução de poluente, potência mínima de 150 hp, peso operacional mínimo de 16.000 kg, cabine fechada com 2 portas laterais equipada com ar condicionado, estrutura protetora rops/fops contra esmagamento, transmissão com mínimo de 08 marchas a frente e 04 a ré, luz de freio e lanterna traseira, alarme sonoro de marcha ré, direção hidráulica, pneus com medidas mínimas de 14.5x24 16 lonas ou superior, lamina central com medidas mínimas de 3.700 mm (comprimento), equipado com equipamento ripper traseiro com no mínimo 05 dentes instalados de fábrica, freios a disco banhados a óleo. Fornecimento de catalogo de peças e de manutenção da máquina no ato da entrega. Entregue no município de Nova Xavantina – MT, conforme edital e seus anexos. Onde se lê: D**ata de abertura dos envelopes 04/11/2.019, às 9h00 (horário de Brasília), **leia-se:** Data de abertura dos envelopes 06/11/2.019, às 9h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac... e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 22 de outubro de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL - PORTARIA N.º 211/2019

Portaria nº 211/2019

Data: 22/10/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Ho-

rizonte do Norte, Comarca de Porto dos Gaú-

chos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Nomear o Vereador Andre Vinicius Dominhaki, Tesoureiro do Poder Legislativo Municipal para o biênio de 2019 a 2020.

II – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Outubro de 2019.

Novo Horizonte do Norte/MT., 22/10/2019.

Ademar de Souza Pena

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223/2019

"Dispõe sobre a Exoneração de Servidora Ocupante em Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar e dá outras providências". "

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Dispõe da exoneração da Conselheira Tutelar **THAIS FERNANDA MARINOTTI MOREIRA,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 2439943-4 SSP/MT e do CPF nº 757.183.321-34, que vinha exercendo as funções do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar deste Município.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor reproduzindo seus efeitos a partir de 28/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 238/2019 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, portador da RG nº 878.155/SSP/MT e CPF nº 005.689.991-26 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 041/2019 – OBJETO: CONFECÇÃO DE PRATELEIRAS DE MADEIRA (RUSTICA) PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA MINERVINO PINTO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: GILBERTO DOS SANTOS MARTINS 63367111854.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 16 de Outubro de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: DEIJACI MOURA PAZ – ME

CNPJ: 12766922000193

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O REALINHAMENTO DE PREÇOS DOS ITENS **(23, 24, 25, 26, 27)** DA RELAÇÃO CONSTANTE DA **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

VIGÊNCIA: CONFORME A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 22 OUTUBRO DE 2019.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 239/2019 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA**, portadora da RG nº 2130611-7/SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 043/2019 – OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL APARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ATENDIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº 404/2018.

CONTRATADA: THAIS FERREIRA DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 18 de Outubro de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1668 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

"**DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM FUNÇÃO DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS**. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais

D E C R E T A:

Art. 1º - Em razão da data comemorativa do Dia do servidor público fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e das Autarquias com a suspensão automática dos expedientes, relativo aos dias adiante mencionado:

I. 25 de outubro de 2019 a partir das 11 horas da manhã - sexta-feira ;

II. 28 de outubro de 2019 - segunda-feira.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica às Repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto e às atividades essenciais de saúde e de interesse público, que deverão funcionar mediante escala e plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 21 de outubro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA			
DEPARTAMENTO DE COMPRAS			
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 058/2019			
Razão Social/Nome:			SANTO MARTINO FONTE
CNPJ/CPF:			34.131.919/0001-36
Endereço Completo:			RUA FREI DOLINO, S/N - PEDRA PRETA/MT.
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE 40 MTS DE DIVISÓRIA E 10 ESTANTES/ARMÁRIOS EM PSF'S.
Quantidade:			40(QUARENTA) METROS DIVISÓRIAS E 10(DEZ) ESTANTES.
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA GERAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 2.450,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.39

PORTARIA Nº 551/2019 - FÉRIAS REGULARES ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO

22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/03/2017 à 01/03/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO, lotado na Secretaria de Finanças de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, a serem usufruídas no período de **18/11/2019 à 07/12/2019,** sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

***ART.2º* -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 550/2019 - FÉRIAS REGULARES JESUINA PAIVA DE MENDONÇA

22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/02/2015 à 01/02/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora JESUINA PAIVA DE MENDONÇA, lotada na Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem usufruídas nos períodos de **22/10/2019 à 21/11/2019.**

***ART.2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 044/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **Pregão Presencial SRP 044/2019**;

RESOLVE:

HOMOLOGAR: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES DO GRUPO “A”, “B” E “E”, DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2015, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT,CONFORME ESPECIFICAÇÕES, EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA**.**

ADJUDICAR: os objetos licitados das empresas abaixo relacionadas, que se sagraram vencedoras do certame acima mencionado.

Razão Social: **BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA,** INSCRITA NO **CNPJ: 22.096.126/0001-44** com endereço na Rua Mario Rossignolo, Nº 406 – Bairro Distrito Industrial – Rondonópolis - MT – CEP: 78745-790 - fone: (66) 3026-1010 e e-mail: antonelle@bioresiduosambiental.com.br .

VALOR DA PROPOSTA

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Valor Unitario	Valor Total
01	8400	KG	67658	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES DO GRUPO "A", "B" E "E".	6,14	51.576,00

VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA: R$ 51.576,00 (Cinquenta e um mil quinhentos e setenta e seis reais)

Proceda - se a Contratação dos vencedores do certame**:**

BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, INSCRITA NO **CNPJ: 22.096.126/0001-44** com endereço na Rua Mario Rossignolo, Nº 406 – Bairro Distrito Industrial – Rondonópolis - MT – CEP: 78745-790 - fone: (66) 3026-1010 e e-mail: antonelle@bioresiduosambiental.com.br

Pedra Preta - MT, 22 de Outubro de 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2018.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2018.

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 0505/2019/GESTÃO DO SUS;

CONSIDERANDO que mesmo extrapolado o Limite Prudencial estabelecido na LRF, conforme estabelecido na Resolução de Consulta n.º 50/2010 do TCE-MT, **é possível contratação de servidores para substituição de pessoal decorrente de exoneração, demissão ou dispensa, nas ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO e segurança, desde que seja para realização de atividades finalísticas dessas áreas e que não haja aumento de gastos com pessoa**l;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018 realizada por meio do Decreto nº 158/2018, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 14/12/2018, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADO** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 0002/2018,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

Motorista

3º	**472**	**Teonilio Rocha Filho**	**Em substituição a Jhonatan da Conceição Silva que pediu exoneração no dia 16/09/2019.**	**Atenção Básica.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 059/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA			
DEPARTAMENTO DE COMPRAS			
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 059/2019			
Razão Social/Nome:			CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI
CNPJ/CPF:			17.059.112/0001-10
Endereço Completo:			TENENTE CORONEL THOGO DA SILVA PEREIRA Nº 400 - CUIABÁ-MT.
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			AQUISIÇÃO DE 30(TRINTA) ROLO DE PAPEL ECG 216X30 PARA O ELETROCARDIOGRAFO BIONET, MODELO CARDIOCARE 2000.
Quantidade:			30(TRINTA) ROLOS.
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA GERAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 852,15		
Elemento de Despesa:			3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 060/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA			
DEPARTAMENTO DE COMPRAS			
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 060/2019			
Razão Social/Nome:			TRANSAGUA EIRELI
CNPJ/CPF:			28.427.494/0001-04
Endereço Completo:			RUA GOMES PEREIRA S/Nº
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE MINIMA DE 22.000 (VINTE E DOIS MIL) LITROS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGUAÇÃO DAS VIAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA.
Quantidade:			15(QUINZE) DIAS.
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Valor:	R$ 6.500,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 061/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 061/2019	
Razão Social/Nome:	RONDET COM. PROD. DE LIMPEZA LTDA-ME
CNPJ/CPF:	70.487.558/0001-29
Endereço Completo:	AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA Nº 4192 - RONDONÓPOLIS/MT
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA SENDO; 04(QUATRO) GALÕES DE SOLUPAN DE 50 LITROS CADA E 04(QUATRO) GALÕES DE INTERCAP 50 LITROS CADA.
Quantidade:	08(OITO) UND.
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor: R$ 1.688,40	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 062/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 062/2019	
Razão Social/Nome:	GERIR ENGENHARIA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
CNPJ/CPF:	34.201.344/0001-80
Endereço Completo:	RUA AFONSO PENA Nº 809 - RONDONÓPOLIS/MT.
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE P. P. P. (PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO) REFERENTE A 15(QUINZE) PERÍODOS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS.
Quantidade:	15(QUINZE) UND.
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Valor: R$ 1.500,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 063/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 063/2019	
Razão Social/Nome:	BISOTEX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF:	19.980.494/0001-46
Endereço Completo:	RUA ALBERTO SADDI Nº 655 - RONDONÓPOLIS/MT.
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 01(UMA) PORTA DE CORRER EM VIDRO FUMÊ, COM MEDIDAS 1,10 X 2,20 COM TUPO PARA O CORREDOR DO PAÇO MUNICIPAL.
Quantidade:	01(UMA) UND.
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Valor: R$ 1.100,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 065/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 02/10/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 065/2019	
Razão Social/Nome:	GERMANO GUERCHI FILHO
CNPJ/CPF:	29.931.659/0001-43
Endereço Completo:	RUA PORTO MURTINHO
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	

Produtos/Serviços:	LOCAÇÃO DE 10(DEZ) TENDAS 5X5 MTS E 01(UMA) TENDA 10X10 MTS, INCLUINDO SERVIÇOS DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO DIA DAS CRIANÇAS NO CENTRO DE EVENTOS - ALEXANDRINA ALVES DE FREITAS.
Quantidade:	11(ONZE)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇAO E ADMINISTRAÇÃO.
Valor:	R$ 2.900,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

PORTARIA Nº 549/2019 - FÉRIAS REGULARES ADSONIA DA SILVA MATOS

22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **26/05/2018 à 26/05/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora ADSONIA DA SILVA MATOS, lotada na Secretaria de Finanças de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas nos períodos de **22/10/2019 à 31/10/2019 e de 25/11/2019 à 14/12/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 064/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 02/09/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 064/2019	
Razão Social/Nome:	EMPRESA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO EIRELI
CNPJ/CPF:	32.628.837/0001-76
Endereço Completo:	AV: FILINTO MULLER, 1196
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	SERVIÇOS DE PESQUISA ADMINISTRATIVA REFERENTE A GESTÃO 2017 ATÉ A PRESENTE DATA.
Quantidade:	01(UM)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇAO E ADMINISTRAÇÃO.
Valor:	R$ 5.800,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

PORTARIA Nº 548/2019 - ALTERA COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019

22 DE OUTUBRO DE 2.019.

Dispõe sobre Alteração do Artigo 1º da Portaria nº 516/2019 de 07 de outubro de 2019 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora JOELMA LEMES DE SOUZA esta de férias, conforme Portaria nº 512/2019 de 04 de outubro de 2019,

RESOLVE:

ART. 1º REDESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo descritos, para instituir a Comissão de Processo Administrativo nº 014/2019, nomear os Servidores Municipais, **REJANE OLIVEIRA HORTA**, **NABILA FERNANDA DA SILVA e LEVINO JOSE DE OLIVEIRA,** para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo nº 014/2019.

ART. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 066/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 02/10/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 066/2019	
Razão Social/Nome:	GELO TREVO E EVENTOS LTDA-ME
CNPJ/CPF:	11.706.784/0001-94
Endereço Completo:	RUA 5, 169
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 5.000 (CINCO MIL) PICOLÉS PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO DIA DAS CRIANÇAS
Quantidade:	5000(CINCO MIL)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇAO E ADMINISTRAÇÃO.
Valor:	R$ 5.250,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 067/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 04/10/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 067/2019	
Razão Social/Nome:	W R DA SILVA & DA SILVA LTDA ME
CNPJ/CPF:	07.546.100/0001-67
Endereço Completo:	AV APARECIDA DOMINGOS SANTANA
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE ARAME LISO GALVANIZADO E ARAME FARPADO
Quantidade:	06(SEIS)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Valor:	R$ 1.800,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

PORTARIA Nº 547/2019 - ALTERA COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019

22 DE OUTUBRO DE 2.019.

Dispõe sobre Alteração do Artigo 1º da Portaria nº 515/2019 de 07 de outubro de 2019 e dá outras providências.

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora JOELMA LEMES DE SOUZA esta de férias, conforme Portaria nº 512/2019 de 04 de outubro de 2019,

RESOLVE:

ART. 1º REDESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo descritos, para instituir a Comissão de Processo Administrativo nº 013/2019, nomear os Servidores Municipais, **REJANE OLIVEIRA HORTA**, **NABILA FERNANDA DA SILVA e LEVINO JOSE DE OLIVEIRA,** para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo nº 013/2019.

ART. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 047/2019, tendo por OBJETO **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (REAGENTES E INSUMOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Maurício Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro

de Preços nº 047/2019 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Material(ais), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITARIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO - SRP nº 047/2019; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura das empresas **EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA - ME,** com o **CNPJ n° 19.993.061/0001-25; FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME,** com o **CNPJ n° 22.803.038/0001-35; M.S. DIAGNOSTICA LTDA,** com o **CNPJ n° 00.970.175/0003-93; PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI,** com o **CNPJ n° 29.700.587/0001-23** e **RESENDE DIAGNOSTICOS EIRELI,** com o **CNPJ N° 26.518.793/0001-29**, visando o fornecimento do(s) Material(ais) constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

1.3. Este instrumento não obriga o Órgão a efetivar a total aquisição nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) MATERIAL(IS), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE,

MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa **EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 19.993.061/0001-25, localizada na Rua Botafogo, nº 89, Jardim Guanabara, Bairro Areão, na cidade de Cuiabá-MT - CEP 78010-670 representada pelo seu representante legal Senhor Mario André Souza Santana, CPF nº 033.457.621-02, RG sob o nº 19161123 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Filinto Costa, nº 123, Bairro Areão na cidade de Cuiabá-MT - CEP 78.010-315; **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 22.803.038/0001-35, localizada na Avenida Liberdade, QD 161 – LT 40, Jardim Buriti Sereno, na cidade de Aparecida de Goiânia-GO - CEP 74943-400 representada pela sua Sócia Proprietária Senhora Ana Paula Evangelista da Mata, CPF nº 898.022.841-49, RG sob o nº 3647896 SPTC/GO, residente e domiciliada na Rua 11 D, S/N, QD 138 – LT 07, Setor Garavelo na cidade de Aparecida de Goiânia-GO - CEP 74.930-210; **M.S. DIAGNOSTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 00.970.175/0003-93, localizada na Avenida João Eugenio Gonçalves Pinheiro, nº 284, Bairro Areão, na cidade de Cuiabá-MT - CEP 78010-308 representada pela sua Sócia Proprietária Senhora Neusa Martinez Bruno, CPF nº 693.135.711-53, RG sob o nº 18.946.261-9 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Antônio Correa, nº 1683, Jardim Paulista na cidade de Campo Grande-MS - CEP 79.050-210; **PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 29.700.587/0001-23, localizada na Rua Saira Militar, 570, Parque Industrial V, na cidade de Arapongas-PR - CEP 86702-700 representada pelo seu Proprietário Senhor Vinicius Lopes Salvi, CPF nº 078.204.279-14, RG sob o nº 10.865.451-1 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Saira-ouro, nº 570, Parque Industrial V na cidade de Arapongas-PR - CEP 86.702-700; **RESENDE DIAGNOSTICOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 26.518.793/0001-29, localizada na Rua João Afonso Moreira, nº 283 – CASA FUNDOS, Ouro Preto, na cidade de Belo Horizonte-MG - CEP 31.310-130 representada pela sua Proprietária Senhora Mario Elisabete Aparecida de Oliveira Resende Pereira, CPF nº 166.967.728-12, RG sob o nº MG-13.109.294 SSP/MG, residente e domiciliada na Rua Maria Candida de Jesus, nº 238, Bairro Paquetá na cidade de Belo Horizonte-MG - CEP 31.330-460;

Planilha demonstrativa dos preços:

585396 - EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA							**19.993.061/0001-25**
SEQ	**COD**	**DESCRICAO**	**UND**	**MARCA**	**QTD**	**VLR UNIT.**	**VLR TOTAL**
1	297532	FOSFATASE ALCALINA METODO CINETICO COLORIMETRICO 4 X 30ML - KIT	UND	KOVALENT	6	70,00	420,00
2	297565	PROTEINAS TOTAIS METODO COLORIMETRICO 1 X 3ML / 1 X 200ML - KIT	KIT	KOVALENT	3	30,50	91,50
R$ 511,50 (Quinhentos e onze reais e cinquenta centavos)						**TOTAL**	**511,50**
556378 - FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME 22.803.038/0001-35							
SEQ	**COD**	**DESCRICAO**	**UND**	**MARCA**	**QTD**	**VLR UNIT.**	**VLR TOTAL**
1	296531	AGULHA 25X7 P/ COLETA A VACUO CAIXA C/ 100 UNID.	UND	LABOR IMPORT	80	32,22	2.577,60
2	272963	AGULHA DESCARTAVEL (COMUM) 25X7 CAIXA C/ 100 UNIDADES	UND	PROCARE	80	6,72	537,60
3	13388	ALBUMINA BOVINA 22% 10 ML	UND	PROTHEMO	12	25,29	303,48
4	294079	ALT-TGP METODO CINETICO - UV 4 X 24ML/4 X 6ML (KIT)	KIT	GOLD ANALISA	24	53,00	1.272,00
5	295961	AST - TGO CINETICO UV 4 X 24ML (KIT)	KIT	GOLD ANALISA	24	51,80	1.243,20
6	297517	CAMARA DE CONTAGEM NEUBAUER, MELHORADA EM VIDRO ESPELHADA	UND	CRAL	5	189,00	945,00
7	297519	CKMB METODO CINETICO 1 X 40ML / 1 X 10ML / 1 X 1ML (KIT)	UND	GOLD ANALISA	8	293,50	2.348,00
8	298780	COLETOR DE UNIRA PEDIATRICO UNISEX PACOTE C/ 10 UNIDADES	UND	MARKEMED	20	5,10	102,00
9	298781	COLETOR UNIVERSAL EM POLIPROPILENO 80ML C/ TAMPA DE ROSCA	UND	FIRTLAB	8.000	0,34	2.720,00
10	297520	CONJUNTO PARA COLORACAO DE BAAR 3 FRASCOS 500ML	UND	NEWPROV	12	51,99	623,88
11	297521	CONJUNTO PARA COLORACAO DE GRAM 3 FRASCOS 500ML	UND	NEWPROV	12	44,99	539,88
12	297522	CORANTE GIEMSA FRASCO 1000ML	LITRO	NEWPROV	10	47,06	470,60

13	299363	DENGUE IGG / IGM KIT COM 25 TESTES	KIT	GOLD ANALISA	10	179,99	1.799,90
14	297530	ESCOVA CERVICAL DESCARTAVEL C/ HASTE DE PLASTICO, CAIXA C/ 100 UNID	UND	LABOR IMPORT	10	17,00	170,00
15	16260	GAZE TIPO QUEIJO 9 FIOS, 8 CAMADAS, 91CM X 91M	UND	BIOTEXTIL	6	31,69	190,14
16	257627	LAMINULA 24 X 24 MM CAIXA C/100 UNIDADES	UND	CRAL	40	2,98	119,20
17	297541	LUGOL FORTE 5% 500ML	UND	NEWPROV	4	68,12	272,48
18	297542	LUGOL FRACO 2% 1000 ML	LITRO	NEWPROV	4	31,69	126,76
19	297544	MASCARA BRANCA COMUM CAIXA C/ 50 UNIDADES	UND	LABOR IMPORT	15	5,85	87,75
20	299193	PAPEL TOALHA LISO INTERFOLHAS C/ 2 DOBRAS MEDINDO 23 X 23CM FARDO C/ 1000 FOLHAS	UND	LUXUS	50	8,38	419,00
21	295971	PONTEIRA MICROPIPETA AMARELA CAPACIDADE 0-200UL C/ 1000 UNIDADES	UND	MEDBIO	100	9,86	986,00
22	299196	PONTEIRA MICROPIPETA AZUL CAPACIDADE 200-1000UL C/ 1000 UNIDADES	UND	MEDBIO	30	16,92	507,60
23	299198	SERINGA DESCARTAVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE 10ML S/ AGULHA	UND	RYNCO	8.000	0,31	2.480,00
24	13382	SORO COOMBS MONOESP 10 ML	UND	PROTHEMO	7	28,83	201,81
25	278361	SORO DE COOMBS POLIESPECIFICO COM 10ML	UND	PROTHEMO	7	31,82	222,74
26	297571	SUPORTE P/ TUBO DE ENSAIO 10ML, 24 TUBOS (EM ACRILICO OU REVESTIDO EM PVC)	UND	CRAL	10	17,62	176,20
27	297573	SUPORTE P/ TUBO DE ENSAIO 5ML, 24 TUBOS (EM ACRILICO OU REVESTIDO EM PVC)	UND	CRAL	10	16,51	165,10
28	307197	TUBO A VACUO TAMPA ROXA-EDTA 4,0ML CAIXA C/100 UNIDADES	UND	BIOCON	100	42,11	4.211,00
29	295972	UREIA METODO ENZIMATICO CALORIMETRICO 1 X 3ML / 1 X 100ML / 1 X 25ML / 1 X 25ML - KIT	KIT	GOLD ANALISA	10	69,43	694,30
30	295967	VDRL FLOCULACAO 1 X 5ML	KIT	GOLD ANALISA	12	39,99	479,88
R$ 26.993,10 (Vinte e seis mil, novecentos e noventa e três reais e dez centavos)						**TOTAL**	**26.993,10**

554387 - M.S. DIAGNOSTICA LTDA 00.970.175/0003-93

SEQ	COD	DESCRICAO	UND	MARCA	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	290100	ACIDO URICO ENZIMATICO COLORIMETRICO 1X200ML (KIT)	KIT	GOLD ANALISA	15	53,46	801,90
2	9188	ALCOOL ACETONA 1000ML	LITRO	NEWPROV	12	25,03	300,36
3	13925	ALCOOL ACIDO 3% 1000 ML	LITRO	NEWPROV	12	29,00	348,00
4	297515	ASLO - SEM CONTROLE (LATEX) 1 X 2,5ML - KIT 100 TESTES	KIT	WAMA	15	35,00	525,00
5	297516	BILIRRUBINA FATOR DE CALIBRACAO (CALIBRADOR OU PADRAO) 3,5ML	UND	GOLD ANALISA	4	27,54	110,16
6	306676	BILIRRUBINA METODO COLORIMETRICO PONTO FINAL	KIT	GOLD ANALISA	5	41,30	206,50
7	295958	COLESTEROL ENZIMATICO COLORIMETRICO 2 X 100ML	KIT	GOLD ANALISA	24	60,00	1.440,00
8	297523	CORANTE LEISHMAN FRASCO 1000ML	LITRO	NEWPROV	2	59,50	119,00
9	297536	CORANTE PANOTICO Nº 1 KIT 3 X 500ML (CORANTE RAPIDO P/ HEMOGRAMA)	KIT	NEWPROV	8	35,00	280,00
10	297531	FATOR REUMATOIDE (FR) LATEX - SEM CONTROLE - 1 X 2,5ML	UND	WAMA	15	27,90	418,50
11	295965	FITA P/ URINA C/ 10 AREAS FRASCO COM 100 UNIDADES	UND	WAMA	40	25,00	1.000,00
12	295960	GLICOSE ENZIMATICO COLORIMETRICO 1 X 500ML	UND	GOLD ANALISA	12	45,00	540,00
13	297534	HDL COLESTEROL ENZIMATICO COLORIMETRICO	UND	GOLD ANALISA	4	217,10	868,40
14	298783	LIQUIDO DE TURK 500ML	UND	NEWPROV	12	18,00	216,00
15	306672	PROTEINA C REATIVA 2,5 ML (PCR - LATEX)	KIT	WAMA	40	32,00	1.280,00
16	278268	SORO ANTI - D RH 10ML	UND	EBRAM	15	36,00	540,00
17	295959	TRIGLICERIDES - ENZIMATICO COLORIMETRICO 2 X 100ML - KIT	UND	GOLD ANALISA	24	122,30	2.935,20
18	299206	TUBO CAPILAR 75MM COM HEPARINA CAIXA C/500 UNIDADES	UND	IONLAB	6	71,00	426,00
R$ 12.355,02 (Doze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos)						**TOTAL**	**12.355,02**

585397 - PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI 29.700.587/0001-23

SEQ	COD	DESCRICAO	UND	MARCA	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	297511	ADAPTADOR DE AGULHAS PARA COLETA A VACUO	UND	VACUPLAST	20	0,17	3,40
2	297514	ALCOOL METILICO FRASCO 1000ML	LITRO	QUIMIDROL	10	60,54	605,40
3	257521	ALGODAO PACOTE C/ 500GR	UND	NATHALIA	20	11,52	230,40
4	297526	COLETOR PARA DESCARTE DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS CAIXA C/ 10 UNIDADES	UND	DESCARBOX	10	42,90	429,00
5	297538	LAMINA BISTURI N. 15, PONTA ARREDONDADA, CAIXA C/100 UNIDADES	UND	MAXICOR	6	29,79	178,74
6	298782	LAPIS DERMATOGRAFICO (PRETO)	UND	LABOR	10	8,94	89,40
7	294072	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO EXTRA P - CAIXA COM 50 PARES	UND	NUGARD	100	18,97	1.897,00
8	291959	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO P CAIXA C/ 100 UNIDADES	UND	NUGARD	50	19,41	970,50
9	256981	LUVAS PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO G CAIXA C/100 UNIDADES	UND	NUGARD	20	20,57	411,40
10	256970	LUVAS PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO M CAIXA C/ 100 UNIDADES	UND	NUGARD	50	20,91	1.045,50
11	297543	MASCARA AZUL PFF 2N 95 CAIXA C/ 20 UNIDADES	UND	PLASTCOR	6	53,29	319,74
12	297564	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME GRADUAVEL DE 100 A 1000 UL	UND	PEGUEPET	4	105,49	421,96
13	297562	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME GRADUAVEL DE 10 A 100 UL	UND	PEGUEPET	4	94,92	379,68
14	279787	PLACA ESCAVADA DE KLINE 12 POCOS	UND	CRALPLAST	4	55,89	223,56
15	273292	SCALP NR 25, CATETER P/ INFUSAO VENOSA C/ AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, C/ ASAS LEVES E FLEXIVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANT. FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXAO DAS PARTES, CX C/ 100 UNID.	UND	VACUPLAST	10	28,99	289,90
16	299197	SERINGA DESCARTAVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE 20ML S/ AGULHA	UND	DESCARPACK	3.000	0,50	1.497,00

17	299199	SERINGA DESCARTAVEL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE 5ML S/ AGULHA	UND	DESCARPACK	4.000	0,22	880,00
18	297572	SUPORTE P/ TUBO DE ENSAIO 10ML, 40 TUBOS (EM ACRILICO OU REVESTIDO EM PVC)	UND	CRALPLAST	10	21,17	211,70
19	298785	SWAB ESTERIL HASTE PLASTICO CAIXA C/100 UNIDADES	UND	ABSORVE	10	14,29	142,90
20	306674	TUBO A VACUO 4.5 ML C/ CITRATO DE SODIO 3,2% CAIXA C/ 100 UNIDADES	UND	VACUPLAST	12	45,16	541,92
21	291456	TUBO A VACUO T. AMARELA 5ML C/GEL CAIXA C/100 UND	UND	VACUPLAST	100	70,14	7.014,00
22	299207	TUBO CAPILAR 75MM SEM HEPARINA CAIXA C/ 500 UNIDADES	UND	PRECISION	15	13,75	206,25
23	297584	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SEM TAMPA 10ML	UND	CRALPLAST	1.000	0,19	190,00
24	297582	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SEM TAMPA 5ML	UND	CRALPLAST	1.000	0,11	110,00
25	307196	TUBO DE LATEX - FLEXIVEL,TRANSPARENTE, N.200, PACOTE C/ 15 METROS	UND	LATEX BR	1	22,34	22,34
R$ 18.311,69 (Dezoito mil, trezentos e onze reais e sessenta e nove centavos)						**TOTAL**	**18.311,69**

585395 - RESENDE DIAGNOSTICOS EIRELI 26.518.793/0001-29

SEQ	COD	DESCRICAO	UND	MARCA	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	297512	ALBUMINA COLORIMETRICA - VERDE DE BROMOCROSOL - 250ML (KIT)	UND	VIDA BIOTECNOLOGIA	4	35,80	143,20
2	297510	AMILASE DIRETA - METODO CINETICO CNP 30ML (KIT)	KIT	VIDA BIOTCNOLOGIA	15	120,00	1.800,00
3	297518	CK NAC METODO CINETICO 1 X 40ML / 1 X 10ML / 1 X 1ML (KIT)	KIT	VIDA BIOTECNOLOGIA	12	140,00	1.680,00
4	297524	CREATININA METODO CINETICO COLORIMETRICO 240ML - KIT	UND	VIDA BIOTECNOLOGIA	15	52,00	780,00
5	297533	GAMA GT PP METODO CINETICO 2 X 40 ML / 2 X 10ML / 1 X 3ML	KIT	VIDA BIOTECNOLOGIA	6	90,00	540,00
6	297566	PROTEINURIA - KITS P/ DOSAGENS DE PROTEINAS NA URINA 2 X 50ML / 1 X 5ML	UND	VIDA BIOTECNOLOGIA	5	68,00	340,00
7	295968	SORO ANTI A FRASCO 10ML	UND	EBRAM	15	19,90	298,50
8	295970	SORO ANTI B FRASCO 10ML	UND	EBRAM	15	18,70	280,50
9	297574	TAP - SOLUPLASTIN, TEMPO DE PROTROMBINA KIT 10 X 2ML	KIT	CLOT	6	132,00	792,00
10	306673	TESTE DE GRAVIDEZ BHCG	UND	BIOCON	600	0,67	402,00
11	297576	TTPA 6 X 2,5ML / 1 X 15ML - KIT	KIT	CLOT	2	121,00	242,00
12	306675	UREIA METODO CINETICO UV 2 X 10ML - 2 X 40ML - KIT	KIT	VIDA BIOTECNOLOGIA	15	89,70	1.345,50
R$ 8.643,90 (Oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta centavos						**TOTAL**	**8.643,70**

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Material(ais) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

5.1. A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador..

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a(s) empresa(s) signatária(s) deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Material(ais).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega no Almoxarifado Central da Farmácia Básica para verificação do(s) Material(is) entregue (s) com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O(s) Material(ais) será(ão) recebido(s):

a) PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Clausula Quarta do presente contrato.

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Clausula Quarta do presente contrato, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Material(ais), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Material(ais) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecimento será efetuado de modo parcelado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento devendo ser entregues no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da emissão da requisição de compras emitida pelo Setor de Compras autorizando a empresa contratada a fornecer o(s) Material(ais) e deverão ser entregues no Almoxarifado do Laboratório Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, situado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada no Município de Peixoto de Azevedo/MT;

8.2. Prazo de entrega do(s) Material(ais) **é de 10 (dez) dias a partir da data do aceite da Requisição de Compras e o quantitativo a ser entregue deverá ser em conformidade com a Requisição de Compras, devidamente empenhada.**

8.2.1. A **CONTRATADA** compromete-se a manter um estoque mínimo de 10% (dez por cento) de cada item para entrega imediata atendendo a demanda das Secretarias Municipais deste Município, o não atendimento o sujeitará às penalidades constantes da Seção 14 deste Contrato.

8.3. Para cada fornecimento, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da solicitação de empenho.

8.4. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não fornecer ou se recusar a receber a Requisição de Compras já empenhada, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.5. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Material(ais), o esgotamento do(s) Material(ais) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.6. Na hipótese do Item 8.5, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Material(ais) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.6. O(s) Material(ais) serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.7. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência.

8.7.1. Em se verificando problemas na entrega do(s) Material(ais), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.8. O(s) Material(ais), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.1 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) Material(ais) poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação do certame, e, em especial para os atos de pagamento e renovação contratual os seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social;

b) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento da decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Material(ais) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal**, conforme a seguir:

Dotação orçamentária:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	SAÚDE	
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0013	ATENDIMENTO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Proj./Ativ.	2046	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
Dotação	336	3390.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS/SALDO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL			
	146	146 – TRANFERENCIA FUNDO A FUNCO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL BLOCOS DE CUSTEIO	
		REGISTRO DE PREÇOS	

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) Material(ais) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ARP, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Peixoto de Azevedo-MT, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 047/2019, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta ARP vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº 047/2019 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento do(s) Material(ais).

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

23.2. E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 22 de Outubro de 2019

Município de Peixoto de Azevedo-MT

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO/CMAS Nº 05, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Poconé Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO

PLANO DE AÇÃO DO FEAS –

FUNDO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Poconé-MT — CMAS no uso de suas atribuições legais conferida pela leia nº 1037, de 08 de Maio de 1996, em reunião ordinária realizada no dia 21 de Outubro de 2019, conforme ata nº 019/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar O Plano de Ação do FEAS — Fundo Estadual da Assistência Social referente ao ano de 2019.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé, 21 de Outubro de 2019.

Guido Maria da Silva Moraes

Présidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 04/2019

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Presidente, nomeado pela Portaria de n. 036/2019, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA *PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SANTA TEREZA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE POCONE.***

Data de Realização: 07/11/2019

Credenciamento: 08h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 08h00min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Data da vistoria técnica: 04/11/2019 as 9:00 horas

Local: Setor de Licitação (sede da Prefeitura)

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 23 de outubro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 114/2019

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, NA CIDADE DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

ARTIGO 1º - Fica determinado **ponto facultativo ao servidor público municipal no dia 28 de Outubro (Segunda-feira),** na cidade de Poconé-MT, **em razão do "Dia do Servidor Público",** exceto os serviços essenciais.

ARTIGO 2º - O expediente municipal retornará ao normal a partir das 07h00min horas do dia 29 de outubro de 2019 (terça - feira).

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 22 de outubro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 43/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **PRORROGADO para o dia 06/11/2019 as 08h00min**, em decorrência de alteração no Termo de Referência.

Objeto da Licitação:

REGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, NA GESTÃO DA SAÚDE E ATENÇÃO ESPECIALIZADA (SERVIÇOS DE APOIO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) E APOIO AOS SETORES DE PROGRAMAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE, REGULAÇÃO, CONTROLE SOCIAL, SUPORTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES VOLTADAS PARA EQUIPES DA SMS DO MUNICIPIO DE POCONÉ/MT.

DIA DA ABERTURA: 06/11/2019 às 08h00min.

Poconé, 23 de Outubro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 006/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 - C. TUTELAR

__Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente __

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

Edital n° 006/2019

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Pontal do Araguaia – CMDCA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 781/2015 e pelo Decreto nº 1699/2017.

RESOLVE:

A – Publicar Resultado Final da Eleição a seguir relacionado, do **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2019**, para vaga de Conselheiro Tutelar:

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

ORDEM	NOME	TOTAL DE VOTOS
001	ZILDA PEREIRA DE SOUZA SILVA	267
002	CLAUDIA FERREIRA DE OLIVEIRA	154
003	ELIEIDE DIAS TRINDADE	144
004	MONICA PAZ DA SILVA	141
005	MARCOS VELOSO OLIVEIRA	131
006	ROGERIA COSTA MOURA	130
007	MARIA DIVINA DA SILVA	107
008	JANAINA VIRGINIA BORGES SILVA	80
009	DEBORA POLLIANA DE SOUZA	73

Pontal do Araguaia, 22 de Outubro de 2019.

_____

Thiago Assis da Silva

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 106/2019

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 106/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.

VIGÊNCIA: 18 DE outubro de 2019

VALIDADE: 18 DE OUTUBRO DE 2020

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUN. DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

CONTATADA: **BOSSOLANI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME CNPJ:12.868.598/0001-14**

VALOR: **R$: 840.050,32 (OITOCENTOS E QUARENTA MIL E CINQUENTA REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).**

FISCAL DO CONTRATO: IVONEY JUNIOR DE ALVARENGA CPF: 651.008.081-87

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 18 DE OUTUBRO DE 2019.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO 101-2019

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 101-/2019

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de serviços médicos para atender a demanda reprimida do CONTRATANTE, em conformidade com os objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, conforme exigências da Lei Federal nº 11.107/2005 e plano de trabalho, em atenção ao que prevê a Resolução nº. 003/2018/CISOMT de 10 de abril de 2018, que cria o programa Fila Zero no CISOMT, que tem por finalidade diminuir as filas em demanda reprimida de consultas, exames e cirurgias nos municípios integrantes do CISOMT, de forma articulada e planejada, executando ações em serviços de saúde, com eficácia e em observância ao Plano de Trabalho.

Contratante: PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT

VIGÊNCIA: 16 de Setembro de 2 019.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2019

VALOR: **R$ R$: R$: 1.490,00 (Um mil e quatrocentos e noventa reais)**

FISCAL DO CONTRATO: **HECULIS ALBERTINI VENTURELLI - CPF: 536.349.771-91**

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 16 de setembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 0646/2019 -ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PREVI-PORTO

"*Abre **crédito adicional Suplementar** no orçamento-programa do Município de Porto Estrela e dá outras providências*".

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional Suplementar no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0007 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 - PREVI - PORTO

0009 - PREVIDENCIA MUNICIPAL

0272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0150 - PREVIDENCIA MUNICIPAL

0150 - RECURSO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2064 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – 0150000000 APOSENTADORIA RESERVA REMUNERADA E REFORMAS ..R$ 110.000,00

2065 - ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.05.00.00 - 0150000000 ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....R$ 30.000,00

TOTAL .....R$ 140.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0007 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 - PREVI PORTO

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

0099 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2066 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – 0150000000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 140.000,00

TOTAL ..... R$ 140.000,00

Art. 3º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2019, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 22 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 0647/2019 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional suplementar no valor de R$ 59.210,95 (Cinquenta e nove mil, duzentos e dez reais e noventa e cinco centavos), por anulação parcial ou total de dotação orçamentária."

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar no valor de***R$ 59.210,95 (Cinquenta e nove mil, duzentos e dez reais e noventa e cinco centavos),*** para a criação da seguinte dotação orçamentária **no Orçamento Vigente**:

01 –PODER LEGISLATIVO

01 031 01 Legislativa

01 031 01 031 Ação Legislativa

01 031 01 031 0010 Desenvolvimento e Modernização Legislativa

01 031 01 031 0010 **2002 Manter as Atividades da Secretaria**

3190110000 – 001000000 Venc. Vant. Fixas Pessoal Civil R$ 49.700,02

3191130000 – 001000000 Obrigações Patronais R$ 9.510,93

TOTAL.....R$ 59.210,95

Art. 2º - O recurso para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, se dará por anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentaria:

01 –PODER LEGISLATIVO

01 031 01 Legislativa

01 031 01 031 Ação Legislativa

01 031 01 031 0010 Desenvolvimento e Modernização Legislativa

01 031 01 031 0010 **2001 Manter o Gabinete da Presidência**

3190110000 – 001000000 Venc. Vant. Fixas Pessoal Civil R$ 22.903,98

3190130000 – 001000000 Obrigações Patronais R$ 8.962,27

3390930000 – 001000000 Indenizações e Restituições R$ 1.000,00

01 –PODER LEGISLATIVO

01 031 01 Legislativa

01 031 01 031 Ação Legislativa

01 031 01 031 0010 Desenvolvimento e Modernização Legislativa

01 031 01 031 0010 **2002 Manter as Atividades da Secretaria**

3190940000 – 001000000 indenizações e Rest. Trabalhistas R$ 1.000,00

3390140000 – 001000000 Diárias P. Civil R$ 7.150,00

3390300000 – 001000000 Material de Consumo R$ 3.369,03

3390360000 – 001000000 Outros Serv. Terc. Pessoa Física R$ 3.200,00

3390390000 – 001000000 Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 5.331,00

3390920000 – 001000000 Despesas Exerc. Anterior R$ 2.000,00

4490520000 – 001000000 Equipamento e Material Permanente R$ 4. 294,67

TOTAL.....R$ 59.210,95

Art. 3º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2019, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 22 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL N.º 0648/2019 - AUMENTO DA ALÍQUOTA

"QUE DISPÕE SOBRE AUMENTO DA ALÍQUOTA PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES".

O PREFEITO MUNICIPAL Faz saber que a Câmara Municipal de Porto Estrela aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em mais **10 % (Dez por cento)** das despesas fixadas para o orçamento municipal do corrente exercício, o correspondente a **R$ 1.658.072,26 (Hum milhão, Seiscentos e Cinquenta e Oito Mil, Setenta e dois reais e Vinte e Seis Centavos)**, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 43º da Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 2° - Os recursos para dar cobertura aos créditos adicionais suplementares, autorizado no Art. 1°, advirão de anulação de dotações do orçamento vigente, excesso de arrecadação e superávit Financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Porto Estrela – MT, 22 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 029 /2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 029 /2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2018

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 23/01/2019, homologado em 30/01/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, para, querendo, comparecerem na **Secretaria de Educação, Esporte e Lazer no** departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina;

f) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

g) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), **no dia e horário da atribuição** e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

MONITOR DE CRECHE (SEDE) - 40HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	PONTUAÇÃO
29º	Joelma Ferreira da Silva Souza	021.206. 001-55	45

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 22 de outubro de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 015/2019/CMAS - CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

RESOLUÇÃO N°. 15/2019 POXORÉU-MT, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre homologação das Normas de Concessão dos Benefícios Eventuais às famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade econômico/social, na forma que menciona.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS do município de Poxoréu – MT, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 9°, incisos VI e VII do Regimento Interno, homologado pelo Poder Executivo, através do Dec. 035/2008, datado de 01/08/2008;

CONSIDERANDO, o artigo 22 da Lei nº 8.742 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providencias.

CONSIDERANDO, a Resolução nº. 212 de 19 de outubro de 2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

CONSIDERANDO, o decreto 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais de que se trata o art. 22 da Lei nº 8. 742, de 7 de dezembro de 1993.

CONSIDERANDO, a Lei nº. 1.334 de 3 de dezembro de 2009, que Autoriza o Executivo Municipal, praticar os Benefícios Eventuais destinados às pessoas carentes e dá outras providências".

CONSIDERANDO, a Resolução nº 39, de dezembro de 2010, que dispõe sore o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

CONSIDERANDO, a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOBSUAS.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal **N.º 1.976/2019 Poxoréu/MT, 13 de junho de 2019, que Altera a Lei Municipal n.º 1.334, de 03/12/2009.**

CONSIDERANDO o processo de concessão dos benefícios parametrizados pela Secretaria de Assistência Social, no âmbito dos serviços referenciados e tendo em vista as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião do dia 26/09/2019, conforme lavrado na Ata n°. 31/2019, fls. 112 (verso) a 113 do livro 02/CMAS.

Resolve:

Art. 1° - Fica homologado as Normas de concessão dos Benefícios Eventuais, na forma da lei, caracterizados pelo Auxilio-Natalidade; Auxílio-Funeral; Auxílio-Alimentação; Auxílio-aluguel; Auxílio-Passagem e Auxílio-Gás, a serem ofertados às famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Parágrafo Primeiro – Entende-se por Benefícios Eventuais, na forma do disposto no art. 22 da lei 8.742/1993, as provisões suplementares concedidas aos cidadãos e/ou famílias em virtude de eventos como nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Parágrafo Segundo - A situação de vulnerabilidade temporária caracterizada pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, cujos benefícios eventuais poderão ser ofertados pelo CRAS, CREAS

e Serviço de Acolhimento, prioritariamente para indivíduo e /ou famílias incluídas nos serviços do PAIF, PAEFI e Serviço de Acolhimento ou excepcionalmente indivíduo e /ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária não incluídas nos serviços:

DO AUXILIO-NATALIDADE

Art. 2° - O auxílio-natalidade será concedido à mãe em três circunstâncias básicas:

a) nos casos de natimorto e morte do recém-nascido, com apoio psicossocial e encaminhamentos para a Rede de Garantias de Direito.

b) Em apoio à família, no caso de morte da mãe, com apoio psicossocial e encaminhamentos para Rede de Garantias de Direito

c) em função das necessidades de provisões ao recém-nascido, com a concessão do kit-bebê, assim composto:

I – 01 (uma) banheira

II – 15 (quinze**)** fraldas de tecido;

III – 03 (três) macacões;

IV – 02 (dois) borys;

V – 03 (três) pares de meia;

VI – 02 (dois) coero;

VII – 01 (um) cobertor

VIII - 01 (uma) toalha de pano

IX – 03 (três) faixas, para umbigo

X - 02 (duas) toquinhas e

XI – 01(uma) bolsa.

DO AUXILIO FUNERAL:

Art. 3° - O auxílio-funerário, de que trata a lei será ofertado às famílias e/ou pessoas vulneráveis, mediante laudo de técnicos de referência, na forma da Lei n°. **1.976/2019, de 13/06/ 2019, incluindo os serviços funerários, translado e ressarcimento de serviços funerários.**

Parágrafo Primeiro: Nos serviços funerários serão fornecidos:

a) 01 (uma) Urna funerária simples ou especial; b) Preparação e higienização do corpo para 24 horas c) Paramentação simples (vestuário) e d) Transporte funerário até o cemitério local

Parágrafo Segundo: Será garantido, mediante comprovação de circunstância anterior ao óbito em município distinto da origem domiciliar, caracterizada pela necessidade da remoção do enfermo, internados em unidades hospitalares do município, anterior a remoção e que, assim sendo, venha gerar custo de retorno ao município de origem, cabendo a este a cobertura financeira máxima de 1 ½ do salário mínimo vigente.

Parágrafo Terceiro: O ressarcimento dos Serviços funerários aos que deles requerem somente será garantido no prazo de até 30 dias, quando não houve no município, cobrindo o valor equivalente aos serviços constantes no parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo Quarto: A Secretaria Municipal de Assistência Social ofertará serviço, na forma de Plantão Social, para atender os casos de Auxilio Funeral, nos horários após o expediente, dias de sábado, domingo e feriados.

DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO

Art. 5° - O auxílio-alimentação será fornecido, na forma de cesta básica, observados os gêneros alimentícios e respectivas quantidades, conforme descriminado no Kit abaixo:

I – 10 (dez) kg de arroz,

II - 02 (dois) kg de feijão,

III - 500g (meio kilo) de macarrão;

IV – 01(um) Litro de óleo;

V – 01 (um) kg de sal,

VII - 250g (duzentos e cinquenta) café;

VIII - 02kg (dois kilos) de açúcar;

IX - 340g (trezentos e quarenta Gramas) de extrato de tomate,

X – 01 (um) pote de 500 g de tempero completo,

XI - 01 (um) dúzia de ovos;

XII - 800g (oitocentos gramas) de bolacha agua e sal;

XIII – 02 (dois) litros de Leite

XIV – 02 (dois) sabonetes,

XV – 04 (quatro) Barras de sabão,

XVI – 01 (um) creme dental,

XVII - 04 rolos de papel higiênico e,

XVII - Outros itens na cesta básica, nos casos identificados pela equipe técnica.

Parágrafo Primeiro: O Kit alimentação terá a duração de 30 dias.

Parágrafo Segundo: O Kit alimentação poderá ser fornecido à pessoa e/ou família por até 90 (noventa) dias, mediante laudo comprobatório dos técnicos de referência e, acima deste prazo, em condições excepcionais, declaradas pelos profissionais competentes, através de relatórios circunstanciados.

DO AUXILIO ALUGUEL

Art. 6° - O auxílio-Aluguel será fornecido àfamília que se encontrar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desprovida de moradia própria ou cedida, mediante laudo das equipes técnicas de referência, vinculadas a Assistência Social.

Parágrafo Único - O valor do Auxílio Aluguel será de R$: 400.00 reais mensais, **por um período de até 90 (noventa) dias, atualizados periodicamente, mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.**

AUXILIO PASSAGEM

Art. 7° - O auxílio passagem, de que trata a lei, será fornecido:

I - Prioritariamente para indivíduo e /ou famílias incluídas nos serviços do PAIF ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária não incluídas no serviço

II – A indivíduo e /ou famílias incluídos no PAEFI, ou em casos de situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária, não incluídas nos serviço e

II - Indivíduos e/ou famílias acompanhados pelo Serviço de Acolhimento em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária.

Parágrafo único: O auxílio de que trata o caput será concedido para traslado à Rondonópolis, Primavera do Leste e Cuiabá, mediante entrega do bilhete, **sendo vedada a concessão, em pecúnia**.

DO AUXILIO GÁS

Art. 8° - O auxílio-gás, de que trata esta Resolução, será fornecido:

I - Prioritariamente para indivíduo e /ou famílias incluídas nos serviços do PAIF ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária não incluídas no serviço

II – A indivíduo e /ou famílias incluídos no PAEFI, ou em casos de situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária, não incluídas nos serviço e

II - Indivíduos e/ou famílias acompanhados pelo Serviço de Acolhimento em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária.

Parágrafo único: O auxílio-gás de que trata o caput será concedido mediante a 01 (uma) recarga de gás, por um prazo de 30 dias, podendo ser reiterada até 90 (noventa) dias, mediante laudo da equipe técnica de referência.

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA À OFERTA

Art. 9° - Os Benefícios Eventuais serão ofertados:

I - Pela Equipe Técnica de Referência do CRAS, para indivíduo e /ou famílias incluídas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, ou excepcionalmente indivíduo e /ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária não incluídas no serviço.

II - Pela Equipe Técnica de Referência do CREAS, para indivíduo e /ou famílias, no Serviço da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, excepcionalmente, indivíduo e /ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária não incluída no serviço.

III - Pela Equipe Técnica de Referência do Serviço de Acolhimento, para indivíduo e /ou famílias em acompanhamento familiar, em situação de vulnerabilidade socioeconômica temporária e,

IV - Pela Equipe Técnica, da Secretaria de Assistência Social, na ausência da Equipe Técnica de Referência do CRAS e CREAS e Serviço de Acolhimento.

Art. 10 – A concessão de benefícios eventuais prescindem de laudo e/ou relatório técnico de profissionais da equipe de referência equivalente, na forma estabelecida pelaLei Municipal **N.º 1.976/2019 datada de 13/06/2019**

Art. 11- É proibido comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os Benefícios, os Beneficiários e a Política de Assistência Social**.**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 – Todo e qualquer pedido de concessão de benefícios eventuais será formalizados, mediante processo e deferido pelo titular da Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único - Para deferimento dos Auxílios constantes desta Resolução, é obrigatório a renda per capta de ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Art. 13 - O indivíduo e /ou família deverá apresentar documentos pessoais, comprovante de residência no município, assim como outros documentos que a Equipe Técnica de Referência entender necessário no momento do requerimento de qualquer um dos auxílios constantes desta Resolução.

Art. 14 - Qualquer Auxilio na modalidade de Benefício eventual é obrigatoriamente Parecer Técnico, assinado por profissional habilitado.

Art. 15 - Compete a/o Gestor da Assistência Social, divulgar, monitorar e quando houver necessidade da demanda local, ampliar os auxílios, na modalidade de Benefícios Eventuais, observadas e respeitadas as competências do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 16 - As Prestações de Contas dos recursos utilizados para concessão de Benefícios Eventuais serão apresentadas ao CMAS, pelo órgão gestor da Secretária de Assistência Social, semestralmente, ou quando houver necessidade.

Art. 17 - Os benefícios eventuais poderão ser indeferidos, quando restar demonstrada a indisponibilidade de recursos, para tal fim.

Art. 18 – É integrante desta Resolução o Anexo Único

Art. 19 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo plenário do CMAS, mediante proposta da Secretaria de Assistência Social.

Sala dos Conselhos da Assistência Social, em Poxoréu – MT, 27 de setembro de 2019.

Gaudêncio Filho Rosa de Amorim

Secretário Executivo

Rejane Barbosa Nalon Vilela

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO

Benefícios eventuais: tipos de auxílios, critérios e períodos de concessão

Tipo de Benefícios	Critérios	Período de Concessão
Auxilio Funeral	¼ do salário mínimo. Famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade	Necessidade da demanda
Auxilio Natalidade	¼ do salário mínimo; Famílias/indivíduos incluídos nos serviços ofertados pelo CRAS e CREAS e Serviço de Acolhimento.	Único
Auxilio Alimentação	¼ do salário mínimo; Famílias/indivíduos incluídos nos serviços ofertados pelo CRAS, CREAS e Serviço de Acolhimento.	Até 03 meses
Auxilio Passagem	¼ do salário mínimo; Famílias/indivíduos incluídos nos serviços ofertados pelo CRAS, CREAS e Serviço de Acolhimento.	Único
Auxílio Aluguel	¼ do salário mínimo; Famílias/indivíduos incluídos nos serviços ofertados pelo CRAS, CREAS e Serviço de Acolhimento.	Até 03 meses, acréscimo á critério da equipe que acompanha a família.
Auxilio Gás	¼ do salário mínimo; Famílias/indivíduos incluídos nos serviços ofertados pelo CRAS, CREAS e Serviço de Acolhimento.	Até 03 Gás

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 117/2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Idade****a servidora* ***Sra. Lindinalva Dias Bonfim."***

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea"b" da Lei Municipal n.º 378, de 21 de Agosto de 2006, que rege a previdência municipal; Lei Complementar n.º 62 de 26 de Outubro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Reserva do Cabaçal; com posterior reajuste dado pelo Decreto n.º 10 de 30/01/2019;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, a servidora **Sra**. **LINDINALVA DIAS BONFIM,** casada, portadora do RG n.º 343394 - SSP/MT e do CPF n.º 785.795.111-00, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Professora, nível "V", classe 3, 30 horas, devidamente matriculada sob nº 255, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, contando com 12 anos, 06 meses e 16 dias de tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **RESER-PREVI, n.º 2019.02.00024P**, a partir de **12 de outubro de 2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **12 de outubro 2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

RESERVA DO CABACAL-MATO GROSSO, 18 DE OUTUBRO DE 2019.

MARIA APARECIDA ALVES MOTTA Secretária Municipal de Finanças
Homologo:

Tarcisio Ferrari

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO Nº 1834/2019 ALTERA O ART. 2° DO DECRETO N° 1.800/2019 QUE APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 48.400 M² DA MATRÍCULA – 4499 – F1 – C.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

DECRETO Nº 1834/2019

ALTERA O ART. 2° DO DECRETO N° 1.800/2019 QUE APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 48.400 m² DA MATRÍCULA – 4499 – F1 – C.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art, 1º - Fica aprovado o desmembramento da área 02 situada na Rua Frederico Reimer, com a área total de 48.400 m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), pertencente a **NICHOLAS MARQUES PERIRA,** brasileiro, solteiro, maior nascido em 17/07/2001, filho de Wendell Nicholas Marques Arantes e Eliane Pereira, residente e domiciliada nesta cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador da carteira de identidade RG nº 6924334 – 2ª via PC-GO, e inscrito no CPF sob nº 711.941.231-04, dentro dos seguintes limites e confrontações:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 02 – Inicial com 48.400,00 m²

Inicia-se esta descrição no vértice M-20 de coordenadas E= 411.345,817m e N= 8.570.734,555m, nos limites da área 01 pertencente à **MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA**; daí, segue por esta confrontação no azimute de 140º38’52” e com a distância de 382,27 metros, vai ao vértice 21, de coordenadas E= 411.588,209m e N= 8.570.438,960m; daí, com o azimute de 230º38’52” e com a distância de 126,61 metros, vai ao vértice M-22, de coordenadas E= 411.490,306m e N= 8.570.358,678m, cravado nos limites do Perímetro Urbano; deste, segue com o azimute de 320º38’52” e com a distância de 382,27 metros, vai ao vértice M-10, de coordenadas E= 411.248,122m e N= 8.570.655,713m, cravado no limite da área 01 pertencente a **MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA**; daí, segue por esta confrontação com o azimute de 50º38’52” com a distância de 126,61 metros, vai ao vértice M-20, ponto de início desta descrição.

APÓS O DESMEMBRAMENTO O IMÓVEL FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 2º – IMÓVEL 01: ÁREA 02 Remanescente:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 02 – Remanescente

Com 43.600 m²

Inicia-se esta descrição no vértice M-20 de coordenadas E= 411.345,817m e N= 8.570.734,555m, nos limites da área 01 pertencente a **MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA**; daí, segue por esta confrontação no azimute de 140º38’52” e com a distância de 382,27 metros, vai ao vértice 21, de coordenadas E= 411.588,209m e N= 8.570.438,960m; daí, com o azimute de 230º38’52” e com a distância de 126,61 metros, vai ao vértice M-22, de coordenadas E= 411.490,306m e N= 8.570.358,678m, cravado nos limites do Perímetro Urbano, à Rua Frederico Reimer; deste, segue nesta confrontação com o azimute 320º38’52” com 66,27 metros vai ao vértice V-21, no limite da Área 2C, objeto deste desmembramento; daí, segue por esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: com 50º38’52” e 25,00 metros vai ao vértice V-20; com 320º38’52” e 60,00 metros vai ao vértice 19; com 230º38’52” e 25,00 metros vai ao vértice V-18, cravado nos limites do Perímetro Urbano, à Rua Frederico Reimer; deste, segue com o azimute de 320º38’52” e 12,00 metros vai ao vértice V-17, no limite da Área 2B, objeto deste desmembramento; daí, segue por esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: com 50º38’52” e 25,00 metros vai ao vértice V-16; com 320º38’52” e 60,00 metros vai ao vértice V-15; com 230º38’52” e 25,00 metros vão ao vértice V-14, cravado nos limites do Perímetro Urbano, à Rua Frederico Reimer; deste, segue com o azimute 320º38’52” e 12,00 metros vai ao vértice V-13, no limite da Área 2A, objeto deste desmembramento; daí, segue por esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: com 50º38’52” e 25,00 metros vai ao vértice V-12; com 320º38’52” e 72,00 metros vai ao vértice V-11, cravado no Limite da área 01 pertencente a **MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA**; daí, segue por esta confrontação com o azimute de 50º38’52” e 25,00 metros vai ao vértice M-20, ponto de início desta descrição.

IMÓVEL 02: ÁREA 2A:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 2A com 1.800,00 m²

A área 2A é uma área de terras, situada na zona urbana, região norte, da cidade de Ribeirão Cascalheira do Estado de Mato Grosso, com a área de 1.800,00 m², saída norte da cidade, à Rua Frederico Reimer, que se limita conforme a descrição abaixo.

Inicia-se esta descrição no vértice M-10, de coordenadas E= 411. 248,122m e N= 8.570.655,713m, frente para a Rua Frederico Reimer e nos limites da Área 01 pertencente a MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA; daí, segue por esta confrontação com o azimute de 50º38’52” e com a distância de 25,00 metros, vai ao vértice V-11, de coordenadas E= 411. 267,246m e N= 8.570.670,125, cravado no limite da área remanescente 02; deste segue por esta confrontação os seguintes azimutes e distâncias: 140º38’52” e 72,00 metros, vai ao vértice V-12, de coordenadas E= 411. 312,900m e N= 8.570.614,450m; e com 230º38’52” e 25,00 metros, vai ao vértice 13, no limite da Rua Frederico Reimer; deste segue com o azimute de 320º38’52” e 72,00 metros, vai ao vértice M-10, ponto de início deste descrição.

Após o desmembramento, a referida área constituirá de 06 Lotes conforme descrição abaixo.

LOTE 01 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Área Remanescente 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 02 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 03

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 03 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 04

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 04 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 03

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 05

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 05 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 04

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 06

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 06 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 05

LADO ESQUERDO - 25,00m Área Remanescente 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

IMÓVEL 03: ÁREA 2B:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 2B com 1.500,00 m²

A área 2B, é uma área de terras, situada na zona urbana, região norte, da cidade de Ribeirão Cascalheira do Estado de Mato Grosso, com a área de 1.500,00 m², saída norte da cidade, à Rua Frederico Reimer, que se limita conforme a descrição abaixo.

Inicia-se esta descrição no vértice V-14, de coordenadas E= 411. 301,177m e N= 8.570.589,319m no limite da Área Remanescente 02, frente para a Rua Frederico Reimer; daí segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-15, de coordenadas E= 411.320,509m e N= 8.570.605,171; com 140º38'52" e 60,00 vai ao vértice V-16, de coordenadas E= 411.358,554m e N= 8.570. 558,775m; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-17, de coordenadas E= 411.339,223m e N= 8.570.542,923m, cravado frente para a Rua Frederico Reimer no Perímetro Urbano; deste segue por esta confrontação com o azimutes de 320º38'52" e com a distância de 60,00 metros, vai ao vértice V-14, ponto de início desta descrição.

Após o desmembramento, a referida área constituirá de 05 Lotes conforme descrição abaixo.

LOTE 01 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Área Remanescente 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 02 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 03

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 03 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 04

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 04 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 03

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 05

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 05 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 04

LADO ESQUERDO - 25,00m Área Remanescente 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

IMÓVEL 04: ÁREA 2C:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 2C com 1.500,00 m²

A área 2C, é uma área de terras, situada na zona urbana, região norte, da cidade de Ribeirão Cascalheira do Estado de Mato Grosso, com a área de 1.500,00 m², saída norte da cidade, à Rua Frederico Reimer, que se limita conforme a descrição abaixo.

Inicia-se esta descrição no vértice V-18, de coordenadas E= 411. 346,832m e N= 8.570.533,644m, no limite da Área Remanescente 02, frente à Rua Frederico Reimer; deste segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-19 de coordenadas E= 411.366,163m e N= 8.570.549,496m; com 140º38'52" e 60,00 metros vai ao vértice V-20, de coordenadas E= 411.404,208m e N= 8.570.503,101m; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-21, de coordenadas E= 411.105,879m e N= 8.570.827,484m, cravado no limite da Rua Frederico Reimer, Perímetro Urbano; deste segue por esta confrontação com o azimutes de 320º38'52" e com a distância de 60,00 metros, vai ao vértice V-18, ponto de início desta descrição.

Após o desmembramento, a referida área constituirá de 05 Lotes conforme descrição abaixo.

LOTE 01 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Área Remanescente 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 02 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 03

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 03 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 04

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 04 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 03

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 05

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

LOTE 05 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 04

LADO ESQUERDO - 25,00m Área Remanescente 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 02

Art. 3º - Tudo conforme Mapa e Memorial Descritivo de autoria do Engenheiro Civil, Luiz Fernando Ferreira Alves, com registro no sistema CONFEA/CREA nº 1015255043/D, com visto no CREA-MT nº 15255043.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de outubro de 2019

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 1835/2019 ALTERA O ART. 2° DO DECRETO N° 1.801 QUE APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 78.363,00 M² DA MATRÍCULA – 4498 – F1 – C.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

DECRETO Nº 1835/2019

ALTERA O ART. 2° DO DECRETO N° 1.801 QUE APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 78.363,00 m² DA MATRÍCULA – 4498 – F1 – C.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento da área 01 junto a BR-158 e Rua Frederico Reimer, com a área total de 78.363,00 m² (Setenta e oito mil, trezentos e sessenta e três metros quadrados), pertencente a **MARIA DO CARMO DA SILVA CORREIA,** brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portadora da carteira de identidade RG nº 419.359 SSP-MT – e inscrita no CPF sob nº 304.713. 621-15, dentro dos seguintes limites e confrontações:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 01 – Inicial com 73.363,00 m²

Inicia-se esta descrição no vértice M-16 de coordenadas E= 411.039,558m e N= 8.571.101,250m, cravado junto a faixa de domínio da BR-158 e nos limites da Chácara São Francisco; daí, deixando a referida Faixa de Domínio, segue na confrontação da Chácara São Francisco, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º13'27" e 850,14 metros, vai ao vértice M-17, de coordenadas E= 411.594,418m e N= 8.570.437,585m; com 237º23'09" e 5,09 metros, vai ao vértice M-18, de coordenadas E= 411. 590,474m e N= 8.570.434,351m; com 146º48'18" e 185,54 metros, vai ao vértice M-19, de coordenadas E= 411.677,410m e N= 8.570.297,988m; e com 196º37'44" e com 128,43 metros, vai ao vértice M-08, de coordenadas E= 411.641,075m e N= 8.570.174,817m, cravado na divisa com o Perímetro Urbano; deste, segue limitando com o limite do Perímetro Urbano com os seguintes azimutes e distâncias: com 319º38'41" e 66,72 metros, vai ao vértice M-09, de coordenadas E= 411.598,806m e N= 8.570. 226,365m; com 319º38'41" e 196,39 metros, vai ao vértice M-22, de coordenadas E= 411.490,306m e N= 8.570.358,678m, cravado no limite da Área 02 pertencente a **Nicholas marques pereira;** segue nesta confrontação com os seguintes rumos e distâncias: 50º38152" e 126,61 metros, vai ao vértice M-21, de coordenadas E= 411.588,209m e N= 8.570.438,960m; com 320º38'52" e 382,27 metros, vai ao vértice M-20, de coordenadas E= 411.345,817m e N= 8.570.734,555m; e com 230º38'52" e 126,61 metros, vai ao vértice M-10, de coordenadas E= 411.248,122m e N= 8.570. 655,713m, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste com 320º38'52" e 398,98 metros, vai ao vértice M-11, de coordenadas E= 410.995,547m e N= 8.570.962,031m, cravado junto à faixa de domínio da BR-158; daí, seguindo pela referida faixa de domínio, com o azimute de 17º23'18" e 144,48 metros, chega-se ao vértice M-16, ponto de início desta descrição.

APÓS O DESMEMBRAMENTO O IMÓVEL FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 2º – IMÓVEL 01: ÁREA 01 Remanescente:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 01 – Remanescente

Com 60.919,43 m²

Inicia-se esta descrição no vértice M-16A de coordenadas E= 411. 124,714m e N= 8.570.999,409m, cravado limites da Área 1A, objeto deste desmembramento, e com a Chácara São Francisco; daí segue na confrontação da Chácara São Francisco, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º13'27" e 850,14 metros, vai ao vértice M-17, de coordenadas E= 411.594,418m e N= 8.570.437,585m; com 237º23'09" e 5,09 metros, vai ao vértice M-18, de coordenadas E= 411.590,474m e N= 8.570.434,351m; com 146º48'18" e 185,54 metros, vai ao vértice M-19, de coordenadas E= 411.677,410m e N= 8.570.297,988m; e com 196º37'44" e com 128,43 metros, vai ao vértice M-08, de coordenadas E= 411.641,075m e N= 8.570. 174,817m, cravado na divisa com o Perímetro Urbano; deste, segue limitando com o limite do Perímetro Urbano com os seguintes azimutes e distâncias: com 319º38'41" e 66,72 metros, vai ao vértice M-09, de coordenadas E= 411.598,806m e N= 8.570.226,365m; com 319º38'41" e 196,39 metros, vai ao vértice M-22, de coordenadas E= 411.490,306m e N= 8. 570.358,678m, cravado no limite da Área 02 pertencente a **Nicholas marques pereira;** segue nesta confrontação com os seguintes rumos e distâncias: 50º38152" e 126,61 metros, vai ao vértice M-21, de coordenadas E= 411.588,209m e N= 8.570.438,960m; com 320º38'52" e 382,27 metros, vai ao vértice M-20, de coordenadas E= 411.345,817m e N= 8.570.734,555m; e com 230º38'52" e 126,61 metros, vai ao vértice M-10, de coordenadas E= 411.248,122m e N= 8.570.655,713m, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste com 320º38'52" e 56,00 metros, vai ao vértice V-10A, no limite da Área 1C, 3º objeto deste desmembramento; deste segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-10B; com 320º38'52" e 168,00 metros vai ao vértice V-10C; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-10D, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste segue com o azimutes de 320º38'52" e 12,00 metros, vai ao vértice 10E, no limite da Área 1B, 2º objeto deste desmembramento; daí segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-10F; com 320º38'52" e 72,00 vai ao vértice V-10G; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-10H, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste segue com o azimutes de 320º38'52" e 37,00 metros, vai ao vértice 16B, de coordenadas E= 411. 029,154m e N= 8.570.921,048m, no limite da Área 1A, 1º objeto deste desmembramento; daí, segue nesta confrontação com o azimute de 50º38'52" e 128,58 metros até o vértice V-16A, ponto de início desta descrição.

IMÓVEL 02: ÁREA 1A:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 1A

IMÓVEL 03: ÁREA 1B:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 1B

A área 1B, é uma área de terras, situada na zona urbana, região norte, da cidade de Ribeirão Cascalheira do Estado de Mato Grosso, com a área de 1.800,00 metros quadrados, frente para a Rua Frederico Reimer, saída norte da cidade, que se limita conforme a descrição abaixo.

Inicia-se esta descrição no vértice V-10E, de coordenadas E= 411. 098,269m e N= 8.570.836,763m no limite da Área Remanescente 01; daí segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-10F, de coordenadas E= 411.117,601m e N= 8. 570.852,615m; com 320º38'52" e 72,00 vai ao vértice V-10G, de coordenadas E= 411.071,947m e N= 8.570.908,290m; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-10H, de coordenadas E= 411.052,615m e N= 8.570. 892,438m, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste segue por esta confrontação com o azimutes de 140º38'52" e com a distância de 72,00 metros, vai ao vértice V-10E, ponto de início desta descrição.

Após o desmembramento, a referida área constituirá de 06 lotes conforme descrição abaixo.

LOTE 01 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Área Remanescente 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 02 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 03

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 03 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 04

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 04 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 03

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 05

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 05 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 04

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 06

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 06 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 05

LADO ESQUERDO - 25,00m Área Remanescente 01

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

IMÓVEL 04: ÁREA 1C:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES

ÁREA 1C

A área 1C, é uma área de terras, situada na zona urbana, região norte, da cidade de Ribeirão Cascalheira do Estado de Mato Grosso, com a área de 4.200,00 metros quadrados, frente para a Rua Frederico Reimer, saída norte da cidade, que se limita conforme a descrição abaixo.

Inicia-se esta descrição no vértice V-10A, de coordenadas E= 411. 212,405m e N= 8.570.697,576, no limite da Área Remanescente 01; deste segue nesta confrontação com os azimutes e distâncias: 50º38'52" e 25,00 metros vai ao vértice V-10B de coordenadas E= 411.231,737m e N= 8. 570.713,428m; com 320º38'52" e 168,00 metros vai ao vértice V-10C, de coordenadas E= 411.125,210m e N= 8.570.843,336m; com 230º38'52" e 25,00 metros, vai ao vértice V-10D, de coordenadas E= 411.105,879m e N= 8.570.827,484m, cravado no limite do Perímetro Urbano; deste segue por esta confrontação com o azimutes de 140º38'52" e com a distância de 168,00 metros, vai ao vértice V-10A, ponto de início desta descrição.

Após o desmembramento, a referida área constituirá de 14 lotes conforme descrição abaixo.

LOTE 01 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Área Remanescente 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 02

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 02 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 01

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 03

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 03 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 02

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 04

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 04 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 03

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 05

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 05 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 04

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 06

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 06 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 05

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 07

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 07 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 06

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 08

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 08 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 07

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 09

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 09 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 08

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 10

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 10 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 09

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 11

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 11 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 10

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 12

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 12 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 11

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 13

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 13 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 12

LADO ESQUERDO - 25,00m Com o Lote 14

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

LOTE 14 - 300,00 m²

FRENTE - 12,00m Rua Frederico Reimer

LADO DIREITO - 25,00m Com o Lote 13

LADO ESQUERDO - 25,00m Área Remanescente 01

FUNDO - 12,00m Área Remanescente 01

Art. 3º - Tudo conforme Mapa e Memorial Descritivo de autoria do Engenheiro Civil, Luiz Fernando Ferreira Alves, com registro no sistema CONFEA/CREA nº 1015255043/D, com visto no CREA-MT nº 15255043.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de outubro de 2019

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 08:00 horas do dia 06 de novembro de 2019, estará abrindo o pregão presencial, objetivo Registro e Preços para futura eventual contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para fornecimento de licença de direito de uso de software em plataforma única de gestão pública com módulos web, suporte técnico e manutenção, incluindo a implantação, a migração de dados, a customização, a parametrização e treinamento, para atender a demanda das Secretarias do Poder executivo Municipal,junto ao Município de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I. O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site ribeiraocascalheira.mt.gov.br no e-mail **setordelicitacoesrc@gmail.com** , com a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo no endereço Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro - Ribeirão Cascalheira-MT ou através do telefone (66) 3489- 1838 durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira.

Ribeirão Cascalheira-MT, **22 de outubro de 2.019.**

LUZINETE MARTINS FERREIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2019

PREGÃO N° **003/2019**

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a Empresa **A.P.M Bento ME**, com sede à Rua Antônio João, s/n, inscrito no CNPJ/MF: 02.558.651/0001-27, neste ato, representada pelo senhor Jesus Bento, brasileiro, casado, comerciante, RG: 056.828 SSP/MT, CPF: 103.391.831/87, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirãozinho – MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presenteRegistro de Preço para **Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios, Verduras, Frutas, Pães, Gás e Frios para atender as demandas das Secretarias Municipais,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade **DE (12) MESES,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da ***C.P.L***, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 003/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho – MT, 22 de abril de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	A P M Bento - ME CNPJ: 02.558.651/0001-27 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	 Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53
Elayne Bento Parreira Assessora Jurídica	

	1308	A P M BENTO ME				
Item	Código	CNPJ: 02.558.651/0001-27	Unidade	Quantidade	Valor	Valor Total
		ANTONIO JOAO, 0 - CENTRO, RIBEIRAOZINHO - MT,			Unitário	
		CEP: 78613-000				
		Descrição do Produto/Serviço				
5	258.003.034	ACHOCOLATADO EM PO 1KG Marca: MAITÁ	UNIDA	470	10,90	5.123,00
6	142.001.001	ACUCAR 2 KG Marca: DOCE LAR	PACOT	2448	4,49	10.991,52
8	241.001.647	ADOÇANTE LIQUIDO FRASCO 100ML Marca:	UNIDA	32	3,99	127,68
		ASSUGRIN				
9	221.001.002	AGUA MINERAL 20 LITROS Marca: RONCADOR	UNIDA	434	9,50	4.123,00
10	221.001.001	AGUA MINERAL 500 ML Marca: MARAJÁ	FARDO	148	16,70	2.471,60
13	105.001.002	ALCOOL 70% 1000ML Marca: START	LITRO	185	7,70	1.424,50
14	258.004.669	ALCOOL EM GEL 500 ML Marca: START	UNIDA	500	7,50	3.750,00
21	241.001.058	AMIDO DE MILHO 500G Marca: QUERO	PACOT	35	4,99	174,65
22	258.004.633	APARELHO DE BARBEAR 2X1 Marca: BIC	UNIDA	200	4,50	900,00
24	241.001.010	ARROZ TIPO I 5KG Marca: GRÃO DO LESTE	PACOT	810	13,22	10.708,20
25	241.001.006	ARROZ TIPO I 5KG Marca: SERTANEJO	FARDO	450	79,00	35.550,00
29	258.004.426	AVENTAL DE PLASTICO ENCERADO Marca: VULCANO	UNIDA	20	21,00	420,00
31	241.001.644	AZEITONA SEM CAROCO 500G Marca: LA VIOLETERA	KILO	85	15,90	1.351,50
33	197.001.934	BALAO N 7.0 COM 50 UNDS (CORES VARIADAS)	PACOT	50	9,99	499,50
		Marca: SÃO ROQUE				
34	241.001.665	BALAS SORTIDAS 600G Marca: ERLAN	UNIDA	88	8,50	748,00
35	241.001.399	BALAS SORTIDAS 700 GRAMAS Marca: ERLAN	PACOT	472	9,20	4.342,40
36	241.001.668	BALAS SORTIDAS 800G Marca: ERLAN	PACOT	100	8,90	890,00
37	258.004.436	BALDE 20L (PLASTICO RESISTENTE) Marca: INPLAST	UNIDA	40	19,90	796,00

42	241.001.582	BATATA PALHA 1KG Marca: SULLPER	PACOT	500	23,00	11.500,00
43	258.003.784	BATERIA 6F 22 9 VOLT Marca: RAIOVAC	UNIDA	60	15,99	959,40
47	241.001.421	BOLACHA AGUA E SAL 800 GR Marca: ELBIS	PACOT	726	7,49	5.437,74
48	241.001.463	BOLACHA MAIZENA 400G Marca: ELBIS	PACOT	470	4,99	2.345,30
49	241.001.516	BOLACHA ROSQUINHA 800G Marca: PAVESINO	PACOT	450	7,49	3.370,50

55	241.001.335	BOMBOM SONHO DE VALSA Marca: LACTA	PACOT	204	33,00	6.732,00
56	258.004.458	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO 10L, 7L E 4/5 Marca: EXPLENDOR	UNIDA	40	3,00	120,00
57	236.001.003	BOTIJAO DE GAS GLP DE 13KG - CASCO Marca: BUTANO	UNIDA	6	140,00	840,00
58	200.001.080	BRILHA ALUMINIO 500 ML Marca: POLITRIZ	UNIDA	170	2,49	423,30
60	241.001.373	CAFE MOIDO 250GR Marca: DANIEL	PACOT	2102	4,78	10.047,56
61	241.001.583	CALDO DE CARNE COM 12 CUBOS Marca: ETTI	UNIDA	440	1,99	875,60
62	241.001.584	CALDO DE GALINHA COM 12 CUBOS Marca: ETTI	UNIDA	125	1,99	248,75
64	241.001.388	CANELA EM CASCA 400GR Marca: ROCHA	PACOT	295	31,00	9.145,00
65	241.001.594	CANELA EM PO 400G Marca: ROCHA	PACOT	2	32,00	64,00
66	241.001.413	CANJICA 500 GRAMAS Marca: SINHA	PACOT	50	2,99	149,50
67	241.001.400	CANJICA 500 GRAMAS Marca: SINHA	FARDO	80	58,20	4.656,00
78	200.000.012	CERA BRANCA Marca: POLITRIZ	UNIDA	700	3,99	2.793,00
79	200.007.012	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 CX/12 Marca: POLILAR	CAIXA	15	47,88	718,20
80	258.002.357	CERA LIQUIDA VERMELHA 750 ML Marca: POLILAR	CAIXA	15	47,88	718,20
81	200.007.006	CERA PARA PISO AMARELA Marca: POLILAR	CAIXA	8	47,88	383,04
82	258.001.019	CESTO P/ LIXO Marca: ARQPLAST	UNIDA	27	4,99	134,73
83	258.004.179	CESTO P/ LIXO 15L COM TAMPA E PEDAL Marca: ROTA PLAST	UNIDA	50	49,00	2.450,00
84	258.004.543	CESTO PARA LIXO 100L Marca: ROTA PLAST	UNIDA	10	79,00	790,00
85	258.004.411	CESTO PARA LIXO 9 LITROS Marca: ARQPLAST	UNIDA	30	4,96	148,80
86	258.004.415	CESTO PARA LIXO COM PEDAL 100 LITROS Marca: ARQPLAST	UNIDA	17	98,50	1.674,50
87	258.004.437	CESTO PARA LIXO COM TAMPA 30 LTS Marca: ARQPLAST	UNIDA	27	39,00	1.053,00
88	241.001.113	CHA DE ERVA MATE Marca: MATTE LEAO	CAIXA	276	4,99	1.377,24
89	241.001.067	CHOCOLATE BIS C/ 20 Marca: LACTA	CAIXA	450	4,49	2.020,50
91	241.001.458	CHOCOLATE GRANULADO 500G Marca: KI KAKAU	UNIDA	206	7,60	1.565,60
93	258.001.147	COADOR GRANDE Marca: LOKASA	UNIDA	30	3,90	117,00
94	258.001.149	COADOR MEDIO Marca: LOKASA	UNIDA	45	3,00	135,00
95	241.001.103	COCO RALADO 100G Marca: LA PREFERIDA	PACOT	584	2,99	1.746,16
98	258.002.809	COLHER DESC P/ SOBREMESA Marca: SERT PLAST	UNIDA	3000	0,25	750,00
100	103.001.002	COPO DESCARTAVEL 200 ML Marca: COPOSUL	PACOT	972	3,60	3.499,20
101	103.000.001	COPO DESCARTAVEL 200ML CX C/ 30 Marca: COPOSUL	CAIXA	151	112,00	16.912,00
102	103.001.001	COPO DESCARTAVEL 50 ML Marca: COPOSUL	PACOT	512	2,50	1.280,00
103	103.001.009	COPO DESCARTAVEL 50ML Marca: COPOSUL	CAIXA	50	74,99	3.749,50
104	196.002.239	COTONETES COM ANTIGERME C/ 75 UN Marca: TOPZ	CAIXA	430	1,90	817,00
107	241.000.002	COXAS SOBRECOXAS 1KG Marca: SUPER FRANGO	KILO	1500	9,00	13.500,00
109	241.001.178	CRAVO 300G Marca: DOCE FLOR	PACOT	131	48,00	6.288,00
110	241.001.531	CREME DE LEITE CAIXINHA 200G Marca: PIRACANJUBA	UNIDA	926	3,10	2.870,60
111	258.001.491	CREME DENTAL 120G Marca: COLGATE	UNIDA	310	5,69	1.763,90
116	200.010.035	DESODORIZANTE DE AMBIENTE 400ML/286G Marca: BOM AR	UNIDA	217	9,00	1.953,00
117	200.000.013	DETERGENTE DE LIMPEZA GERAL CONCENTRADO Marca: AZULIM	UNIDA	450	3,40	1.530,00
121	200.001.084	DETERGENTE LIQUIDO LIMPEZA GERAL CX 24X1 500ML Marca: QBOA	CAIXA	84	83,00	6.972,00
126	258.001.023	DUREPOX Marca: DUREPOX	UNIDA	30	7,00	210,00
127	258.004.442	EMBALAGEM PLASTICA PARA 02 KG - PACOTE C/ 01 KG Marca: PLAST VILLE	PACOT	130	23,90	3.107,00
128	258.004.443	EMBALAGENS PLASTICA PARA 03 KG - PCT C/ 01 KG Marca: PLAST VILLE	PACOT	90	25,00	2.250,00

130	241.001.602	ERVA DOCE 100GR Marca: BOM PREÇO	UNIDA	30	7,99	239,70
132	241.001.586	ERVILHA EM CONSERVA 200G Marca: ETTI	UNIDA	460	2,18	1.002,80
133	258.001.045	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA Marca: CONDOR	UNIDA	145	2,99	433,55
134	258.002.286	ESCOVA P/ VASO SANITARIO Marca: CONDOR	UNIDA	130	7,99	1.038,70
135	200.010.002	ESPONJA DE ACO C/8 UND Marca: BOMBRIL	PACOT	30	1,58	47,40
136	258.002.233	ESPONJA DE LA DE ACO C/ 8 UNID Marca: ASSOLAN	UNIDA	500	1,50	750,00
137	258.002.259	ESPONJA DE LA DE ACO FARDO 14X8 Marca: BOMBRIL	FARDO	41	23,90	979,90
138	258.001.109	ESPONJA P/ BANHO C/ 3 UND Marca: ESPLUM	PACOT	35	9,00	315,00
139	200.010.048	ESPONJA P/ LAVAR LOUCAS 3X1 Marca: AZULIM	PACOT	785	2,99	2.347,15
142	258.003.037	EXTRATO DE TOMATE 1KG Marca: QUERO	UNIDA	60	11,00	660,00
144	241.001.403	EXTRATO DE TOMATE 850G Marca: GOIALLI	UNIDA	500	8,70	4.350,00
145	258.003.076	FACA P/ CORTE MEDIA Marca: CHINA	UNIDA	10	11,00	110,00
146	241.001.419	FARINHA DE MANDIOCA 01 KG Marca: SINHA	UNIDA	220	8,50	1.870,00
147	241.001.573	FARINHA DE MILHO 500 G Marca: MIKA	PACOT	50	5,29	264,50
148	241.001.105	FARINHA DE TRIGO 1KG Marca: CRISTAL	PACOT	1784	4,50	8.028,00
149	241.001.396	FEIJAO 1 KG Marca: SERTANEJO	PACOT	1312	8,70	11.414,40
150	241.001.572	FEIJAO PRETO TIPO 1 D 01 KG Marca: MOGIANO	PACOT	150	8,50	1.275,00
151	241.001.353	FERMENTO PARA BOLO 250G Marca: PÓ ROYAL	UNIDA	608	8,30	5.046,40
152	241.001.354	FERMENTO PARA PAO 10G Marca: SAF INSTANT	UNIDA	390	1,20	468,00
153	241.001.179	FERMENTO PO ROYAL 100G Marca: PÓ ROYAL	UNIDA	20	3,30	66,00
155	258.004.148	FILME PVC TRANSPARENTE 15MX28CM Marca: FOXLUX	UNIDA	150	3,99	598,50
156	258.004.670	FILTRO 103/105 Marca: MELITTA	PACOT	200	4,50	900,00
157	258.003.666	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE Marca: 3M	UNIDA	100	3,99	399,00
158	258.002.252	FLANELA PARA LIMPEZA Marca: ROMA TÊXTIL	UNIDA	606	3,50	2.121,00
159	203.001.498	FORRO PARA MESA PLASTICO ESTAMPADO Marca: VULCANO	METRO	50	12,00	600,00
160	258.001.060	FOSFORO Marca: PARANA	PACOT	40	3,50	140,00

161	258.003.048	FOSFORO CAIXA C/ 10 Marca: PARANA	PACOT	40	3,50	140,00
163	241.001.414	FUBA DE MILHO 01KG Marca: MIMOSO	PACOT	610	5,99	3.653,90
164	241.001.518	FUBA DE MILHO 500G Marca: MIMOSO	PACOT	40	3,60	144,00
165	258.002.328	GARFO DESC GRANDE Marca: SERT PLAST	UNIDA	3000	0,19	570,00
166	258.004.672	GARRAFA PARA CAFE 1L Marca: TERMOLAR	UNIDA	45	23,99	1.079,55
167	258.004.671	GARRAFA PARA CAFE 500ML Marca: TERMOLAR	UNIDA	40	20,00	800,00
168	258.002.812	GARRAFA TERMICA 1/2 L Marca: TERMOLAR	UNIDA	5	21,00	105,00
169	221.001.006	GARRAFAO DE AGUA 20 LTS Marca: RONCADOR	UNIDA	36	9,50	342,00
170	236.001.002	GAS GLP DE 13 KG Marca: BUTANO	UNIDA	263	101,00	26.563,00
171	241.001.423	GELATINA SABORES DIVERSOS 35GR Marca: PARATI	UNIDA	1270	1,49	1.892,30
174	258.002.225	GUARDANAPO 30X32 Marca: TREVO	PACOT	150	3,70	555,00
175	258.001.011	GUARDANAPOS 33 X 33 CM Marca: TREVO	PACOT	100	3,70	370,00
179	045.001.001	ISQUEIRO Marca: BIC	UNIDA	175	4,10	717,50
180	258.004.677	JARRA DE VIDRO PARA AGUA 1L Marca: NADIR	UNIDA	4	19,00	76,00
181	258.004.462	JARRA PLASTICA COM TAMPA 4 LTS Marca: NITRON	UNIDA	10	39,00	390,00
184	258.002.229	LAMINA BARBEAR C/3 Marca: BIC	UNIDA	100	3,99	399,00
185	258.002.719	LAMPADA FLUORESCENTE Marca: FOXLUX	UNIDA	50	11,00	550,00
188	241.001.202	LEITE DE COCO FRASCO 100ML Marca: CHEF HOLMES	UNIDA	50	3,65	182,50
189	241.001.376	LEITE DESNATADO CX 01 LITRO Marca: ITAMBÉ	CAIXA	198	3,99	790,02
190	241.001.588	LEITE EM PO 400 G Marca: NINHO NESTLÉ	UNIDA	700	17,00	11.900,00
191	241.001.191	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA Marca: ITAMBÉ	LITRO	28000	3,89	108.920,00
192	241.001.578	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA 12X1 Marca: ITAMBÉ	CAIXA	20	48,00	960,00
193	258.004.673	LENÇO DESCARTAVEL Marca: KISS	PACOT	200	3,99	798,00
195	200.001.064	LIMPA ALUMINIO 500ML CX/12 Marca: POLITRIZ	CAIXA	4	29,88	119,52
196	258.001.837	LIMPA VIDRO Marca: AZULIM	UNIDA	250	3,89	972,50
197	258.004.631	LIMPADOR CONCENTRADO CX /12X500 ML Marca: AZULIM	CAIXA	50	43,00	2.150,00
199	184.001.006	LUVA DE BORRACHA Marca: MUCAMBO	PAR	55	5,99	329,45
200	258.003.797	LUVA DE LATEX G ANTIALERGICA Marca: MUCAMBO	PAR	100	5,99	599,00
201	258.003.798	LUVA DE LATEX M ANTIALERGICA Marca: MUCAMBO	UNIDA	185	5,99	1.108,15
202	258.003.799	LUVA DE LATEX P ANTIALERGICA Marca: MUCAMBO	UNIDA	310	5,99	1.856,90
205	241.001.641	MACARRAO ESPAGUETE FINO 500G Marca: CRISTAL	PACOT	1115	3,09	3.445,35
206	241.001.642	MACARRAO LASANHA 500G Marca: EMEGÊ	PACOT	480	6,50	3.120,00
207	241.001.490	MACARRAO PARAFUSO 500G Marca: CRISTAL	PACOT	570	3,19	1.818,30
208	241.001.539	MACARRAO PICADO 500MG Marca: PADRE NOSSO	PACOT	120	3,90	468,00
209	241.001.589	MAIONESE 500G Marca: QUERO	UNIDA	562	5,49	3.085,38
210	241.001.213	MAIZENA 1KG Marca: QUERO	PACOT	95	10,99	1.044,05
213	258.003.049	MANGUEIRA C/ REGISTRO /P BOTIJÃO DE GÁS GLP 13KG Marca: IANE	UNIDA	10	20,00	200,00
214	258.004.667	MANGUEIRA COM REGISTRO PARA GÁS P13 5M Marca: IANE	UNIDA	4	39,00	156,00
216	241.001.002	MARGARINA 1KG Marca: SOYA	UNIDA	46	6,50	299,00
218	241.001.659	MASSA PARA PASTEL Marca: MASSALEVE	UNIDA	400	7,99	3.196,00
219	241.001.508	MASSA PRONTA PARA BOLO 450G Marca: SANDELLA	PACOT	48	4,29	205,92
222	241.001.408	MILHO PIPOCA 500 GRAMAS Marca: SINHA	KILO	180	2,99	538,20
223	241.001.198	MILHO VERDE 3KG Marca: QUERO	UNIDA	58	16,99	985,42
225	258.003.020	MILHO VERDE EM CONSERVA 200G Marca: GOIAS	UNIDA	1050	1,99	2.089,50
228	241.001.660	MOLHO DE PIMENTA 150 ML Marca: ETTI	UNIDA	80	2,30	184,00
229	241.001.553	MOLHO DE TOMATE 1KG Marca: QUERO	KILO	20	11,00	220,00
230	241.001.590	MOLHO PRONTO PARA LASANHA 340G Marca: TARANTELLA	UNIDA	450	2,99	1.345,50
233	241.001.120	MUCILON ARROZ 400GR Marca: NESTLÉ	UNIDA	180	10,49	1.888,20
236	241.001.011	OLEO DE SOJA Marca: SOYA	LITRO	1312	3,79	4.972,48
237	241.001.381	OLEO DE SOJA 900ML Marca: SOYA	UNIDA	1200	3,79	4.548,00
241	258.004.674	PÁ PARA LIXO COM CABO Marca: PLASIL	UNIDA	6	12,99	77,94
243	258.003.766	PALHA DE ACO Marca: ASSOLAN	PACOT	500	1,50	750,00
244	258.003.801	PANO DE CHAO ALVEJADO Marca: COPA LIMPA	UNIDA	450	8,50	3.825,00
245	258.004.632	PANO DE CHAO ECOLOGICO 90X80 85 % ALGODAO Marca: COPA LIMPA	UNIDA	150	8,50	1.275,00
246	200.008.003	PANO DE CHAO SACO BRANCO Marca: COPA LIMPA	UNIDA	250	6,50	1.625,00
247	258.001.241	PANO DE PRATO Marca: TEKA	UNIDA	40	8,50	340,00
248	258.004.554	PANO DE PRATO ATOALHADO Marca: TEKA	UNIDA	210	8,50	1.785,00
259	258.004.420	PAPEL ALUMINIO 45CM Marca: PRATIK	UNIDA	200	5,99	1.198,00
261	258.002.075	PAPEL FILME Marca: FOXLUX	UNIDA	80	3,70	296,00
262	258.001.067	PAPEL HIGIENICO 16X4 Marca: PERSONAL	FARDO	100	52,99	5.299,00
263	200.006.010	PAPEL HIGIENICO 8X1 Marca: PERSONAL	PACOT	62	6,19	383,78
264	200.006.013	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA 8X1 Marca: DUETTO	PACOT	430	12,99	5.585,70
265	190.001.011	PAPEL TOALHA 2 X 1 Marca: SNOB	PACOT	300	5,99	1.797,00
266	258.004.419	PAPEL TOALHA COM 3 DOBRAS 1000 FLS Marca: PREMIUM	FARDO	80	16,50	1.320,00
267	258.004.660	PAPEL TOALHA ROLO FARDO 12X2 Marca: SNOB	FARDO	122	62,90	7.673,80
271	258.004.661	PILHA ALCALINA AAA PALITO 2X1 Marca: ELGIN	PACOT	150	4,99	748,50
272	258.001.195	PILHA ALCALINA GRANDE 2X1 Marca: RAIOVAC	PACOT	20	21,99	439,80
273	258.004.638	PILHA ALCALINA MEDIO 2X1 C2 Marca: RAIOVAC	PACOT	100	16,99	1.699,00
274	258.001.188	PILHA ALCALINA PEQUENA Marca: ELGIN	PACOT	150	4,99	748,50
275	104.001.010	PILHA ALCALINA TAMANHO AA 2X1 Marca: ELGIN	PACOT	60	4,30	258,00
276	258.003.781	PILHA PALITO PAR Marca: ELGIN	PACOT	60	4,99	299,40
277	241.001.066	PIMENTA DO REINO 100G Marca: BOM PREÇO	PACOT	10	8,99	89,90
279	241.001.591	PIRULITO FRUTAS 700G Marca: FLORESTAL	PACOT	450	9,90	4.455,00
280	241.001.409	PIRULITOS C/50 Marca: FLORESTAL	PACOT	194	9,40	1.823,60

281	241.001.100	POLVILHO DOCE 1KG Marca: LOPES	PACOT	1250	5,44	6.800,00
282	258.003.039	POLVILHO DOCE 500GR Marca: LOPES	PACOT	60	3,90	234,00
283	258.002.326	PRATO DESC PARA BOLO Marca: SERT PLAST	UNIDA	1000	0,25	250,00
284	258.002.258	PRENDEDOR DE ROUPA MEDIO PLASTICO 12X1 Marca: PLASIL	PACOT	168	2,49	418,32
290	258.002.815	QUEIJO CURADO Marca: CASEIRO	UNIDA	12	25,00	300,00
292	241.001.386	REFRIGERANTE 02 LITROS Marca: SIMBA	FARDO	50	25,00	1.250,00
293	241.001.522	REFRIGERANTE 2L Marca: SIMBA	UNIDA	50	4,30	215,00
294	241.001.272	REFRIGERANTE 2L Marca: JAÓ	PACOT	72	27,90	2.008,80
296	241.001.609	REFRIGERANTE GUARANA 2LTS Marca: ITUBAÍNA	UNIDA	50	4,70	235,00
297	241.001.243	REFRIGERANTE LARANJA 2L Marca: MARAJÁ	UNIDA	50	5,40	270,00
298	258.004.578	REPELENTE QUE CONTENHAM EM SUA FORMULACAO AS SUBSTANCIAS ICARIDINA E DE-ET Marca: REPELEX	UNIDA	50	12,99	649,50
300	241.001.338	REQUEIJAO CREMOSO Marca: VIGOR	UNIDA	100	7,99	799,00
301	258.001.068	RODO GRANDE 60CM Marca: POLITRIZ	UNIDA	190	16,90	3.211,00
302	258.004.422	RODO MADEIRA 40CM Marca: POLITRIZ	UNIDA	50	10,90	545,00
303	258.004.421	RODO MADEIRA 50CM Marca: POLITRIZ	UNIDA	130	11,90	1.547,00
304	258.004.423	RODO MADEIRA 60CM Marca: MARANHÃO	UNIDA	80	14,90	1.192,00
305	258.001.003	RODO MEDIO 40 CM Marca: MARANHÃO	UNIDA	120	9,99	1.198,80
310	200.009.004	SABAO EM PO 1 KG CAIXA COM 20 UNIDADES Marca: TIXAN	CAIXA	110	145,00	15.950,00
311	200.001.073	SABONETE 90 GRAMAS Marca: FRANCIS	UNIDA	350	2,00	700,00
312	200.004.002	SABONETE INFANTIL 90G Marca: BABY	UNIDA	250	2,49	622,50
313	258.003.765	SABONETE LIQUIDO 250ML Marca: ALMA DE FLORES	UNIDA	40	8,90	356,00
314	258.003.558	SABONETE LIQUIDO 500 ML Marca: ALMA DE FLORES	UNIDA	30	11,90	357,00
315	241.001.653	SACHE TEMPERO SABOR CARNE 60G Marca: SAZÓN	UNIDA	10	4,99	49,90
316	200.002.018	SACO P/ LIXO 100L Marca: BOM TAKI	PACOT	850	3,30	2.805,00
317	200.002.016	SACO P/ LIXO 15 LTS Marca: BOM TAKI	CAIXA	480	62,50	30.000,00
318	258.002.416	SACO P/ LIXO 15L C/25PCTS Marca: BOM TAKI	CAIXA	80	62,50	5.000,00
319	200.010.033	SACO P/ LIXO 30LT Marca: BOM TAKI	PACOT	400	2,64	1.056,00
320	200.002.003	SACO P/ LIXO 50 LITROS Marca: BOM TAKI	PACOT	500	3,49	1.745,00
321	200.002.013	SACO P/ LIXO 8 LITROS Marca: BOM TAKI	PACOT	100	2,50	250,00
322	200.010.053	SACO PARA LIXO 100 LTS Marca: BOM TAKI	CAIXA	100	5,99	599,00
323	258.001.021	SACO PARA LIXO 100L C/25 PCT Marca: BOM TAKI	UNIDA	70	5,99	419,30
324	200.002.002	SACO PARA LIXO 15 LT Marca: BOM TAKI	PACOT	550	2,49	1.369,50
325	258.001.014	SACO PARA LIXO 30L Marca: BOM TAKI	PACOT	300	2,45	735,00
326	258.003.804	SACO PARA LIXO 30L C/25 PCT Marca: BOM TAKI	CAIXA	45	5,99	269,55
327	258.004.424	SACO PLASTICO PARA ALIMENTOS CAPACIDADE P/ 3KG Marca: PLASTVILLE	KILO	10	23,00	230,00
328	241.001.382	SAL 01KG Marca: GARÇA	PACOT	371	1,70	630,70
329	241.001.009	SAL REFINADO Marca: GARÇA	KILO	90	2,00	180,00
336	258.004.664	SODA CAUSTICA 1KG Marca: PODER	KILO	137	16,98	2.326,26
341	241.001.257	SUCO NATURAL SEM CONSERVANTE CX DE 1LT Marca: DEL VALLE	UNIDA	60	6,50	390,00
342	241.001.652	TABLETES DE CALDO DE GALINHA 63G C/6 Marca: ETTI	UNIDA	10	1,99	19,90
344	258.001.039	TORNEIRA P/ FILTRO Marca: HERC	UNIDA	10	5,00	50,00
345	258.003.762	TOUCA DESCARTAVEL 100X1 Marca: TALGE	PACOT	90	15,00	1.350,00
350	258.004.678	VALVULA PARA PANELA DE PRESSAO Marca: EXPLENDOR	UNIDA	100	3,00	300,00

351	258.004.150	VASILHA PLASTICA COM TAMPA TAM GRANDE Marca: JAGUAR	UNIDA	10	38,00	380,00
352	099.001.001	VASSOURA DE PALHA Marca: COQUEIRO	UNIDA	556	13,00	7.228,00
353	200.001.008	VASSOURA DE PELO Marca: CONDOR	UNIDA	191	13,99	2.672,09
354	258.004.425	VELA DE PARAFINA N 7 8X1 Marca: SÃO TARCISO	PACOT	10	6,99	69,90
355	258.004.663	VIDREX 500ML Marca: START	UNIDA	24	4,99	119,76
356	241.001.057	VINAGRE Marca: CASTELO	LITRO	38	2,49	94,62
		Total do Proponente				618.132,28

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2019

PREGÃO N° **003/2019**

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a Empresa **ALISEU LOPES PANIFICADORA - ME**, com sede á Rua Rua Nossa Senhora Abadia, s/n, inscrito no CNPJ/MF: 06.957.696/0001-25, neste ato, representada pelo proprietário senhor Alizeu Lopes, brasileiro, portador do RG: 16.100.279, CPF: 040.360.638-12, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirãozinho – MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3. 931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presenteRegistro de Preço para **Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios, Verduras, Frutas, Pães, Gás e Frios para atender as demandas das Secretarias Municipais,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade **DE (12) MESES,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da ***C.P.L***, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 003/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho – MT, 22 de abril de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Aliseu Lopes Panificadora -ME CNPJ: 06.957.696/0001-25 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	 Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53

_____

Elayne Bento Parreira

Assessora Jurídica

1555	ALIZEU LOPES PANIFICADORA				
Código	CNPJ: 06.957.696/0001-25	Unidade	Quantidade	Valor	Valor Total
	SENADOR JOAO VILAS BOAS, 0 - CENTRO,			Unitário	
	RIBEIRAOZINHO - MT, CEP: 78613-000				
	Descrição do Produto/Serviço				
241.001.175	ACUCAR REFINADO 1KG Marca: ITAMARATI	PACOT	27	3,00	81,00
258.004.008	BOLO COMUM Marca: CASEIRO	UNIDA	300	5,00	1.500,00
241.001.526	BOLO CONFEITADO DOIS RECHEIOS E COBERTURA	KILO	370	25,50	9.435,00
	DE CHANTILLY Marca: CASEIRO				
241.000.004	BOLO DE CENOURA Marca: CASEIRO	UN	24	4,80	115,20
241.001.662	BOLO DE FUBA Marca: CASEIRO	UNIDA	24	3,99	95,76
241.001.523	BOLO DE TRIGO Marca: CASEIRO	KILO	200	5,00	1.000,00
241.001.657	IOGURTE CARTELA C/ 6 Marca: VIGOR	UNIDA	800	6,00	4.800,00
241.001.427	MANTEIGA 500GR Marca: DELICIA	UNIDA	12	6,00	72,00
241.001.658	MARGARINA COM SAL, VIT A, SEM GORDURA TRANS	UNIDA	460	7,00	3.220,00
	E SEM GLUTEM 500G Marca: QUALITY				
241.000.019	MISTO FRIO Marca: CASEIRO	UNIDA	500	2,99	1.495,00
258.002.936	MISTO QUENTE Marca: CASEIRO	UNIDA	500	3,00	1.500,00
241.001.568	PACOTE PETA 90G Marca: CASEIRO	PACOT	400	3,00	1.200,00
241.001.525	PAO CARECA Marca: CASEIRO	KILO	1650	6,00	9.900,00
241.001.567	PAO CASEIRO Marca: CASEIRO	KILO	100	5,00	500,00
241.001.569	PAO DE FORMA Marca: CASEIRO	KILO	150	5,50	825,00
241.000.022	PAO DE FORMA (PCT 450G) Marca: CASEIRO	PACOT	1100	6,00	6.600,00
241.001.471	PAO DE QUEIJO Marca: CASEIRO	KILO	1640	10,50	17.220,00
241.001.476	PAO DOCE Marca: CASEIRO	KILO	150	8,50	1.275,00
241.001.468	PAO FRANCES Marca: CASEIRO	KILO	4390	6,00	26.340,00
258.003.032	PAO FRANCES Marca: CASEIRO	UNIDA	1800	0,35	630,00
241.001.631	PETA PACOTE DE 130G Marca: CASEIRO	UNIDA	120	3,00	360,00
241.001.165	REFRIGERANTE COCA COLA 2L Marca: COCA	UNIDA	50	7,50	375,00
241.001.630	ROSCA SIMPLES Marca: CASEIRO	KILO	1050	7,00	7.350,00
241.000.020	SALGADOS VARIADOS Marca: CASEIRO	UNIDA	4400	1,20	5.280,00
241.001.640	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS GARRAFA Marca:	UNIDA	350	6,00	2.100,00
241.001.651	SUCO DE FRUTA 1L SABORES VARIADOS Marca:	LITRO	140	6,00	840,00
DELVALE					
Total do Proponente					104.108,96

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N°680/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Lei n°680/2019, 16 de Outubro de 2019.

Iniciativa: Poder Legislativo;

Autora: Verª. Lucilene Rosa Bento

Dispõe sobre a proibição do uso de Narguilé em locais públicos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica proibido o uso do cachimbo conhecido como “Narguilé” em Locais público, abertos ou fechados, bem como as essências, complementos e similares.

§1º Para fins do dispositivo do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, além de praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomerações de pessoas.

§2º Fica autorizado o uso do “Narguilé” em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência e/ou frequência de menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º O responsável pelos locais de que trata a lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade caso persista a conduta coibida de imediata retirada do local e, se necessário mediante, auxílio de força policial.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, fica obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

§1º O estabelecimento comercial ao qual esta lei se aplica fixará placa de aviso escrito em lugar visível, no seu interior, quanto à proibição de venda aos menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 4º O não cumprimento ao que determina a presente lei, sujeitará ao infrator as seguintes penalidade:

I – Notificação;

II - Multa de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), valor reajustado anualmente pelo índice de preços ao consumidor Amplo – IPCA;

III – Em caso de reincidência a multa será cobrada em dobro;

IV – Cancelamento do Alvará de funcionamento;

§1º As penalidades desta lei, não prejudicará a aplicação das sanções prevista no art. 243 da lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

§2º Os recursos provenientes deste “caput” serão destinados ao Fundo Municipal de Saúde, para realização de campanhas para preservação da Saúde.

Art. 5º Torna obrigatório o encaminhamento ao Conselho Tutelar do Menor flagrado em local público fazendo uso do Narguilé, respondendo a aplicação de sanções ao proprietário se a infração for cometida em estabelecimento comercial.

§1º o Poder Executivo designará, por meio de seus órgãos competentes, a forma de fiscalização para o cumprimento desta Lei.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
DECRETO Nº042/2019 EM, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO Nº042/2019 Em, 22 de Outubro de 2019.

“Decreta LUTO no

Município de Ribeirãozinho.”

RONIVON PARREIRA DAS NEVES, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições e na forma de Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado ponto facultativo, no município de Ribeirãozinho, no dia 22 de outubro de 2019 a partir das 12:00 h ate as 12:00 h do dia 23 de outubro de 2019, voltando ao normal no período vespertino das 13:00 as 17:00 h, em decorrência do falecimento do Sr. **ADILSON RODRIGUES RIBEIRO,** ocorrido em 22/10/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – MT, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 03/2019/SEMED

PORTARIA Nº. 03/2019/SEMED

O Secretário de Educação de Ribeirãozinho/MT no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394/1996 e da Lei Municipal Nº 443/2011, de 17 de junho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de diretor de unidade escolar da rede pública municipal para o biênio 2020/2021, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

Art. 2º - Os critérios para escolha de diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, de advertências e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função.

Art. 3º - O processo de escolha do profissional da educação a ser designado para a função gratificada de diretor de escola pública municipal será realizado em apenas uma etapa:

Etapa Única - constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na Escola Municipal Paulo Freire, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a- Objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar;

b- Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (IDEB, Prova Brasil, e outras);

c- Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos financeiros, bem como, construção do currículo escolar, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d- Estratégias para a preservação do patrimônio público;

e- Estratégias para manter atualizados os atos autorizativos para o funcionamento da unidade escolar, junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE/MT.

§ 1º - Na definição das metas de curto e longo prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão a Proposta de Trabalho, o candidato deverá apoiar-se no PPP, PDDE e repasse realizado mensalmente pela Secretaria Municipal de Finanças e o Plano de Ações Articuladas para o município de Ribeirãozinho-MT.

§ 2º - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas e executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º - No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a proposta de trabalho aprovada pela comunidade e a avaliação anual do seu desempenho, que incidirá sobre a execução e resultados dessa proposta.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no artigo 15 desta Portaria, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação

da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º - A Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º - Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não fizer apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Art. 6º - Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica, deve:

I- Ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica;

II- Ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III- Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia;

IV- Participar dos ciclos de estudos a serem organizados, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação;

V- Não estar, no ano vigente, à frente da gestão escolar por dois mandatos consecutivos, nos cargos de Coordenador ou Diretor, tendo em vista a que estabelece o Plano Municipal de Educação.

Art. 7º - Caso não haja profissional da educação habilitado em Pedagogia com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional habilitado em outras licenciaturas que tenha 01 (um) ano na unidade escolar ou 02 (dois) anos em qualquer escola pública do município.

Art. 8º – É vedada a participação no processo eletivo, o profissional da que nos últimos 5 (cinco) anos:

I- Tenha sido suspenso, dispensado ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II- Esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III- Esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV- Esteja inadimplente junto ao Fundo Estadual de Educação ou ao Tribunal de Contas do Estado;

V- Esteja sob licenças contínuas.

Art. 9º – Haverá apenas uma Comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção;

§ 1º - Devem compor a Comissão um membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

I- Representante do Magistério da Educação Básica;

II- Representante dos pais;

III- Representante da equipe Técnica e/ou Apoio Escolar.

§ 2º - A Comissão de seleção, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 3º - O membro da Comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

a- Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

b- Servidor em exercício nas funções de diretor;

§ 5º - O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 10 – A Comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

a- Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

b- Divulgar amplamente as normas e os critérios específicos relativos ao processo de seleção;

c- Analisar, juntamente com a Secretária de Educação do Município as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

d- Convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

e- Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

f- Credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

g- Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

h- Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato ou ao processo para análise junto com a Secretaria de Educação e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

i- Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

j- Acondicionar as cédulas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias. Após esse prazo, proceder à incineração;

k- Divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria de Educação, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 11 – Na Assembleia Geral deverá ser concedida a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 12 – É vedado ao candidato e à comunidade:

I- Exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II- Distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III- Realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV- Atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V- Aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de entrevista;

VI- Utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo.

Art. 13 – Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Artigo 12 desta portaria, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Parágrafo único – Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 14 – Podem votar:

a- Profissionais da educação em exercício na unidade escolar (efetivos, estáveis e aqueles que estão prestando serviço até a data da votação);

b- Pai ou a mãe (um voto por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha frequência comprovada.

§ 1º - O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º - O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.

Art. 15 – No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia).

Art. 16 - Não é permitido o voto por procuração.

Art. 17 – O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 18 – O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão de eleição.

Art. 19 – Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 20 – Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão, quando solicitado.

Art. 21 – A mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e um suplentes, escolhidos pela Comissão entre os votantes ou mesmo a comissão eleitoral, com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único – Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 22 – Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único – O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 23 - O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão e dos mesários.

Art. 24 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 25 – Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 26 – A mesa receptora, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º - Antes da abertura da urna instalada na unidade escolar, a Comissão deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com o relatório à Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo.

Art. 27 – Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada;

Art. 28 – Os pedidos de impugnação fundados em violação de urna somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art. 29 - São nulos os votos:

a- Registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

b- Que indiquem mais de um candidato;

c- Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

Art. 30 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão que se reunirá com os demais membros para:

I- Verificar toda a documentação;

II- Decidir sobre eventuais irregularidades;

III- Divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo Único – Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado.

Art. 31 – No momento de transmissão da função ao diretor eleito, o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar a avaliação pedagógica da sua gestão e fazer a entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar.

Art. 32 – O profissional da educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar à comunidade, em Assembleia Geral, a prestação de contas da gestão anterior, no momento da posse.

Art. 33 – Na unidade escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo ou classificado, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretário de educação, oriundo de outra escola.

Art. 34 – Ao candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo de seleção do diretor, será facultado dirigir representação à comissão.

Art. 35 – Das decisões da comissão cabem recursos dirigidos à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – O prazo para a interposição do recurso é de 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis, contados do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 36 – Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do artigo 35 e não havendo recursos, o candidato selecionado assumirá o cargo em comissão.

Art. 37 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 38 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ribeirãozinho, 24 de outubro de 2019.

Marcos Vinícius Carrijo de Freitas

Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

CRONOGRAMA DA ELEIÇÃO

DATA/AÇÕES		LOCAL
24/10/2019	DIVULGAÇÃO DO EDITAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04 à 08/11/2019	INSCRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11/11/2019	PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 à 13/11/2019	PRAZO PARA RECORRER DOS INDEFERIMENTOS DAS CANDIDATURAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
14/11/2019	DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA E INICIO DA CAMPANHA ELEITORAL	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE
26/11/2019	E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO	EM CADA UNIDADE ESCOLAR
10/12/2019	ELEIÇÃO DAS 8H ÀS 17h	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE
13/12/2019	ENCAMINHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO À SME PELO DIRETOR ELEITO	DIRETOR ELEITO NA UNIDADE ESCOLAR
07/01/2020	POSSE DO DIRETOR ELEITO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO (A) À DIREÇÃO

I – DADOS PESSOAIS

Nome: _____Pseudônimo: _____

Sexo: _____ Data Nasc. ____/____/____ Naturalidade: _____

UF: ____ Estado Civil: _____ CPF: _____

RG: _____Órgão Exp. _____/____ Expedida em: ____/____/____

Título de Eleitor nº _____ Zona: _____ Seção: ____

Filiação:

_____

Endereço: _____ nº _____ Bairro: _____

Complemento: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Email: _____

II – DADOS PROFISSIONAIS

Graduação

Curso: _____

( ) L. Plena ( ) L. Curta

Pós-Graduação

Curso: _____

Situação Funcional: ( ) Efetivo ( ) Estável Cargo: _____ Classe: ____ Nível: ____

Lotação: _____

Possui outro cargo efetivo: ( ) Não ( ) Sim Rede de Ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Privada

Tempo de Serviço na Unidade Escolar para qual se candidata: ____ anos

Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal: ____ anos

III – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ocupou a função de diretor(a) escolar em mandatos anteriores? ( ) Sim ( ) Não

Eleito ( ) Indicado ( ) – Biênio(s): _____

Tem conhecimentos de informática básica:

Word ( ) Sim ( ) Não Excel ( ) Sim ( ) Não

Ribeirãozinho - MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Candidato Secretário de Educação

_____

Presidente Comissão Eleitoral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019

PREGÃO N° **003/2019**

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a Empresa **Império Produtos Químicos Ltda - ME**, com sede á Rua Pedro Celestino, s/n, inscrito no CNPJ/MF: 26.637.743/0001-60, neste ato, representada pelo proprietário senhor Alizeu Lopes, brasileiro, portador do RG: 16.100.279, CPF: 040.360.638-12, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirãozinho – MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presenteRegistro de Preço para **Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios, Verduras, Frutas, Pães, Gás e Frios para atender as demandas das Secretarias Municipais,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade **DE (12) MESES,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da ***C.P.L***, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 003/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho – MT, 22 de abril de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Império Produtos Químicos Ltda - ME CNPJ: 26.637.743/0001-60 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53

Elayne Bento Parreira

Assessora Jurídica

11	200.001.074	AGUA SANITARIA 02 LITROS Marca: IMPERIO	UNIDA	522	4,90	2.557,80
12	200.001.004	AGUA SANITARIA 2L CX C/6 Marca: IMPERIO	CAIXA	242	30,00	7.260,00
17	200.001.027	AMACIANTE 2L CX C/6 Marca: IMPERIO	CAIXA	240	30,00	7.200,00
18	200.001.019	AMACIANTE DE ROUPA 2LITROS Marca: IMPERIO	UNIDA	100	5,00	500,00
113	200.005.032	DESINFETANTE 1,75 L DE LIMAO Marca: IMPERIO	UNIDA	500	4,15	2.075,00
114	200.005.010	DESINFETANTE 2 L CX/6 Marca: IMPERIO	CAIXA	330	25,90	8.547,00
115	200.005.009	DESINFETANTE 2LTS Marca: IMPERIO	UNIDA	132	4,25	561,00
118	200.000.014	DETERGENTE DE LIMPEZA PESADA CONCENTRADO Marca: IMPERIO	UNIDA	450	4,00	1.800,00
119	200.001.069	DETERGENTE LIQUIDO 500ML Marca: IMPERIO	UNIDA	1092	1,30	1.419,60
120	200.001.070	DETERGENTE LIQUIDO LIMPEZA GERAL 500ML Marca: IMPERIO	UNIDA	612	2,99	1.829,88
122	200.001.087	DETERGENTE LIQUIDO LIMPEZA PESADA 500 ML Marca: IMPERIO	UNIDA	512	3,80	1.945,60
123	200.000.009	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO 500ML CX/24 Marca: IMPERIO	CAIXA	32	32,00	1.024,00
307	200.010.007	SABAO EM BARRA 5 X 1 Marca: IPE	PACOT	330	6,00	1.980,00
308	200.010.050	SABAO EM BARRA NEUTRO 5X1 Marca: IPE	PACOT	60	6,00	360,00
309	200.001.075	SABAO EM PO 01 KG Marca: TIXAN	UNIDA	420	7,00	2.940,00
		Total do Proponente				41.999,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N°675/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Lei n°675/2019, 16 de Outubro de 2019.

Iniciativa: Poder Legislativo;

Autor: Ver. Sandro Cândido Nunes.

Institui a Política Municipal de Formação e

Capacitação Continuada de Mulheres Residentes no Município de Ribeirãozinho – MT para o Mercado de Trabalho.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres Residentes no Município de Ribeirãozinho – MT para o Mercado de Trabalho.

Art. 2º Constitui objetivo da Política Municipal de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho:

I – a formação técnica das mulheres em as áreas profissionais que compõem o Mercado de Trabalho;

II – a viabilização do pleno acesso das mulheres ao Mercado de trabalho, com qualidade profissional, inclusão social, autonomia e independência econômica.

Parágrafo único - Para a realização dos objetivos referidos neste artigo, serão dadas as oportunidades às mulheres de:

a) cursos, projetos e programas, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, devendo se priorizar as mulheres de baixa renda residentes no Município de Ribeirãozinho – MT, podendo ser estabelecidas parcerias público-privadas para sua realização;

b) temáticas sobre desenvolvimento do empreendedorismo, gestão pública e privada, finanças, e direitos humanos e trabalhistas, entre outros.

Art. 3º A Política Municipal de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho terá por metas, qualificar, capacitar, e promover a inserção das mulheres da comunidade Ribeirãozense no Mercado de Trabalho de acordo com a realidade do Município.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado, por meio de mecanismos e ferramentas de comunicação, a divulgar a Política Municipal de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho, bem como a garantia do acesso gratuito a esta.

Parágrafo único - As vagas reservadas em conformidade com o disposto no "*caput"* deste artigo serão destinadas prioritariamente, as mulheres de baixa renda residentes no Município de Ribeirãozinho – MT.

Art. 5º Esta lei será regulamentada, no que couber, por decreto específico

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N°676/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Lei n°676/2019, 16 de Outubro de 2019.

Iniciativa: Poder Legislativo.

Autor: Ver. Sandro Cândido Nunes.

Dispõe sobre a capacitação e a orientação dos servidores das escolas municipais do Município de Ribeirãozinho – MT, para a prestação de primeiros socorros.

.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Público Municipal promoverá a capacitação e a orientação dos servidores das escolas municipais do Município de Ribeirãozinho – MT, para o enfrentamento das situações que exigem a prestação de primeiros socorros.

Art. 2º Caberá ao Executivo definir as ações necessárias à consecução dos objetivos previstos nesta lei, cuja implementação se dará de modo contínuo, por meio da realização de cursos, palestras, distribuição de manual, ou qualquer outro instrumento de apoio e consulta.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2019

PREGÃO N° **003/2019**

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a Empresa **Soares de Oliveira & Carvalho Soares LTDA**, com sede á Rua Dom Pedro I, s/n, inscrito no CNPJ/MF: 10.280.827/0001-50, neste ato, representada pelo proprietário senhor Gelso Soares de Oliveira, brasileiro, comerciante, RG: 377.454 SSP/MT, CPF: 079.538.361-49, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirãozinho – MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presenteRegistro de Preço para **Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Consumo, Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios, Verduras, Frutas, Pães, Gás e Frios para atender as demandas das Secretarias Municipais,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade **DE (12) MESES,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da ***C.P.L***, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 003/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho – MT, 22 de abril de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Soares de Oliveira & Carvalho Soares LTDA CNPJ: 10.280.827/0001-50 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	 Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53

2006 Item Código	SOARES DE OLIVEIRA E CARVALHO SOARES-LTDA CNPJ: 10.280.827/0001-50 DR. MARIO CORREA, 0 - CENTRO, RIBEIRAOZINHO - MT, CEP: 78613-000	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Descrição do Produto/Serviço				
	288.001.009 ABACAXI	UNIDA	3680	6,00	22.080,00
	288.002.004 ABOBORA KABOTIA	KILO	1350	5,00	6.750,00
	241.001.555 ABOBRINHA VERDE	KILO	780	5,00	3.900,00
	288.002.013 ALFACE LISA	PACOT	150	6,00	900,00
	246.001.004 ALHO KG Marca: GUEST	KILO	295	16,00	4.720,00
	241.001.627 APRESUNTADO FATIADO Marca: BOUA	KILO	250	20,00	5.000,00
	241.000.025 ASA DE FRANGO INTEIRA Marca: SADIA	KILO	800	13,50	10.800,00
	241.001.446 BACON Marca: BOUA	KILO	840	18,50	15.540,00
241.001.047	BANANA MACA	KILO	1675	5,50	9.212,50
288.001.006	BANANA PRATA	KILO	300	5,00	1.500,00
288.002.005	BATATA DOCE	KILO	600	4,50	2.700,00
241.001.443	BATATA INGLESA	KILO	2200	6,00	13.200,00
241.001.494	BERINJELA	KILO	550	8,00	4.400,00
288.002.003	BETERRABA	KILO	1000	5,50	5.500,00
241.001.656	BROCOLIS	UNIDA	260	9,50	2.470,00
241.001.505	CARA	KILO	70	5,50	385,00

241.001.451	CARTELA DE OVOS C/30	UNIDA	25	12,00	300,00
288.002.008	CEBOLA	KILO	1012	4,50	4.554,00
288.002.017	CEBOLINHA	PACOT	50	5,00	250,00
288.002.002	CENOURA	KILO	2134	5,50	11.737,00
288.002.009	CHUCHU	KILO	1000	5,00	5.000,00
241.001.554	COENTRO	PACOT	50	6,00	300,00
288.002.019	COUVE FLOR	KILO	260	9,50	2.470,00
288.001.015	COUVE MANTEIGA	PACOT	150	6,00	900,00
241.000.026	COXINHA DA ASA Marca: SADIA	KILO	1000	13,80	13.800,00
241.000.027	FILE DE PEITO DE FRANGO Marca: PERDIGAO	KILO	1050	13,90	14.595,00
241.001.527	FRANGO Marca: SADIA	KILO	3460	7,40	25.604,00
241.001.312	GENGIBRE	KILO	20	25,00	500,00
241.001.564	INHAME	KILO	80	5,50	440,00
241.001.565	JILO	KILO	100	6,50	650,00
288.001.001	LARANJA	KILO	4630	4,00	18.520,00
241.001.326	LIMAO	KILO	408	6,50	2.652,00
241.001.552	LINGUICA CALABRESA Marca: BOUA	KILO	820	17,50	14.350,00
241.001.311	MACA Marca: FUGI	KILO	290	8,50	2.465,00
258.003.747	MACA NACIONAL Marca: FUGI	KILO	1100	8,50	9.350,00
241.001.454	MAMAO Marca: PAPAIA	KILO	1090	5,50	5.995,00
288.002.015	MANDIOCA	KILO	950	5,50	5.225,00
288.001.004	MELANCIA	KILO	1910	3,50	6.685,00
241.001.455	MELAO	KILO	310	7,50	2.325,00
288.002.014	MILHO VERDE BANDEJA	UNIDA	1310	6,50	8.515,00
288.001.008	MORANGO	CAIXA	20	25,00	500,00
288.001.017	MORANGO BANDEIJA	UNIDA	400	8,00	3.200,00
241.001.217	MUSSARELA Marca: SADIA	KILO	4220	24,50	103.390,00
241.001.177	OVOS Marca: PRIMAVERA	DUZIA	2230	5,00	11.150,00
241.001.482	PEITO DE FRANGO Marca: SADIA	KILO	1600	10,00	16.000,00
241.001.352	PEPINO	KILO	350	6,00	2.100,00
241.001.225	PIMENTAO	KILO	605	7,50	4.537,50
241.001.218	PRESUNTO Marca: BOUA	KILO	40	22,80	912,00
241.000.029	PRESUNTO COZIDO Marca: BOUA	KILO	2600	22,80	59.280,00
241.001.436	QUIABO	KILO	100	7,50	750,00
288.002.006	REPOLHO	KILO	1456	6,00	8.736,00
241.001.655	SALSA	PACOT	50	6,00	300,00
241.001.016	SALSICHA Marca: SUPER FRANGO	KILO	140	10,00	1.400,00
288.002.007	TOMATE	KILO	1756	8,00	14.048,00
288.001.010	UVAS	KILO	340	20,00	6.800,00
288.002.010	VAGEM	KILO	580	25,00	14.500,00
	Total do Proponente				513.843,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N°677/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Lei n°677/2019, 16 de Outubro de 2019.

Iniciativa: Poder Legislativo.

Autor: Ver. Sandro Cândido Nunes.

Dispõe sobre a prevenção de acidentes e o combate ao fogo nas escolas municipais do Município de Ribeirãozinho – MT.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º – Todas as escolas municipais no Município de Ribeirãozinho, adotarão políticas de prevenção de acidentes e combate ao fogo, que serão efetivamente aplicadas em suas dependências, com o objetivo de:

I – identificar as áreas internas e externas que apresentem risco de acidentes, inclusive de incêndios e explosões;

II – envolver a participação e o comprometimento de seus alunos, dirigentes, professores e demais trabalhadores;

III – proceder ao levantamento – e à efetiva implementação – de medidas de segurança para reduzir ou neutralizar os riscos existentes;

IV – orientar e conscientizar a comunidade escolar sobre os riscos encontrados, destacando a importância da adoção de medidas preventivas.

§ 1º – Para os fins previstos nesta lei, as escolas deverão criar Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e, com o auxílio destas, elaborar o mapa de riscos, o plano de fuga e a estratégia do exercício anual de evacuação emergencial, que deverão ser expostos em locais de visibilidade nos edifícios escolares.

§ 2º – A elaboração do mapa de riscos, do plano de fuga e da estratégia de exercício anual de evacuação emergencial deverá ser supervisionada por representante do Corpo de Bombeiros, visando à orientação condizente com o número de pessoas que circulam em cada escola.

Art. 2º – Serão realizados exercícios de simulação de emergência uma vez por ano, em todos os estabelecimentos escolares.

Art. 3º – As despesas resultantes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes, com recursos próprios que poderão ser suplementadas oportunamente.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei por Decreto.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI N°678/2019, 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Lei n°678/2019, 16 de Outubro de 2019.

Iniciativa: Poder Legislativo.

Autor: Ver. Sandro Cândido Nunes.

Dispõe sobre a instituição de Programa de Prevenção às doenças ocupacionais do educador da Rede Municipal de Ensino de Ribeirãozinho – MT e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído o Programa de Prevenção às doenças ocupacionais que acometem os educadores e demais profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único: Considera-se doença ocupacional ou profissional, aquelas produzidas ou desencadeadas pelo exercício profissional peculiar da atividade prevista no caput deste artigo, assim definida no inciso I do artigo 20, da Lei Federal n° 8.213 de 24 de julho de 1991.

Art.2° Para os efeitos desta Lei, são classificadas como doenças ocupacionais dos educadores e demais profissionais da educação: problemas de coluna, alérgicos, oftalmológicos, de voz, Síndrome de Burnot e demais relacionadas, de cunho emocional.

Art 3° O Programa de Prevenção às doenças ocupacionais tem por objetivos:

I- Promover palestras informativas à respeito da importância de medidas de prevenção e eliminação ou mitigação de condições que agravem a saúde dos profissionais de educação;

II- Realizar avaliações periódicas das condições de saúde desses profissionais,

III- Orientar os profissionais da área da saúde que atuam nas escolas para promover sessões de exercícios de prevenção e combate a esses problemas, com os educadores e profissionais de educação, em seu ambiente de trabalho, nos intervalos das aulas ou em outro horário mais oportuno.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei por Decreto.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 132/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 069/2019

Objeto: "Aquisição de Materiais de Segurança do Trabalho "EPI" para atender as necessidades das Secretarias Municipais."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: ***R.de Freitas Miranda - ME, CNPJ: 32.506.913/0001-70, Endereço: Av. Afonso Pena, Nº 2137, Bairro: Centro, CEP: 76.928-000, Teixeirópolis/RO.***

Item	Código TCE	UND	Quant.	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	00018075	PR	35	BOTINA DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA EM COURO VULCANIZADA COM ELÁSTICO NA LATERAL NA COR PRETO RECOBERTO COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO SEM BICO DE AÇO SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE OU SIMILAR COM C.A TAM DO 34 AO 44	CARTOM	R$ 44,50	R$ 1.557,50
02	0008601	PR	35	LUVA DE PROTEÇÃO EM LÁTEX NATURAL COM MARCAÇÃO DO CERTIFICADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO NO PUNHO LUVA DE SEGURANÇA COM SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE (NA PALMA) ANATÔMICA INTERIOR FORRADO EM ALGODÃO FLOCADO TAMANHO G COR VERDE.	KALIPSO	R$ 9,00	R$ 315,00
03	00017188	PR	25	LUVA DE PROTEÇÃO EM PVC FORRADA CANO LONGO 70 CM E PALMA ÁSPERA COR VERDE COM C.A TAM G	KALIPSO	R$ 24,70	R$ 617,50
04	405208-0	PCT	02	MASCARA CONTRA GÁS RESPIRATÓRIA DESCARTÁVEL PFF2 COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO TAM PADRÃO MODELO DOBRÁVEL MASCARA EM MANTA SINTÉTICA CONTRA GASES E VAPORES ORGÂNICOS PCT COM 50 UND	TALGE	R$ 73,20	R$ 146,40
05	335598-5	PR	31	BOTA EM PVC CANO LONGO NA COR PRETA TAM DO 34/44	PEGAFORTE	R$ 29,70	R$ 920,70
06	370133-6	UND	33	MASCARA DE PROTEÇÃO COM RESPIRADOR SEMI-FACIAL COM FILTRO DUPLO E CORPO RESPIRADOR MOLDADO EM SILICONE PARA PROTEÇÃO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS, INORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, ULTRA MACIO COM DUAS VÁLVULAS DE INALAÇÃO E 1 DE EXALAÇÃO EM SILICONE, SÉRIE 7500 CONTENDO CAPA FONTAL EXTERNA E SUPORTE INTERNO PARA FILTROS, CARTUCHO VÁLVULAS, EM PLÁSTICO RESISTENTE APRESENTAR CERTIFICADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, TAM M, CONTRA VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, (SO2, HCL, CL2 E H2S) E PARA VAPORES DE MERCÚRIO ATÉ 100 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA, TIRANTES, EM ELASTÔMETRO DO TIPO SINTÉTICOS, REVESTIDOS DE FILAMENTOS DE POLIÉSTER E COM CONEXÕES REGULÁVEIS.	WORKER	R$ 36,95	R$ 1.219,35
07	283859-1	CX	05	FILTRO PARA MÁSCARA FACIAL DE MICROFIBRA TRATADO ELETROSTATICAMENTE PARA PROTEÇÃO CONTRA NEVOAS TOXICAS E POEIRAS PARA PROTEÇÃO DE CARTUCHOS PLÁSTICOS CX COM 02 UND	CARBOGRAFITE	R$ 35,20	R$ 176,00
08	192160-6	UND	38	PROTETOR DE OUVIDO EM POLIPROPILENO CIRCUN-AURICULAR CONSTRUIDO POR DOIS ABAFADORES TIPO CONCHA DESTINADO A PROTEÇÃO AUDITIVA DO USUÁRIO CONTRA RUIDOS SUPERIORES A 85DB	AGENA	R$ 47,30	R$ 1.797,40
09	165410-1	UND	39	ÓCULOS DE PROTEÇÃO SOLAR (ACIMA DE 90 % DOS RAIOS ULTRA VIOLETAS) COM PROTEÇÃO LATERAL PADRÃO	CARBOGRAFITE	R$ 4,80	R$ 187,20
10	275872-5	PR	15	LUVA RASPA DE COURO TAMANHO PADRÃO CANO MÉDIO	DR COUROS	R$ 12,65	R$ 189,75
11	157890-1	UND	15	BLOQUEADOR SOLAR FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR FPS 30 FORMA FARMACEUTICA LOÇÃO FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO COM 200 ML VIA TOPICA	HENLAU	R$ 18,49	R$ 277,35

12	270795-0	UND	16	BONE HIDRO-REPELENTE COM SAIA DE PROTEÇÃO NO PESCOÇO E OMBRO TAMANHO PADRÃO	REP TEC	R$ 14,00	R$ 224,00
13	175967-1	UND	02	EQUIPAMENTO PARA SALVAMENTO EM ALTURA - CINTURAO DE SEGURANCA TIPO PARA-QUEDISTA, CONFECCIONADO EM POLIESTER DE ALTA TENACIDADE, COM 05 PONTOS DE ANCORAGENS SENDO DOIS FRONTAIS (PEITORAL E ABDOMINAL), DOIS PARA POSICIONAMENTO (UM EM CADA LATERAL) E UM DORSAL, CINTURA E PORTA COXAS ACOLCHOADOS. DUAS ARGOLAS D DE ACO COM DIMENSOES APROXIMADAS DE (5 X 60 X 65) MM, SEIS FIVELAS DUPLAS DE ACO SEM PINO PARA AJUSTE (FAST FIT) COM DIMENSOES APROXIMADAS DE (2,6 X 42 X 58) MM COSTURADA NAS EXTREMIDADES DAS FITAS TEXTEIS COM 1,6 MM DE ESPESSURA E 44 MM DE LARGURA, AS ARGOLAS, ESTERNO OU DORSAL, DEVEM PERMITIR A UTILIZACAO COMO PONTO DE CONEXAO PARA TRAVA QUEDAS E TALABARTE DE PROTECAO CONTRA QUEDAS, A ARGOLA VENTRAL PARA DESCENSORES OU EM SITUACOES DE RESGATE. EM CONFORMIDADE COM A NBR 11370. TAMANHOS: CINTURA ATE 120 CM E PERNAS ATE 75 CM	CARBOGRAFITE	R$ 332,50	R$ 665,00
14	174822-0	UND	30	ÓCULOS DE PROTEÇÃO PARA SOLDADOR TAM PADRÃO BLOQUEIA ATÉ 99,99% DOS RAIOS UVA, UVB E INFRAVERMELHOS, INDICADO PARA PROTEÇÃO DE GRANDE INTENSIDADE DE LUZ.	CARBOGRAFITE	R$ 6,90	R$ 207,00
15	359692-3	UND	30	CAPACETE DE PROTEÇAO TIPO CAPACETE DE SEGURANÇA BRANCO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM VASCO VENTILADO COM TIRA REFLETIVA, SUSPENSÃO COM AJUSTE SIMPLES EM TECIDO POLIÉSTER E CARNEIRA DE POLIETILENO, TIRA DE ABSORÇÃO DE SUOR, TIRA JULGAR E DUAS FENDAS LATERAIS PARA ASSESSÓRIOS TAM DIVERSOS UNISSES COM C.A	WORKER	R$ 10,20	R$ 306,00
16	64847-7	UND	10	AVENTAL DE PROTEÇÃO EM COURO, QUE SEGURA FAGULHAS DE SOLDA TAM PADRÃO SEM MANGA	PLUS	R$ 26,80	R$ 268,00
17	261370-0	UND	55	CHAPÉU CONFECCIONADO COM PALHA DUPLA PERSONALIZADO COM LOGOMARCA TAM DO P ATÉ O EG	CARNAUBA	R$ 12,38	R$ 680,90
18	316376-8	PR	20	BOTA EM PVC BORRACHA CANO CURTO NUMERAÇÕES DIVERSAS	PEGAFORTE	R$ 76,60	R$ 1. 532,00
19	335262-5	PR	10	BOTINA DE COURO COM CADARÇO NA COR MARROM NOBUCK COM SOLADO EM POLIURETANO EM BIDENSIDADE SEM BIQUEIRA TAM 34 AO 46	VULCAFLEX	R$ 124,69	R$ 1. 246,90
20	100162-0	PR	02	PERNEIRA DE PROTEÇÃO PVC PADRAO CAMPO CONTRA PICADA DE COBRAS E INSETOS	BIDIM	R$ 21,10	R$ 42,20
21	382042-4	CX	50	LUVA PARA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL EM LATEX (BORRACHA NATURAL), AMBIDESTRA SUPERFICIE LISA, SEM PO, TAMANHO P, M E G COM PUNHO REFORCADO CAIXA COM 50 UND	TALGE	R$ 28,20	R$ 1. 410,00
22	352505-8	UND	02	CAPA DE CHUVA PARA MOTOQUEIRO EM PVC SINTÉTICO TAM GG COM MANGAS COMPRIDAS NA COR PRETA COM FECHAMENTO FRONTAL E BOTÕES DE PRESSÃO	WORKER	R$ 63,14	R$ 126,28
23	412781	UND	01	PROTETOR SOLAR UVA/UVB FATOR 50 CREME COM REPELENTE FRASCO COM 200 ML	HENLAU	R$ 32,60	R$ 32,60
24	294791-9	UND	50	MASCARA FACIAL MASCARA DE CARVÃO ATIVADO RESPIRADORA 3M 8713	EPIS ONLINE	R$ 2,36	R$ 118,00
25	271699-2	UND	50	MASCARA DESCARTÁVEL HOSPITALAR Nº 95	TALGE	R$ 14,00	R$ 700,00
26	166201-5	UND	30	LUVA EM ALGODÃO TAM PADRÃO ANTIDERRAPANTE PIGMENTADA	KALIPSO	R$ 2,50	R$ 75,00
VALOR TOTAL							**R$ 15. 038,03**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. 293/294 nos autos do Processo 132/2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 15.038,03 (Quinze mil trinta e oito reais e três centavos).

Rondolândia – MT, 22 de Outubro de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 034 - 2019

Decreto de nº 034/2019,de 15 de setembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOFUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA EADOLESCÊNCIA – FIA DO MUNICÍPIO DEROSÁRIO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste – Mato Grosso, **Dr.JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica Regulamentado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, do Município deRosário Oeste, Estado de Mato Grosso, previsto nos artigos 13 a 21, da Lei Municipal nº 1.286/2012.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Fundo tem por objetivo, facilitar a captação, repasse e aplicação dos recursosdestinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à Criança e ao Adolescente, àpromoção de projetos e programas preventivos e educativos, voltados à garantia daproteção integral da Criança e do Adolescente.

I – As ações de que se trata o caput deste artigo, referem-se prioritariamente, aosprogramas e projetos para a proteção especial à criança e ao adolescente exposta àsituação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção, extrapola o âmbito deatuação das políticas sociais básicas;

II – Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempodeterminado, das medidas de proteção e socioeducativas previstas nos artigos 90, 101,112 e 129 da Lei nº. 8.069/90 (ECA), desde que prestados por entidades nãogovernamentais;

III – Eventualmente, os recursos do Fundo poderão ser destinados à diagnóstico sobre asituação da criança e do adolescente no âmbito Municipal, à formação profissionalcontinuada dos operadores do Sistema da Garantia de Direitos da criança e doadolescente;

IV – Acolhimento sob a forma de guarda de criança e adolescente, órfãos ouabandonados, na forma do disposto no Art. 227, § 3ª, VI, da Constitui-

ção Federal e doArt. 260, §2º, do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), observada as diretrizes doPlano Nacional do Direito a convivência familiar e comunitária;

V – Desenvolvimento de Programas e Projetos culturais e de comunicação, campanhaseducativas, publicações, divulgação das ações de defesa dos direitos da criança e doadolescente;

VI – Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e doAdolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para defesa dos Direitosda Criança e do Adolescente.

Parágrafo Primeiro – Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal dosDireitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a autorização para aplicação dosrecursos do Fundo, em outros tipos de Programas e Projetos que não esteja aquiestabelecido;

Parágrafo Segundo – Os recursos do Fundo serão administrados, segundo a políticadefinida pelo Plano de Aplicação, elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos daCriança e do Adolescente – CMDCA.

CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º.O Fundo ficará subordinado à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 4º.O gerenciamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA se dará da seguinte forma:

I – Pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e com a deliberação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a qual caberá as seguintes atribuições:

II – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as Resoluções e Editais do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

III – Autorizar a aplicação dos recursos em benefício da criança e adolescente, nos termos das Resoluções e Editais do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – Coordenar as execuções do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal daInfância e Adolescência elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos daCriança e do Adolescente - CMDCA;

V – Executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento de despesas do FIA;

VI – Emitir empenhos, cheques e ordem de pagamentos de despesas do FIA;

VII – Fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo aidentificação do Órgão do Poder Executivo, endereço e nº de inscrição no CNPJ nocabeçalho e no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ,endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado emconjunto com o Presidente do CMDCApara dar a quitação da operação;

VIII – Encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais(DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil de março, em relação ao anocalendário anterior;

IX – Comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março,a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste,obrigatoriamente, o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valordestinado;

X – Apresentar trimestralmenteou quando solicitada pelo CMDCA, a análise e avaliaçãoda situação econômica financeira do FIA, através de balancetes e relatórios de gestão;

XI – Manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios damovimentação das receitas e despesas do FIA para fins de acompanhamento efiscalização;

XII – Observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridadeabsoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no Art. 4º, caput e parágrafoúnico, alínea b, da Lei nº 8.069/90 (ECA) e Art. 227, caput da Constituição Federal.

Art. 5º. São atribuições da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos:

I – Coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação;

II – Tomar conhecimento e dar comprimento às obrigações definidas em convênio oucontratos firmados pelo Município de Rosário Oeste (MT) e que digam respeito ao CMDCA;

III – Manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas;

IV – Manter controle de bens patrimoniais adquiridos com recurso do Fundo;

V – Providenciar junto à contabilidade do Município, para que na demonstração da receitae despesa, fique indicada a situação econômica e financeira do Fundo;

VI – Manter controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais;

VII – Manter controle da receita do Fundo;

VIII – Fornecer ao Ministério Público, quando solicitado, demonstração de aplicação dosrecursos do Fundo em conformidade com a Lei nº. 8.069/90 (ECA).

CAPÍTULO IV – DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 6º. São receitas do Fundo:

I – Dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal e as adicionais que a Leivier a estabelecer no decurso de cada exercício;

II – Doação de pessoa física e jurídica, conforme disposto no Art. 260 da Lei Federal nº8.069/90 (ECA);

III – Valores provenientes de multas previstas no Art. 214, da Lei nº 8.069/90 (ECA) eoriundas de outras infrações previstas na Lei Federal nº 8.069/90 (ECA);

IV – Transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dosDireitos da criança e do adolescente;

V – Doação, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais,internacionais, governamentais e não governamentais e da venda de materiais,publicações e eventos;

VI – Produtos de aplicação financeira de recursos disponíveis, respeitada a legislaçãovigente;

VII – Recurso advindo de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município eInstituições Publica Federais, Estaduais e Municipais ou Instituições privadas nacionais einternacionais destinadas ao atendimento às crianças e ao adolescente;

VIII – Outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Art. 7º. Constituem ativos do Fundo:

I – Disponibilidade monetária em bancos, oriundos das receitas especificadas no artigoanterior;

II – Direitos que porventura vier a constituir;

III – Bens móveis e imóveis destinado à execução de programas e projetos do Plano deAplicação;

Parágrafo Único – Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculadosao Fundo que pertencem à Prefeitura Municipal.

Art. 8º. A contabilidade do Fundo da Infância e Adolescência ficará a cargo da Comissãode Finanças do CMDCA, responsável pelo controle interno da

situação financeira epatrimonial do próprio Fundo, observado os padrões e normas estabelecidas, naLegislação pertinente.

Art. 9º. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções decontrole prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços,bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO V – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. No prazo máximo de 15 dias, a contar da data da promulgação da Lei deOrçamento a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos apresentará aoCMDCA, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo,destinados a apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Ação.

Parágrafo Único – O Tesouro Municipal, fica obrigado, a liberar recursos para o Fundo,no prazo estabelecido no cronograma financeiro do Plano de Aplicação.

Art. 11. A execução orçamentária da receita do Fundo processar-se-á através daobtenção do seu produto, nas fontes determinadas em Lei, que será depositada emovimentada através da rede bancária oficial.

Art. 12. Nenhuma despesa será realizada, sem a necessária cobertura de recurso.

§ 1º - Para os casos de Insuficiência de recursos, poderão ser utilizados os créditosadicionais autorizados por Lei;

§2º - Os recursos aprovados como créditos adicionais, deverão ser liberados no prazomáximo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua aprovação;

Art. 13.É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º - Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para:

I - Transferência de recursos do Fundo sem a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Pagamento, manutenção, funcionamento e outras despesas do Conselho Tutelar;

III - Manutenção, funcionamento e outras despesas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV - Financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - Multas, juros e encargos bancários;

VI - Amortização de principal, encargos do serviço da dívida e parcelamentos de obrigações contributivas trabalhistas, ou não;

VII - Sentenças judiciais e precatórios, de ações trabalhistas, ou não;

VIII - Aquisição de automóveis de representação;

IX - Anuidades e mensalidades associativas ou de entidades de classe de servidores e empregados;

X - Benefícios assistenciais e prêmios de seguro de servidores e empregados;

XI - Diárias, passagens e estadia ou combustíveis de veículos particulares;

XII - Proventos e pensões, mesmo que de servidores que a atividade tenha sido desempenhada no setor da criança e do adolescente;

XIII - Despesa de pessoal dos quadros do Município;

XIV - Pela prestação de serviços de servidores e empregados do quadro de pessoal do Município, realizada em horário fora do expediente, ou não;

XV - Ações e atividades estranhas às funções de atendimento à criança e ao adolescente;

XVI - Entidades não governamentais que tenham tido prestação de contadas julgadas irregulares;

XVII - Entidades não governamentais e unidades governamentais que estejam com parceria ou execução de projeto vigente, exceto quando se tratar de recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou por outros recursos que forem destinados ao FIA Municipal condicionados a determinados programas de atendimento.

XVIII - Entidades não governamentais e unidades governamentais que não estejam regularmente registradas e com seus programas inscritos no CMDCA, há no mínimo 1 (um) ano a contar da publicação da Resolução do CMDCA, com cadastro ativo para poder celebrar as parcerias e, eventualmente, receber recursos financeiros.

Art. 14. O saldo positivo do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA apurado em balanço anual, será transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

Art. 15. O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 16. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se asdisposições em contrário.

Gabinete do prefeito, em Rosário Oeste – MT, 15 de setembro de 2019.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 157/2019 AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 157/2019

De 19 Outubro 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). **VANDERLENE PEREIRA DOS SANTOS."**

O Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **VANDERLENE PEREIRA DOS SANTOS**, SOLTEIRA, portador (a) do RG n.º 17290783, SSP/MT e do CPF n.º 014.486.031-70, residente e domiciliado (a) RUA LIGIA BORGES, S/N, CENTRO - ROSÁRIO OESTE/MT, servidor (a) EFETIVO (A), no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o n.º 3076, com vencimentos integrais, a partir de **09.10.2019** e término em **09.03.2020,** conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º **2019.05.00062P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 19/10/2019.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 159/2019 SALÁRIO- MATERNIDADE

PORTARIA N.º 159/2019

De 16 de Outubro 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **SALÁRIO- MATERNIDADE** à servidora Sra. **SULENIR FERREIRA DE SANTANA** ''**.**

O Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, a servidora Sra. **SULENIR FERREIRA DE SANTANA**, portadora do RG n.º 20365705, SSP/MT e do CPF n.º 029.570.411-03, residente e domiciliada a RUA 05,CASA 01 S/N, BAIRRO NOSSA SRA DA PIEDADE - ROSÁRIO OESTE/MT, **EFETIVA**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculada sob o n° 30429, com vencimentos integrais, a partir de **24/09/2019 e com término em 21/01/2020**, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, **n.º 2019.08.00066P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 16/10/2019.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1543 - 2019

LEI Nº1.543/2019, de06 de junho de 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVOMUNICIPAL CEDER EM FORMA DECOMODATO BEM MÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, prefeito do Município de Rosário Oestedo Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder em forma de comodato para a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO JUQUARINHADO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE - MT, com sede na localidade do Juquarinha, Zona Rural, Município de Rosário Oeste (MT), o veículo automotor tipo AutomóvelAmbulância, MarcaChevrolet, modelo S10, ano de fabricação e modelo 2002, chassi nº 93W44F14E2121049, placa JZI0272, cor predominante vermelho, movido a gasolina, capacidade 05 passageiros, inscrito no Patrimônio do Município sob o nº 1862, em perfeitas condições de estado e rodagem, de propriedade do Município Rosário Oeste (MT).

Art. 2º - A vigência do comodato será por 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Comodato, podendo ser renovado por sucessivos períodos, se for do interesse do Município.

Art. 3º - Entre as normas e obrigações a serem estabelecidas no referido Termo de Comodato, a**comodatária** ficará obrigado a:

a) Suportar todas as despesas de manutenção e abastecimento do veículo;

b) Responder civilmente por danos causados em eventual acidente;

c) Designar para a atividade de motorista, profissional devidamente habilitado,conforme normas previstas no do Código de Trânsito Brasileiro;

d) Utilizar o veículo exclusivamente para as atividades no transporte de passageiros a serem atendidos na redepública de saúde.

Art. 4º - O veículoé de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste (MT), devendo ser vistoriado por ambas as partes no ato da entrega, juntando laudo da vistoria devidamente assinado pelas partes **comodante**e **comodatária**.

Parágrafo 1º - Este comodato pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento à população da zona rural, notadamente aquela situada na região do Juquarinha.

Parágrafo 2º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade,continuidade, eficiência, segurança, atualidade,generalidade, cortesia nas prestações dos seus trabalhos com a população.

Parágrafo 3º - O descumprimento pela **comodatária** das condições referidas no parágrafo anterior, poderá acarretar a rescisão do Termo de Comodato.

Art. 5º – O **comodante** poderá, por motivo de interesse público e nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, rescindir o contrato, cabendo neste caso, à **comodatária**, o ressarcimento das despesas realizadas mediante avaliação, até aquela data

Art. 6º - O Contrato de Comodato poderá ser rescindido se ocorrer algumatransgressão ao estabelecido no **Art. 3º** e alíneas.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadasdisposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 06 de junho de 2019

Dr.JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 160/2019 AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 160/2019

De 16 Outubro 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). **ZILDA DOS SANTOS PEREIRA."**

O Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **ZILDA DOS SANTOS PEREIRA**, SOLTEIRA, portador (a) do RG n. º 607989, SSP/MT e do CPF n.º 496.454.551-20, residente e domiciliado (a) PRAIA RICA, S/N, ZONA RURAL - ROSÁRIO OESTE/MT, servidor (a) EFETIVO (A), no cargo de PROFESSORA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o n.º 1469, com vencimentos integrais, a partir de **11.09.2019** e término em **01.01.2020,** conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º **2019.05.00041R6**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 16/10/2019.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 158/2019 SALÁRIO- MATERNIDADE

PORTARIA N.º 158/2019

De 16 de Outubro 2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **SALÁRIO- MATERNIDADE** à servidora Sra. **MONIZE DI PAULA NAZARIO DE FREITAS** ''**.**

O Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, a servidora Sra. **MONIZE DI PAULA NAZARIO DE FREITAS**, portadora do RG n.º 12655198, SSP/MT e do CPF n.º 005.349.831-38, residente e domiciliada a RUA UM, S/N, BAIRRO COAB VELHA- ROSÁRIO OESTE/MT, **EFETIVA**, no cargo de **FISIOTERAPEUTA,** lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculada sob o n° 1229, com vencimentos integrais, a partir de **18/09/2019 e com término em 15/01/2020**, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, **n.º 2019.08.00065P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 16/10/2019.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 035 - 2019

DECRETO Nº 035/2019

de 21 de Outubro de 2.019

"Dispõe sobre o horário de funcionamento do expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências."

O Prefeito de Rosário Oeste – Mato Grosso, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso das atribuições legais, e disposição legal prevista no artigo 45, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de funcionamento do expediente da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – Mato Grosso, a partir de 23 de Outubro de 2019, será das 08hs às 14hs.

§ 1º. O horário de que trata este artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executem atividades laborais no Prédio da Prefeitura Municipal e nos prédios externos em que funcionem Secretarias e Departamentos Municipais.

§ 2º. Caberá a cada Secretaria e Departamento a elaboração de plano de escala de atendimento e controle de ponto de freqüência de seus servidores.

Art. 2º. Ficam excluídos da medida prevista no artigo 1º as unidades de saúde com atendimento ao publico, Departamento de Água e Esgoto (DAE), Departamento de Tributos e funcionários/equipes da Secretaria de Infraestrutura que atuem na limpeza publica e recuperação de estradas que continuarão a ter seu expediente de funcionamento, das 7hs as 11hs, com 02 (duas) horas de intervalo para almoço, com retorno previsto das 13hs as 17hs.

Art. 3º. A modificação da jornada diária de trabalho definida por este Decreto não implica em alteração da remuneração do servidor público e do empregado público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – Mato Grosso, 21 de Outubro de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 149 - 2019

Portaria nº149/2019,de 19de setembro de 2.019.

"Dispõe sobre nomeação de Comissão Administrativa para dar prosseguimento ao processo Regularização Fundiária Urbana, no Município de Rosário Oeste (MT), objeto da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto Federal de nº 9.310/2018."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, do Estado de Mato Grosso, **Dr.JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1°. Ficamdesignados os seguintes servidores abaixo relacionados,a comporem a Comissão Administrativa para dar prosseguimento ao processo Regularização Fundiária Urbana, no Município de Rosário Oeste (MT), objeto da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto Federal de nº 9.310/2018, a saber:

SERVIDORES	LOTAÇÃO	FUNÇÃO
LuilnaAntonieli da Cruz Gomes	Secretaria de Agricultura	Presidente
Selma Anzil da Silva	Departamento de Tributos	Vice-Presidente
Eudésio daSilva	Secretaria de Agricultura	Secretário
Alvaro Augusto lemes de Araujo	Secretaria de Infraestrutura	Membro
Renan Atila Ferreira Giraldo	Convênios	Membro
Lucas Daniel R. da Silva	Secretaria de Infraestrutura	Membro
Julio Silo da Conceição Filho	Assessoria Jurídica	Membro

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Art. 3º. Cumpra-se e publique-se, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 19 de setembro de 2019.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 019/2019

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro oficial e equipe de apoio, vem

á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as secretarias Municipais de Santa Cruz do Xingu-MT.** VENCEDORA: **OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 33.256.924/0001-02**, com o valor de R$ 65.042,70; **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 14.805.780/0001-51**, com o valor de R$ 67.988,77 e **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ: 26.877.656/0001-80**, com o valor de R$ 24.910,38. Santa Cruz do Xingu – MT, 22 de Outubro de 2019 – Astor Albrecht **-** Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços 022/2019

Processo Licitatório nº 029/2019, Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 019/2019, Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as secretarias municipais de Santa Cruz do Xingu-MT.

Empresa detentora: SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI-EPP, CNPJ: 26.877.66/0001-80

Item	Código	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quant.	R$ Unit.	R$ Total
3	32352	ESTABILIZADOR DE NO MINIMO 1000 VA.	JACERDA	UND	30	141,27	4.238,10
8	32403	TRANSFORMADOR POTENCIA 1010VA,	IPEC	UND	31	80,66	2.500,46
10	32410	SCANNER ALIMENTAÇÃO DE FOLHAS, RESOLUÇÃO ÓTICA 600 X 600 DPI,	BROTHER	UND	4	2.615,00	10.460,00
15	32599	COMPUTADOR – PROCESSADOR DE 04 NÚCLEOS,	GRAFFITE	UND	3	1.917,00	5.751,00
17	32351	PEN DRIVE 32GB, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS.	MULTILASER	UND	22	33,90	745,80
18	32353	TECLADO BÁSICO USB.	MAXPRINT	UND	38	22,00	836,00
20	32394	MOUSE DE PLASTICO ANATOMICO.	CHIP SCE	UND	41	7,50	307,50
26	32602	**SUPORTE P/CPU AJUSTAVEL PRETO COM RODAS (CLONE)**	MASTCMOL	UND	3	23,84	71,52

NOME: SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI-EPP; CNPJ: 26.877.66/0001-80
INSCRIÇÃO ESTADUAL: (13.666.219-6)
ENDEREÇO:AV.ALZIRA SANTANA S/N BAIRRO IKARAY QUADRA 17 LOTE 02 CEP 78.130-634 VAREA GRANDE MT
TELEFONE:65 3686-1304; E-MAIL:HEDILSONRAFAEL@HOTMAIL.COM
REPRESENTANTE LEGAL: EDILSON RAFAEL DA SILVA; CPF: 005.422.341-57; RG: 1357024-2 SESP-MT.

Santa Cruz do Xingu-MT, 22 de outubro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços 023/2019

Processo Licitatório nº 029/2019, Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 019/2019, Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as secretarias municipais de Santa Cruz do Xingu-MT.

Empresa detentora: S3M EMPREENDIMENTOS COM. E SERVICOS - EIRELI CNPJ:14805780/0001-51

Item	Código	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quantidade	R$ Unit.	R$ Total
2	32334	MULTIFUNCIONAL LASER - DO TIPO IMPRESSORA, SCANNER E COPIADORA, MONOCROMATICA.	HP	UND	23	1.385,00	31.855,00
5	32359	NOTEBOOK 4 GB DE MEMORIA RAM, PROCESSADOR I3 6° GERAÇÃO HD DE 1 TB, TELA 15.6	POSITIVO	UND	15	2.244,00	33.660,00
7	32396	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TECNOLOGIA DE IMPRESSAO JATO DE TINTA COLORIDA.	HP	UND	3	346,74	1.040,22
12	32595	MONITOR LCD 15 519W PRETO (AOC).	AOC	UND	3	386,89	1.160,67
21	32395	**FILTRO DE LINHA COM MINIMO 3 TOMADAS** CHAVE LIGA/DESLIGA	KAIROS	UND	9	21,65	194,85
23	32409	CABO HDMI -TIPO HDMI MACHO X MACHO, COMPRIMENTO DE 1,5 METRO.	ELGIN	UND	9	8,67	78,03

NOME: S3M EMPREENDIMENTOS COM. E SERVICOS – EIRELI; CNPJ:14805780/0001-51
INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.525.096-1
ENDEREÇO:RUA JACINTO LEAO DA SILVA, 1464, QD. 02 LT.03 SALA A VILA CEARA – ARAGARCAS –GO CEP 76.040-000
TELEFONE:64-3638-3218; E-MAIL: atendimento@s3mconsultorias.com.br
REP. LEGAL: SANDRO BUENO MARTINS; CPF: 730.436.801-20; RG: 4672113 DGPC/GO

Santa Cruz do Xingu-MT, 22 de outubro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços 024/2019

Processo Licitatório nº 029/2019, Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 019/2019, Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as secretarias municipais de Santa Cruz do Xingu-MT.

Empresa detentora: OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI EPP; CNPJ:33.256.924/0001-02

Item	Código	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quantidade	R$ Unit.	R$ Total
1	20389	NO-BREAK DE NO MINIMO 1400 VA, TENSÃO DE ENTRADA 220 VOLTS/ SAIDA 110 VOLTS	ENERGY LUX	UND	4	640,00	2.560,00
6	32392	MONITOR LED 21 POLEGADAS.	AOC	UND	17	572,00	9.724,00
9	32404	NO-BREAK DE NO MINIMO 700 VA, 110/220 VOLTS	ENERGY LUX	UND	32	340,00	10.880,00
11	32594	COMPUTADOR DESKTOP 8GB DE MEMORIA RAM, PROCESSADOR I5 6º GERAÇÃO, HD SSD 240 G	OLIMPO	UND	17	2.120,00	36.040,00
14	32598	NOBREAK NET STATION 600 VA MONO 115V 4T GRAFITE (SMS)	SMS	UND	3	352,50	1.057,50
16	32657	SMART TV LED 50", ULTRA HD 4K, COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO	AOC	UND	1	2.318,00	2.318,00
19	32393	MOUSE - EM PLÁSTICO,OPTICO, SEM FIO	DEX	UND	20	18,75	375,00
22	32406	DISCO RIGIDO - HD EXTERNO	SEAGATE	UND	5	245,64	1.228,20
24	32600	ROTEADOR WIFI 1300 MB/S GERENCIAMENTO REMOTO DE REDE,	UBIQUTI	UND	3	220,00	660,00
25	32601	SWITCH 16P 10/100 (D-LINK)	TP LINK	UND	1	200,00	200,00

NOME: OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI EPP; CNPJ:33.256.924/0001-02
INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.525.096-1
ENDEREÇO:RUA DOMICINIO P.BARCELO, 431, CANJICA, CUIABA - MT
TELEFONE:65 3641-4985; E-MAIL: comercial2@olimpotecnologia.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: LUCIELEY PEREIRA CAVALCANTE – CPF:050.786.491-31; RG:2591118-0 SJSP/MT

Santa Cruz do Xingu-MT, 22 de outubro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 424/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 424/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 076/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima, inscrito no CPF nº 014.924.641-20, para Fiscalização do Contrato:

Ø **CONTRATO 076/2019 - CONTRATADO**: **JB EVENTOS, COMUNICAÇÃO. PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.085.304/0001-85**; VIGENCIA: 12/09/2019 até 12/11/2020; VALOR **R$ 49.400,00**; Objeto.: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA COMPLETA DE PALCO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTECNICO, E LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS E TENDAS, PARA A COMEMORAÇÃO DO 20º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** conforme **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019,** PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 – REGISTRO DE PREÇOS – REGISTRO DE PREÇOS; DATA: 12/09/2019**.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retrativos a partir do dia 12/09/2019.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N.º 0065/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

DECRETO MUNICIPAL N.º 0065/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

NOMEIA PARA O CARGO PROVISORIO (POR ORDEM JUDICIAL) EM COMISSÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica nomeado a Srª. **TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 25534610 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 053.058.091-85, residente e domiciliada em Santa Rita do Trivelato – MT, para exercer as funções provisoriamente no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR até o dia 09/01/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N.º 0066/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

DECRETO MUNICIPAL N.º 0066/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

NOMEIA PARA O CARGO PROVISORIO (POR ORDEM JUDICIAL) EM COMISSÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **JANIO CANTANHEDES NASCIMENTO,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0364584420089 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 603.300.653-43, residente e domiciliado em Santa Rita do Trivelato – MT, para exercer as funções provisoriamente no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR até o dia 09/01/2020**.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITACAO
PRORROGAÇÃO-CHAMADA PUBLICA 002/2019-DISPENSA 47/2019

PRORROGAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - **MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, prorroga-se a publicação da Chamada Publica 002/2019, Dispensa de licitação nº 047/2019 que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/ PNAE**, publicado em 30 de Setembro de 2019 – Ano XIV / Nº 3.324 , para o período de aquisição compreendido entre dezembro de 2019 a dezembro de 2020. O prazo para os interessados apresentar a documentação para habilitação será no período de 23/10/2019 até 21/11/2020, em horário de atendimento ao público na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, localizada na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT.

Santa Rita do Trivelato – MT, 22 de Outubro de 2019.

JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN

PRESIDENTE DA C.P.L.

CÂMARA MUNICIPAL
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2019

RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, Sr. Wanderson Pereira Dias, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas no processo de ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 21/2019 Pregão Presencial nº 007/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã /MT para **Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de veículo, para atender a demanda da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT**, no valor total estimado R$84.600,00(oitenta e quatro mil e seiscentos reais) através da empresa **BRESSAN LAMONATO & CIA LTDA, CNPJ nº 03.512.021/ 0001-84**, estabelecida a Rua Colonizador Enio Pepino, nº 3333, Bairro Setor Industrial, Sinop/MT, a ser pago conforme disposição em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente Processo de Adesão a Ata de Registro de Preços, com base no art. 22 do Decreto 7.892/2013 e no art. 24, inc. II, da Lei Federal n° 8.666/94, **RATIFICA** a justificativa apresentada e **AUTORIZA** a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26, do referido diploma legal.

Santa Rita do Trivelato/ MT, 22 de outubro de 2019.

Wanderson Pereira Dias

Presidente da Câmara de Santa Rita do Trivelato

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/ 2019

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para aquisição de veículo visando atender as necessidades e atividades desempenhadas pela Câmara Municipal De Santa Rita Do Trivelato/MT, através da Empresa **BRESSAN LAMONATO & CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.512.021/0001/84.

VALOR GLOBAL: R$ 84.600,00 (OITENTA E QUATRO MIL E SEISSENTOS REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 22 do Decreto 7892/2013, artigo 24, inciso II e art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **BRESSAN LAMONATO & CIA LTDA, CNPJ nº 03.512.021/0001-84.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato/MT, de 22 outubro de 2019.

Wanderson Pereira Dias

Presidente da Câmara de Santa Rita do Trivelato

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR Nº 01/2019

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR Nº 01/2019

CONVOCAÇÃO E POSSE TEMPORÁRIA

EDITAL 003/2019 PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR Nº 01/2019

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, suplente no P**ROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR Nº 01/2019**, para comparecer imediatamente, após a publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, em decorrência de decisão judicial, referente ao processo nº 4618-77.2019.811.0086, da 2º Vara Cível da Comarca de Nova Mutum – MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi eleito.

Fica consignado que eventual recusa nesta convocação não importará na desclassificação do convocado , visto que garantida a nomeação em data 10/01/2019, consoante o disposto no art. 11, §2º, da Lei Ordinária Municipal nº 501/2015.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de frequência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal.

g) Comprovante de residência.

h) Cópia do titulo de eleitor e comprovante de quitação eleitoral.

i) Cópia da Carteira de Habilitação (CNH) ou comprovante do processo em andamento (prazo de 6 meses para concluir) da carteira de habilitação (CNH).

j) Cópia da carteira de trabalho.

CONSELHEIRO TUTELAR

NOME	CLAS
TAMIRIS CAVALCANTE DA SILVA ANDRADE	*1º*
JANIO CASTANHEDES NASCIMENTO	*2º*
SUELI MIRANDA	*3º*
KATIA LOERI BATISTELA	*4º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Revoga – se em especial o Edital de Convocação 002/2019.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 22 de Outubro de 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0423/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 0423/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANA PAULA HOEPERC PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 081/2019 E 082/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Luciana Paula Hoeperc**,** portador do CPF nº 569.688.841-00, como Fiscal do Contrato nº 081/2019 E 082/2019, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, conforme ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2018 - Pregão Presencial Nº. 066/2018 – SRP.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 26/09/2019..

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019

OBJETO: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 51/2019, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 21/10/2019, sagrou-se vencedora as empresas **,** conforme segue

5235	19.375.147/0001-94	CASA DE CARNE SAO LUCAS LTDA - ME				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
16209	CARNE BOVINA DE 2 SEM OSSO EM PEDACOS	FRIGOBOM /PASQUALOTTO	KILO	5.000,0000	15,8000	79.000,0000
11055	CARNE BOVINA MOIDA RESFRIADA, DE 2 SEM OSSO E SEM APARAS	FRIGOBOM /PASQUALOTTO	KILO	3.000,0000	11,0000	33.000,0000
12270	CARNE BOVINA RESFRIADO FIGADO TIPO DO CORTE ISCAS	FRIGOBOM /PASQUALOTTO	KILO	500,0000	6,4500	3.225,0000
231871	CARNE DE FRANGO - COXA/SOBRECOXA	SADIA/PERDIGÃO	KILO	6.500,0000	7,9800	51.870,0000
233823	CARNE DE FRANGO CONGELADO - PEITO SEM OSSO	SADIA/PERDIGÃO	KILO	1.500,0000	10,8800	16.320,0000
19408	CARNE SUINA RESFRIADA (CARNE SUINA LOMBO,SEM OSSO,TIPO LOMBO RESFRIADA ASPECTO PROPRIO NAO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA)	FORTEZA	KILO	2.000,0000	11,9800	23.960,0000
9994	LINGUICA TOSCANA	FORTEZA	KILO	1.000,0000	10,8800	10.880,0000

5349	20.227.228/0001-26	SUPERMERCADO ARARA LTDA				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
14296	ABOBORA MADURA	MUTUM VERDURAS	KILO	400,0000	3,7000	1.480,0000

3015	ABOBRINHA	MUTUM VERDURAS	KILO	400,0000	3,9500	1.580,0000
5692	ACAFRAO	ALCONDI/ MIKA	UNIDADE	100,0000	1,7500	175,0000
3013	ACELGA	MUTUM VERDURAS	KILO	400,0000	7,7000	3.080,0000
3058	ACHOCOLATADO EM PO	MIKA	UNIDADE	1.500,0000	4,5500	6.825,0000
1505	ACUCAR CRISTAL	ITAMARATI	UNIDADE	3.000,0000	3,8500	11.550,0000
11038	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO - FRASCO 80 ML	STEVIA	UNIDADE	10,0000	12,2500	122,5000
11039	ALHO CABECA - KG	KI ALHO	KILO	500,0000	22,0000	11.000,0000
12266	AMIDO DE MILHO	MIKA/ YOKI	KILO	700,0000	5,7000	3.990,0000
11702	ARROZ BRANCO	PILAO	PACOTE	3.000,0000	13,7900	41.370,0000
3016	BANANA DA TERRA	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	5,1600	3.096,0000
9921	BANANA MACA	MUTUM VERDURAS	KILO	800,0000	4,5000	3.600,0000
3504	BANANA NANICA	MUTUM VERDURAS	KILO	5.000,0000	4,8000	24.000,0000
12267	BATATA DOCE	MUTUM VERDURAS	KILO	500,0000	4,1500	2.075,0000
9924	BATATA INGLESA	MUTUM VERDURAS	KILO	3.000,0000	4,3500	13.050,0000
1509	BETERRABA	MUTUM VERDURAS	KILO	700,0000	4,4800	3.136,0000
14305	CARNE DE FRANGO CONGELADO	SADIA/ PERDIGAO	KILO	3.000,0000	7,7000	23.100,0000
11056	CEBOLA DE CABECA	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	5,9900	3.594,0000
1510	CENOURA	MUTUM VERDURAS	KILO	1.000,0000	3,8500	3.850,0000
12254	CHA CAMOMILA - SACHE	MIKA	UNIDADE	100,0000	2,8000	280,0000
12255	CHA ERVA DOCE - SACHE	MIKA	UNIDADE	100,0000	3,7900	379,0000
1507	CHUCHU	MUTUM VERDURAS	KILO	400,0000	4,3900	1.756,0000
12548	CRAVO DA INDIA	ALCONDI	UNIDADE	50,0000	2,7000	135,0000
233824	ERVAS FINAS	ALCONDI	PACOTE	100,0000	1,8000	180,0000
8068	EXTRATO DE TOMATE	QUERO	UNIDADE	1.000,0000	6,5500	6.550,0000
3344	FEIJAO	PILAO	KILO	2.500,0000	5,5300	13.825,0000
229735	FEIJAO PRETO	PILAO	PACOTE	300,0000	5,9800	1.794,0000
17040	FILE DE PEIXE	2H/ BELLO	KILO	2.000,0000	35,7000	71.400,0000
231872	FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO DE 6 A 24 MESES - LATA 400GR	NESTLE	UNIDADE	1.500,0000	24,5800	36.870,0000
12277	LARANJA	MUTUM VERDURAS	KILO	2.500,0000	3,0500	7.625,0000
21885	LEITE DE SOJA - extrato de soja(leite de soja)-alimento soja enriquecido com vitaminas,embalagem longa vida com 1,00L(1litro) livre de lactose e colesterol.Ingredientes Basicos:Extrato de soja,Agua,açucar,sal,vitaminas A,C,E,B2,B12.	BATAVO/ YOKI	UNIDADE	500,0000	7,7000	3.850,0000
233825	LOURO	ALCONDI	PACOTE	100,0000	1,5700	157,0000
1536	MACA NACIONAL	MUTUM VERDURAS	KILO	3.000,0000	6,5000	19.500,0000

229737	MACARRAO DE ARROZ - TIPO ESPAGUTE	GALO/ URBANO	UNIDADE	200,0000	3,3800	676,0000
229738	MACARRAO DE ARROZ - TIPO PARAFUSO	GALO/ URBANO	UNIDADE	200,0000	3,3800	676,0000
3037	MAMAO FORMOSA	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	7,2600	4.356,0000
3022	MANDIOCA	CASCATINHA	KILO	1.000,0000	4,7500	4.750,0000
233280	MANTEIGA	CASTERLEITE	UNIDADE	1.000,0000	11,7000	11.700,0000
12240	MARGARINA	DELICIA	KILO	1.000,0000	9,5600	9.560,0000
12260	MELANCIA	MUTUM VERDURAS	KILO	8.000,0000	2,4500	19.600,0000
12281	MELAO	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	6,7000	4.020,0000
12282	MEXERICA	MUTUM VERDURAS	KILO	1.000,0000	6,7500	6.750,0000
12283	MILHO PARA CANJICA 500G	ALCONDI/ MIKA	PACOTE	500,0000	2,1100	1.055,0000
233826	MULTICEREAIS	NESTLE	PACOTE	100,0000	5,9200	592,0000
14311	NOZ MOSCADA 10G	ALCONDI	PACOTE	50,0000	2,1500	107,5000
1570	OLEO DE SOJA	SOYA/ CONCORDIA	UNIDADE	3.000,0000	3,7500	11.250,0000
12549	OREGANO	ALCONDI	UNIDADE	200,0000	1,9900	398,0000
1522	OVO DE GALINHA	MUTUM VERDURAS	DUZIA	4.000,0000	6,5800	26.320,0000
12286	PEPINO	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	4,3900	2.634,0000
3039	PERA	MUTUM VERDURAS	KILO	500,0000	11,9000	5.950,0000
2206	PIMENTAO	MUTUM VERDURAS	KILO	200,0000	7,8000	1.560,0000
14312	POLPA DE FRUTA - ABACAXI	YASAI	UNIDADE	8.000,0000	2,1900	17.520,0000
14313	POLPA DE FRUTA - ACEROLA	YASAI	UNIDADE	8.000,0000	1,9000	15.200,0000
5130	POLPA DE FRUTA - CAJU	YASAI	UNIDADE	8.000,0000	1,5800	12.640,0000
14314	POLPA DE FRUTA - MARACUJA	YASAI/ BRASFRUT	UNIDADE	8.000,0000	3,0500	24.400,0000
12291	POLPA DE FRUTA - MORANGO	YASAI	UNIDADE	5.000,0000	2,3000	11.500,0000
10003	POLPA DE FRUTA - UVA	YASAI/ BRASFRUT	UNIDADE	6.000,0000	2,2500	13.500,0000
233829	QUEIJO MUSSARELA EM BARRA	CASTERLEITE	KILO	500,0000	27,9000	13.950,0000
11095	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - KG	CASTERLEITE	KILO	200,0000	27,3300	5.466,0000
11096	REPOLHO VERDE - KG	MUTUM VERDURAS	KILO	2.000,0000	3,8000	7.600,0000
1502	SAL	MARFIN	UNIDADE	600,0000	1,4900	894,0000
1543	SALSICHA TIPO HOT DOG	LEBON/ SADIA	KILO	600,0000	8,5500	5.130,0000
11102	TOMATE	MUTUM VERDURAS	KILO	2.500,0000	6,7000	16.750,0000
12294	UVA RUBI	MUTUM VERDURAS	KILO	600,0000	15,5000	9.300,0000
				Total Fornecedor:		**590.779,00**

6155	27.689.492/0001-20	FRANCIELLE DA SILVA SIMPLICIO DE MELO - ME				
Itens						
Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12284	PAO BISNAGUINHA		KILO	2.500,0000	15,0000	37.500,0000
12262	PAO DE HOT DOG		KILO	500,0000	12,0000	6.000,0000
3023	PAO FRANCES		KILO	5.000,0000	10,5000	52.500,0000
				Total Fornecedor:		96.000,00

7016	02.545.557/0001-33	COMERCIAL LUAR EIRELI -EPP				
Itens						
Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11035	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO DIET - EMBALAGEM DE 400G	GOLD	UNIDADE	100,0000	17,9500	1.795,0000
11048	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - COM LEITE	LIANE	PACOTE	4.000,0000	7,9500	31.800,0000
229734	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - SEM LEITE	LIANE	UNIDADE	1.000,0000	4,3000	4.300,0000
11049	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - AGUA E SAL	ADORALLE	PACOTE	2.000,0000	7,9000	15.800,0000
229731	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - SEM GLUTEN	LIANE	PACOTE	1.000,0000	2,5500	2.550,0000
229732	BISCOITO SALGADO TIPO CREAN CRACKER - SEM LEITE	LEANE	PACOTE	1.000,0000	4,0900	4.090,0000
229733	BISCOITO TIPO MARIA - SEM GLUTEN	LIANE	PACOTE	1.000,0000	2,5500	2.550,0000
233822	CACAU EM PO SOLUVEL - 200GR	APTI	UNIDADE	1.000,0000	14,8500	14.850,0000
12547	CANELA EM CASCA	MIKA	PACOTE	100,0000	1,5000	150,0000
1503	CANELA EM PO	MIKA	PACOTE	100,0000	1,8000	180,0000
8312	CHA MATE	XANXERE	UNIDADE	200,0000	4,9500	990,0000
9020	COCO RALADO	ADELCOCO	UNIDADE	400,0000	2,5500	1.020,0000
8289	COLORAU (COLORIFICO)	SINHA	UNIDADE	300,0000	6,6000	1.980,0000
17039	ESSENCIA DE BAUNILHA	MIKA	UNIDADE	70,0000	2,7500	192,5000
1546	FARINHA DE MANDIOCA	FAVORITA	KILO	700,0000	5,6000	3.920,0000
1544	FARINHA DE TRIGO	VITORIOSA	UNIDADE	3.000,0000	2,9000	8.700,0000
3036	FARINHA LACTEA FLOCOS 400G	NESTLE	UNIDADE	100,0000	12,4000	1.240,0000
12275	FERMENTO BIOLOGICO	APTI	UNIDADE	400,0000	5,2500	2.100,0000
12274	FERMENTO QUIMICO 100G	APTI	UNIDADE	1.500,0000	2,9500	4.425,0000
11070	FUBA MIMOSO DE MILHO	SINHA	PACOTE	500,0000	2,7500	1.375,0000
21829	GOIABADA	VAL	UNIDADE	400,0000	5,9000	2.360,0000
11075	LEITE - EMBALAGEM TETRAPACK 1 LITRO	VENCEDOR	LITRO	10.000,0000	3,7000	37.000,0000
229736	LEITE ZERO LACTOSE - UHT 1 LITRO	PIRACANJUBA	UNIDADE	5.000,0000	4,9400	24.700,0000
233832	MACARRAO ESPAGUETE SEM FURO 1KG NR 8	SPECIALLITA	PACOTE	2.000,0000	4,9700	9.940,0000
8101	MACARRAO PICADO PARA SOPA TIPO PADRE NOSSO, AVE MARIA OU PARAFUSO	SPECIALLITA	PACOTE	1.500,0000	3,6700	5.505,0000
12287	PO PARA PREPARO DE GELATINA	NEILAR	UNIDADE	700,0000	1,0500	735,0000
14315	POLVILHO AZEDO	MIKA	PACOTE	1.500,0000	4,4500	6.675,0000
1977	POLVILHO DOCE	MIKA	PACOTE	500,0000	4,9000	2.450,0000
233830	VINAGRE DE MACA	NEVAL	UNIDADE	600,0000	5,2000	3.120,0000

				Total Fornecedor:	**196.492,50**
				Total Geral:	**1.101.526,50**

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Outubro de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04/2019/CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Co-Financiamento do Governo Estadual FEAS/ 2019 de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a LEI Nº325 DE 27 DE JULHO DE 2012, em reunião realizada no dia 14 de Outubro de 2019, ata Nº 39/2019/CMAS para aprovação do Plano de Ação do Co-Financiamento do Governo Estadual – FEAS/ 2019 da Assistência Social do Município de Santo Afonso.

RESOLVE:

Art.1º Fica Aprovado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Assistência Social, o Plano de Ação do Co-Financiamento do Governo Estadual – FEAS/ 2019 da Assistência Social do Município de Santo Afonso/MT.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Santo Afonso-MT, 22 de Outubro de 2018.

Presidente do CMAS

Rozinalva Dias da Rocha

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 125/2019

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - **EDSON LORENZETT** ENGENHEIRO CIVIL, para atuar como fiscal do contrato nº 039/2019, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA APLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO/MT.**

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 13 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 126/2019

EMENTA: CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º Fica concedido em favor da Servidora Pública Municipal, Sra. **ELICE DA GUIA DE MATOS BORGES**, ocupante do cargo efetivo de Ajudante de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Urbanos, aposentadoria por idade a partir de 15 de Setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 127/2019

EMENTA: NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada e empossada a **Sra. ADEIDIANE RODRIGUES MOREIRA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula e Identidade RG nº 2115892-4 - SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 031.934.861-08, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, RETROAGINDO SEUS EFEITOS A 01 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 128/2019

EMENTA: NOMEIA CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada e empossada a **Sra. LEILIANE SILVA ALVES,** brasileira, casada, portadora da Cédula e Identidade RG nº 2031079-0 - SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 027.928.631-70, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, RETROAGINDO SEUS EFEITOS AO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 129/2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível e Classe, ao seguinte servidor:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
901	REGIS FABIANO VIEIRA SILVA	VIGIA	02	B
299	VALTEIR DA SILVA NEVES	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	05	-

Art. 2º A Elevação de Nível do servidor de que trata esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar nº. 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 130/2019

EMENTA: *EMENTA*: EXONERA SERVIDORA EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

Considerando que a servidora abaixo referenciada, solicitou sua exoneração junto ao Departamento de Recursos Humanos, a partir da data de 30

de Abril de 2001; Considerando ainda que a mesma foi exonerada, porém a administração não baixou e nem publicou nenhum ato administrativo que comprovasse a veracidade do fato.

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Sra. EUNICE CAMARGO SCARPATT, do cargo AGENTE DE SAÚDE, que se encontrava lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data de 31 de Janeiro de 2003, para fins de regularização.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **31 de Janeiro de 2003**, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 13 DE SETEMBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 131/2019

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - **EDSON LORENZETT** ENGENHEIRO CIVIL, para atuar como fiscal do contrato nº 040/2019, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE INFRA- ESTRUTURA – PAVIMENTAÃO ASFALTICA, SILNALIZAÇÃO VIARIA E PASSEIO PUBLICO EM RUAS DIVERSAS DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 803414/2014/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA.**

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em 16 de Outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 040/2019

EXTRATO DO CONTRATO 040/2019

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

Contrato derivado de Licitação Pública na modalidade Tomada de Preço de n° 004/2019

OBJETO CONTRATUAL: **CONTRATAÇÃO, SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE INFRA- ESTRUTURA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PUBLICO EM RUAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 803414/2014/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.**

CONTRATADO: TOTAL CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ/MF N° **02.669.585/0001-62**

VALOR: R$- 111.986,69 (Cento e onze mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

Assinado em: 16/10/2019 – vencimento em: 16/10/2020

SANTO AFONSO/MT, 22 de Outubro de 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CONTRATO N° 130/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 130/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **R. P. FERRANGENS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 29.309.583/0001-19**, com sede na Rua josé Bonifácio, nº 839, bairro: Centro – Barão de Cotegipe/RS - CEP: 99740-000, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Fernando Samuel Perin, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 7079979873 SJS/RS e CPF de nº 986.328.680-04, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 3.124,90 (três mil, cento e vinte e nove reais e noventa centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

R. P. FERRANGENS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO Nº 162/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019 – SRP

CONTRATO Nº 162/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019 – SRP

PROCESSO N° 118/2019

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **TAIAMA RENT A CAR LTDA, CNPJ: 17.239.474/0001-93**, estabelecida na Rua Domingos Germano De Souza, Nº 1720, Setor W Sala 01, Bairro: Parque Tangara, Município: Tangara Da Serra/MT, CEP: 78.300-000, neste ato representado pelo seu Renan Miller Santos da Silva, brasileiro, portador da Identidade sob o n. ° 2.116.772-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° 032.155.171-08,que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 118/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de pacientes tipo D (ambulância de suporte avançado – UTI móvel terrestre adulto, pediátrico e neonatal) para remoções intermunicipais, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 118/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 019/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 118/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 019/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 019/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: A execução do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Quinto: A empresa deverá disponibilizar a realização dos serviços, contando com sede e ou central de atendimento no perímetro urbano máximo entre 150 e 200 Km do município de Santo Antônio do leste/MT, sob pena de a presente licitação ser cancelada, por se tornar inviável e incompatível com os interesses da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Leste/MT, bem como, não poderá realizar férias coletivas ou recesso de final de ano.

Parágrafo Sexto: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 235. 400,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Manter em funcionamento sua CENTRAL DE ATENDIMENTO durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados; b) A Contratada deverá ter disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, os veículos e os profissionais necessários para atender aos chamados do Contratante, no tempo estipulado; c) O serviço contratado será acionado por responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde mediante comunicado via telefone, enviar por escrito (via e-mail ou fax) a solicitação a contratada, devendo esta manter telefones para contato 24 (vinte e quatro) horas por dia; d) O percurso que o veículo percorre da sede do estabelecimento da empresa até o ponto de partida e, do trajeto do ponto final até a sede da empresa será custeado pelo Município; e) Executar nas obrigações e com a qualidade exigida em toda a vigência do certame; f) Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o material fornecido. g) Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação. h) Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: combustível, seguros, taxas, impostos, pedágios, pernoite e alimentação do motorista, médico e enfermeiro, salários, encargos trabalhistas, sociais e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, inclusive despesas com a manutenção do veículo, consertos, peças de reposição e outros que resultem do fiel cumprimento dos serviços propostos, será inteiramente de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município. i) A equipe deverá se apresentar ao local solicitado para o atendimento no prazo máximo de 02 (DUAS) horas após a chamada de emergência (conforme solicitação em anexo), dispondo de todos os aparelhos, equipamentos e profissionais capacitados, necessários para a prestação de serviços de boa qualidade e com precisão de resultados.

j) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

k) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

l) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

m) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

n) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

o) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

r) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

s) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

t) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

u) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

v) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

w) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

x) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

y) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

z) **Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços**.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até de 30 dias, mediante comprovação do recebimento e atesto do servidor responsável e apresentação das notas fiscais/faturas.

Parágrafo Primeiro: Para condições de pagamento deverá ser enviada para a Secretaria Municipal de Saúde, os seguintes documentos comprobatórios:

a) Relatório devidamente assinado, contendo (Nome do Paciente, identificação de toda a equipe que realizou o transporte; local e horário de partida e de chegada e quilometragem percorrida).

b) Cópia do encaminhamento médico do hospital que solicitou o transporte do paciente, ou sua transferência com a devida justificativa para a realização do mesmo.

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2168	Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento
Ficha	271	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 019/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. 10.1. Durante o período de vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que nomeará fiscal de contrato devidamente publicado sua portaria no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 17 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

TAIAMA RENT A CAR LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONTRATO Nº 161/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019 – SRP

CONTRATO Nº 161/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019 – SRP

PROCESSO N° 099/2019

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **PERSONALITE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ: 29.219.583/0001-28, estabelecida na Rua Miosótis, Nº 110, Quadra01 Lote 17 Sala B, Bairro: Parque Industrial, Município: Primavera Do Leste/MT, CEP: 78.850-000, neste ato representado pelo seu Edio Umberto de Moura, brasileiro, portador da Identidade sob o n. ° 4716413SSP/MG SSP/MG e inscrito no CPF sob o n. ° 492.155.396-91**, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 099/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **014/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de empilhadeira a diesel, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da secretaria de obras, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 099/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 014/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 099/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 014/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 014/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

Parágrafo Quarto: O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição/correção no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Sétimo: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de **R$ 81.000,00** (oitenta e um mil reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

w) O prazo máximo para a entrega/realização dos produtos/serviços será de **10 (dez) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.542.5011. 2173	Manutenção da Fábrica de Manilhas
Ficha	574	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 014/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 17 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

PERSONALITE TERCEIRIZAÇÕES LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

CONTRATO N° 131/2019 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 131/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **V. P. SILVA BRINQUEDOS-ME**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 18.448.863/0001-91**, com sede na Rua Lotério Zamberlan, nº 305, bairro: Conj. Habitacional Antônio Euthimio Casaroto – Cambé/PR - CEP: 86.181-595, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Vinicius Pereira da Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 107473840 SESP/PR e CPF de nº 082.656.459-37, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 3.509,90 (três mil, quinhentos e nove reais e noventa centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

V. P. SILVA BRINQUEDOS-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO N° 132/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 132/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 17.874.189/0001-44**, com sede na Av Dometilddes Rocha Lima, nº 03, bairro: Jardim Mossoró – Cuiabá/MT - CEP: 78090-852, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Joao Vitor Cavalcante Machado, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 2192360-4 SSP/MT e CPF de nº 055.344.181-76, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 16.780,00 (dezesseis mil, setecentos e oitenta reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Pa-

rágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO N° 133/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 133/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **D&F COM. DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 28.275.797/0001-59**, com sede na Rua Pastor Manoel Virginio de Souza, nº 1133, bairro: Capão da Imbuia – Curitiba/PR - CEP: 82810-400, neste ato representado pela sua proprietária Sra. Denielly Ferreira Montuan, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de nº 9.005.540-2 SSP/PR e CPF de nº 045.813.529-16, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou

empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

D&F COM. DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO N° 134/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 134/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim

Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **MONICA R. DE MELLO DARIA-ME**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 17.353.208/0001-97**, com sede na Rua Engenheiro Jayme Matzenbacher, nº 593, bairro: Atuba – Curitiba/PR - CEP: 82630-307, neste ato representado pela sua proprietária Sra. Mônica Regina de Mello Faria, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de nº 69905749 SESP/PR e CPF de nº 036.117.429-29, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 33.886,00 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando

à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

MONICA R. DE MELLO DARIA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO N° 159/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 159/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **R. C. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 10.830.704/0001-45,** com sede na Av. Pedro Ludovico Teixeira, Nº 2457, Quadra 34 Lote 11, Bairro: Setor Aeroporto – Aragarças/GO Cep: 76.240-000, neste ato representado pela sua proprietária Sr. Kleverton Anselmo da Rocha, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 4432744-DGPC-GO e CPF de nº 978.738.531-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 24.313,00 (vinte e quatro mil e trezentos e treze reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os for-

necedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

R. C. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 158/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 158/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 29.700.587/0001-23,** com sede na RUA SAÍRA-MILITAR, Nº 570, Bairro: PARQUE INDUSTRIAL V – ARAPONGAS - PR CEP: 86.702-700, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Vinicius Lopes Salvi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 10.865.451-1 e CPF de nº 078.204.279-14**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 8.988,89 (Oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 157/2019 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 157/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 26.570.361/0001-67,** com sede na AV. ALMIRANTE SALDANHA, QUADRA 15A, LOTE 01, Nº 1238, Bairro: VILA MARAJOARA – JUSSARA - GO CEP: 76.270-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Alandelon Wanderlei de Oliveira, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 3521910-8265003 DGPC/GO e CPF de nº 628.655.521-87**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 41.428,00 (Quarenta e um mil e quatrocentos e vinte e oito reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde

Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 156/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 156/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **OLIDEF CZ IND E COM DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 55.983.274/0001-30,** com sede na Av. Patriarca Nº 2223, Bairro: Vila Virginia – Ribeirão Preto - SP CEP: 14. 031-580, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Luiz Henrique de Mello Habenschus, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 27.720.697-2 e CPF de nº 323.248.058-63, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 20.700,00 (Vinte mil e setecentos reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

OLIDEF CZ IND E COM DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 155/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 155/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **OBJETIVA PROD. E SERV. P/LABORATORIOS LTDA-EPP**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 05.895.525/0001-56**, com sede na Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 66, bairro: Setor Jardim Presidente – Goiânia/GO - CEP: 74.353-400, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Leandro Nery de Oliveira, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 5.320.672 SPTC/GO e CPF de nº 037.217.131-17**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 7.695,02 (sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dois centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

OBJETIVA PROD. E SERV. P/LABORATORIOS LTDA-EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 154/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 154/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **KLEMMEN IMPORTAÇÕES EIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 96.441.704/0001-79,** com sede na Rua Guaricanga, Nº 243, Bairro: Lapa – São Paulo- SP - CEP: 05.075-030, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Luis Carlos Henriques Matias, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 14.989.268-8 SSP/SP e CPF de nº 083.644.138-99**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 3.809,00 (três mil, oitocentos e nove reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

KLEMMEN IMPORTAÇÕES EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 153/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 153/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **INSTRAMED INDÚSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 90.909.631/0001-10,** com sede no BECO JOSÉ PARIS, Nº 339 – PAVILHÃO Nº 18 e 19, Bairro: SARANDI – PORTO ALEGRE - RS CEP: 91.140-310, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. , brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 10.865.451-1 e CPF de nº 078.204.279-14**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 113.800,00 (Cento e treze mil e oitocentos reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRAMED INDÚSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 152/2019 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 152/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº **05.743.288/0001-08**, com sede na Rua 104, Nº 74, Bairro: Setor Sul – GOIANIA - GO CEP: 74.083-300, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Weverton Luiz Coelho, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 3.109.409 SSP/GO e CPF de nº 633.403.561-49**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 38.088,99 (trinta e oito mil e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 151/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 151/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA-EPP,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 62.413.869/0001-15,** com sede na Rua Martins Pena, Nº 93, Bairro: Campos Eliseos – Ribeirão Preto- SP CEP: 14.080-620, neste ato representado pela sua socia proprietária Sra. Erica Vernile Pereira Vezono, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de nº 18. 294.531-5 SSP/SP e CPF de nº 138.771.588-70**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo

licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado

de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA-EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 150/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 150/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 07.626.776/0001-60,** com sede na ROD. DOSMINÉRIOS, Nº 403 SALA 08, Bairro: JARDIM MONTERREY – ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR CEP: 83.507-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sra. Maristela Belotto Pelozzo, brasileira, portador da cédula de identidade RG de nº 8.881.858-0 SESP/PR e CPF de nº 040.865.529-14**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 43.253,80 (Quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancári-

os, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fa-

tos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 135/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 135/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **MVR1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIOS EIRELI**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 19.071.896/0001-28**, com sede na Av. Tenente Praeiro, nº 3255, bairro: Jardim Califórnia – Cuiabá/MT - CEP: 78070-300, neste ato representado pela sua proprietária Sra. Vanessa Yasmim Rodrigues Machado, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de nº 2615463-3 SSP/MT e CPF de nº 055.891.981-27, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 11.977,20 (onze mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF
Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009. 1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

MVR1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIOS EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO N° 149/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 149/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CIRURGICA PARMA LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 10.368.534/0001-29,** com sede na R GENERAL GLICERIO, Nº 286, Bairro: VILA CENTRAL – ASSIS - SP CEP: 19.806-240, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Marcos Moises Paulo Vieira, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 6412709-8/SESP-PR e CPF de nº 023.932.849-31**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 38.088,99 (trinta e oito mil e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CIRURGICA PARMA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 148/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 148/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **ANA MARIA PIRES BELEM EPP,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 04.360.651/0001-43,** com sede na Av. Padre Cacique, Nº 40, Bairro: Praia de Belas – Porto Alegre/RS CEP: 90.810-240, neste ato representado pela sua proprietária Sra. Ana Maria Pires Belem, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de nº 3006654564 SSP/RS e CPF de nº 675.140.730-00**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 138.137,00 (cento e trinta e oito mil, cento e trinta e sete reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ANA MARIA PIRES BELEM EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 147/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

CONTRATO N° 147/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 14.676.091/0001-94**, com sede na Rua Neusa Aurora Diniz, Nº133, Bairro: Forquilhinhas – São Jose-SC CEP: 88.106-771, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Denis Teixeira, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 5.363.262 e CPF de nº 075.417.459-77**,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando o constante no processo licitatório nº 109/2019 , pregão eletrônico n° 021/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 15/10/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 3.778,36 (Três mil, Setecentos e setenta e Oito e Trinta e Seis Centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.8. Os produtos deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.9. Os produtos sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.10. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6. 437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.1123	Aquisição de Bens Móveis, Utens. E Equip. para Média e Alta Complexidade
Ficha	229	
Despesa/fonte	4.4.90.52. 00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de outubro de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

02)_____.

NOME:

RG:

CONTRATO N° 129/2019 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

CONTRATO N° 129/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **OLMIR IORIS E CIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ sob nº 70.429.956/0001-99**, com sede na Av. Mato Grosso, nº 116N, bairro: Módulo 02 – Juina/MT - CEP: 78320-000, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Olmir Ioris, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 1.483.392 SSP/PR e CPF de nº 252.935.409-04, considerando o constante no processo licitatório nº 103/2019, pregão eletrônico n° 019/2019, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais

normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante do Processo Administrativo n° 103/2019, gerado pelo Edital Pregão Eletrônico n° **019/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 23/09/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 24.804,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

4.2 – Da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1097	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDBF

Ficha	474	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1098	Aquisição de Móveis e Equipamentos - IGDSUAS
Ficha	475	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.1118	Aquisição de Material Permanente FEAS
Ficha	476	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O licitante adjudicatário compromete-se a fornecer o item no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. O não fornecimento ensejará em sanções previstas em lei.

6.2**.** A Contratada deverá entregar o objeto no local designado por esta Prefeitura no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes nesse TR e no Edital de Licitação;

CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

7.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

7.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

7.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

7.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

8.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

8.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

8.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

9.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

9.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLAUSULA DECIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198**.**

10.2. O setor competente para conferir e fiscalizar o fornecimento do objeto desta licitação, será servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, sendo este dotado de conhecimento para tal, além do fiscal de contrato

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

11.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

12.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLASULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de setembro de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OLMIR IORIS E CIA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
IPASFA - CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS CURADOR E FISCAL DO IPASFA

CONVOCAÇÃO

CONVOCAMOS TODOS OS SERVIDORES EFETIVOS PARA UMA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO IPASFA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, QUE SE REALIZARÁ DIA 25 DE OUTUBRO, NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA COM A SEGUINTE PAUTA:

ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS CURADOR E FISCAL – ADMINISTRAÇÃO 2019/2021.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL

DATA: 25/10/2019

HORÁRIO: 16H30MIN

São Félix do Araguaia-MT, 21 de outubro de 2019.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Gestor do RPPS

LINDALVA R. DE MORAES VIEIRA.

Servidora do RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 35/2019, DE 21/10/2019 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - IPASFA

DECRETO Nº 35, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 870/2018 de 14 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0013 – IPASFA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

0001 – IPASFA

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0004 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

2083 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO IPASFA

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR.....R$ 77.000,00

0013 – IPASFA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

0001 – IPASFA

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0004 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

2083 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO IPASFA

3.3.90.33.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO..... .....R$ 3.000,00

TOTAL ....R$ 80.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0013 – IPASFA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

0001 – IPASFA

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0004 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

9997 – RESERVA LEGAL DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... .....R$ 80.000,00

TOTAL ....R$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, 21 de Outubro de 2019.

Janailza Taveira Leite

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 719/2019, DE 14/10/2019 - DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS PARA A EQUIPE DE APOIO À PREGOEIRA

PORTARIA Nº 719, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa servidores para desempenhar as funções de Equipe de Apoio à Pregoeira, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores;

Considerando a nomeação da Senhora **LÍDIA BARBOSA DE BRITO** no Cargo em Comissão de Pregoeira Municipal, via da Portaria nº 718, de 14 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo, pertencentes ao quadro de servidores efetivos do Município, para comporem a **Equipe de Apoio,** que atuará nos procedimentos licitatórios, na modalidade Pregão, conjuntamente com a Pregoeira nomeada pela Portaria nº 718, de 14 de outubro de 2019:

I - MAURICIO ROGELO ALVES BERTO, CPF nº 012.696.941-89, identidade RG nº 616.699 (2ª via) - SSP-TO, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo;

II - ESLAINE RODRIGUES AGUIAR, CPF nº 615.442.211-34 e identidade RG nº 984.660 – SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente de Administração Pública; e

III - MANUEL BOTELHO JÚNIOR, CPF nº 027.566.861-40 e Identidade nº 3.025.485 - SESPDS-DF, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo.

Parágrafo único. A Pregoeira poderá convidar servidor público municipal, preferencialmente ocupante de cargo público de provimento efetivo, lotado no órgão que requereu a aquisição do bem e/ou serviço, para acompanhar o certame, a fim de auxiliar a Equipe de Apoio no desenvolvimento de seus trabalhos.

Art. 2º Compete à Pregoeira:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

V - a adjudicação da proposta de menor preço;

VI - a elaboração de ata;

VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação; e

X - demais atividades correlatas.

Art. 3º Compete à equipe de apoio:

I - prestar assistência à pregoeira, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar os atos processuais; e

III - realizar diligências diversas.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 2018.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
ITR - EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - SAO FELIX DO ARAGUAIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, de 22 de Outubro de 2019

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**Razão SocialCPF/ CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ANTONIO LUIS NETO CUSTODIO	629.397.696-72	9183/00011/2019
MIGUEL OMAR BARRETO RISSI	015.366.278-60	9183/00020/2019
OSE ROBERTO MACHADO	059.198.006-15	9183/00031/2019
ADAIL FARINA	093.665.639-53	9183/00049/2019
ARY DAL VIT DOS SANTOS	446.796.020-15	9183/00062/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA Matrícula: 881 Cargo Efetivo: Fiscal de Tributos Responsável pelo Convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB) - Portaria nº 226/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA Nº 022/2019 DE 10 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** a Servidor Municipal EDIS GONÇALVES DE SOUZA e dá outras providências.

MIRIAN VIEIRA FREIRE, SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **02/02/2014 a 02/02/2019**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, o funcionário **EDIS GONÇALVES DE SOUZA**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 899349 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº571.895.951-04, no cargo de PEDREIRO, lotado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA E OBRAS o **sendo o afastamento em 07/10/2019 e retorno em 06/11/2019.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 10 de outubro de 2019.

_____

MIRIAN VIEIRA FREIRE

Secretária de Administração

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

____/____/_____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 218/2019

PORTARIA Nº 218/2019

DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

"**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENICIAS."**

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva**, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte PORTARIA:

Art.1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação de São José do Xingu – MT, que será composta pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Franthielle Viana de Paula CPF:862.112.851-91

Suplente: Rosimar Divina de Medeiros CPF: 598.575.441-34

REPRESENTANTE DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL:

Titular: Maurina Luz Santos CPF: 317.920.571-72

Suplente: Ana Beraldina de Jesus : 194.872.661-00

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO DA REDE PUBLICA MUNICIPAL:

Titular: Karina Barbosa Simão Barros CPF: 835.726.781-53

Suplente: Judite Rodrigues da Silva CPF: 906.327.611-72

REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR MUNICIPAL:

Titular: Aloma Rubia Ferreira CPF: 460.733.291-72

Suplente: Maria Oliveira Braga CPF: 451.679.661-91

Art. 2º - Os membros nomeados no artigo anterior integrarão o Conselho pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 16 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 217/2019

PORTARIA Nº 217/2019

DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO PARA ATUAR NA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva**, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Complementar nº 007/2004 do Artigo 191 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO a necessidade de abertura do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de irregularidade no serviço público municipal;

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido a substituição do servidor Cleber Alves do Nascimento pela servidora Fernanda Alves Bezerra para atuar na comissão de

abertura da Instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de irregularidade no serviço público municipal;

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir o processo, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

Nome:	Secretaria:	Cargo:	Matricula
Fernanda Alves Bezerra	Gabinete Municipal	Auxiliar Administrativo	355
Ludmila Alves Lopes	Sec. Mun. de Finanças	Efetiva em cargo de comissão como diretora de departamento do Frotas	9723
Aloizio Rodrigues da Silva	Sec. Mun. de Finanças	Efetivo em cargo de comissão como diretor de departamento de Finanças	663

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias mediante autorização da autoridade competente, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, nos termos da Lei Complementar 007/2004.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 16 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 215/2019

PORTARIA Nº 215/2019

DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o teor da Portaria de Nº 184/2019 onde foi instaurada a SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA*, mais especificamente seu Art. 5º. "A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior."*

Analisando, o estabelecido pelo artigo 205, parágrafo único da Lei Complementar Municipal 007/2004 o qual dispõe que:

Art. 205*. Comprovada a existência ou não de irregularidades, a comissão deverá apresentar relatórios de caráter expositivo contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, obtendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhara o processo autoridade instauradora* ***dentro do prazo de trinta dias*** *de sua constituição para:*

Parágrafo único. *O prazo referido no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado por igual período no interesse público.*

Analisando ainda, o teor do estabelecido no Item 2.5.14 da Instrução Normativa n º 027/2011.

O prazo para a conclusão do processo administrativo não excedera 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da portaria de constituição da Comissão de Processo Administrativo, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstancias o exigirem.

Considerando a complexidade dos fatos encontrados pela Comissão de Sindicância nas investigações, motivo pelo qual ainda não foi possível concluir a apuração dos fatos em 30 dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria 184/2019, por igual período, ou seja, por 30 (trinta) dias com contagem cronológica **a partir de 15/10/2019 e conclusão até 15/11/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 10 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 216/2019

PORTARIA N.º 216/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO EM FUNÇÃO GRATIFICADO PARA COORDENAR OS FISCAIS DE CONTRATOS E SEUS PROCEDIMENTOS, ROTINAS E PROCESSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade atender demanda da Secretaria Municipal de Administração quando a organização e funcionamento da rotinas e processos relativos a fiscalização dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666/93, ao dispor sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, regulamentando o art. 37, XXI, da CF/88, exigiu, por meio do art. 67, que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistilo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição";

CONSIDERANDO que para melhor gerenciar o envio de informações via sistema APLIC ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, fomentar ações administrativas eficientes e eficazes das rotinas e controle dos fiscais de contratos para minorar a quantidade de falhas administrativas quanto a execução das atividades inerentes ao Administrador Público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor de carreira comissionado em função gratificado, por meio da Portaria 205/2019, **DENILSON ANTONIO PEREIRA MELO SILVA** (Matricula 9736) para coordenar os fiscais de contratados administrativo nomeados pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT.

Art. 2º São atribuições do Diretor do Departamento, as seguintes funções:

I - Coordenar todos os fiscais de contratos administrativo nomeado pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, afim de garantir a correção, clareza e a uniformidade dos métodos de fiscalização;

II - Acompanhar, monitorar, orientar e assessorar os fiscais de contratos quanto a elaboração dos relatórios de acompanhamento;

III - Requerer cópia e/ou via firmada de relatórios mensais, registro de ocorrências, bem como relatórios de controle de valor, quantidades e pagamentos dos fiscais de contratos;

IV - Arquivar em local próprio e sistemático, bem como disponibilizar para conferência a qualquer tempo de expediente cópia de todos os relatórios emitidos pelos fiscais de contratos;

V - Informar as autoridades competentes sobre eventuais atrasos na entrega e/ou elaboração e encaminhamento dos relatórios dos fiscais de con-

tratos para as devidas providências cabíveis, de forma que não surta fortuitamente possíveis penalização ao Administrador Público pela inexecução dos ditames legais;

VI – Elaborar plano de trabalho para o exercício, cuja finalidade seja aprimorar os métodos adotados pela Administração quanto a execução de atividades de fiscalização de contrato;

VII – Articular, fomentar e organizar capacitações, treinamentos e outras atividades correlatas para o aperfeiçoamento dos fiscais de contratos;

VIII – Elaborar e entregar relatório mensal detalhado ao Secretário Municipal de Administração sobre as atividades desenvolvidas.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, bem como sessa a partir desta data os efeitos da Portaria nº 086/2019.

Gabinete do Prefeito

Em, 15 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 214/2019

PORTARIA Nº. 214/2019

DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com artigo 88 do Estatuto dos Servidores Municipais e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Conceder Licença Maternidade, prevista no artigo 88,89, 90 e 91 da Lei complementar Municipal nº 007/2004, pelo prazo de 180 dias (cento e oitenta dias) a Servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	MATRICULA	CARGO	SECRETARIA	PERIODO DE GOZO
Bruna Nascimento Godoi	10157	Coordenadora Farmacêutica	Sec. Municipal de Saúde	15/10/2019 À 12/04/2020

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 15 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OFICIO Nº 207/2019 - REITERAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO OFICIO Nº 199/_PMSJQM_SEC_GB

Ofício nº 207/2019-PMSJQM_SEC_GP

São José dos Quatro Marcos-MT, 22 de Outubro de 2019.

Sr. **Lucinéia Fernandes**

Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Abelha

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT

Referente: **REITERAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO OFICIO Nº 199/_PMSJQM_SEC_GB.**

Venho pelo presente, **INFORMAR** que o Prazo de 48 horas expedido pelo Poder Executivo para Devolução dos Equipamentos da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Abelha **Excedeu** no dia **19 de Outubro de 2019**, até o atual momento não houve manifestação para cumprimento da determinação do Poder Executivo.

Portanto, a Administração Municipal para o Fiel Cumprimento da determinação da Procuradoria Municipal esta reiterando esta notificação com Prazo estabelecido de **24 horas** para a Devolução dos Equipamentos junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Sendo o que se apresenta para o momento.

MAXIMINO BONFIM DE SOUZA

Secretário Chefe de Gabinete

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 117/2017,** firmado em 22/10/2018; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, e pelo **Sr**. **JOSÉ CARLOS MARIN; Objeto:** Locação de imóvel residencial para a Senhora Judith Coelho de Arruda Fernandes; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 24/10/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

P O R T A R I A Nº 002/2019

DE 22DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA COORDENADOR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA RIBEIRO DE SOUSA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei 4.167/97 – Estatuto do Magistério Público Municipal; Lei Orgânica do Município de Serra Nova Dourada, que tratam da Eleição de Coordenador.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, O Regulamento Para Eleição deCoordenador da Escola Municipal Ana Ribeiro de Sousa.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente regulamento tem por finalidade estabelecer as normas para a realização de eleição para a função de coordenador na Unidade Escolar da Rede Municipal, em conformidade com a LDBEN, Lei nº 9.394/96, e obedecendo aos preceitos da Lei Nº 7040, de 1º de outubro de 1998, e Lei Municipal nº250/2013 que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, adotando o sistema eletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino de Serra Nova Dourada-MT.

Art. 1º Os critérios para escolha do Coordenador têm como referência:

a) Ter conhecimento da legislação vigente sobre a educação;

b) Conhecimento da realidade da unidade escolar;

c) Capacidade de liderança e desempenhará toda função Pedagógica;

d) Facilidade de resolver problemas;

e) Possuir conhecimentos básicos de informática.

DA COMISSÃO ELEITORAL

§ 1º - Os representantes a que se refere o caput deste artigo serão escolhidos por seus respectivos órgãos e entidades.

I - 01(um) representante dos profissionais da educação básica (titular e suplente);

II- 01 (um) representante da educação (Nutrição, Infraestrutura ou Técnico em Secretaria Escolar) / (titular e suplente).

Parágrafo Único- Período das inscrições será nos dias 30 e 31 de outubro de 2019 das 14:00 as 17:30 horas na Secretaria Municipal de Educação. A data da divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas será apresentada no dia 01/11/2019, no período vespertino.

DO VOTO

Art.2º - A eleição será realizada dia 09 de dezembro de 2019 das 08:00h às 10:00h na Escola Municipal Ana Ribeiro de Sousa.

Art.3º - O sufrágio será direto e secreto para todos os envolvidos no pleito.

§ 1º - O voto será facultativo.

§ 2º - Será eleito o candidato que obtiver a maior quantidade de votos, ou seja 50% mais

1.

DOS PARTICIPANTES DA ELEIÇÃO

Art.4º – São participantes da Eleição:

I - Todos os professores efetivos.

II - O candidato a Coordenação Pedagógica será eleito por segmento

III - Não será permitido o voto por procuração e nem por correspondência.

Parágrafo Único – A candidatura única obriga a obtenção de 50 % (cinquenta por cento) mais um dos votos apurados.

DOS CANDIDATOS

Art.5º – O candidato a Coordenador deverá pertencer ao Quadro do Magistério do Município.

I – Ter no mínimo três anos de efetivo exercício ininterrupto na unidade escolar e estar lotado no ano corrente na escola que pretende dirigir;

II – Assinar Termo de compromisso de Dedicação Exclusiva DE;

III- O candidato não pode ter outro vínculo empregatício no decorrer de seu mandato.

IV-Ter boa convivência no ambiente de trabalho.

V – Após assinar o termo de Dedicação Exclusiva, o candidato que aparecer com outro vínculo empregatício será exonerado do cargo de Coordenador Pedagógico automaticamente.

DO MATERIAL DE VOTAÇÃO

Art. 6º – O Presidente da Comissão Eleitoral Escolar entregará ao presidente da mesa receptora todo o material necessário à votação, no mínimo 1 hora antes da eleição.

DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 7º – Terminada a votação, o Presidente declarará seu encerramento e adotará as seguintes medidas:

I. Lavratura da Ata, segundo o modelo distribuído pela Comissão Eleitoral.

II. Assinatura da Ata pelos membros da mesa receptora e fiscais.

DA APURAÇÃO

Parágrafo Único – No modelo de Ata, deverão constar as seguintes informações.

Art. 8º – A apuração dos votos será feita na própria escola pela mesa receptora, Comissão Escolar.

I. O número de participantes;

II. O número de votantes por segmento;

III. O número de votos nulos e brancos por segmento;

IV. O número de votos por candidatos e por segmento.

Art. 9º – Serão critérios para o desempate dos candidatos:

I. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Educação.

II. Persistindo o empate, será observada a maior idade cronológica.

Art. 10º – A Comissão Eleitoral dará por encerrada a sua atividade com o término do Processo de Eleição mencionado neste regulamento.

Art. 11º – O mandato dos candidatos concorrentes à função de Coordenador será de 02(dois) anos, podendo exercer no máximo dois mandatos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Serra Nova Dourada, 22 de outubro de 2019.

Deuserina Barreira Machado.

Secretária Municipal de Educação.

P O R T A R I A Nº 003/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA DIRETOR/COORDENADOR DA CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei 4.167/97 – Estatuto do Magistério Público Municipal; Lei Orgânica do Município de Serra Nova Dourada, que tratam da Eleição de Diretor/Coordenador.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, O Regulamento Para Eleição de Diretor/Coordenador da Creche Municipal Criança Feliz.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente regulamento tem por finalidade estabelecer as normas para a realização de eleição para a função de diretor/coordenador na Unidade Escolar da Rede Municipal, em conformidade com a LDBEN, Lei nº 9.394/96, e obedecendo aos preceitos da Lei Nº 7040, de 1º de outubro de 1998, e Lei Municipal nº250/2013 que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, adotando o sistema eletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino de Serra Nova Dourada-MT.

Art. 1º Os critérios para escolha do Diretor/Coordenador têm como referência:

a) Ter conhecimento da legislação vigente sobre a educação;

b) Conhecimento da realidade da unidade escolar;

c) Capacidade de liderança e desempenhará toda função Pedagógica;

d) Facilidade de resolver problemas;

e) Possuir conhecimentos básicos de informática.

DA COMISSÃO ELEITORAL

§ 1º - Os representantes a que se refere o caput deste artigo serão escolhidos por seus respectivos órgãos e entidades.

I - 01(um) representante dos profissionais da educação básica (titular e suplente);

II- 01 (um) representante da educação (Nutrição, Infraestrutura) / (titular e suplente).

II – 01 (um) representante da ADI (titular e suplente).

Parágrafo Único- Período das inscrições será nos dias 30 e 31 de outubro de 2019 das 14:00 as 17:30 horas na Secretaria Municipal de Educação. A data da divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas será apresentada no dia 01/11/2019, no período vespertino.

DO VOTO

Art.2º - A eleição será realizada dia 06 de dezembro de 2019 das 08:00h às 17:00h na Creche Municipal Criança Feliz.

Art.3º - O sufrágio será direto e secreto para todos os envolvidos no pleito.

§ 1º - O voto será facultativo.

§ 2º - Será eleito o candidato que obtiver a maior quantidade de votos.

Parágrafo Único - O candidato que não apresentar a Proposta de Trabalho em assembleia geral em data e horário marcado estará automaticamente desclassificado.

O candidato eleito deverá encaminhar o Plano de Trabalho para a Secretaria Municipal de Educação.

DOS PARTICIPANTES DA ELEIÇÃO

Art.4º – São participantes da Eleição:

I - Todos os profissionais efetivos e em exercício na Unidade durante o ano de 2019.

lll - Não será permitido o voto por procuração e nem por correspondência.

III- Todos os pais ou responsáveis de alunos devidamente matriculados na unidade educacional em 2019.

DOS CANDIDATOS

Art.5º – O candidato a Diretor/Coordenador deverá pertencer ao Quadro de funcionário efetivo do Município.

I – Ter no mínimo três anos de efetivo exercício ininterrupto na unidade escolar e estar lotado no ano corrente na unidade que pretende dirigir;

II – Assinar Termo de compromisso de Dedicação Exclusiva DE;

III- O candidato não pode ter outro vínculo empregatício no decorrer de seu mandato.

IV-Ter boa convivência no ambiente de trabalho.

V – Após assinar o termo de Dedicação Exclusiva, o candidato que aparecer com outro vínculo empregatício será exonerado do cargo de Diretor/ Coordenador Pedagógico automaticamente.

DO MATERIAL DE VOTAÇÃO

Art. 6º – O Presidente da Comissão Eleitoral Escolar entregará ao presidente da mesa receptora todo o material necessário à votação, no mínimo 1 hora antes da eleição.

Parágrafo Único-A relação nominal dos votantes será entregue pela Diretora/Coordenadora da Creche Municipal Criança Feliz.

DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 7º – Terminada a votação, o Presidente declarará seu encerramento e adotará as seguintes medidas:

I. Lavratura da Ata, segundo o modelo distribuído pela Comissão Eleitoral.

II. Assinatura da Ata pelos membros da mesa receptora e fiscais.

DA APURAÇÃO

Parágrafo Único – No modelo de Ata, deverão constar as seguintes informações.

Art. 8º – A apuração dos votos será feita na própria escola pela mesa receptora, Comissão Escolar.

I. O número de participantes;

II. O número de votantes por segmento;

III. O número de votos nulos e brancos por segmento;

IV. O número de votos por candidatos e por segmento.

Art. 9º – Serão critérios para o desempate dos candidatos:

I. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Educação.

II. Persistindo o empate, será observada a maior idade cronológica.

Art. 10º – A Comissão Eleitoral dará por encerrada a sua atividade com o término do Processo de Eleição mencionado neste regulamento.

Art. 11º – O mandato dos candidatos concorrentes à função de Diretor/ Coordenador será de 02(dois) anos, podendo exercer no máximo dois mandatos.

Parágrafo Único –Pelo o número de alunos que atendemos na Creche Municipal Criança Feliz não é possível ofertar uma vaga para Técnico Administrativo Educacional ou Secretário Escolar para auxiliar o coordenador da instituição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Serra Nova Dourada, 22 de outubro de 2019.

Deuserina Barreira Machado.

Secretária Municipal de Educação.

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETOR/COORDENADOER REDE MUNICIPAL PARA O BIÊNIO 2020/ 2021.

DATA	AÇÕES	LOCAL
18/10/ 2019	Assembleia Geral para formação da Comissão Eleitoral Escolar.	Escola.
30 e 31/ 10/2019	Inscrição dos candidatos à direção.	Secretaria Municipal de Educação.
01/11/ 2019	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas.	Escola.
01/11/ 2019	Prazo para interposição de recurso.	SME.
29/11/ 2019	Apresentação da Proposta de Trabalho à comunidade escolar.	Escola.
06/12/ 2019	Eleição para a escolha de Diretor Escolar e resultado da eleição.	Escola.
06/01/ 2020	Posse do diretor eleito.	SME.

P O R T A R I A Nº 001/2019

DE 22DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA RIBEIRO DE SOUSA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei 4.167/97 – Estatuto do Magistério Público Municipal; Lei Orgânica do Município de Serra Nova Dourada, que tratam da Eleição de Diretor.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, O Regulamento Para Eleição do Diretor Escolar da Rede Municipal de Educação, Escola Municipal Ana Ribeiro de Sousa.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente regulamento tem por finalidade estabelecer as normas para a realização de eleição para a função de Diretor na Unidade Escolar da Rede Municipal, em conformidade com a LDBEN, Lei nº 9.394/96, Lei Municipal nº250/2013 que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino de Serra Nova Dourada-MT.

Art. 1º Os critérios para escolha da direção têm como referência:

a) Ter conhecimento da legislação vigente sobre a educação;

b) Conhecimento da realidade da unidade escolar;

c) Capacidade de liderança;

d) Facilidade de resolver problemas;

e) Possuir conhecimentos básicos de informática.

DA COMISSÃO ELEITORAL

§ 1º - Os representantes a que se refere o caput deste artigo serão escolhidos por seus respectivos órgãos e entidades.

I – 01(um) representante dos profissionais da educação básica (titular e suplente);

II – 01 (um) representante de pais (titular e suplente);

III- 01 (um) representante de alunos maiores de quatorze anos (titular e suplente);

Parágrafo Único- Período das inscrições será nos dias 30 e 31 de outubro de 2019 das 14:00 as 17:30 horas na Secretaria Municipal de Educação. A data da divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas será apresentada no dia 01/11/2019, no período vespertino.

DO VOTO

Art. 2º - O sufrágio será direto e secreto para todos os envolvidos no pleito.

§ 1º - O voto será facultativo.

§ 2º - Será necessário no mínimo de 1/3 (um terço) do total de integrantes da Comunidade Escolar, com direito a voto para abertura das urnas.

Art. 3º - A eleição será realizada dia 06 de dezembro de 2019 das 08h às 17 h na escola.

Parágrafo Único - O candidato que não apresentar a Proposta de Trabalho em assembleia geral em data e horário marcado estará automaticamente desclassificado.

O candidato eleito deverá encaminhar o Plano de Trabalho para a Secretaria Municipal de Educação.

DOS PARTICIPANTES DA ELEIÇÃO

Art.4º – São participantes da Eleição:

I. Todos os alunos matriculados em 2019 na Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino e os que estão incluídos no Educacenso, do 6º ano ao 9º ano, ou seja, que tenha no mínimo 12 anos excluindo-se os evadidos e os desistentes;

II. Todos os integrantes da carreira do magistério em efetivo exercício na Unidade Escolar;

III. Todos os integrantes do corpo de funcionários em exercício na Unidade Escolar no ano de 2019;

IV. Todos os pais ou responsáveis de alunos devidamente matriculados na Unidade Escolar, cadastrados pela Comissão Eleitoral Escolar.

§ 1º - Os pais ou responsáveis que tiverem mais de um aluno matriculado na Unidade Escolar deverão votar uma única vez.

§ 2º - Não será permitido o voto por procuração e nem por correspondência.

§ 3º - Professores e funcionários que tiverem filhos matriculados na Unidade Escolar deverão escolher o segmento em que votará.

Parágrafo Único – A candidatura única obriga a obtenção de 50 % (cinquenta por cento) mais um dos votos apurados.

DOS CANDIDATOS

Art. 5º – Serão elegíveis às funções de Diretor os integrantes do Magistério Público Municipal lotado e com efetivo exercício há mais de 03 anos interrupto na Unidade Escolar e que possuam Habilitação de Nível Superior, conforme a LDBEN, Lei nº 9.394/96, Lei nº. 5.313/03, Lei nº. 4973/00 e a Lei nº. 4.937/00.

Art.6º – O candidato a Diretor deverá pertencer ao Quadro do Magistério do Município.

I – Ter no mínimo três anos de efetivo exercício ininterrupto na unidade escolar e estar lotado no ano corrente na escola que pretende dirigir;

II – Assinar Termo de compromisso de Dedicação Exclusiva DE;

III – Estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato;

IV- O candidato não pode ter outro vínculo empregatício no decorrer de seu mandato.

Parágrafo Único –Fica inelegível concorrer às eleições o profissional que recebeu notificação ou advertência nos últimos 24 meses.

DO MATERIAL DE VOTAÇÃO

Art. 7º – O Presidente da Comissão Eleitoral Escolar entregará ao Presidente das Mesa Receptora todo o material necessário à votação, no mínimo 01(uma) hora antes da eleição.

Parágrafo Único – A relação nominal dos votantes será entregue pela Secretária Escolar.

DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 8º – Terminada a votação, o Presidente declarará seu encerramento e adotará as seguintes medidas:

I. Lavratura da Ata, segundo o modelo distribuído pela Comissão Eleitoral Central;

II. Assinatura da Ata pelos membros da Mesa Receptora e fiscais.

Parágrafo Único – No modelo de Ata, deverão constar as seguintes informações:

DA APURAÇÃO

Art. 9º – A apuração dos votos será feita na própria escola pela Mesa Receptora, Comissão Escolar.

I. O número de participantes;

II. O número de votantes por segmento;

III. O número de votos nulos e brancos por segmento;

IV. O número de votos por candidatos e por segmento.

Art.10º – Serão critérios para o desempate dos candidatos:

I. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Educação do candidato a Diretor Escolar;

II. Persistindo o empate, será observada a maior idade cronológica.

Art. 11º – A Comissão Eleitoral dará por encerrada a sua atividade com o término do Processo de Eleição mencionado neste regulamento.

DO MANDATO

Art. 12º – O mandato dos candidatos concorrentes à função de Diretor será de 02(dois) anos, podendo exercer no máximo dois mandatos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Serra Nova Dourada, 22 de outubro de 2019.

Deuserina Barreira Machado.

Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL PARA O BIÊNIO 2020/2021.

DATA	AÇÕES	LOCAL
18/10/2019	Assembleia Geral para formação da Comissão Eleitoral Escolar.	Escola.
30 e 31/10/2019	Inscrição dos candidatos à direção.	Secretaria Municipal de Educação.
01/11/2019	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas.	Escola.
01/11/2019	Prazo para interposição de recurso.	SME.
29/11/2019	Apresentação da Proposta de Trabalho à comunidade escolar.	Escola.
06/12/2019	Eleição para a escolha de Diretor Escolar e resultado da eleição.	Escola.
06/01/2020	Posse do diretor eleito.	SME.

EDITAL DE CONVOCÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2019

DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamento, da Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, juntamente com a Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

A **população para participarem da realização da audiência pública, para debate do Projeto de Lei nº 011/2019, que "estima a receita e fixa a despesa do município de serra nova dourada para o exercício de 2020", a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, situada na Rua São Paulo, dia 25 de outubro de 2019, sexta-feira, às 19:00 horas.**

SERRA NOVA DOURADA - MT, EM 21 DE OUTUBRO DE 2019.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Presidente da Câmara

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO N.º 034/2014.

PROCESSO Nº 034/2014.

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/2014.

CONTRATO Nº 034/2014.

OBJETO DO TERMO DE RESCISÃO: FICA RESCINDIDO UNILATERALMENTE O CONTRATO N.º 034/2014, POR INEXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL POR PARTE DA CONTRATADA**.**

FAVORECIDO: VIA APPIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA

CNPJ: 07.394.648/0001-39**.**

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2019.

FUNDAMNETO LEGAL: ART. 77, ART 78, INCISOS I,III,V E XII, BEM como os artigos 86 e 87, todos da lei 8.666/93.

Serra Nova Dourada - MT, em 22 de Outubro de 2019.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR

DECRETO Nº 3871/2019, de 09 de Outubro de 2019.

Aprova a ***"Segunda Versão"*** da Instrução Normativa nº 002/2013, que dispõe sobre normas e procedimentos para a ***"Organização, Funcionamento e fluxo de atendimento da Ouvidoria Municipal".***

O Exmo. Sr. Prefeito Sirineu Moleta, no uso de suas atribuições legais, objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno, e

considerando o Decreto 1.632/2007, que regulamenta a aplicação da lei nº 651 de 17 de dezembro de 2007;

considerando a aplicação da lei municipal nº 651 de 17/12/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Tabaporã/MT, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providencias;

E ainda,

considerando a Resolução Normativa 001/2007, do TCE/MT, que determina a implantação dos Sistemas de Controles Internos e a Criação e Implantação de um Manual de Rotinas e Procedimentos Internos;

Decreta:

Art. 1º. Fica aprovada a ***segunda versão*** da Instrução Normativa do Sistema de Ouvidoria nº 002/2013, que dispõe sobre procedimentos padrões a serem observados e adotados na "***Organização, Funcionamento e Fluxo de atendimento da Ouvidoria Municipal"*** no Município de Tabaporã/MT.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tabaporã/MT, 09 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SAIO 002/2013

Versão: 02

Aprovação em: 09/10/2019

Ato de Aprovação: Decreto n° 3871/2019

Unidade Responsável: Gabinete de Coordenação Geral

I – FINALIDADE

Estabelecer normas e procedimentos para a ***"Organização, Funcionamento e Fluxo de Atendimento da Ouvidoria Municipal"***, de que trata a Lei Municipal 910/2013 c/c 1090/2017, no âmbito do Municipio de Tabaporã.

Tem esta Instrução Normativa o objetivo específico de:

1. Estabelecer procedimento/rotina para receber e apurar denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos, ou que, de alguma maneira, contrariem os interesses públicos, praticados por servidores públicos do Município, empregados da Administração Indireta, ou por pessoas físicas ou jurídicas que recebam recursos publicos; **2.** Atender às necessidades dos cidadãos, segundo o princípio da eficiência e atuando como promotor e agente de mudanças em prol de uma gestão pública democrática, transparente, eficaz, participativa e ética;

3. Contribuir para a melhoria das atividades prestadas pela Administração Pública;

4. Divulgar no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal dados gerais dos atendimentos prestados.

II – ABRANGÊNCIA

Abrange todos os órgaos da Administração direta e indireta desta municipalidade, em consonância com a Legislação Municipal, Estadual, Federal.

III - CONCEITO

Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se:

1. Solicitação — Comunicacão verbal ou escrita que, embora possa indicar insatisfação, necessariamente contém um requerimento de atendimento ou de acesso às ações da Administração Pública. **2. Reclamação** - Comunicação verbal ou escrita que relata insatisfação em relação às ações e aos serviços públicos, sem conteúdo de requerimento. **3. Denúncia** — Comunicação verbal ou escrita que indica irregularidade ou indícios de irregularidade na administração geral. **4. Sugestão** — Comunicação verbal ou escrita que propõe ação considerada relevante para a melhoria dos serviços públicos; **5. Elogio** — Comunicação Verbal ou escrita que demonstra satisfação ou agradecimento por serviços prestados pela Administração Pública; **6. Informação –** Comunicação verbal ou escrita por meio da qual o cidadão solicita esclarecimento e/ou orientação a respeito de serviços públicos.

IV - BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Constituição Federal do Brasil;

Constituição do Estado de Mato Grosso;

Lei Orgânica do Município de Tabaporã/MT;

Lei n° 4.320/1964;

A Lei Complementar nº 101 de 2000;

Lei Municipal n° 910/2013;

Demais Legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

V – RESPONSABILIDADES 1. Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa a. Orientar e Supervisionar as unidades executoras quanto à implementação/aplicação da Instrução Normativa. **b.** Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Controladoria Geral, para definir as rotinas de trabalho e respectivos procedimentos de controle que devam ser objeto de alteração, atualização ou expansão. **c.** Obter aprovação da Instrução Normativa, após submetê-la à apreciação da Controladoria Geral, e, após aprovada, promover sua divulgação e implementação. **d.** Manter a Instrução Normativa atualizada. **2. Das Unidades Executoras a.** Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização. **b.** Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional. **c.** Manter a Instrução Normativa a disposição de todos os funcionários da unidade velando pelo fiel cumprimento da mesma. **d.** Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial, quanto aos procedimentos de controle e quanto a padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

3. Da Controladoria Geral

a. Prestar apoio técnico para atualizar as Instrução Normativa, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle. **b.** Através de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a esta Instrução, propondo alterações para aprimoramento dos controles, inclusive atualização ou confecção de novas Instruções Normativas. **c.** Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e /ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

VI - DOS PROCEDIMENTOS

1. Os contatos dos cidadãos com a Ouvidoria poderão serem feitos pessoalmente, por telefone, internet, carta, etc., cabendo aos agentes da Ouvidoria efetuar os registros por meio eletrônico ou manual. **2.** As manifestações da população (solicitações, informações, sugestões, elogios, denúncias e reclamações) deverão ser encaminhadas diretamente ao Ouvidor Municipal ou ao funcionário da Ouvidoria por ele designado, para que sejam tomadas as providências necessárias. **3.** Ao receber a demanda o Ouvidor a analisará: **3.1.** Não havendo dados suficientes para dar continuidade ao processo ou a manifestação sendo considerada improcedente, o setor da Ouvidoria fará os registros para fins estatísticos e arquivará o processo com toda a documentação comprobatória; **3.2.** Havendo dados suficientes para dar continuidade ao processo, o Ouvidor deve verificar se a demanda é procedente e se tem caráter sigiloso ou não: **a)** Se a demanda for sigilosa, o Ouvidor deve solucionar o problema assegurando a proteção da identidade do denunciante. **b)** Após analisar a demanda, o Ouvidor deverá encaminhá-la ao órgão/setor/unidade resposável pelo assunto objeto da demanda. **c)** O Ouvidor deve acompanhar o trâmite da demanda para, se necessário, agilizar e/ou intermediar as ações do orgão/setor/unidade responsável, avaliando a resposta deste. **d)** Se a resposta não for satisfatória o Ouvidor deve procurar imediatamente a instância superior para nova avaliação. **e)** Havendo solução legal ou não, deve-se encaminhar resposta ao cidadão sobre o teor de sua demanda. **VII - Disposição Geral 1.** Após a realização dos procedimentos acima citados, o setor de Ouvidoria fará os registros para fins estatísticos e arquivará o processo com toda a documentação comprobatória. **2.** Com os dados registrados, emitirá relatório semestral elencando todas as demandas solucionadas ou não. **3.** Os relatórios semestrais deverão ser encaminhados ao Prefeito Municipal e à Controladoria Geral. **4.** Os relatórios semestrais emitidos pela Ouvidoria Municipal servirão de base para formulação de índices de monitoramente e contribuirão para o aperfeiçoamento das atividades prestadas pela Administração Pública. **5.** Fazem parte desta Instrução Normativa o Anexo I, que trata do Fluxograma de Atendimento da Ouvidoria Municipal; o Anexo II, que trata do modelo de formulário para cadastro manual de informações; e o anexo III, que traz o modelo de formulário disponível no site oficial da Prefeitura de Tabaporã/MT. **6.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tabapora — MT, 09 de Outubro de 2019.

_____

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

_____

_____

CLAUDEMIRO TEODORO LUCIANA SIQUEIRA TAMIOZZO

Secretário do Gabinete de Coordenação Geral Controladora Geral

ANEXO I

FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO NA OUVIDORIA MUNICIPAL

Anexo II

Modelos e Formulários para cadastro manual de manifestações

Ouvidoria Municipal de Tabaporã/MT.

Dados da Manifestação

Data da Manifestação: ____ /____ /____

Sigilo: ( ) SIM ( )NÃO

Meios de Contato:

( ) Telefone ( ) Presencial ( ) E-mail ( ) Carta ( ) Outros

Tipos de Manifestação:

( ) Reclamação ( ) Informação ( ) Sugestão ( ) Elogio ( ) Denúncia

( ) Solicitação ( ) Outros

Órgão:_____

_____

Dados do Usuário

Nome:_____

_____

CPF:_____RG:_____

_____

Nome Social (opcional):

_____

Endereço:_____

_____

CEP:_____ Cidade:

_____ Estado: _____

Telefone:_____

_____

E-mail:

_____

_____

Assunto:_____

_____

Relato:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ANEXO III

Modelo de Formulário para cadastro de manifestação no Site Oficial da Prefeitura Municipal Tabaporã - MT

Parte superior do formulário

Anônimo?

Sim Não

Tipo de Manifestação:

Denúncia Elogio Reclamação Sugestão Solicitação Informação

Sic* Outros

Nome Digite seu nome E-mai Digite seu e-maill

Telefone (...)..... Cidade Digite sua cidade Estado Mato Grosso

Deseja que a Ouvidoria mantenha sigilo sobre a autoria da manifestação?

Sim Não

Deseja receber sua resposta através de:

Telefone E-mail Fax Outros

Qual?

Selecione o arquivo ou imagem, formato suportado somente em pdf. para Imagem formato suportado é de png, jpg. Arquivo 1 - tamanho máximo do arquivo/foto: 10Mb

Escolher Arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Escreva abaixo sua manifestação:

Não sou robô

É necessário realizar esta verificação para evitar que programas automáticos acessem indevidamente o sistema!

Mais Informações

Tipo de publicação:

Atos Administrativos

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 581/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 30/10/2019 com término em 28/11/2019**, do período aquisitivo de 28/06/2011 a 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** ao Senhor **ROBERTO VAGNER PINHEIRO**, servidor efetivo, admitido em 08/06/2006, com matricula no RH nº. 786, nocargo de **Técnico de Nível Médio II – Técnico Agrícola**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (trinta) dias de direito a Licença premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 582/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 30/10/2019, a Senhora ***DEBORA APARECIDA OLIVEIRA DA LUZ*****,** servidora efetiva, admitida em 09/06/2014, com matricula no RH nº. 1566, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 30 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 583/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando que a Receita recebida pelo município do Ministério da Saúde nesta competência será insuficiente para o pagamento da folha de pagamento dos servidores que atuam nos programas;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Transferir os servidores abaixo relacionados da Fonte Orçamentária 146 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – União para receberem seus proventos mensais na Fonte Orçamentária 102 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde - 15%, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.146/2018, de 11/12/2018 - LOA 2019 e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Nº.	NOME DO SERVIDOR	DATA DE ADMISSÃO
SEÇÃO 00021 - PSF I		
1140	LEIA DE CASSIA GALETTI FERREIRA	08/08/2008
302	MARIA ROSANGELA PENHA MARTINS	22/04/2004
1836	RANIELE EUGENIA CLAUDINO RODRIGUES	15/10/2018
SEÇÃO 00023 - PSF III		
1388	HILDA DIAS TAVARES	03/05/2012
1385	ANA PAULA ARAUJO GARCIA	02/05/2012
130	ROSILENE FONTES DUTRA	04/02/2002
911	CLEUDETE GRASSI MARCINIAK	19/12/2006
SEÇÃO 0024 - PSF IV		
1693	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	08/02/2017
1016	MARIA LUCIA FERREIRA LIDORIO COUTO	01/06/2007
1390	MARTHA AMERICO DE SOUZA	08/05/2012
SEÇÃO 0025 - FARMACIA		
1126	ANA LUCIA BRAGA	03/06/2008
1848	JULIANA BERTON FERREIRA	22/10/2018
SEÇÃO 0026 - NASF		
1842	MARCIANA MAXIMO COWASKI	22/10/2018
1396	THAISE GUIMARAES LIMA	24/05/2012
1403	FLAVIO APARECIDO DIAS	18/06/2012
332	VANESSA CHICONI SEGATTI	01/04/2004
SEÇÃO 0031 - VIGILANCIA SANITARIA		
1841	TATIELE CAROLINE DA SILVA NORONHA	22/10/2018
SEÇÃO 0033 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		
746	MARIA DE FATIMA DIAS DA ROCHA BEDIN	02/06/2006
SEÇÃO 0052 – PSF I – BUCAL		
1020	ROSIMEIRE NEVES DA SILVA BEZERRA	01/09/2007
834	EVERSON LUIS CREMONEZ	29/06/2006
SEÇÃO 0054 - PSF III – BUCAL		
1024	JANETE TEREZINHA GWIAZDECKI	15/06/2007
SEÇÃO 055 - PSF IV - BUCAL		
3	ADRIANA CARLOS	29/04/2002
1130	FLAVIA REGINA DA SILVA ELEOTERIO	19/06/2008

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Outubro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2019 PROCESSO SELETIVO N 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2019

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fabio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1) Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados

773 – TECNICO DE ENFERMAGEM – SAMU						
Nº	**INSC. Nº**	**NOME**	**DATA NASC.**	**ACERTOS**	**PROVA OBJETIVA**	**RESULTADO**
11	437	JIMMY CARTER GUERRA	11/04/1982	22	55	CLASSIFICADO
12	15	MARX ALLAN FREIRE DA SILVA	11/01/1984	22	55	CLASSIFICADO
13	98	MATEUS BUCIANELLI OLIVEIRA	05/12/1991	22	55	CLASSIFICADO
14	1292	MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS E MADALENA P.	17/09/1971	21	52,5	CLASSIFICADO
15	1161	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	30/12/1972	21	52,5	CLASSIFICADO
710 – RADIO OPERADOR – SAMU						
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTO S**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
5	369	ROGERIO ALBUES MARQUES DE SAMPAIO	15/06/1973	32	80	CLASSIFICADO
708 – ENFERMEIRO – SAMU						
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTO S**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
8	22	CARLOS EDUARDO SCAGLIA ROSA	28/12/1982	24	60	CLASSIFICADO
707 – MEDICO INTERVENCIONISTA – SAMU						
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTO S**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
3	83	RENAN MOURA TORRES	12/12/1990	25	62,5	CLASSIFICADO
504 – MOTORISTA - SAMU						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTO S**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
14	689	ALECSON ANDREOTTI SOARES	29/08/1984	26	65	CLASSIFICADO
15	458	JOÃO PAULO AFONSO	22/10/1987	26	65	CLASSIFICADO
16	873	RICHARD PESSOA DE SOUZA	29/09/1991	26	65	CLASSIFICADO
797 – MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 4334/2014						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTO S**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
7	1034	PAULO RICARDO ROTEIAS DE SOUZA	17/11/1987	29	72,5	CLASSIFICADO
8	826	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	27	67,5	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 23/10/2019 e 24/10/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pelo Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangaradaserra.mt.gov.br;

s) Declaração de Imposto de Renda Detalhada (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 1 e 02 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Art. 5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 22 de outubro de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline Magalhães Feix

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre: "Aprovar o Plano de Ação para o Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Mato Grosso".

O Conselho Municipal De Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e Lei Municipal nº 1.399/2019 e seguindo os princípios do sistema deliberativo, descentralizado e participativo da política de assistência social e,

Considerando, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizado no dia 22 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Ação para o Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Mato Grosso Valor total previsto a ser repassado pelo FEAS (anual) no valor de R$ 30.424,00, ficando assim distribuída a previsão de execução financeira;

A)

SERVIÇOS/BENEFÍCIOS	VALOR TOTAL
3.1 Proteção Social Básica	R$ 40 %
3.2 Proteção Social Especial	R$ 10 %
3.3 Benefícios Eventuais	R$ 50 %

.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vanessa dos Reis Pereira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 200/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 200/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:*M. A CARLOS- FUNERARIA -ME.**

***OBJETO* : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FORNECIMENTO DE URNAS E MATERIAIS FUNERÁRIOS.**

VALOR R$:14.970,00

VIGÊNCIA: 22/10/2019 a 22/10/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N° 183/2019

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N° 183/2019

Que entre si celebram, O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 01.978.212/0001-00 com sede administrativa na Avenida Clóves Felício Vettorato, nº. 110, Centro, Terra Nova do Norte – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal SR. VALTER KUHN, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **A.S. VIEIRA DE MIRANDA - ME** estabelecida na Cidade de Nova Santa Helena-MT de situada à Avenida Brasil, nº75, inscrita no CGC/MF 24.823.774/0001-80, neste ato representado **ALEX SANDRO VIEIRA DE MIRANDA**, residente na rua Olga Saran De Souza, Nº680, Centro, incrito no CPF: 006.094.371-86 RG: 139.123. -56 SSP/ designadas simplesmente CONTRATADA, celebram o presente instrumento, que reger-se à pela Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, e pelo Edital de PREGÃO **PRESENCIAL 72/2019.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/JUSTIFICATIVA

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do contrato nº183/2019, por parte da Administração, visando que a dotação orçamentaria fonte (101) seja remanejado a fonte (115).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº183/2019, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O **DIARIO OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO MATO GROSSO** providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia.

Terra Nova do Norte, 16 de setembro de 2019.

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

SR. VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

PREVITER
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

O Conselho Curador do PREVITER - Instituto Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 1.386, de 15 de Maio de 2018, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 21 de Outubro de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVITER - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Terra Nova do Norte/MT, 21 de Outubro de 2019.

_____

PAULO VICENTE DA SILVA

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2019

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 210/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 108/2019 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL 83/2019, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, NUTRIÇÕES ENTERAL E ORAL E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL E ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT TEVE COMO VENCEDORES AS EMPRESAS: MD COMERCIO E EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA; JD DE ANDRADE DROGARIA EIRELI EPP; CLÍNICA DIETÉTICA LTDA.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

PREVITER
POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS P.A.I. 2020

1 - INTRODUÇÃO.. 3

2 - OBJETIVO DA GESTÃO.. 3

3 - DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS.. 5

4 - LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS.. 8

5 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS.. 10

5.1 TAXA SELIC.. 11

5.2 INFLAÇÃO.. 12

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB.. 14

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS.. 16

6.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA.. 16

6.2 SEGMENTO EM RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.. 19

6.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR.. 21

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.. 25

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4° da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do PREVITER - Intituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 02.839.701/0001-44 sediado à Av. Cloves Felicio Vetorato, nº 101, Centro, nesta cidade comarca de Terra Nova do Norte/MT, CEP: 78.505-000 para o exercício de 2020.

A Política Anual de Investimentos do PREVITER tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na Resolução CMN n.º 3.922/2010 com redação dada pela Resolução n.º 4.604/2017 e Resolução nº 4.695/2018 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2 - OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de **5,86% (cinco vírgula oitenta e seis por cento)**, ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, representados pelos seus dirigentes, membros do Comitê de Investimentos e dos Conselhos Previdenciário e Fiscal, deverão manter motivação, adequação à natureza do RPPS, boa fé, lealdade, diligência e zelar por elevados padrões éticos, para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na Resolução n.º 3.922/2010 e suas posteriores alterações. Para tanto, devem adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; Ainda, os participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais para os RPPS.

Este regime próprio de previdência social deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a riscos, atendendo assim atuais e novas diretrizes legais e preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3 - DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um órgão auxiliar do processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado financeiro e de capitais, de sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos. Ressalte-se que também se incluem como responsáveis pela gestão dos recursos os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

Somente os fundos de investimentos e instituições credenciadas poderão obter aplicações dos recursos deste RPPS, conforme redação dada pela Portaria nº 519/2011, Art. 3º e posteriores normativos da Secretaria de Previdência. Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno e oportunidade, tanto macroeconômica quanto em relação a carteira de investimentos no contexto global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos, bem como a serem utilizadas para as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

O plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução 3.922/10 (e suas posteriores alterações) e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos será feito diante de fatos concretos e obrigará a uma revisão desta política de investimento.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário – CDB, dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN 3.922/10 e suas posteriores alterações.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPS e este investimento não entra no limite estabelecido para os investimentos em FII's com negociação de suas cotas em bolsa e nem para o cálculo do patrimônio líquido do RPPS para efeito dos demais enquadramentos.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Este regime próprio de previdência, social se for o caso, deverá manter política de contratação e monitoramento periódico dos prestadores de serviço, de forma a verificar, no mínimo, que os prestadores cumprem, satisfatoriamente:

I - os requisitos e condições estabelecidos na legislação aplicável;

II - as condições, exigências e finalidades estabelecidas no contrato.

Em ambas as formas de aplicação dos recursos, este regime próprio de previdência social deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos.

Nos investimentos em Fundos de Investimento de Renda Fixa, Fundo de Índice Renda Fixa, Fundo de Investimento de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Índices, Fundos de Renda Variável e Fundos de índice de renda variável em seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários de emissores privados que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão dos recursos, dentre outros critérios;

Os títulos de crédito privados devem ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM

Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos deste regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Que o limite máximo de concentração em qualquer fundo de investimento do segmento de renda fixa ou renda variável, observando-se os sublimites e, em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum **seja no máximo de 20%** (vinte por cento) do patrimônio deste RPPS, conforme estabelecido na Resolução CMN 4695/ 2018.

4 - LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável e investimentos estruturados deverão respeitar o limite máximo de 30% dos recursos em moeda corrente *do* RPPSpodendo enquadrar todos os Fundos que possuam algum índice de referência (benchmark), divulgado por bolsa de valores no Brasil, que é a B3, cuja composição leve em conta a variação das cotações de, pelo menos, 50 ações, bem como os Fundos de índices de Ações, conhecidos pela sigla “ETFs”, com as mesmas características.

Os investimentos em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) são limitados ao valor de R$ 250.000,00, por emissor, que é o valor garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e não ultrapasse 15% do patrimônio líquido do RPPS investidor.

As aplicações dos recursos referidas no art. 7º, incisos V (Letras Imobiliárias Garantidas) e VI (CDBs e Depósito de Poupança), ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira emissora ou gestora não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado. Em outras palavras, o RPPS não poderá investir em LIG’s, CDBs e Caderneta de Poupança do BANESTES ou do BANRISUL. O investimento em caderneta de poupança divide este limite com os CDBs em 15%.

Os investimentos enquadrados no Artigo 8º, inciso II classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável) e os fundos de investimento em índice de mercado variável (ETFs), negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável) estão limitados a 20%.

Os investimentos em FIPs e FIIs para poderem ser credenciados e receber investimentos dos RPPSs investidores devem atender aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN 3.922/ 2010 alterada pela Resolução CMN 4.695/ 2018;

Quanto aos investimentos enquadrados no Artigo 7º, Inciso VII, os FIDCs (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) aberto ou fechado, o percentual para estes investimentos passaram a ter o limite total em 5%. Os critérios seletivos que os gestores dos FIDIC’s precisam comprovar para poderem ser credenciados junto aos RPPSs investidores são:

1) Que o gestor do fundo de investimento comprove já ter realizado, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de FIDC’s encerradas e integralmente liquidadas;

2) Os RPPS’s investidores em conjunto só podem possuir, no máximo, 50 % do patrimônio líquido de cada FIDC investido;

3) Que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios determine que o devedor ou coobrigado do direito creditório tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, sendo que, esse limite se reduz para 5% nos casos dos investimentos em: FIDC’s, Fundos Multimercado, FIP’s e FII’s.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, exceto aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos (*hedge)*, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo *day-trade*.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução n.º 3922/2010.

Se este regime próprio de previdência social comprovar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecido no Programa Pró- Gestão, terá os limites para aplicação dos recursos nos ativos elevados conforme estabelecido na Resolução 3.922/10, alterada pela Resolução 4.695/2018.

5 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2020 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

A taxa SELIC Meta é o referencial de juros na economia brasileira, além de instrumento de política monetária para controle da inflação, diante do cenário mundial e doméstico as projeções de mercado apontam uma taxa de 5,00% a.a para o fim de 2019 ficando abaixo dos 6,00% a,a. atuais . Para os anos seguintes, as expectativas de mercado apontam para 5,00% a.a. ao final de 2020 e 6,75% a.a. para o ano seguinte.

O comportamento da taxa SELIC para os próximos períodos depende, sobretudo da leitura sobre as expectativas para o cenário de inflação do país, que mostra-se dentro “dos eixos“, como veremos a seguir, permitindo que o mercado considere em seu horizonte de planejamento taxas de juros ainda consideradas baixas.

Tal nível da taxa básica de juros afeta diretamente os investimentos de renda fixa (principalmente os de curto prazo), que desde o início dos cortes mais representativos da SELIC meta estão com rentabilidade em níveis mais baixos, sendo momento de redirecionar uma parcela dos recursos para investimentos de prazos maiores e de renda variável a fim de obter rentabilidades mais satisfatórias, visando o longo prazo.

O gráfico a seguir representa a trajetória da Taxa SELIC Meta a partir do ano de 2013:

GRÁFICO 01 – TAXA SELIC META

FONTE: Elaboração própria – dados Relatório FOCUS de Mercado BACEN, 20 de setembro de 2019.

5.2 INFLAÇÃO

A inflação, medida oficialmente no Brasil pelo IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE- Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística, tem se mostrado estável em 2019.

As decisões do COPOM (Comitê de Política Monetária) em manter a Taxa SELIC meta em patamares baixos indicam que no horizonte de planejamento relevante os níveis de preços se manterão estáveis, dado que a taxa é utilizada como instrumento de controle da inflação.

A inflação em 2018 acumulou resultado de 3,75% a.a., resultado próximo das expectativas de mercado (3,71% a.a.), voltando ao patamar de normalidade esperado, mesmo sendo um índice alto após reflexo do período maio-junho (devido a greve dos caminhoneiros).

GRÁFICO 02 – IPCA 2019 x 2018

FONTE: Elaboração própria – DADOS IBGE disponíveis no banco de dados do IPEADATA e Relatório FOCUS de Mercado BACEN de 20 de setembro de 2019. (YTD – *Year to Date*- No acumulado do ano).

Até o mês de agosto, a inflação acumula alta de 2,54% a.a., abaixo do acumulado no mesmo período do ano anterior, quando o índice de preços atingiu 2,85% a.a. (resultado muito influenciado pela greve do setor de transportes no mês de maio).

Apesar do cenário mais estável e expectativa de que o indicador finalize 2019 abaixo do ano anterior (3,44% a.a.), podemos aguardar uma possível reversão dos indicadores, dado que um fator exógeno afetou o preço da *commoditie* capaz de desencadear elevações de preços em todos setores de produção: o petróleo. Em 14/09/2019 a empresa petrolífera Saudi Aramco, da Arábia Saudita, foi vítima de ataques terroristas, interrompendo a produção diária de 5,7 milhões de barris de petróleo, o que representa cerca de 5% da oferta mundial. A alta nos preços provocada pela queda na oferta chegou a atingir 20% em 16/09/2019.

No entanto, em sua última reunião, o COPOM – Comitê de Política Monetária decidiu por reduzir a Taxa SELIC Meta para 5,00% a.a., indicando que suas expectativas apontam para um cenário de recuperação gradativa do crescimento e com espaço para estímulos através de taxas de juros mais baixas que as do nível estrutural.

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Após superar o período recessivo no ano de 2017, em 2018 o Brasil cresceu com ritmo de recuperação lenta, acumulando resultado de 1,10% ao final do ano, resultado bem abaixo das expectativas iniciais. Em 2019 temos o resultado do 1º trimestre que resultou em decrescimento de -0,20% em relação ao período anterior, o que se entende como reflexo do ambiente macroeconômico geral do país: inflação em níveis baixos e taxa básica de juros, sinais de atividade produtiva em baixa.

Abaixo visualizamos o comportamento do PIB e as projeções, conforme expectativas de mercado.

GRÁFICO 03 – PIB RESULTADOS E EXPECTATIVAS

FONTE**:** Elaboração própria – dados IBGE e Relatório FOCUS de Mercado BACEN, de 20 de setembro de 2019.

Os resultados positivos se devem principalmente ao setor de serviços, que teve crescimento de 0,3% no segundo trimestre, e da indústria com crescimento de 0,7%, já a agropecuária teve queda de 0,4%.

O PIB acumulado nos últimos quatro trimestres mostra crescimento de 1,0%, sugerindo que estamos em trajetória de recuperação da economia.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2018 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2019 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel deverá permanecer conforme os limites da Resolução 3922/2010 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. **6.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA**

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito *(rating)*, este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agências internacionais classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência, que passe a ser aceita e definida em reunião do Comitê de Investimentos deste RPPS, sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

MOODY'S		**S&P**		**FITCH**		
Longo Prazo	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	
Aaa	P-1	AAA	A-1+	AAA	F1+	PRIME
Aa1		AA+		AA+		Grau Elevado
Aa2		AA		AA		
Aa3		AA-		AA-		
A1		A+	A-1	A+	F1	Grau Médio Elevado
A2		A		A		
A3	P-2	A-	A-2	A-	F2	
Baa1		BBB+		BBB+		

Os investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda; conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos a alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham o índice de renda fixa não atrelado a títulos públicos (fundo de renda fixa) e cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa negociáveis em bolsa de valores, cuja carteira seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundo de índice de renda fixa), caracterizam o Art. 7º inciso I.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea “b” do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea “a’ do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 15% (quinze por cento).

De forma geral, os fundos de investimento do segmento de renda fixa:

a) Não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

b) Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento deste artigo devem:

I. Ser emitidos por instituição financeira bancárias autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II. Ser emitidos por companhias abertas (com ações negociadas na B3), exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

III. Ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC classificado como de baixo risco de crédito;

IV. Ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do itens I e II descritos aqui acima.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

6.2 SEGMENTO EM RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Para efeito deste segmento, são considerados investimentos estruturados:

I - fundos de investimento classificados como multimercado;

II - fundos de investimento em participações (FIP); e

III - fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois se trata de uma característica do segmento de renda variável.

As aplicações previstas no Art. 8º são limitadas a 30% da totalidade das aplicações do RPPS.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Deverá ser observada lista destas instituições emitida pela Secretaria de Previdência Social.

6.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

I - cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;

II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; III - cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários. Parágrafo único. O regime próprio de previdência social deve assegurar que: I - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; II - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses

A seguir, apresentamos a tabela oficial síntese com os limites estabelecidos na resolução 3.922/2010 dada pela redação da 4.695/18 para as aplicações deste RPPS. Estes limites, bem como as demais diretrizes deste normativo são partes integrantes desta Política de Investimentos.

LIMITES DISPONÍVEIS CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/ 2010 E 4.695/ 20118

	TIPO DE ATIVO	ARTIGO	LIMITE DA RESOLUÇÃO		P-GESTÃO N I		P-GESTÃO N II		P-GESTÃO N III		P-GESTÃO N IV	
RENDA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	**7º, I, "a"**	**100%**		100%		100%		100%		100%	

	FI Ref. em 100% títulos TN	**7º, I, "b"**	**100%**		100%		100%		100%		100%	
	FI Ref. em Índice RF, 100% títulos TN	**7º, I, "c"**	**100%**		100%		100%		100%		100%	
	Operações compromissadas em títulos TN	**7º, II**	**5%**		5%		5%		5%		5%	
	FI Referenciados RF	**7º, III, "a"**	**60%**		**65%**		**70%**		**75%**		**80%**	
	FI de Índices Referenciado RF (ETF)	**7º, III, "b"**	**60%**		**65%**		**70%**		**75%**		**80%**	
	FI de Renda Fixa	**7º, IV, "a"**	**40%**		**45%**		**50%**		**55%**		**60%**	
	FI de Índices Renda Fixa (ETF)	**7º, IV, "b"**	**40%**		**45%**		**50%**		**55%**		**60%**	
	Letras Imobiliárias Garantidas	**7º, V, "b"**	**20%**		20%		20%		20%		20%	
	Certificados de Depósitos Bancários	**7º, VI, "a"**	**15%**		15%		15%		15%		15%	
	Depósito em Poupança	**7º, VI, "b"**	**15%**		15%		15%		15%		15%	
	FI em Direitos Creditórios	**7º, VII, "a"**	**5%**		5%		**10%**		**15%**		**20%**	
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	**7º, VII, "b"**	**5%**	**15%**	**10%**	**20%**	**15%**	**25%**	**20%**	**30%**	**25%**	**35%**
	FI de Debêntures Infraestrutura	**7º, VII, "c"**	**5%**		5%		**10%**		**15%**		**20%**	
RENDA VARIÁVEL	FI em Renda Variável	**8º, I, "a"**	**30%**		**35%**		**40%**		**45%**		**50%**	
	FI de Índices em RV (ETF - índice 50 ações)	**8º, I, "b"**	**30%**		**35%**		**40%**		**45%**		**50%**	
	FI em Ações	**8º, II, "a"**	**20%**		**25%**		**30%**		**35%**		**40%**	
	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	**8º, II, "b"**	**20%**		**25%**		**30%**		**35%**		**40%**	
	FI Multimercado	**8º, III**	**10%**	**30%**	10%	**35%**	10%	**40%**	10%	**45%**	**15%**	**45%**
	FI em Participações	**8º, IV, "a"**	**5%**		5%		5%		**10%**		**15%**	
	FI Imobiliário	**8º, IV, "b"**	**5%**		5%		**10%**		**15%**		**20%**	
	FI Ações - Mercado de Acesso	**8º, IV, "c"**	**5%**		5%		5%		10%		**15%**	
FI EXTRERIOR	FIC e FIC FI Renda Fixa - Dívida Externa	**9º-A , I**	**10%**		10%		10%		10%		10%	
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	**9º-A , II**	**10%**	**10%**	10%	**10%**	10%	**10%**	10%	**10%**	10%	**10%**
	FI Ações - BDR Nível I	**9º-A , III**	**10%**		10%		10%		10%		10%	

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/ 2010 E 4.695/ 20118

	TIPO DE ATIVO	**ARTIGO**	**LIMITE DA RESOLUÇÃO**	**LIMITE INFERIOR**	**ESTRATÉGIA ALVO**	**LIMITE SUPERIOR (%)**
RENDA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	**7º, I, "a"**	**100%**	0%	1,0%	100%
	FI Referenciados em 100% títulos TN	**7º, I, "b"**	**100%**	0%	60,0%	100%
	FI Ref. em Índice RF, 100% títulos TN	**7º, I, "c"**	**100%**	0%	2,0%	100%
	Operações compromissadas em títulos TN	**7º, II**	**5%**	0%		5%
	FI Referenciados RF	**7º, III, "a"**	**60%**	0%	5,0%	60%
	FI de Índices Referenciado RF (ETF)	**7º, III, "b"**	**60%**	0%	5,0%	60%
	FI de Renda Fixa	**7º, IV, "a"**	**40%**	0%	5,0%	40%
	FI de Índices Renda Fixa (ETF)	**7º, IV, "b"**	**40%**	0%		40%
	Letras Imobiliárias Garantidas	**7º, V, "b"**	**20%**	0%		5%
	Certificados de Depósitos Bancários	**7º, VI, "a"**	**15%**	0%	2%	15%
	Depósito em Poupança	**7º, VI, "b"**	**15%**	0%		5%
	FI em Direitos Creditórios	**7º, VII, "a"**	**5%**	0%		5%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	**7º, VII, "b"**	**5%**	0%		5%
	FI de Debêntures Infraestrutura	**7º, VII, "c"**	**5%**	0%		5%
	SUBTOTAL				**78%**	
RENDA VARIÁVEL	FI em Renda Variável	**8º, I, "a"**	**30%**	0%	10,0%	30%
	FI de Índices em Renda Variável (ETF - índice 50 ações)	**8º, I, "b"**	**30%**	0%	3,0%	30%
	FI em Ações	**8º, II, "a"**	**20%**	0%	2,5%	20%
	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	**8º, II, "b"**	**20%**	0%		20%
	FI Multimercado	**8º, III**	**10%**	0%	2,0 %	10%
	FI em Participações	**8º, IV, "a"**	**5%**	0%		5%
	FI Imobiliário	**8º, IV, "b"**	**5%**	0%	2,0%	5%
	FI Ações - Mercado de Acesso	**8º, IV, "c"**	**5%**	0%	1,0%	5%
	SUBTOTAL				**20,50%**	

FI EXTRERIOR	FIC e FIC FI Renda Fixa - Dívida Externa	**9º-A , I**	**10%**			10%
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	**9º-A , II**	**10%**			10%
	FI Ações - BDR Nível I	**9º-A , III**	**10%**		1,50%	10%
	SUBTOTAL				**1,50%**	
	TOTAL GERAL				**100%**	

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços será observada os aspectos determinados pela Portaria MPS 519/2011.

Este regime próprio de previdência social deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento. O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do regime próprio de previdência social independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no inciso VII do art. 7º e nos incisos III e IV do art. 8º.

Serão avaliados os custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento e divulgar as despesas com as aplicações e com a contratação de prestadores de serviços.

Essa Política Anual de Investimentos foi elaborada com base na atualização mais recente da Res. CMN nº 3.922/2010, Res. CMN nº 4.604/2017 e Res. CMN nº 4.695/ 2018 e Portaria MF 464/ 2018.

Terra Nova do Norte – MT, 21 de Outubro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva PREVITER

[1] Profissional aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.508/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.508/2019

EMENTA: "Regulamenta normas de pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências".

VALTER KUHN*, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Em conformidade com o Art. 93, §2º, IV da Lei Orgânica Municipal e o Art. 67, §1º da Lei Complementar 128 de 1990, a gratificação natalina será paga no valor correspondente à remuneração percebida no mês de aniversário do servidor.

Art. 2º. O pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Legislativo será pago na data base mês do aniversário do servidor desde que haja opção expressa do beneficiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do mês do seu aniversário, caso contrário, permanecerá o mês de dezembro como data base para o pagamento do abono.

Art. 3º. Fica autorizado o pagamento do 13º salário aos servidores cuja data do aniversário se deu antes da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, 21 de outubro de 2019.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

AUTORIA DO LEGISLATIVO: Ver. **Edivaldo Gomes - Presidente da Mesa Diretora**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO N° 48-2019

Extrato de Contrato: 48/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO
Contratada: MANOEL BERNARDO DE SOUZA
Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de veículo, para o transporte escolar de alunos do Distrito do Batovi
Vigência: 15/10/2019 a 15/10/2020
Valor Global: R$: **63.960,00**
Data da Assinatura: 15/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 78/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Andrea Rocha da Silva – CPF nº 011.987.201-31.

Cargo/função: Agente de Desenvolvimento Infantil 40H, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 09/10/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

ANDREA ROCHA DA SILVA

Contratada.

PORTARIA Nº 168/2019

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor LEANDRO ROBERTO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Controle Administrativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de Outubro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2019

Concede Licença Prêmio ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 158, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade ao servidor efetivo NADIR MIOLA – *Operador de Trator de Pneu,* vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, portador do RG nº 749.991 SSP/MT e CPF nº 488.568.001-87, por um período de 30 (trinta) dias, de 23 de outubro de 2019 até 22 de novembro de 2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo (quinquênio) de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de outubro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2019

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.215.993/0001-70, **CONTRATADO OESTE COSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ. sob o n.º 04.746.603/0001-98, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIARIA E DRENAGEM PROFUNDA EM RUA E AVENIDA, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO. **VALOR CONTRATO:** R$ 440.369,42 **DATA EMISSÃO:** 22/10/2019, **DATA DE VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12**/2020, **TIPO LICITAÇÃO:** TOMADA DE PREÇO 04/2019

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 04/2019

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna publico aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Tomada de Preço nº 04/2019**, **objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIARIA E DRENAGEM PROFUNDA EM RUA E AVENIDA, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO.**, e sagrou vencedora a empresa OESTE COSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ. sob o n.º 04.746.603/0001-98. Vale de São Domingos-MT, 22 de Outubro de 2019. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2019

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.215.993/0001-70, **CONTRATADO JUSSEMAR REBULI PINTO-ME, inscrita no CNPJ. sob o n.º 05.409.467/0001-03, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL. **VALOR CONTRATO:** R$ 187.172,00 **DATA EMISSÃO:** 22/10/2019, **DATA DE VIGENCIA DO CONTRATO: 22/10**/2020, **TIPO LICITAÇÃO:** PREGÃO PRESENCIAL 39/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO N. 241/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ n. 09.492.967/0001-02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a Ata de Registro de Preços n. 188/2019 do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 19/2019, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 619705/2019. OBJETO: O presente Termo de Contrato tem por objeto a contratação de empresa capacitada para a execução dos serviços de fornecimento e implantação de alambrado e alambrado para quadra poliesportiva para atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana do Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribuise o valor global estimado de R$ 1.735.000,00 (Hum milhão setecentos e trinta e cinco mil reais). **UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO: 38.06.15.452.0022. P/A: 1.578. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100. DO: 38.06.15.452.0022. P/A: 1.578. ND: 4.4.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: Fiscal CIDOMAR DE ARRUDA VELO, brasileiro, Coordenador de Mobilidade Urbana, portador da Cédula de Identidade RG nº 1331776-8 e inscrito no CPF nº 913.811.501-87, Matrícula nº 121394;

Fiscal Suplente EDUARDO HENRIQUE BARROS PROVATTI, brasileiro, Coordenador Administrativo e Financeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1021420-8 e inscrito no CPF nº 857.002.311-15, Matrícula nº 124614.

DATA DE ASSINATURA: 21.10.2019.

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI

Contratada

PORTARIA Nº 1065/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 622857/2019,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **JOÃO VICTOR CAMPOS GOMES RONDON,** matrícula 137487, exercendo o cargo de Médico – Perfil Ortopedista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **03 (três) anos de Licença para Qualificação Profissional com ônus**, conforme Artigo 102 a 104 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período compreendido entre **20/09/2019 a 14/03/2020,** devendo o servidor, ao término da licença ora concedida, prestar seus ofícios no órgão de lotação, no mínimo por igual período.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 21 de outubro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO N. 201/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa DOMINGOS SÁVIO QUEIROZ PORTO ME, inscrita no CNPJ n. 24.721.508/0001-47. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 130/2018, ao procedimento licitatório da modalidade de Pregão Eletrônico n. 58/2018, conforme descrito no Edital e seus Anexos, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº. 27/2018 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 622662/2019. OBJETO: Tem por objeto é a contratação de pessoa jurídica capacitada para fornecimento de carimbos, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 18.555,00 (Dezoito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais). UO: SEC. ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101. PA: 2.295. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 04.01.04.122.0101. PA: 2.295. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.214. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.112. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.112. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 1.580. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 1.580. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.243.0042. PA: 2.290. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.243.0042. PA: 2.290. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1402. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1402. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 2.113. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. de Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.094. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.094. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.272. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100/0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.272. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100/0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.280. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.280. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.04.122.0002. PA: 2.054. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 13.01.04.122.0002. PA: 2.054. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: CONTROLADORIA GERAL DO: 28.01.04.124.0002. PA: 2.149. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 28.01.04.124.0002. PA: 2.149. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC DEFESA SOCIAL DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.537. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.537. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.538. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.538. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.539. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.539. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.540. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.540. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.541. ND: 3.3.90.30.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.541. ND: 3.3.90.39.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.080. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.080. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.246. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.246. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.03.06.181.0035. PA: 2.250. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.03.06.181.0035. PA: 2.250. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.01.04.122.0002. PA: 2.265. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 39.01.04.122.0002. PA: 2.265. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. DESENV. URBANO DO: 36.01.04.122.0002. PA: 2.257. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.01.04.122.0002. PA: 2.257. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.02.15.452.0022. PA: 1.553. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.02.15.452.0022. PA: 1.553. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.11.332.0008. PA: 2.091. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.03.11.332.0008. PA: 2.091. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.661.0036. PA: 1.269. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.661.0036. PA: 1.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.695.0036. PA: 1.109. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.695.0036. PA: 1.109. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.05.15.452.0022. PA: 1.499. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.05.15.452.0022. PA: 1.499. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.23.691.0036. PA: 1.551. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 36.03.23.691.0036. PA: 1.551. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. EDUCAÇÃO DO: 35.01.12.122.0002. PA: 2165. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0101. DO: 35.01.12.122.0002. PA: 2165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.365.0104. PA: 2.089. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.365.0104. PA: 2.089. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. PA: 2.310. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. PA: 2.310. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.02.27.812.033. PA: 2.294. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 35.04.13.392.0014. PA:

2.261. ND: 3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 35.04.13.392.0014. PA: 2.261. ND: 3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC GESTÃO FAZENDARIA DO: 34.01.04.122.0010. PA: 1.458. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 1.458. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.02.04.122.0010. PA: 2.226. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 34.02.04.122.0010. PA: 2.226. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.297. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100 DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.297. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.298. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.298. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.123.0002. PA: 2.255. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.123.0002. PA: 2.255. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. GOVERNO DO: 3.3.01.04.122.0002. PA: 2.082. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 3.3.01.04.122.0002. PA: 2.082. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. UO: SEC. MEIO AMBIENTE DO: 07.01.04.122.0002. PA: 2.236. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 07.01.04.122.0002. PA: 2.236. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 07.04.18.541.0005. PA: 1.349. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 07.04.18.541.0005. PA: 1.349. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100.DO: 07.03.20.606.0006. PA: 1.486. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100.DO: 07.03.20.606.0006. PA: 1.486. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100.DO: 07.02.18.541.0005. PA: 1.577. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo.Fonte: 0100.DO: 07.02.18.541.0005. PA: 1.577. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100.DO: 07.04.18.541.0005. PA: 1.576. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 07.04.18.541.0005. PA: 1.576. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: PROCURADORIA GERAL DO: 03.01.03.122.0002. PA: 2.006. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 03.01.03.122.0002. PA: 2.006. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100.DO: 03.02.14.422.2.000. PA: 2.090. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100.DO: 03.02.14.422.2.000. PA: 2.090. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100.UO: SEC. SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. PA: 2.305. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0142/0102/146. DO: 09.02.10.122.0015. PA: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0142/0102/146.DO: 09.02.10.302.0012. PA: 2.304. ND: 3.3.90.3.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0142/0146. DO: 09.02.10.302.0012. PA: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0142/0146.DO: 09.02.10.301.0003. PA: 2.303. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo.Fonte: 0142/0146.DO: 09.02.10.301.0003. PA: 2.303. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0142/0146.DO: 09.02.10.305.0021. PA: 2.311. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0146. DO: 09.02.10.305.0021. PA: 2.311. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0146. UO: SEC. VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.01.04.122.0002. PA: 2.050. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 37.01.04.122.0002. PA: 2.050. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. SERV. PÚBLICOS DO: 38.01.04.122.0002. PA: 2.282. ND: 3.3.90.30.00.00.00 Mat. Consumo. Fonte: 0100. DO: 38.01.04.122.0002. PA: 2.282. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato é de 12 (DOZE) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: 10.4 A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores, A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato, ADONIS CONCEIÇÃO DANTAS, inscrito no CPF n. 460.680.661-34, e PATRÍCIA BRUNETTA, inscrita no CPF n. 038.574.161-81;A Secretaria Municipal de Governo que designa neste ato, na função de titular, a servidora DANIELA CRISTINA BARONE VERONEZI IBA, inscrita no CPF n. 582.149.332-34, e na função de suplente, MARIANA CRISTINA DE BARROS COSTA MARQUES, inscrita no CPF n. 912.028.841-72;A Secretaria Municipal de Meio Ambiente que designa neste ato, na função de titular, a servidora ELLEN CRISTINA MORENO DO NASCIMENTO, matricula nº.110103, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 013.612.851-33, e na função de suplente JAKELINE PEREIRA ISAAC, inscrita no CPF n. 032.831.141-37;A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que designa neste ato, na função de suplente, o servidor VALDERI CARNEIRO DA SILVA, inscrito no CPF n. 326.037.031-53, e na função de titular, ÁLVARO RIBEIRO ROCHA JUNIOR, inscrito no CPF n. 034.429.741-19; A Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor LOURINEY DOS SANTOS SILVA, inscrito no CPF n. 544.513.961-15, e JULIANO CESAR BEZERRA LEMOS, inscrito no CPF n. 688.842.901-63;A Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, NATAN DE OLIVEIRA FERREIRA, inscrito no CPF n. 055.688.391-82, e ROBERTO DAVI DE SOUZA, inscrito no CPF n. 793.044.191-15;A Secretaria Municipal de Comunicação Social que designa neste ato, na função de titular, a servidora JANE CÁSSIA DUARTE LIMA BARROS, inscrita no CPF n. 459.523.881-91, e na função de suplente, CARLOS EDUARDO DA SILVA, inscrito no CPF n. 353.631.421-04;A Controladoria Geral do Município que designa neste ato, na função de titular, o servidor ELINILTON CLEBSON MIRANDA, inscrito no CPF n. 814.261.861-34, e na função de suplente, MILENA NATHALIA DA SILVA CORTEZ, inscrito no CPF n. 061.897.001-01;A Procuradoria Geral do Município que designa neste ato, na função de titular, a servidora EDNA DE SOUZA MELO, inscrita no CPF nº. 615.724.971-49, e na função de suplente, o servidor CARLOS MAGNO OTÁCIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF n. 395.367.261-49;A Secretaria Municipal de Assistência Social que designa neste ato, na função de titular, CARLOS HENRIQUE ARAÚJO VIEIRA, inscrito no CPF n. 027.053.081-99, e na função de suplente, a servidora LUCILENE DA COSTA, inscrita no CPF n. 654.794.081-00;A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, pela Atenção Básica, na função de titular, GISELE FREITAS BARBOSA, inscrita no CPF n. 010.448.205-27, e na função de suplente FILIPE AUGUSTO DE CAMPOS LIMA, inscrito no CPF n. 023.054.551-35; pela Atenção Secundária, na função de titular, ERASMO CARLOS DAL PAZOLO, inscrito no CPF n. 668.945.069-49, e na função de suplente, VALDECIR PEREIRA, inscrito no CPF n. 912.524.231-87; pela Superintendência de Vigilância em Saúde, na função de Titular, RELVA CRISTINA SILVA DE MOURA TEIXEIRA, inscrita no CPF n. 731.609.201-78, e na função de suplente, RAQUIEL MARTINS WITCEL, inscrita no CPF n. 047.146.551-83; pelo Pronto Socorro Municipal, na função de suplente, SILVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO, inscrita no CPF n. 362.325.641-20, e na função de titular MARCO AURÉLIO VIEIRA DE ALMEIDA, inscrito no CPF n. 657.242.917-20;A Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, na função de titular o servidor RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula 119154, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 0773829-3 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº. 495.412.001-25, e na função de suplente BIANCA AMÉRICO, inscrita no CPF n. 013.814.131-29;A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato, na função de titular, a servidora RAIZA CAMPOS ANTONIACOMI, matricula nº. 123610, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1993417-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 035.845.301-13, e na função de suplente, JOSÉ FABRÍCIO DA SILVA NASCIMENTO, inscrito no CPF n. 052.508.277-80;A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, na função de suplente, AMANDA FERREIRA LIMA, inscrita no CPF n. 047.906.701-55, e na função de titular, PRISCILA FORTES DA SILVA, inscrita no CPF n. 736.575.901-10.

DATA DE ASSINATURA: 1º.10.2019.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria De Administração

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controladoria Geral

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria De Saúde

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria De Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria De Educação

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretaria De Meio Ambiente

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria De Gestão Fazendária

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria De Comunicação Social

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria De Viação E Obras

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE C. PINTO

Secretaria De Desenvolvimento Urbano

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria De Defesa Social

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Secretaria De Governo

BRENO GOMES

Secretaria De Serviços Públicos

DOMINGOS SÁVIO QUEIROZ PORTO ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 206/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa OLMIR IORIS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 70.429.956/0001-99. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº 47/2019, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 15/2019 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 624084/2019. OBJETO: Tem objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e Eletroportáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 159.050,50 (Cento e cinquenta e nove mil cinquenta reais e cinquenta centavos). UO SECRETARIA EDUCAÇÃO DO: 35.01.12.122.0002. PA: 2.165. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – Equip. e Mat. Permanente. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. PA: 2.310. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – Equip. e Mat. Permanente. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.365.0104. PA: 2.089. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – Equip. e Mat. Permanente. Fonte: 0101.DO: 35.04.13.392.0014. PA: 2.261. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – Equip. e Mat. Permanente. Fonte: 0100. DO: 35.02.27.812.0033. PA: 2.294. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – Equip. e Mat. Permanente. Fonte: 0100. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato é de 12 (DOZE) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual, ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação que designa neste ato, Secretaria Municipal de Educação que designa neste ato, na função de titular, a servidora Maria Auxiliadora de Campos, inscrita no CPF n. 630.269.961-49, e na função de suplente, o servidor Marcell Kennedy Capelão de Arruda, inscrito no CPF n. 701.594.321-20.

DATA DE ASSINATURA: 16.10.2019.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria de Administração

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

OLMIR IORIS & CIA LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 217/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa DOMINGOS SÁVIO QUEIROZ PORTO ME, inscrita no CNPJ n. 24.721.508/0001-47. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 131/2018, ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico n. 63/2018, conforme descrito no Edital e seus Anexos, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº. 30/2018 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 622664/2019. OBJETO: Tem por objeto é a contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação dos serviços de chaveiro e confecção de chaves, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais). UO: SEC. DE ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101. PA: 2.295. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIALDO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.112. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 1.511. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0121. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.243.0042. PA: 2.290. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 1402. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0042. PA: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0129. DO: 11.02.08.244.0041. PA: 2.094. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.272. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100/0129. DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.280. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. UO: SEC. COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.04.122.0002. PA: 2.054. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: CONTROLADORIA GERAL DO: 28.01.04.124.0002. PA: 2.149. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC DEFESA SOCIAL DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.537. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.538. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.539. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.540. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 1.541. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.080. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.02.06.181.0035. PA: 2.246. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.03.06.181.0035. PA: 2.250. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 39.01.04.122.0002. PA: 2.265. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. DESENV. URBANO DO: 36.01.04.122.0002. PA: 2.257. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 36.02.15.452.0022. PA: 1.553. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 36.03.11.332.0008. PA: 2.091. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.661.0036. PA: 1.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.22.695.0036. PA: 1.109. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.05.15.452.0022. PA: 1.499. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 36.03.23.691.0036. PA: 1.551. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. EDUCAÇÃO DO: 35.01.12.122.0002. PA: 2165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.365.0104. PA: 2.089. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. PA: 2.310. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0101. DO: 35.02.27.812.033. PA: 2.294. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 35.04.13.392.0014. PA: 2.261. ND: 3.90.39.

00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100.UO: SEC GESTÃO FAZENDARIA DO: 34. 01.04.122.0010. PA: 1.458. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 34.02.04.122.0010. PA: 2.226. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.297. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.122.0010. PA: 2.298. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 34.01.04.123.0002. PA: 2.255. ND: 3.3.90.39. 00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. GOVERNO DO: 3.3.01.04.122. 0002. PA: 2.082. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. MEIO AMBIENTE. DO: 07.01.04.122.0002. PA: 2.236. ND: 3.3.90.39.00. 00.00 OST PJ.Fonte: 0100. DO: 07.04.18.541.0005. PA: 1.349. ND: 3.3. 90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 07.03.20.606.0006. PA: 1.486. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 07.02.18.541.0005. PA: 1.577. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 07.04.18.541. 0005. PA: 1.576. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: PROCURADORIA GERAL DO: 03.01.03.122.0002. PA: 2.006. ND: 3.3.90.39. 00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. DO: 03.02.14.422.2.000. PA: 2.090. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ.Fonte: 0100. UO: SEC. SAÚDE DO: 09.02.10. 122.0015. PA: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0142/0102/ 146.DO: 09.02.10.302.0012. PA: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0142/0146. DO: 09.02.10.301.0003. PA: 2.303. ND: 3.3.90.39.00. 00.00 OST PJ. Fonte: 0142/0146. DO: 09.02.10.305.0021. PA: 2.311. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0146. UO: SEC. VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.01.04.122.0002. PA: 2.050. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. UO: SEC. SERV. PÚBLICOS DO: 38.01.04.122.0002. PA: 2.282. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ. Fonte: 0100. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato é de 12 (DOZE) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: 10.4 A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores, A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato, ADONIS CONCEIÇÃO DANTAS, inscrito no CPF n. 460.680.661-34, e PATRÍCIA BRUNETTA, inscrita no CPF n. 038. 574.161-81;A Secretaria Municipal de Governo que designa neste ato, na função de titular, a servidora DANIELA CRISTINA BARONE VERONEZI IBA, inscrita no CPF n. 582.149.332-34, e na função de suplente, MARIANA CRISTINA DE BARROS COSTA MARQUES, inscrita no CPF n. 912. 028.841-72;A Secretaria Municipal de Meio Ambiente que designa neste ato, na função de titular, a servidora ELLEN CRISTINA MORENO DO NASCIMENTO, matricula nº.110103, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 013.612. 851-33, e na função de suplente JAKELINE PEREIRA ISAAC, inscrita no CPF n. 032.831.141-37;A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que designa neste ato, na função de suplente, o servidor VALDERI CARNEIRO DA SILVA, inscrito no CPF n. 326.037. 031-53, e na função de titular, ÁLVARO RIBEIRO ROCHA JUNIOR, inscrito no CPF n. 034.429.741-19; A Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor LOURINEY DOS SANTOS SILVA, inscrito no CPF n. 544.513.961-15, e JULIANO CESAR BEZERRA LEMOS, inscrito no CPF n. 688.842.901-63;A Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, NATAN DE OLIVEIRA FERREIRA, inscrito no CPF n. 055.688.391-82, e ROBERTO DAVI DE SOUZA, inscrito no CPF n. 793. 044.191-15;A Secretaria Municipal de Comunicação Social que designa neste ato, na função de titular, a servidora JANE CÁSSIA DUARTE LIMA BARROS, inscrita no CPF n. 459.523.881-91, e na função de suplente, CARLOS EDUARDO DA SILVA, inscrito no CPF n. 353.631.421-04;A Controladoria Geral do Município que designa neste ato, na função de titular, o servidor ELINILTON CLEBSON MIRANDA, inscrito no CPF n. 814. 261.861-34, e na função de suplente, MILENA NATHALIA DA SILVA CORTEZ, inscrito no CPF n. 061.897.001-01;A Procuradoria Geral do Município que designa neste ato, na função de titular, a servidora EDNA DE SOUZA MELO, inscrita no CPF nº. 615.724.971-49, e na função de suplente, o servidor CARLOS MAGNO OTÁCIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF n. 395. 367.261-49;A Secretaria Municipal de Assistência Social que designa neste ato, na função de titular, CARLOS HENRIQUE ARAÚJO VIEIRA, inscrito no CPF n. 027.053.081-99, e na função de suplente, a servidora LUCILENE DA COSTA, inscrita no CPF n. 654.794.081-00;A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, pela Atenção Básica, na função de titular, GRAZIELE FREITAS BARBOSA, inscrita no CPF n. 010.448.205-27, e na função de suplente FILIPE AUGUSTO DE CAMPOS LIMA, inscrito no CPF n. 023.054.551-35; pela Atenção Secundária, na função de titular, ERASMO CARLOS DAL PAZOLO, inscrito no CPF n. 668.945.069-49, e na função de suplente, VALDECIR PEREIRA, inscrito no CPF n. 912.524. 231-87; pela Superintendência de Vigilância em Saúde, na função de Titular, RELVA CRISTINA SILVA DE MOURA TEIXEIRA, inscrita no CPF n. 731.609.201-78, e na função de suplente, RAQUIEL MARTINS WITCEL, inscrita no CPF n. 047.146.551-83; pelo Pronto Socorro Municipal, na função de suplente, SILVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO, inscrita no CPF n. 362.325.641-20, e na função de titular MARCO AURÉLIO VIEIRA DE ALMEIDA, inscrito no CPF n. 657.242.917-20;A Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, na função de titular o servidor RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula 119154, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 0773829-3 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº. 495.412.001-25, e na função de suplente BIANCA AMÉRICO, inscrita no CPF n. 013.814.131-29;A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato, na função de titular, a servidora RAIZA CAMPOS ANTONIACOMI, matricula nº. 123610, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1993417-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 035.845.301-13, e na função de suplente, JOSÉ FABRÍCIO DA SILVA NASCIMENTO, inscrito no CPF n. 052.508.277-80;A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, na função de suplente, AMANDA FERREIRA LIMA, inscrita no CPF n. 047. 906.701-55, e na função de titular, PRISCILA FORTES DA SILVA, inscrita no CPF n. 736.575.901-10.

DATA DE ASSINATURA: 08.10.2019.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA Secretaria De Administração

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controladoria Geral

DIÓGENES MARCONDES Secretaria De Saúde

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria De Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria De Educação

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretaria De Meio Ambiente

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria De Gestão Fazendária

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS Secretaria De Comunicação Social

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria De Viação E Obras

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE C. PINTO

Secretaria De Desenvolvimento Urbano

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria De Defesa Social

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Secretaria De Governo

BRENO GOMES

Secretaria De Serviços Públicos

DOMINGOS SÁVIO QUEIROZ PORTO ME

Contratada

PORTARIA Nº 1.055 DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal, Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016 e Lei Municipal Complementar 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018, e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais com novas classes e níveis;e

CONSIDERANDO os requisitos para promoção dos Guardas Municipais em cada classe estabelecidos nos artigos 24 e seguintes da Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016, Lei Municipal Complementar nº 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Promoção Funcional aos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, conforme abaixo discriminado:

GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS E QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 2000 E 2002E SERÃO PROMOVIDOS PARA GUARDA MUNICIPAL –CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I A PARTIR DE 06 DE SETEMBRO DE 2019							
NOME	**MATRICULA**	**CARGO**	**DATA DO EXERCÍCIO**	**DATA EM QUE COMPLETOU 04 ANOS E 01(UM) DIA DE EFETIVO SERVIÇO/ DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO**	**QUANTIDADE DE DIAS DE EFETI VO SERVIÇO NA DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO**	**TEMPO EFETIVO SERVIÇO NA DATA ONDE CUMPRIU REQUISITOS**	**PROMOÇÃO A CLASSE/ NÍVEL**
ELISSON BARACAT SALGADO	2.194	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	22/06/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
ALLAN KARDEC ALVES DE ALMEIDA	2.208	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	03/07/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
BEATRIZ ROSALIA LEIVA DO PRADO	5.381	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	31/08/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
CARLOS ALBERTO DA SILVA	6.680	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	20/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
CRISTIANE LIMA PRADO	9.316	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	02/03/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
EDUARDO HENRIQUE DIDA	12.605	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	27/04/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
ALISSON MAGALHÃES DE LIMA	13.858	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	28/04/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
FABIO DE ALMEIDA MATOS	16.012	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	21/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
FRANCISWALDO FONSECA DA SILVA	17.088	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	26/04/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
GEBISON EDUARDO DA SILVA	17.173	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	05/06/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
INÊS GUIMARÃES RODRIGUES	19.696	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	26/04/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
JEFFERSON VERGILIO DA SILVA	21.671	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	26/06/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
JOÃO EVANGELISTA GONÇALVES DOS REIS	22.352	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	13/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
JOSÉ CARLOS ALVES BRAGA	23.616	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	18/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
MAGNA TEIXEIRA ALVES	30.117	GUARDA MUNICIPAL	01/06/2000	27/06/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
OSLY JUSTINIANO PEDRAÇA	37.983	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	28/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
OZIEL CAMPOS DE OLIVEIRA	38.170	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	11/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
PAULO KLEUBER FERREIRA DA SILVA	38.684	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	18/06/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
RONALDO ROSA COSTA DE ARRUDA	40.481	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	09/05/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I
SIDNEY OLIVEIRA DO CARMO	43.248	GUARDA MUNICIPAL	30/04/2002	26/04/2019	6.210	17 ANOS E 01 DIA	CLASSE ESPECIAL – NÍVEL I

Parágrafo único: O interstício na classe em que será promovido contar-se-á desde o dia 06 de setembro de 2019, data base de promoção, conforme artigo 24, parágrafo 11, da Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2019.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1º de outubro de 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

ATO Nº. 523/2019

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Claudia Regina da Silva Barros no cargo em Comissão de Assessor de Gestão - DNS 2, na Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, a partir de 02 de Outubro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22 de Outubro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Adriana Correa da Costa de Area Leão Monteiro

Secretária Municipal de Assuntos Estratégicos

ATO Nº. 522/2019

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Claudia Regina da Silva Barros do cargo em Comissão de Assessor Especial - DNS 3, do Gabinete da Prefeita, a partir de 01 de Outubro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22 de Outubro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N. 58/2019

Processo nº 618097/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa na prestação de serviços visando: elaboração de Laudo Técnico de Condições AMBIENTAIS do Trabalho – LTCAT e de laudos de insalubridade e periculosidade, elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório anual do Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório de avaliação dos resultados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA. Abertura prevista para dia 25 de outubro de 2019**, às 10h00min (horário Brasília),** Foi **PRORROGADA** para dia **07/11/2019**às **10h00min** (horário Brasília). Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a necessidade da RETIFICAÇÃO do Edital e termo de referência em anexo. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 22 de outubro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira - -**Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 1.056 DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal, Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016 e Lei Municipal Complementar 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018, e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais com novas classes e níveis;e

CONSIDERANDO os requisitos para promoção dos Guardas Municipais em cada classe estabelecidos nos artigos 24 e seguintes da Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016, Lei Municipal Complementar nº 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Promoção Funcional aos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, conforme abaixo discriminado:

GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS E QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 2014E SERÃO PROMOVIDOS PARA GUARDA MUNICIPAL –3ª CLASSE– NÍVEL I A PARTIR DE 06 DE SETEMBRO DE 2019						
NOME	**MATRICULA**	**CARGO**	**DATA DO EXERCÍCIO**	**DATA EM QUE COMPLETOU 04 ANOS E 01(UM) DIA DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO**	**TEMPO EFETIVO SERVIÇO NA DATA ONDE CUMPRIU REQUISITOS**	**PROMOÇÃO A CLASSE/ NÍVEL**
CID CAMACHO JUNIOR	**100.564**	**GUARDA MUNICIPAL**	**03/04/2014**	**19/04/2019**	**04 ANOS E 01 DIA**	**3ª CLASSE – NÍVEL I**
JACKSON ROSA DO NASCIMENTO GONÇALVES	**100.558**	**GUARDA MUNICIPAL**	**03/04/2014**	**14/04/2019**	**04 ANOS E 01 DIA**	**3ª CLASSE – NÍVEL I**

LEONARD NICOLLAS DE OLIVEIRA	100.572	GUARDA MUNICIPAL	03/04/2014	14/04/2019	04 ANOS E 01 DIA	3ª CLASSE – NÍVEL I

Parágrafo único: O interstício na classe em que será promovido contar-se-á desde o dia 06 de setembro de 2019, data base de promoção, conforme artigo 24, parágrafo 11, da Lei Municipal Complementar nº 4.167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2019.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1º de outubro de 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 132, DE 21 DE OUTUBRO DE 2.019.

Designa servidor responsável pela condução de veículo oficial, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa STR – IN 03-01 nos seus Artigos:

Art. 18° - Na ausência de servidores ocupantes do cargo de MOTORISTA para condução dos veículos, a mesma poderá ser realizada por servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, devidamente designados e autorizados, e desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida.

Art. 22° - A autorização para condução de veículos oficiais será individual, para condução de veículo especificado e de uso nos deslocamentos previstos na solicitação, sendo o prazo de vigência da autorização de 30 (trinta) dias, podendo ser renovada por igual período.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor para condução de veículo oficial, conforme abaixo relacionado; Olacir Lopes (Agente de Segurança e Manutenção, matrícula n° 37718 - veículo Fiat/Strada, placa QCI – 8939.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de outubro de 2019.

Várzea Grande, 21 de outubro de 2.019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 1.057 DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal, Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016 e 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018, e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais com novas classes e níveis;e

CONSIDERANDO os requisitos para promoção dos Guardas Municipais em cada classe estabelecidos nos artigos 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016, Lei Complementar nº 4.358/2018 e Decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Promoção Funcional aos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, conforme abaixo discriminado:

GUARDAS MUNICIPAIS EMPOSSADOS E QUE INICIARAM SUAS ATIVIDADES EM 2014 E SERÃO PROMOVIDOS PARA GUARDA MUNICIPAL – 3ª CLASSE – NÍVEL I A PARTIR DE 23 DE FEVEREIRO DE 2019							
NOME	MATRICULA	CARGO	DATA DO EXERCÍCIO	DATA EM QUE COMPLETOU 04 ANOS E 01(UM) DIA DE EFETIVO SERVIÇO/ DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO	QUANTIDADE DE DIAS DE EFETI VO SERVIÇO NA DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO	TEMPO EFETIVO SERVIÇO NA DATA ONDE CUMPRIU REQUISITOS	PROMOÇÃO A CLASSE/ NÍVEL
ANDERSON MORAES DE SOUZA SILVA	104.591	GUARDA MUNICIPAL	11/11/14	11/11/2018	1.461	4 anos e 1 dia	3ª Classe - Nível I

Parágrafo único: O interstício na classe em que será promovido contar-se-á desde o dia 23 de fevereiro de 2019, data base de promoção, conforme artigo 24, parágrafo 11, da Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2019.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1º de outubro de 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

ATO Nº. 513/2019

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 604281/19;

R E S O L V E:

EXONERAR Rafaelly Thiany Mauricio Pereira do cargo em Comissão de Gerente - DNS 6, da Secretaria Municipal de Saúde , a partir de 11 de Outubro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Outubro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 28/2019/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios - MT.

Considerando a decisão judicial processo n° 1014128-58.2019.8.11. 0002 expedido pelo MM. Juiz de Direito Amini Haddad Campos;

RESOLVE: Convocar o candidato abaixo relacionado para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Saúde

Endereço: Av. da Feb n° 2138, Bairro: Ponte Nova – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 12:00h. das 13:00h às 17:00h

Data da Entrega dos documentos: 23/10/2019 a 21/11/2019

CARGO: ODONTÓLOGO

PERFIL:

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
23	39786	EVERTON JOSÉ DA SILVA	14729733 - SSP/MT	CLASSIFICADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea "m" do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da es-

fera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - **Eletrocardiograma**

14 - Avaliação Psiquiátrica

15 - **Avaliação Psicológica**

Várzea Grande-MT, 23 de outubro de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

ATO Nº. 514/2019

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 604281/19;

R E S O L V E:

NOMEAR Rodrigo Fortes de Almeida no cargo em Comissão de Gerente - DNS 6, na Secretaria Municipal de Saúde , a partir de 15 de Outubro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Outubro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1.054 DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

CONSIDERANDO o advento das Leis Complementares Municipais nº 4.166/2016, 4.167/2016 e 4.358/2018;

CONSIDERANDOo estabelecido no art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 4.167/2016 os servidores têm direito a progressão horizontal, sendo a passagem do servidor de um nível para o outro dentro da mesma classe e que dar-se-á automaticamente de acordo com o tempo de efetivo serviço, nos termos da referida Lei Complementar;

Solicito de Vossa Senhoria a progressão na carreira dos servidores abaixo relacionados conforme prevê o art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 4. 167/2016, como segue:

1 - De 1ª Classe Nível I para 1ª Classe Nível II, com subsídio mensal de R$ 4.280,05, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2019.

ITEM	MATRICULA	NOME	CARGO	DATA DE ENTRADA NA CLASSE	DATA PARA MUDANÇA DE NÍVEL	CLASSE/ NÍVEL A SER PROGREDIDO
1	35127	Mauricio Rodrigues da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	1ª CLASSE - NÍVEL II
2	40105	Roberto Augusto Dias	GUARDA MUNICIPAL	01/01/2017	06/09/2019	1ª CLASSE - NÍVEL II

2 - De 1ªClasse Nível II para 1ª Classe Nível III, com subsídio mensal de R$ 4.494,05, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2019.

ITEM	MATRICULA	NOME	CARGO	DATA DE ENTRADA NA CLASSE	DATA PARA MUDANÇA DE NÍVEL	CLASSE/ NÍVEL A SER PROGREDIDO
1	12884	Elayne Helen de Arruda Dantas	GUARDA MUNICIPAL	01/01/2017	06/09/2019	1ª CLASSE - NÍVEL III
2	29528	Luiz Alberto CalongaArguelio	GUARDA MUNICIPAL	01/01/2017	06/09/2019	1ª CLASSE - NÍVEL III

3 - De Classe Especial Nível I para Classe Especial Nível II, com subsídio mensal de R$ 5.190,63, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2019.

ITEM	MATRICULA	NOME	CARGO	DATA DE ENTRADA NA CLASSE	DATA PARA MUDANÇA DE NÍVEL	CLASSE/ NÍVEL A SER PROGREDIDO
1	179	Adanary Silva Toledo Pizza	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
2	900	Adriane Katia de Lima Campos	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
3	1856	Alexander Gouveia Ortiz	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
4	2417	Amarildo dos Santos de Arruda	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
5	3562	AnersonMiranda de Amorim	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
6	4472	Antônio Rosa Alves da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
7	4874	Aristeu Leite da SilvaNeto	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
8	5380	Beatriz Regina Marchetti	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
9	7421	Célia Regina Rodrigues	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
10	5995	Claudio Peixoto da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
11	11456	Edelson Sebastião da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
12	13815	EliseuHeber da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
13	15634	Evandro Homero Dias	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
14	6044	Everson Soares do Prado	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
15	17109	Fraulen Eliza Rodrigues Miranda do Espirito Santo	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
16	17896	Giovana Garcias	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
17	20914	Jackson Nunes da Cunha	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
18	22429	João José Mendanha Cardoso	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
19	22691	JocicleideSaraiva Dantas	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
20	22857	Joel Silva de Arruda	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
21	25117	JucimarAlbertino de Campos	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
22	25442	Juliano César Bezerra Lemos	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
23	27904	Lindinalva da Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
24	27946	Linete Glória Souza Neves	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
25	28164	Louriney dos Santos Silva	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
26	29581	LuizCarlos Dias de Arruda	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
27	30758	Marcelo JassekDrumond	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
28	31170	Márcio Flaviano Ferraz Lesco	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
29	6082	Márcio Profeta da Cruz	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
30	31273	Marcos AurelioCoenga	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
31	40863	Rosana dos Santos Goes	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
32	43463	Silvana Oliveira Aguiar Santos	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
33	43769	Sirlei Salete Piasecki	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
34	44831	Tatiane Roberta Martins Mora	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
35	47249	Wanderlei Domingos da Costa	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II
36	47429	Wesley Cesar Schembek	GUARDA MUNICIPAL	06/09/2017	06/09/2019	CLASSE ESPECIAL - NÍVEL II

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2019.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 1º de outubro de 2019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PERREIRA

Secretário Municipal de Administração

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretário Municipal de Defesa Social/Interino

DAE/VG
TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INTRODUÇÃO: Proposta número: 1.059.692

BANCO:

Banco do Brasil S/A CNPJ: 00.000.000/0001-91

Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco C, Lote 32

Cidade: Brasília **UF:** DF **CEP:** 70073-901

Agência: SETOR PUBLICO MT **Prefixo-dv:** 2764-2

_____

CONVENENTE:

DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE

CNPJ: 02.555.079/0001-42

Endereço: AV GOVERNADOR JULIO CAMPOS,2599

Cidade: VARZEA GRANDE **UF:** MT **CEP:** 78.150-000

_____

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos Senhores no final assinados, pactua com o CONVENENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

Data início de vigência: 16.10.2019 **Data fim de vigência:** 16.10.2020

A data de início de vigência das condições deste Termo condiciona-se à formalização do presente documento. Quando negociadas em conjunto com outra(s) empresa(s), condiciona-se à assinatura por todas as empresas integrantes da negociação e somente será efetivada quando todos os representantes legais necessários assinarem este Termo. Neste caso, se a última assinatura necessária ocorrer após a data de vigência prevista neste Termo, a mesma passará ao dia útil posterior à referida assinatura.

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PAGAMENTO A FORNECEDORES E PAGAMENTOS DIVERSOS

Identificação do Cliente/Convênio (*1) 906102909
Conta para débito do pagamento e crédito por devolução de pagamento recusado: **Agência Conta corrente** 2764-2 35396-5 2764-2 35426-0 2764-2 69335-9 2764-2 76022-6
Conta para débito da tarifa: **Agência Conta corrente** 2764-2 35396-5 2764-2 35426-0 2764-2 69335-9 2764-2 76022-6
Conta para débito de ressarcimento de prejuízos e multa: **Agência Conta corrente** 2764-2 35396-5 2764-2 35426-0 2764-2 69335-9 2764-2 76022-6
Tarifa inicial por evento: **Tarifa (Descrição da tarifa) Valor (R$)** Pag Fornecedor – DOC 5,74 Pag Fornecedor – TED STR 5,74 Pag Fornecedor – TED CIP 5,74 Pag Diversos DOC 5,74 Pag Diversos TED STR 5,74 Pag Diversos – TED CIP 5,74
Periodicidade para débito de tarifa: Diário
Valor máximo para o arquivo-remessa: R$ 50.000,00
Valor máximo individual de cada pagamento: **Descrição Valor (R$) Float Percentual de Retenção** PAG. À FORNECEDORES – DOC/TED 100.000,00 1 dia 100% PAG. DIVERSOS – DOC/TED 100.000,00 1 dia 100%
Prazo para devolução à CONVENENTE dos recursos relativos a pagamento não efetivado na modalidade contra-recibo on-line (serviço em desativação): 0 dias
Responsabilidade pela liberação e confirmação de arquivos é da Empresa.

***Tarifa não descrita: consultar Tabela de Tarifas vigente.**

CUIABA, 28 de Agosto de 2019

BANCO

BANCO DO BRASIL S/A

_____

WHELEN GONCALO DE ARRUDA LEITE

BANCARIO E ECONOMIARIO

SOLTEIRO (A)

residente em CUIABA-MT

portador da cédula de identidade 945815 SSPMT

inscrito no CPF/MF sob o nº 622.432.921-49

CONVENENTE

DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE

_____

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

CASADO(A)-COMUNHAO UNIVERSAL

residente em CUIABA-MT

portador da cédula de identidade 27889981-X SSP SP

inscrito no CPF/MF sob o no 165.914.158-31

_____

OSMAR ALVES DA SILVA

ADMINISTRADOR

CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL

residente em CUIABA-MT

portador da cédula de identidade 00609102 2V SEJSP MT

inscrito no CPF/MF sob o no 043.852.251-68

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Observações quando contratado o serviço:

(*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente

(*2) Centralização de Saldo – Inserir tantas contas centralizadas quantas necessárias.

(*3) Cobrança – O convenente indica no arquivo remessa os beneficiários (até 20 diferentes)

(*4) Cobrança – O convenente indica no máximo três beneficiários.

(*5) Pagamentos – Exclusivo para Pagamentos a Fornecedores e Pagamentos Diversos. Não permitidos para Pagamentos de Salários

" Para realizar suas transações bancárias o BANCO coloca à disposição os telefones de sua Central de Atendimento - CABB 4004 0001(capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001(demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição do CONVENENTE o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722. Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento anterior, ligue para Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para Deficientes Auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal **www.bb.com.br."**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA Nº 359, DE 21 DE OUTUBRO 2019

"Dispõe sobre o julgamento do Processo de Sindicância disciplinar 003/2017 e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no Estatuto dos Servidores Municipais, em especial os artigos 182 e seguintes, com base no relatório final da Comissão Sindicante, resolve:

Art. 1º Aprovar o relatório da Comissão Sindicante e adotar seus fundamentos para, considerando o que consta no Processo de Sindicância 003/2017, acolher o Relatório Final da Comissão Processante e determinar a aplicação da Pena de Advertência, com fulcro no art. 131, IX, e art. 144 do Estatuto dos Servidores (424/1992).

Art. 2º Restitua-se o processo a Comissão Sindicante para ciência desta decisão aos interessados e demais providências.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vila Bela da Santíssima Trindade, 21 de outubro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 089, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO A DATA QUE MENCIONA"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado, em todo território do município, ponto facultativo na data de **28 de outubro de 2019**, data em que se comemora o Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Para efeito do disposto deste Decreto, excetuam - se os serviços de natureza essencial. Ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana e as Obrigações do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS do mês de OUTUBRO DO ANO DE dois mil E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 360/2019

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Em especial as consignadas no artigo 84, incisos III, VIII, XIV e XV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mutuo e Conveniência da Administração Municipal, o Servidor Efetivo **MARISANDRO MARLON RIBEIRO DE OLIVEIRA**, servidor efetivo no cargo de vigia, para exercer a função de **Tratorista**, na Secretaria Municipal de Fomento a Agropecuária**,** a contar do dia 01 de outubro de 2019.

Parágrafo único – A designação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus ao referido servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

LEI Nº 1.432, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito de Vila Bela da SS. Trindade - MT, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Orçamento para o Município de Vila Bela da SS. Trindade-MT, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município;

V – as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre as despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre as alterações tributárias; e

VIII – as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020 a 2021 de que trata o art. 4º da Lei 101/2000 – LRF, estão identificados no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020são aquelas definidas e demonstradas no Anexo I desta Lei.

§ 1º-Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de estabilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art.4º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura, estabelecida pela Lei Complementar n°010/2009 e suas alterações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e ao Orçamento da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projetos, atividades ou operações especiais, e quanto sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa até o nível de modalidade de aplicação, com fonte de recurso, conforme IDUSO do TCE/MT, tudo em conformidade com as portarias SOF/42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na qual deverá estar anexado o seguinte:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

II – Demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, - Anexo 1 da lei nº. 4320/64;

III – Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4320/64;

IV - Natureza da despesa segundo as categorias econômicas - Consolidação geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

VI - Quadro das dotações por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;

VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4320/64;

VIII - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - anexo 7 da lei n° 4320/64;

IX - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4320/64;

X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da lei n° 4320/64;

XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4320/64;

XIV - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

XVI - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

XVII - Demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º – O Quadro Demonstrativo das Despesas – QDD poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 6º - Os Orçamentos para o exercício de 2020 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receita e despesa, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

Art. 7º - Os Fundos Municipais terão suas receitas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, identificando em plano de aplicação, referido no art. 5º, XI desta Lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 8º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive de receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º - Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e consequentemente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 – Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de

limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º- A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à receita corrente líquida, programada para 2020, poderão ser expandidas até o limite obtido pela eventual elevação de alíquotas de impostos, ampliação de base de cálculo ou criação de novo tributo, conforme demonstra o Anexo intitulado "**MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO".**

Art. 12 – Constitui riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei. (Art.4º,§ 3º da LRF)

Art. 13– O Orçamento para o exercício de 2020 destinará recursos para a Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras, exceto a unidade PREVILA (RPPS), não inferior a 1% da Receita Corrente Líquida previstas para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º, III, "b" da LRF.

§ 2º - Caso os riscos fiscais não se concretizem até 30 de abril de 2020, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotação que tornaram insuficientes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Reserva de Contingência, sendo o restante do valor passível de utilização apenas a partir de 31 de agosto de 2020.

§ 3º – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora PREVILA (RPPS) será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário (Reserva do RPPS).

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplado no Plano Plurianual. (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 15 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (art. 8º da LRF).

Art. 16 –Os recursos legalmente vinculados serão utilizados unicamente para atender o objeto de sua vinculação. (art. 8º parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 17 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constante do Anexo III intitulado "ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA", desta Lei, será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 18 – A transferência de recurso do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (art. 4º, I, "f" e art. 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, ou na forma estabelecida no instrumento legal.

Art. 19 – Os instrumentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos de licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeitos do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 20 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único – As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório Sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei. (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 21 – Despesas de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 22 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 23 – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 1º - A alteração de dotações por transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dar-se-á através de decreto do Poder Executivo Municipal, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento da despesa. (Art.7° e 43, Lei 4.320/1964).

§ 2° - A movimentação de recursos entre elementos de despesas pertencentes ao mesmo crédito orçamentário não configura alteração do orçamento, mas mera alteração no detalhamento da despesa.

§ 3° - A abertura de créditos adicionais suplementares por leis especifica com valores monetários, não serão somados ao limite fixado na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020.

Art. 24 – Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou operações especiais no orçamento da unidade gestora na forma de crédito especial, desde que estejam previstos no plano Plurianual.

Art. 25 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos de serviços, tais como custos dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano no ensino fundamental, do aluno/ano no transporte escolar, do aluno/ano no ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (art. 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas

das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício. (art. 4º, I "e" da LRF).

Art. 26 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art. 4º, I "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27 – A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à Despesa de Capital, observando o limite de endividamento de 16% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30,31 e 32 da Lei Complementar 101/00 (LRF).

Art. 28 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira, observando o art. 10 e seus parágrafos desta Lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em Caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/00 (LRF). (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º - Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder revisão geral da remuneração dos servidores municipais no exercício de 2020, sendo que o índice a ser utilizado como base será o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apurado na data da concessão.

§ 2º - Fica autorizado ao Executivo e Legislativo Municipal, por ato próprio, conceder revisão geral na remuneração dos servidores municipais em 2020 de exercícios anteriores aos quais não foram concedidos, sempre utilizando como base o INPC de referência ao período correspondente.

§ 3º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2020.

Art. 30 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20,III da LRF.

Art. 31 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I – Eliminação das funções gratificadas;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes em cargos de comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 34 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art. 14, § 2º, da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de Setembro de 2019, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do segundo período da sessão Legislativa.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências do disposto do parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos das dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 37 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do poder executivo.

Art. 38 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 39 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, 22 de outubro 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N. 088, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO A DATA QUE MENCIONA"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado, em todo território do município, ponto facultativo na data de **28 de outubro de 2019**, data em que se comemora o Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Para efeito do disposto deste Decreto, excetuam - se os serviços de natureza essencial. Ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana e as Obrigações do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS do mês de OUTUBRO DO ANO DE dois mil E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO ATA TP 034/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Playground Ecológico colorido, Carrossel 8 lugares reforçado, Gangorra individual, Piso emborrachado e resina sintética, para serem instalados na Praça Central do Município.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 22 de Outubro de 2019.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI (22.025.872/0001-47) **R$** 35.072,40 – Contratada.

JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - EIRELI(08.973.569/0001-45) **R$ 50.389,46 – Contratada.**

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE 027/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 065/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2019

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 785741

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o resultado do Processo 065/2019, Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Playground Ecológico colorido, Carrossel 8 lugares reforçado, Gangorra individual, Piso emborrachado e resina sintética, para serem instalados na Praça Central do Município, onde foi declarada vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI (22.025.872/0001-47)	R$ 35.072,40
JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR - EIRELI(08.973.569/0001-45)	R$ 50.389,46

O lote 07(Adesivo), não foi apresentado proposta para este lote ficando procedimento declarado como Deserto.

Vila Rica – MT, 22 de Outubro de 2019.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 252/2019

De 22 de Outubro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora TIANA BONFADA, matrícula nº 831 lotada na Secretaria de Saúde cargo de Bioquímico, conforme processo de solicitação a partir de 03/10/2019 a 06/11/2019, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 03/10/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 251/2019

DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Promoção de Horizontal** da **Classe "A"** (formação escolar de ensino médio, profissionalizante ou não), para a **Classe "B"** (requisito da classe A, mais 260 (duzentas e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional na área de atuação) a servidora **SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO** matricula nº 1420, de acordo com o artigo 30 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008, em consonância ao parecer favorável da CASEP n° 031/2019 – Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 254/2019

De 22 de Outubro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora TATIANE CONSTANTINO, matrícula nº 1291 lotada na Secretaria de Viação e Obras Publicas cargo de Gari, conforme processo de solicitação a partir de 07/10/2019 a 06/12/2019, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07/10/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 253/2019

De 22 de Outubro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora ELIANE CRISTINA BREIER WEBBER, matrícula nº 944 lotada na Secretaria de Educação cargo de Monitora de Creche, conforme processo de solicitação a partir de 07/10/2019 a 06/12/2019, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07/10/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

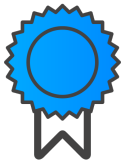
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Oct 22 22:31:19 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)